

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

IRINA LIMA MARTÍNEZ

**AVANÇOS E RECUOS DAS RELAÇÕES ENTRE A REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO ÂMBITO DO MERCOSUL
(1986-2023)**

**Santana do Livramento
2023**

IRINA LIMA MARTÍNEZ

**AVANÇOS E RECUOS DAS RELAÇÕES ENTRE A REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO ÂMBITO DO MERCOSUL
(1986-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Carletti

SANTANA DO LIVRAMENTO
2023

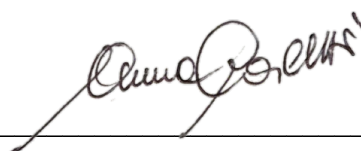
IRINA LIMA MARTÍNEZ

**AVANÇOS E RECUOS DAS RELAÇÕES ENTRE A REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO ÂMBITO DO MERCOSUL
(1986-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 21/11/2023

Banca examinadora:



Profª. Dra. Anna Carletti
(Orientadora)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Profª. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
(Membro da banca examinadora)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)



Profª. Dra. Nathaly Xavier Schütz
(Membro da banca examinadora)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

ML732aaMartínez , Irina Lima

Avanços e Recuos das relações entre a República Oriental
do Uruguai e a República Popular da China no âmbito do
Mercosul (1986-2023) / Irina Lima Martínez .
165 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023.
"Orientação: Anna Carletti".

1. Relações Internacionais . 2. Mercosul. 3. Tratado de
Livre Comércio. 4. Uruguai. 5. China. I. Título.

Para Mamá, Papá y Noe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus: fonte de inspiração, de forças, de dons, de fortaleza. Esse Deus que iluminou toda esta trajetória e que me conduziu de forma não esperada a este curso de Relações Internacionais. Deus que me deu forças em tempos de pandemia, que me agraciou com fortaleza nos primeiros passos estudando pela primeira vez no Brasil. Obrigada por tudo o que tenho e o que sou. Agradeço ao amor de San Cono, meu eterno intercessor a Santa Teresa de Jesus, y a la virgen de los Treinta y Tres.

Agradeço ao incansável-constante e infundável amor dos meus pais Sonia Martínez e João Lima, quem nunca mediram esforços para investir na minha educação e de minha irmã, que me deram e continuam dando o melhor para que eu possa me desenvolver integralmente, que possa ser uma pessoa crítica, íntegra, alegre. Devo tudo o que tenho a vocês. A minha mãe, quem desmedidamente sempre se colocou em segundo lugar para que eu possa ter o melhor, que cuida de mim com tanto amor e quem me inspira diariamente como mãe e como mulher e que foi a minha primeira inspiração como docente. Ao meu pai quem sempre com amor, me levou e buscou nas aulas, incentivou nos estudos e ouviu eu falar falar falar sobre os meus estudos e que é um pai de milhões. Em fim, obrigada aos meus pais, a quem nunca conseguirei retribuir tanto amor, tempo e dinheiro (RISOS!) investidos. *Los amo.*

Agradeço a minha irmã Noelia, quem sempre me acompanhou na caminhada dos estudos e que é com certeza minha companheira de peregrinar da vida-ainda este último ano estando a 500 e alguns quilômetros. Agradeço por todo o apoio e suporte que teve para comigo enquanto escrevia este trabalho, bem como pelo apoio contínuo nos meus projetos e sonhos. Com certeza és a estudante e acadêmica que mais admiro. *La distancia no es nada. Te amo.*

Agradeço aos meus demais familiares que sempre se fizeram presentes na minha caminhada educativa: a minha irmã Mikaela, madrina Susana, Grace, meu tio Chisco, minha tia Yolanda, e a pequena Beatriz pelo seu amor, carinho e alegria ainda sendo tão pequena.

Agradeço aos meus colegas, os “internacionalistas unidos” com quem passamos pela tempestade de tempos difíceis os quais hoje relembramos como ensino remoto emergencial, por todos os perrengues que vivenciamos, pelas alegrias, pelas fofocas (risos), pelas trocas, e pelo suporte. Em especial gostaria de fazer três menções especiais, as amigas que guardo no meu coração e levarei para sempre: ao Antônio Camargo, Pedro Gabriel Silva e a Joiciely Silva. Ao querido Toninho, pela amizade que começou no início da pandemia e que perdurou

em tempos de presencialidade, te adoro. Gracias por tudo o que vivemos neste tempo, pelo teu carinho de sempre. Te admiro muito. Pedro meu querido amigo e irmão de todas as horas, as boas e as nem tanto. Obrigada pelo vínculo saudável que aprendemos a construir. Estarei sempre aqui, quando precisares. Te quero. A minha amiga Joicy, quem nunca soltou minha mão em tempos difíceis e da qual tenho um carinho e apreço especial pela sua inteligência e fortaleza- obrigada por todo o teu carinho comigo, estarei sempre aqui e te quero mucho.

Agradeço aos meus bixos e veteranos, alunos do GALE, colegas de PampaSul e Pampeano, que se fizeram fonte de felicidade para que o caminho na graduação de Relações internacionais fosse mais alegre. Agradeço aos colegas de caminhada do CEPRIR-Gen, grupo no qual aprendi tanto e no qual foi e será um antes e depois da minha vida. Obrigada a todos pelo que compartilhamos. Que jamais esqueçamos a importância das mulheres dentro da sociedade, da religião e das Relações Internacionais. Em especial, gostaria de fazer menção a amiga que este grupo me deu: Ellen. Gracias por compartilharmos a paixão por esta área de estudo, e por toda a tua ajuda, teu apoio e teu carinho para comigo neste processo. Tu és sem dúvida uma benção de Deus na minha vida.

Ao “grupo dos churros”, que se fez presente nessa última etapa de caminhada durante a construção deste trabalho, pelos tantos momentos maravilhosos compartilhados, com especial destaque às minhas amadas amigas Siham, Camila e Duda.

Agradeço às minhas amigas do Direito, que sempre me apoiaram na minha vocação e nos meus sonhos, e com quem compartilhei mate todas as noites depois de um longo dia de unipampa: Alexia, Hemanoeli, Larissa, Aryane e Ximena. Adoro vocês.

Agradeço também minha amiga à distância, mas que sempre está presente nos detalhes e no cuidado, pelo apoio: Alfonsina.

Agradeço a querida UNIPAMPA: pública, gratuita e de qualidade. Universidade modelo que traz efetivamente para o desenvolvimento da fronteira oeste um ensino de qualidade, e é um exemplo de implementação de políticas públicas. No agradecimento a unipampa, estendo minha gratificação a todos aqueles que fazem com que ela seja possível todos os dias: direção, coordenação e funcionários terceirizados.

Gostaria também de agradecer ao Curso de Relações Internacionais, o qual me transformou positivamente como pessoa. Aos meus queridos professores, que dedicaram o seu tempo, os seus conhecimentos e dedicação ainda quando nos assolavam os tempos de pandemia: meu eterno obrigada. Em especial gostaria de fazer menção a alguns. Agradeço imensamente a Profa. Kamilla Rizzi quem sempre me incentivou na pesquisa, academia (ainda em tempos de pandemia, me ajudando e apoiando) e que me introduziu à docência

através da monitora- *gracias* pelo carinho e dedicação de sempre. Agradeço por me ouvir, apoiar e me aceitar como sua monitora de Estudos Estratégicos. Ao Professor Flávio Lira que me depositou a confiança das aulas de espanhol do GALE e da monitoria de Teoria Política Moderna, e que sempre com a sensibilidade e sensatez que lhe são características, ajudou esta aluna uruguaia que se sentia perdida. A professora Nathaly Schutz; obrigada pelo seu carinho, presença e preocupação para comigo. Muito obrigada! És uma inspiração acadêmica para mim, e agradeço especialmente por me depositar a confiança da secretaria de Marketing do PampaSul, um dos projetos mais importantes que temos no curso- ainda que muito desvalorizado por tantos.

Agradeço também aos professores Rafael Schmidt, Fernando Meinero e Leticia Britto, pelos seus valiosos ensinamentos e contínuo apoio na minha construção acadêmica.

Ao meu querido professor Fábio Régio Bento, agradeço pelos seus ensinamentos, pelo carinho e pelas experiências compartilhadas que certamente contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal.

Por último, mas nunca menos importante, a professora Anna Carletti quem supervisionou, revisou, acompanhou a construção deste trabalho de conclusão de curso muito de perto e embarcou nessa loucura comigo: *Muchas gracias!* Por tudo o que vivemos e compartilhamos ao longo desses quase quatro anos, por me receber, ouvir, acolher, corrigir, aconselhar. Jamais conseguirei colocar em palavras tudo o que aprendi contigo em sala de aula e fora dela, em grupo de estudos e pesquisa, e na construção do TCC. Foste uma orientadora com todas as letras assim como sempre ressalto que és um modelo de mulher, de professora universitária e pesquisadora. Indubitavelmente é um presente de Deus na minha vida. No mais, obrigada por me aproximar de Chiara. Continuaremos a caminhar juntas.

Estes agradecimentos contém o amor e a gratidão que sinto, após findar este ciclo. Com certeza, estas duas palavras definem a conclusão deste trabalho que une disciplinas e é a soma de meus pequenos e reiterados esforços para entender o espaço sul-americano, o Uruguai meu amado país, o Mercosul enquanto bloco e as relações e distintas variáveis que se dão com o grande dragão asiático que vem emergindo notavelmente no sistema internacional. E são o amor e a gratidão também, que unem todas as pessoas que citei nestes agradecimentos. Sou extremamente grata, feliz, e afortunada de ter na minha vida pessoas tão queridas, que me recebem e acolhem, que zelam pelas minhas conquistas e me incentivam a seguir. Não acredito nas coincidências, mas em Deus. Como disse Santo Agostinho: a medida do amor, é amar sem medida. *“Todo aquello que hayamos hecho por amor, como nos asegura Jesús, permanecerá para siempre” Chiara Lubich*

*En un rincón de América latina
donde tienen más brillo los luceros,
hay un nido imitando al de los teros
al cual el sol radiante lo ilumina*

*Este nido es mi patria idolatrada
tierra gaucha de vincha azul y blanca.
De ríos besuqueando a sus barrancas
y de montes de sombras emperradas.*

*Montes huraños que el sosiego acuna,
sus talas bravíos de afiladas púas
oyeron alaridos de charrúas
y el rugido salvaje de los pumas.*

*Aquella raza parida entre las matas
nos legó la mayor de las herencias:
la bravura, el coraje y su querencia
que se tiende desde el Cuareim al Plata*

*Chingolito gaucho canta tu canción.
Cántale a tu tierra, la Banda Oriental.
Cántale a las rojas flores del ceibal
al morir la tarde cual una oración.*

*Cantan los zorzales en el urunday
ni bien se asoman las tibias primaveras
Canta la niñez bajo su bandera
el himno más bello, el del Uruguay.
Lalo Mendoza*

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo principal identificar de que forma os enfraquecimentos do Mercosul afetaram as relações entre Uruguai e China no recorte temporal 1986-2023. Portanto, procurou-se evidenciar os conceitos teóricos a respeito do Mercosul e da integração regional; analisar o Mercosul enquanto bloco desde sua gênese, recorrendo pelas suas fases e enfatizando o papel do Uruguai no âmbito dessa união comercial. Também, apresentar as relações entre Uruguai e China (histórico e diplomáticas) com foco especial nas relações comerciais entre os dois países no período de vigência do Mercosul. Procurou-se também fazer a análise da proposta e hipótese de um Tratado de Livre Comércio entre Uruguai e China e as implicações que o mesmo traria para o Uruguai, para o Mercosul, e para a política externa do Uruguai bem como sua inserção internacional. Quanto a abordagem metodológica utilizadas tratou-se de pesquisa do tipo qualitativa; de natureza aplicada. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória. No que diz respeito aos procedimentos utilizados, tratou-se de pesquisa bibliográfica, empregando-se para tais fins a revisão de literatura abrangendo livros, artigos, notícias e websites bem como pesquisa documental em base a documentos oficiais. O problema de pesquisa é: O enfraquecimento do Mercosul afeta as relações entre Uruguai e China (1986-2023)? A hipótese inicial foi que os períodos de enfraquecimento do processo de integração regional do Mercosul afetaram as possibilidades de negociação do Uruguai frente ao grande *player* internacional que é a China (1986-2023). Os resultados conduziram a uma corroboração parcial da hipótese proposta. Isto, haja vista que apesar dos tantos avanços e retrocessos do Mercosul o relacionamento comercial, diplomático entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China se manteve ou apresentou melhora de 1988 até os dias de hoje. Todavia, constatou-se sim a incidência do Mercosul nas relações Uruguai-China e que pode estar relacionada a dois aspectos: o primeiro, ao reconhecer que o aprofundamento das relações uruguaias com a China vem ao encontro da pouca propositividade da agenda interna e externa do Mercosul, e o segundo que sim os enfraquecimentos do Mercosul afetaram talvez este último ano das relações Uruguai e China; principalmente as questões relativas a assinatura do Tratado de Livre Comércio, o andamento das negociações e o estancamento das mesmas.

Palavras-chave: Uruguai; China; Mercosul.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo por objetivo principal identificar de qué forma los periodos de debilidad del Mercosur afectaron las relaciones entre Uruguay y China en el recorte cronológico 1986-2023. Por lo tanto, se buscó evidenciar conceptos teóricos a respecto del Mercosur y de la integración regional; analizar el Mercosur como bloco desde su génesis, recorriendo por las fases y enfatizando el papel de Uruguay en el ámbito de esa unión comercial. También, presentar las relaciones entre Uruguay y China (histórico-diplomáticas) con especial atención en las relaciones comerciales entre los dos países en el periodo de vigencia del Mercosur. Se buscó también hacer un análisis de la propuesta e hipótesis de un Tratado de Libre Comercio entre Uruguay y China; así como las implicaciones que el mismo significa para Uruguay, para el Mercosur y para la política externa uruguaya así como su inserción internacional. En lo que refiere a las metodologías utilizadas, se trató de una investigación cualitativa, de naturaleza aplicada. En lo que refiere a sus objetivos, la investigación es exploratoria. En lo que refiere a los procedimientos utilizados, se trató de una investigación bibliográfica, utilizándose para estos fines la revisión de literatura empleando libros, artículos, noticias y sitios web así como de la investigación documental en base a documentos oficiales. El problema de investigación es: El debilitamiento del Mercosur afecta las relaciones entre Uruguay y China? La hipótesis inicial fue que los periodos de debilitamiento del proceso de integración regional del Mercosur afectaron las posibilidades de negociación de Uruguay frente al grande player internacional que es China (1986-2023). Los resultados condujeron a la corroboración parcial de la hipótesis propuesta. Esto, en virtud de que a pesar de los muchos avances y retrocesos del Mercosur el relacionamiento comercial, diplomático entre la República Oriental del Uruguay y la República Popular de China se mantuvo o presentó mejoras de 1988 hasta la actualidad. Todavía, se constató si la incidencia del Mercosur en las relaciones Uruguay- China y que puede estar relacionada a dos aspectos: el primero al reconocer que la profundización de las relaciones uruguayas con China viene al encuentro de la poca propositividad de la agenda interna y externa del Mercosur, y el segundo que si; los debilitamientos del Mercosur tal vez afectaron el último año de las relaciones Uruguay-China; principalmente las cuestiones relativas a la firma del Tratado de Libre Comercio, el caminar de las negociaciones y el consecuente estancamiento de las mismas.

Palabras-clave: Uruguay; China; Mercosur.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. EXPORTAÇÕES URUGUAIAS INTRAZONA E EXTRAZONA (2014-2022).....	116
TABELA 02. EXPORTAÇÕES URUGUAIAS COM DESTINO CHINA (2014-2022).....	117
TABELA 03. EXPORTAÇÕES URUGUAIAS COM DESTINO MERCOSUL (2014-2022).....	118
TABELA 04. EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL COM DESTINO CHINA (2014-2022).....	119

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MERCADO COMUM DO SUL.....	42
IMAGEM 02. JIANG ZEMIN E JORGE BATLLE NO URUGUAI EM 2001.....	82
IMAGEM 03. PRIMEIRA ESTÁTUA DE JOSÉ GERVASIO ARTIGAS NA ÁSIA. IMAGEM DE 2023, FRUTO DA HOMENAGEM FEITA A ARTIGAS JUNTO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA GEORGINA PAGOLA E LIBER DI PAULO.....	86
IMAGEM 04. TABARÉ VÁZQUEZ E XI JINPING. OUTUBRO DE 2016.....	88
IMAGEM 05. LUIZ INÁCIO DA SILVA E LUIS LACALLE POU.....	115
IMAGEM 06. CATEGORIZAÇÃO DO MERCADO COMUM DO SUL HOJE CONFORME IGNACIO BARTESAGHI (2023).....	138

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. DESTINOS DE ORIGEM E DESTINO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES URUGUAIAS.....	100
GRÁFICO 02. COMPARATIVO DAS EXPORTAÇÕES URUGUAI-DESTINO CHINA (2014-2022) FRENTE AS EXPORTAÇÕES DO URUGUAI DESTINO MERCOSUL (2014-2022).....	120

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 Introdução.....	23
2.2 Organizações Internacionais.....	23
2.3 Integração Regional.....	28
2.4 Integração econômica.....	29
2.5 Tratados de Livre Comércio.....	31
2.6 Análise de política externa.....	32
3. O MERCADO COMUM DO SUL: GÊNESE, FASES E O URUGUAI.....	34
3.1 Mercosul: gênese e tratado de Assunção.....	34
3.2 Fases do Mercosul: Avanços e retrocessos (1991-2023).....	45
3.3 O Uruguai no Mercosul.....	52
3.4 Problemas e conflitos do Uruguai dentro do Mercosul.....	58
3.5 Considerações finais.....	61
4. RELAÇÕES URUGUAI E CHINA: DE 1988 AOS DIAS DE HOJE.....	64
4.1 A China na América Latina.....	66
4.2 Relações histórico-diplomáticas entre a República Oriental do Uruguai e República Popular da China.....	77
4.3 Relações Econômicas e comerciais.....	96
4.4 Considerações finais.....	104
5. HIPÓTESE DA ASSINATURA DE UM TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE URUGUAI E CHINA.....	110
5.1 Histórico e andamento das negociações.....	111
5.3 Impactos na economia uruguaia, na política externa e na integração econômica do Mercosul.....	122
5.3.1 O Tratado de Livre Comércio com a China: política externa e inserção internacional em pauta.....	122
5.3.2 Das implicações de um Tratado de livre comércio com a China para a economia Uruguaia.....	127
5.3.3 Fortalezas e debilidades do Mercosul: flexibilização e a decisão 32/00.....	130
5.4.4 Os possíveis cenários para o Uruguai e para a integração regional mercosulina.....	136
5.4.5 Aspectos conjunturais da região sulamericana.....	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
7. REFERÊNCIAS.....	151

1. INTRODUÇÃO

A República Popular da China, muito vem projetando sua internacionalização e pautando sua presença ao longo do globo, abrindo-se a negociações e fazendo-se presente no sul global, por isso explica-se a influência na China também na América Latina, e na América do Sul. Especificamente na pauta comercial, a China vem se consolidando como o maior comprador mundial da América Latina como um todo.

Taken together, the growth of these sectors means that China has continued to grow in importance as an export market for LAC's low-value-added exports. As of 2018 (the last year for which technology-level trade baskets are available), China accounted for nearly one-fourth of LAC's primary exports, defined as products with little to no value added (including raw commodities such as soybeans and crude petroleum oil), as well as resource-based exports (including refined commodities such as soybean oil, and gasoline), but almost no manufactured goods (RAY, BATISTA, 2020, p.4)¹

Não é de hoje que a China tem demonstrado interesse na América Latina como parceria estratégica. Muito disto, em vista de que este continente tem apresentado problemas de integração, de solução de problemas regionais, de avanço em termos de infraestrutura e cooperar com a China poderia trazer bons resultados no que tange os anteriormente mencionados. Além disso, vale elencar que em vista do enfraquecimento dos instrumentos de cooperação regional e do descaso dos Estados Unidos em fornecer soluções para as demandas locais que emergem, a oportunidade para a China poderia ser muito boa ao mesmo tempo que pode ser favorecida (PAUTASSO et. al, 2020).

A escolha de analisar as relações Uruguai-China e por vez também as relações Mercosul-China muito vem ao encontro da importância que a China representa para a economia mundial mas também para a economia uruguaia, haja vista que ocupa uma das posições mais importantes da sua balança de comércio exterior. O Uruguai tem sua produção majoritariamente agrícola pelo que a China se torna um parceiro comercial de extrema importância para compor a agenda de comércio exterior do país. Especificamente sobre a China na América Latina, González apresenta que:

Merchandise trade has anchored this partnership. Rising from a low \$12 billion in 2000 to \$224 billion in 2016, trade has multiplied eighteen times, even while decreasing in the past three years because of lower commodity prices. China has

¹ Em conjunto, o crescimento destes sectores significa que a China continuou a aumentar em importância enquanto um mercado de exportação para a as exportações de baixo valor agregado da ALC. Em 2018 (o último ano para o qual estão disponíveis as trade baskets a nível tecnológico), a China representava quase um quarto das exportações primárias da ALC, definidas como produtos com pouco ou nenhum valor agregado (incluindo matérias-primas como a soja e o petróleo bruto), bem como exportações baseadas em recursos (incluindo matérias-primas refinadas como o óleo de soja e a gasolina), mas quase nenhum produto manufacturado (RAY, BARBOSA, 2020, p.4)

become the region's second-largest trading partner, accounting for 9.0 percent of Latin America's total exports and 18.4 percent of total imports in 2016. While more modest, Latin America's participation in China's trade accounts for 6.4 percent of total exports and 5.4 percent of total imports (GONZÁLEZ, 2018, p. 6)²

Quando referimos a matriz de exportações do Uruguai, as exportações de commodities de produção agrícola são extremamente relevantes. Nos últimos anos, a China tem se tornado um dos principais compradores destas commodities.

Em tempo, ainda nesse contexto, se analisará a hipótese e as negociações traçadas pelo Uruguai nos últimos anos em negociar um tratado de livre comércio com a China de forma autônoma a fim de afiançar as relações econômicas colocando em jogo um iminente distanciamento do Mercosul.

No que tange a diplomacia chinesa, a mesma se apresenta com muita assertividade para tratados bilaterais e isso fica claro no texto de Pautasso: “A diplomacia chinesa também se mostra assertiva no fomento às relações bilaterais, uma vez que estas surgem como alternativas às dificuldades encontradas no exercício de liderança e defesa do interesse nacional nos espaços de caráter multilateral (SHAMBAUGH, 2013 apud PAUTASSO, 2020, p. 81). Ainda Pautasso (2020) nos ensina que:

Não são poucos os acordos e as parcerias firmadas recentemente com os países que estão no escopo da Nova Rota da Seda. Até março de 2020, já eram 138 os países que assinaram algum formato de memorando de entendimento ou acordo bilateral sinalizando a intenção de participar da BRI (PAUTASSO, 2020, p. 83).

No que diz respeito ao recorte temático, o presente trabalho centrar-se-á em analisar as possibilidades de negociação entre Uruguai e China quando o Mercosul, enquanto bloco de integração regional principalmente econômico enfraquece. Como é notável, o Mercosul tem passado por vários momentos de enfraquecimento e amadurecimento, fazendo com que quando da primeira os estados encontrem-se comprometidos com o bloco e quando enfraquece-se, os estados menores como o Uruguai tentem negociações extrabloco haja vista que se sentem em uma situação de desvantagem frente às possibilidades que emergem no cenário internacional.

O recorte cronológico desta pesquisa, abrange desde 1986 até 1 de novembro de 2023, de modo que pontuar-se-ão de forma breve os estágios que o Mercosul tem vivido desde então, e suas negociações com a República Popular da China no recorte temporal assinalado.

² O comércio de mercadorias tem sido âncora desta parceria. Passando de baixos \$12 bilhões em 2000 a \$223 bilhões em 2016, o comércio tem se multiplicado dezoito vezes, ainda com um decréscimo nos últimos três anos devido aos custos mais baixos de matéria prima. A China tem se convertido no segundo sócio comercial mais grande da região, representando um 9.0 por cento das exportações totais da América Latina, é um 18,4 por cento das importações totais em 2016. Ainda que modesta, a participação da América Latina no comércio chinês representa um 6,4 por cento do total de exportações e um 6,4 do total de importações (GONZÁLEZ, 2018, p.6)

O ano de 1986 toma-se como referência pois fora o ano de criação da Câmara de Comércio Uruguai-China, que serviria mais adiante, como uma mola propulsora para o restabelecimento das relações diplomáticas entre as repúblicas. A delimitação final do ano 2023 deve à pertinência de uma compreensão do momento atual que vive o Mercosul com o Brasil que parece querer retomar a consolidação da sua imagem no contexto sulamericano mediante os organismos multilaterais fazendo que por vez haja um ganho de fôlego nas questões relativas ao supracitado bloco.

Portanto, a pergunta de pesquisa deste trabalho é: O enfraquecimento do Mercosul afeta as relações entre Uruguai e China (1986-2023)? Tem-se como hipótese que os períodos de enfraquecimento do processo de integração regional do Mercosul afetaram as possibilidades de negociação do Uruguai frente ao grande *player* internacional que é a China(1986-2023).

O objetivo geral é identificar de que forma o enfraquecimento do Mercosul afeta as relações entre Uruguai e China.

Dentre os objetivos específicos pretende-se: 1) Evidenciar os conceitos teóricos a respeito do Mercosul e da integração regional; 2) Analisar a gênese do Mercosul, suas fases enfatizando o papel do Uruguai no âmbito dessa união comercial; 3) Apresentar as relações entre Uruguai e China (histórico e diplomáticas) com foco especial nas relações comerciais entre os dois países no período de vigência do Mercosul e porfim, 4) Analisar a proposta e hipótese de um tratado de livre comércio entre Uruguai e China e as implicações que o mesmo traria para o Uruguai, para o Mercosul, e para a política externa do Uruguai bem como sua inserção internacional.

A cotidianidade na Fronteira da Paz (Livramento e Rivera) e o contexto no qual se encontra inserida a Universidade Federal do Pampa muito relacionado está com o interesse em explorar a temática que abrange a integração regional na área. A motivação muito gira em torno de compreender qual a importância da integração regional pautada através do MERCOSUL para o desenvolvimento integral completo e próspero dos seus estados membros enfatizando o papel do Uruguai. Conforme já apresentado na hipótese, o enfraquecimento do processo de integração regional muito parece refletir em vários quesitos que são relevantes para o entendimento e funcionamento dos estados. Sobre as motivações de índole acadêmica que justificam a escolha desta temática, identificar-se-ão não só um grande interesse pelas dinâmicas e acontecimentos na América do Sul, mas também, o fato de que a China tornou-se um dos mais importantes *players* na sociedade internacional. Isso não é novidade alguma,

esse crescimento econômico é tamanho e exponencial que muito reflete nos seus posicionamentos e formas de agir no cenário internacional.

Entretanto, ainda sobre a China, é tamanha sua presença ao redor do mundo que fez-se quase inevitável buscar compreender qual a relevância enquanto parceria estratégica para um estado como o Uruguai e para um bloco econômico como o Mercosul. Como estudante de Relações Internacionais, é possível identificar o exíguo número de produções acadêmicas em português que envolvam temáticas relacionadas à política externa uruguaia, que é um dos focos deste trabalho de conclusão de curso e que encontra-se previsto conforme apresentado nos objetivos específicos deste trabalho.

Especificamente sobre o momento em que escreve-se este trabalho de conclusão de curso, vem ao encontro das justificativas anteriormente expostas. Os olhares estão centrados no momento que o MERCOSUL está transitando. O mesmo é um projeto que ao longo de seus trinta e dois anos de existência experimentou momentos de altos e baixos, amadurecimentos e enfraquecimentos, e que se relacionam com vários fatores domésticos quanto externos tanto dos seus países membros quanto dos seu cenário internacional. A trajetória do Mercosul, muito pautada por esses altos e baixos, nos últimos anos vinha em um período de divergências entre os membros, de impasses e portanto conseqüentemente de pouca propositividade na sua agenda o que tornou que o Uruguai por exemplo, começasse a traçar a possibilidade de conduzir sua projeção internacional e principalmente sua abertura a mercados de forma autônoma.

Posto em pauta o enfraquecimento do MERCOSUL, a integração regional se apresenta como uma temática pouco atrativa para as pesquisas acadêmicas na área. Após a ascensão de Lula à presidência brasileira em 2023, resultado de vencer as eleições presidenciais, muito se esperava que o Brasil consolidasse sua presença no MERCOSUL e aprofundasse as relações com os membros do Mercosul. Essas expectativas giram em torno de que, das duas vezes anteriores em que Lula esteve na presidência, assumiu o executivo com uma agenda muito viesada às Relações Internacionais, e principalmente abertura para com a América do Sul e conseqüentemente o Mercosul. Partindo desse pressuposto, já se esperava que a preocupação brasileira com o Mercosul voltasse a ser algo latente. No primeiro mês de 2023, o assunto tomou posse das manchetes dos jornais, e as especulações circundam o fato de que a integração regional retomará fôlego. Especificamente sobre as relações Brasil e Uruguai, esse interesse do Brasil em reafirmar a integração regional demonstrou-se já de entrada com a concretização de obras infraestruturais, que traduzem por si o interesse brasileiro em consolidar o Mercosul. As mesmas tratam-se de tornar binacional o aeroporto de Rivera,

construir a ponte sobre o Rio Jaguarão e também a hidrovia Uruguai- Brasil (EL PAÍS URUGUAY, 2023).

Ainda nesse sentido, apesar das presumíveis diferenças ideológicas entre o presidente brasileiro Luiz Inácio, e o presidente uruguaio Luis Alberto, o primeiro legitimou os reclamos do segundo no que diz respeito ao Mercosul e convergiram no fato de que há que modernizar o Mercosul e inclusive concordou com a hipótese de um tratado com a China mas no nível intrabloco, mas afirma a ideia de primeiro negociar um TLC dentro dos limites do bloco com a União Europeia(EL PAIS URUGUAI, 2023).

Estas são algumas das motivações e da pertinência da condução desta pesquisa. A temática mostra-se extremamente atual, pragmática e chama a atenção, entretanto, faz-se necessário compreender aspectos históricos, políticos, para assim poder traçar novas hipóteses e produzir resultados que possam servir à academia de Relações Internacionais e quem sabe gerar repercussões ao desenvolvimento da região.

No que tange os aspectos metodológicos desta pesquisa, seguindo a abordagem e delimitação metodológica apresentada por Silveira e Peixoto (2009), quanto à abordagem pretender-se-a escrever uma pesquisa do tipo qualitativa onde deixando a um lado a representatividade de índole numérica, centrar-se-á exclusivamente a prestar atenção de forma aprofundada ao compreender o grupo social ou organização a qual se tem interesse (SILVEIRA, PEIXOTO; 2009). Quanto a sua natureza, trata-se de pesquisa aplicada, haja vista que objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática abrangendo interesses locais (SILVEIRA, PEIXOTO; 2009). No que diz respeito aos seus objetivos, classifica-se-a esta pesquisa como exploratória, já que pretende tornar o problema de pesquisa mais explícito e possibilita também a construção de hipóteses mediante análise bibliográfica, entrevistas e análise de exemplos relacionados à temática (SILVEIRA, PEIXOTO; 2009). Este servirá de base para responder à hipótese de se durante os períodos de enfraquecimento do processo de integração regional do Mercosul, afetaram-se as possibilidades de negociação do Uruguai frente ao grande player internacional que é a China. No que diz respeito aos procedimentos se tratará de uma pesquisa bibliográfica, e será traçada a partir de ampla revisão de literatura abrangendo livros, artigos, notícias e websites (SILVEIRA, PEIXOTO; 2009). Deve-se acrescentar que ocorreu também pesquisa documental em base a documentos do arquivo histórico diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, após visita em 11 de Agosto de 2023.

Desta forma a presente pesquisa dividir-se-á em quatro capítulos. O primeiro terá no seu escopo uma série de conceitos que pertencem à literatura das relações e fornecerão

elementos importantes para a compreensão do trabalho como um todo. Portanto se apresentaram os conceitos de Organizações internacionais, integração regional, integração econômica, tratado de livre comércio e análise de política externa.

O segundo capítulo, versará a respeito do Mercado Comum do Sul, delineando sua gênese, suas fases e o Uruguai perante o Mercosul. O objetivo geral do capítulo é analisar a gênese do Mercosul, suas fases enfatizando o papel do Uruguai no âmbito dessa união comercial.

O terceiro capítulo centra-se nas relações entre Uruguai e China desde 1986 até os dias de hoje. O objetivo geral deste é apresentar as relações entre Uruguai e China (histórico e diplomáticas) com foco especial nas relações comerciais entre os dois países no período de vigência do Mercosul. Portanto, analisar-se-á as relações da China com a América Latina; as relações histórico-diplomáticas entre a República Oriental do Uruguai e República Popular da China e por fim as relações econômicas e comerciais.

O último capítulo terá por objetivo principal analisar a proposta e hipótese de um tratado de livre comércio entre Uruguai e China e as implicações que o mesmo traria para o Uruguai, para o Mercosul, e para a política externa do Uruguai bem como sua inserção internacional. Neste, analisar-se-ão o histórico e andamento das negociações deste tratado, comércio exterior uruguaio rumo ao Mercosul no âmbito do Mercosul e por fim, as implicações e Impactos que geraria o tratado na economia uruguaia, na política externa e na integração econômica do Mercosul.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns conceitos teóricos relacionados às Relações Internacionais que servirão para uma maior compreensão deste estudo. Portanto, em primeiro momento apresenta-se o entendimento das Organizações Internacionais desde um ponto de vista histórico, e sua visão por parte das distintas teorias das relações internacionais.

Em segundo momento, a Integração Regional e a Integração econômica. Estes servirão para uma maior compreensão do Mercosul. Além destes, será evidenciado o que se entende na literatura da contemporaneidade das Relações Internacionais quando se fala de Tratado de Livre Comércio por ser um ponto chave na temática desta pesquisa. Por fim, trataremos da Análise de Política Externa e da inserção internacional dos países pequenos dentro da literatura das Relações Internacionais.

2.2 Organizações Internacionais

As Organizações Internacionais surgem enquanto um outro nível de cooperação internacional entre os países. Na comunidade internacional o direito internacional sedimentou as primeiras bases de convivência entre os estados. Todavia, tratava-se principalmente de relações bilaterais. Esse novo nível de cooperação que adquire-se com as Organizações Internacionais permite e possibilita uma passagem do bilateralismo para o multilateralismo que constitui um fator marcante das organizações internacionais na contemporaneidade (SEITENFUS, 2005). Além da multilateralidade ressaltar-se outras características cruciais que são a permanência e institucionalização. Por sua vez, deve-se evidenciar que a multilateralidade pode manifestar-se através do regionalismo ou do universalismo e que isso dependerá de quem são os sócios da referida organização e constará no seu tratado constitutivo (SEITENFUS, 2005).

Conforme pode ser lido em Ricardo Seitenfus (2005), tem-se que os vestígios do que viriam a ser Organizações Internacionais se remontam ao século V, quando foram estabelecidas regras de arbitragem entre as cidades gregas e por conseguinte começa a aplicação do princípio confederativo. O referido princípio, significava que as cidades que a integravam possuíam representação perante um Conselho, e possuíam representatividade em virtude da importância de cada um dos membros da confederação. Um dos principais

problemas entre as cidades, principalmente em Atenas era a questão que não era tido em conta o princípio da igualdade jurídica: “Israel se autoproclamava o único povo eleito; os gregos percebiam os demais povos como bárbaros, e os romanos pretendiam uma dominação universal” (SEITENFUS, 2005, p. 38).

Logo após, já na Idade Média surge a autoridade papal, que tinha um teor político mas também espiritual quem obteve um certo protagonismo chegando a se tornar “[...] árbitro supremo e inapelável dos conflitos entre os principes cristãos” (SEITENFUS, 2005, p.39). Sobretudo destaca-se com a Idade Média o advento de uma sociedade transnacional. É nítido que o poder exercido pelo papa na época é incomparável com a arbitragem feita pelas organizações internacionais nos moldes de hoje em dia, mas sem dúvidas foi de extrema relevância para a época. Como consequência da reforma religiosa, do renascimento, das monarquias nacionais e dos estados laicos o poder papal perdeu relevância. Todavia; para Seitenfus, (2005), p. 39 apud Visscher, (1953), p. 19: “Os tratados de Vestefália (1648), mais do que colocar um termo a Guerra dos trinta anos, estabeleceram um “sistema pluralista e secular de uma sociedade de Estados independentes, substituindo, desde então, a ordem providência, e hierarquizada da Idade Média”.

Nos ensina Cretella Neto (2007) que além disso, os Tratados de Vestfália permitiram a ampliação da liberdade de culto religioso, e vieram para legalizar o nascimento de novos estados soberanos, dando gênese as bases do Direito Internacional contemporâneo. Enquanto antecedentes, tem-se em 1815 o Congresso de Viena cuja ata final do referido Congresso assinada em Junho de 1815 pode entender se como o primeiro exemplo de tratado coletivo da história, ainda que o primeiro tratado multilateral da história para Cretella Neto (2007) que de fato o primeiro tratado multilateral da história foi o Tratado de Paz de Paris de 1856 após a Guerra da Crimeia (CRETELLA NETO, 2007). Mais adiante em 1986 ocorreria a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, onde: “A mesma convenção define organização internacional como uma organização intergovernamental” (CRETELLA NETO, 2007, p. 11)

Já no final das Guerras Napoleônicas, observar-se-á uma nova tendência na comunidade internacional que foi a criação de congressos esporádicos, que faz com que surja a diplomacia, e visava a solução de conflitos esporádicos. Essas conferências eram *ad hoc*, ou seja, reuniam-se apenas para sanar uma certa finalidade e após a resolução de um acordo e discutida uma matéria específica, encerrava-se.

O sistema de conferências ad hoc era limitado: tanto em seu alcance quanto em relação à qualidade dos resultados. Os principais pontos que causavam dificuldades eram: a) para cada novo problema, outra conferência deveria ser convocada, por

iniciativa do Estado ou Estados interessados, o que causava, em geral, atrasos e complexidade ao lidar com o problema; b) as conferências eram usadas como plataformas para efetuar política estatal, em lugar de serem usadas como fora para discussões e resoluções, como, por exemplo, são os órgãos da ONU, atualmente, com a consequência que se perdia flexibilidade nas negociações;c) não existia um princípio regulando a participação, envolvendo responsabilidades e obrigações além do direito de ser representado, porque as conferências eram realizadas a convite de determinado Estado ou Estados, que as patrocinavam; d) o princípio da igualdade era observado de forma estrita, o que significa que decisões importantes, de qualquer espécie, somente eram adotadas segundo a regra da unanimidade e não com base em algum tipo de maioria de votos; e) as conferências ad hoc passaram a ser associadas a questões políticas e diplomáticas, e não a questões jurídicas; e f) por fim, as próprias conferências mostraram-se inadequadas para a resolução de questões políticas.

Logo após, já em 1818, aparece o “diretório europeu”, pentarquia conformada por Áustria, França, Prússia, Reino Unido e Rússia. Dentre tantas conferências relevantes, destacam-se as duas primeiras conferências de Haia que ocorreram em 1889 e 1907 respectivamente e tinham como intuito a busca de princípios jurídicos que viessem a reger a organização internacional. Tão relevante foram as anteriormente citadas, que “O grau de institucionalização introduzido pelo sistema de Haia anunciava tendências que só se realizariam plenamente com a criação da Liga das Nações. A ideia era criar um sistema de conferências regulares, sem haver a necessidade de uma convocação” (HERZ, RIBEIRO, 2004, p.34)

Como uma última etapa antes da formalização das organizações internacionais como um todo, cessa o período de conferências e no século XIX é mais plausível a criação de comissões permanentes constituídas como órgãos internacionais, a fim de convergir esses interesses comuns entre os estados nacionais. Se tem registro por exemplo da comissão fluvial internacional que tem data de 1815 mas logo após surgiram outras: “Na segunda metade do século XX em torno de questões administrativas, foram criados instrumentos de cooperação. Assim, fundam-se a União Telegráfica (1865), a União Postal Universal (1874), a União para a Proteção da Propriedade Intelectual (1883) e a União das Ferrovias (1890)” (SEITENFUS, 2005, p.44).

Ricardo Seitenfus cita o internacionalista francês Louis Renault quem ressalta e valoriza importância das organizações internacionais que mesmo muitas vezes sendo desdenhadas “[...] fizeram mais pela civilização e o entendimento entre os povos do que os célebres diplomatas”(SEITENFUS, 2005, p.44). Cabe com pertinência assinalar a criação da Liga das Nações no final da primeira guerra como “[...] um evento de fundamental importância, muito embora a organização tenha entrada para a história como um ícone de

insucesso, tendo sua vida útil terminada com a violência que se espalhou pela Europa nos anos 30 (HERZ; RIBEIRO, 2004, p.36).

Perspectivando através das teorias que fundamentam e embasam as Relações Internacionais, as organizações internacionais podem ser vislumbradas perante distintas óticas conforme a teoria das Relações Internacionais. É no decorrer do século XX que começam os estudos acadêmicos no que tange às organizações internacionais. Segundo Herz e Ribeiro os estudos começam tendo motivação o próprio sistema ONU perpetua uma nova visão e concepção das organizações internacionais, sendo assim: “Sendo influenciada por processos históricos como a criação do sistema ONU, após a Segunda Guerra ou o novo ativismo das organizações internacionais ao final da Guerra Fria, assim como pelo trajeto dos debates teóricos da disciplina” (HERZ, RIBEIRO, 2004, p. 42).

No entanto, as distintas teorias têm percepções distintas e valorações distintas do papel que desempenham as organizações internacionais no sistema internacional. Se apreciarmos o dualismo das teorias realistas e liberais, já podemos observar nítidas diferenças, podendo-se apreciar mais desavenças do que similitudes.

Por um lado, o perspectivar realista apresenta pouca fé nas organizações internacionais. A partir de 1950 foi até impedido que recursos humanos tanto financeiros fossem direcionados ao estudo das organizações internacionais porque era de alguma forma irrelevante. Para os realistas, pouco expressivas são as organizações internacionais já que os atores dominantes no sistema internacional são os estados, os quais na sua própria condição prezam pela maximização de poder e de segurança. A visão realista compreende o sistema internacional como sendo anárquico e entende que dentro dos estados nacionais é almejavável e possível “O progresso, a ordem e a paz” (HERZ, RIBEIRO, 2004, p.49) enquanto no ambiente internacional apenas é visível “[...] a anarquia, a desordem e a guerra”(HERZ, RIBEIRO, 2004, p.49). Nesse sentido, os autores de cunho realista são contrários à ideia de que as organizações internacionais desempenham um papel importante no sistema internacional enquanto mediadores ou que podem mudar alguma coisa com seu acionar. Mearsheimer é um exemplo de teórico que contribuiu principalmente para a promoção do despreço do papel destas instituições principalmente no que tange à segurança. Os realistas desacreditam no poder da cooperação acordada pelas questões de equilíbrio e desequilíbrio e novas ordens de poder, já que os estados estão em contínua busca destes mediante a sobrevivência e a independência. Ainda neste sentido, vislumbram as relações internacionais como sendo “[...] instrumentos usados pelos Estados mais poderosos para atingir seus objetivos”(HERZ, RIBEIRO, 2004, p.50). Para além destes aspectos, também salienta-se que

as organizações internacionais não possuem a coercitividade ou autoridade para que as decisões, normas e regras que se criem sejam efetivamente cumpridas por parte dos estados, haja vista que os Estados priorizaram seu interesse nacional em detrimento destas. Ainda nesse sentido, nota-se que os atores mais poderosos utilizam estas organizações apenas para satisfazer suas necessidades: “Elas só exercem funções importantes quando expressam a distribuição de poder no sistema internacional. Apenas quando os atores mais poderosos acordam a utilização conjunta das OIGs para realização de seus objetivos é esperado que elas se tornem efetivas” (HERZ, RIBEIRO; 2004, P. 50).

Por outro lado, dentro da tradição liberal existem distintas concepções sobre as organizações internacionais. A referida tradição abrange e tem como “[...] fundamento de propostas que envolvem o papel das organizações e do direito internacional para a geração de mais cooperação e mais ordem no sistema internacional” (HERZ, RIBEIRO; 2004, p. 52). Apresenta-se aqui a possibilidade que, quase como uma equivalência e em simultâneo do que acontece no ambiente doméstico, pudesse ser aplicada na comunidade internacional uma mesma lógica. Portanto, “No plano internacional, as instituições como o direito, às organizações e outras representaram um limite ao exercício de poder dos Estados e de sua soberania” (HERZ, RIBEIRO; 2004, 52).

Na década de 80, há um ímpeto por parte de vários autores para favorecer a construção de teorias descritivas e que possam ser verificáveis com o plano empírico: “Questões éticas são deixadas de lado. O papel das instituições internacionais adquire lugar central, mantendo-se hegemônica a ideia de que o Estado é o principal ator do sistema internacional.” (HERZ, RIBEIRO, 2004, p. 53). O debate dos anos 80 contava por um lado com os neorealistas que acreditavam que para compreender o sistema internacional o fator principal é o poder. Ademais, sobre a cooperação, acreditam que a mesma só ocorre quando serve para atender a vontade de Estados mais poderosos, e por tanto é difícil de ser mantida. Sobre as organizações internacionais opinam que não possuem relevância e impacto significativo para as relações internacionais como um todo.

Em contrapartida, do outro lado os neoliberais acreditam que “as relações de poder são absolutas” (HERZ, RIBEIRO, 2004, p. 53) em vista que os estados visam acumulação de recursos de poder. Para estes, as instituições possuem sim um valor relevante, e crucial para promover a facilitação da cooperação. Após o anteriormente mencionado, podemos avaliar como essencialmente a concepção realista e liberalista das relações de poder e principalmente das organizações internacionais são antagônicas, pois enquanto os realistas desdenham o rol das organizações internacionais, os liberalistas as enaltecem.

2.3 Integração Regional

A integração regional pode ser entendida de forma geral como “[...] um processo de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (HERZ, RIBEIRO, 2004, p. 168). Herz e Ribeiro (2004) ressaltam que a integração regional irradia e se propaga sob vários eixos temáticos tais como questões político- institucionais, socioculturais e econômicas (HERZ, RIBEIRO, 2004).

[...] devemos distinguir uma organização de integração regional com acordos regionais de integração econômica que visam a criar áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns ou uniões monetárias. Ainda que a integração econômica possa ser promovida intencionalmente como uma etapa de um processo de integração regional, como o advogado pelos funcionalistas, a integração regional, como aqui definida, envolve também questões sociais, políticas e culturais. (HERZ, RIBEIRO, 2004, p. 169).

Retomando o conceito de integração como processo, os atores podem ser i) governamentais ou não - governamentais; ou ii) nacionais, subnacionais e transnacionais (HERZ, RIBEIRO, 2004).

A julgar desde uma perspectiva mais histórica, podemos elucidar ondas de regionalismo. A primeira onda de regionalismo havia sido incentivada pelos Estados Unidos pelo pós- guerra, e pode ser exemplificada e materializada em organizações como a OTAN, a SEATO, e objetivavam a detenção do comunismo. Economicamente analisando, a primeira onda de regionalismo tratava-se de um regionalismo fechado. O sustento deste tipo de regionalismo era que os países menos desenvolvidos não podiam competir com os mais desenvolvidos se não através de incentivos para sua industrialização e inserção internacional (HERZ, RIBEIRO, 2004). Já em meados de 1970, percebe-se um enfraquecimento desta onda de regionalismo, grandemente motivada pela crise econômica mundial e o final do sistema de Bretton Woods. Há uma volta ao integralismo regional na década de 1980, já em um contexto mundial de pós-guerra fria. Novamente o intuito principal da integração era segundo Herz, Ribeiro (2004) p. 174:“ a busca de uma melhor inserção na economia internacional no contexto do processo de globalização econômica”. Aqui já se tratava de um regionalismo aberto. Cabe com pertinência, apresentar a dicotomia regionalismo econômico aberto e fechado. Segundo Herz e Ribeiro p. 175:

“(...) o regionalismo econômico aberto é visto como uma etapa intermediária para a liberalização econômica multilateral, e não como um fim em si mesmo. É, portanto, complementar ao regime de comércio promovido pelo GATT-OMC (...) O regionalismo econômico fechado, promove o protecionismo no nível regional, confrontando o regime de comércio promovido pelo GATT-OMC.

Como exemplos de integração regional na América Latina temos o NAFTA, que é o acordo de livre comércio da América do Norte, o sistema de integração na América Central, e o Mercosul que é o mercado comum do Cone Sul. Também são exemplos a associação dos Estados Caribenhos, a Área de Livre-Comércio do Grupo de Três (G3) e a Comunidade Andina CAN. No sistema internacional os instrumentos de integração regional são relevantes pois favorecem as relações comerciais entre blocos, facilitando assim a inserção de países menos desenvolvidos.

2.4 Integração econômica

Deve-se ressaltar que do ponto de vista conceitual, uma integração econômica pode avançar ou não a um patamar de integração regional. Ela pode ser promovida, por interesse dos seus atores, a um processo de integração um pouco mais completo ou não. Caso sim, poderá por vezes abranger aspectos que tangem aspectos sociais, políticos e culturais.

[...] devemos distinguir uma organização de integração regional de acordos regionais de integração econômica que visam a criar áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns ou uniões monetárias. Ainda que a integração econômica possa ser promovida intencionalmente como uma etapa de um processo de integração regional, como o advogado pelos funcionalistas, a integração regional, como aqui definida, envolve também questões sociais, políticas e culturais. Além disso, acordos de integração econômica não precisam estabelecer organizações regionais com sedes permanentes para administrar suas atividades (embora quanto maior for a profundidade de integração, principalmente no caso de mercados comuns e uniões monetárias, mas a ausência de uma organização parece comprometer sua própria eficácia (HERZ, RIBEIRO, 2004, p. 169).

Gilpin (2001) reconhece que o regionalismo econômico ou os tratados regionais de comércio ganharam fôlego após 1980 pois apresentaram-se impactantes para a economia mundial mas ressurgem de forma diferente aos regionalismos econômicos emergidos entre 1950 e 1960 (GILPIN, 2001). O autor também destaca que conquanto que o regionalismo tenha se tornado um fenômeno universal, adquire distintas formas e varia no que diz respeito a sua forma institucional (GILPIN, 2001)

Various forms of economic regionalism (customs unions, free trade areas, and single markets) provide, to some extent, such advantages of free trade as increased competition and economies of scale while simultaneously denying these advantages to outsiders unless they invest in the internal market and meet member-country demands for local content, technological transfers, and job creation. Regionalism also facilitates pooling of economic resources and formation of regional corporate alliances. For all these reasons, regionalism has become a central strategy used by groups of states to increase their economic and political strength and therefore has

become an extremely important feature of the global economy (GILPIN, 2001, p.361).³

Especificamente sobre a criação das áreas de livre comércio, elas compõem um dos tipos de integração regional, ou de cessão de soberania como é entendida por alguns autores. A área de livre comércio é um espaço onde “[...] as tarifas comerciais entre seus membros são eliminadas, mas cada um possui tarifas comerciais diferenciadas com terceiros”(HERZ, RIBEIRO, 2004, p. 170) Também destacam-se outros tipos de integração regional como União aduaneira, Mercado comum e União monetária. Especificamente o Mercado Comum, pode ser entendido como para além da área de livre comércio pois neste tipo identifica-se não só a tarifa externa comum, mas também aspectos relativos à política comercial e livre circulação de serviços capitais e pessoais (HERZ, RIBEIRO, 2004) Entende-se por bloco econômico:

O termo “bloco” significa que um grupo específico de países adotaram medidas de integração (econômicas, políticas, governamentais, financeiras, dentre outras modalidades possíveis) entre eles para favorecer o comércio internacional intrabloco. E foi nos anos de 1980 e 1990, que iniciou-se um novo ciclo mundial, novas relações econômicas abriram espaço para a integração entre os países (REZENDE, 2021, p. 18).

Portanto, conforme apresentado, existem distintos graus de integração econômica a depender da intensidade da intencionalidade dos seus atores. Ela pode constituir uma área de livre comércio, uma união aduaneira, um mercado comum ou uma união monetária (HERZ, RIBEIRO, 2004) . Primeiramente, a área de livre comércio é aquela na qual os membros que integram este espaço possuem eliminação de tarifas comerciais entre si e fixação de tarifas comerciais diferenciadas para quando se relacionarem com terceiro (HERZ, RIBEIRO, 2004) Segundamente, uma união aduaneira é aquele espaço onde há livre comércio mas os membros estipulam uma tarifa comum para transações comerciais com atores de fora da união (HERZ, RIBEIRO, 2004). Terceiramente, o mercado comum é um espaço um pouco mais amplo. Aqui há um grau de complexidade um pouco maior, pois há livre circulação de pessoas, de capitais de serviços e uma promoção harmônica da política comercial. Como o nível de integração

³ Várias formas de regionalismo econômico (uniões aduaneiras, zonas de comércio livre e mercados únicos) proporcionam, até certo ponto, as vantagens do comércio livre, como o aumento da concorrência e as economias de escala, negando simultaneamente essas vantagens aos estrangeiros, a menos que invistam no mercado interno e satisfaçam as exigências dos países membros em matéria de conteúdo local, transferências tecnológicas e criação de emprego. O regionalismo também facilita a partilha de recursos econômicos e a formação de alianças empresariais regionais. Por todas estas razões, o regionalismo tornou-se uma estratégia central utilizada por grupos de Estados para aumentar a sua força econômica e política e, por conseguinte, tornou-se uma característica extremamente importante da economia global (GILPIN, 2001, p.361).

regional é mais alto, vislumbramos a união monetária, que também tem os preceitos e bases do mercado comum mas como o próprio nome diz, é incluída por uma moeda comum.

2.5 Tratados de Livre Comércio

Os Tratados de Livre Comércio constituem uma tendência no século XXI. O mesmo tem como principal intuito uma maior liberalização dos mercados entre as nações.

Os tratados de livre comércio podem ser constituídos de forma bilateral ou multilateral entre países. O seu intuito principal é a liberalização de mercados e através da qual ocorreria uma ampliação do mercado de bens e serviços entre seus signatários com a consequente eliminação ou redução de barreiras arancelarias ou não arancelarias. Além destes, outros fatores também encontram-se pautados tais como a questão de investimentos, propriedade intelectual, normas laborais e meio ambientais (CIBEI, 2023).

Conforme Trasher (2009),

Today, countries increasingly turn to preferential trade agreements (PTAs — also known as bilateral or regional trade agreements) as the primary method of liberalizing trade between nations. Some World Trade Organization (WTO) members have even proposed that the on-going multilateral negotiations focus on maintaining existing tariff schedules, rather than making progress on the more challenging development issues of the Doha Round (Bridges, 2009). Challenged by the difficulty of negotiating an agreement, these countries have lowered their expectations for multilateral trade liberalization, and diverted their resources —and their hopes — to bilateral or regional efforts (THRASHER, 2009, p. 1)⁴

Os Tratados de Livre Comércio podem ser multilaterais ou bilaterais. Estes últimos mostram-se propensos uma vez que são mais fáceis de serem negociados reduzindo os esforços apenas a vias bilaterais.

En el comercio internacional, los TLC pueden: potenciar el intercambio entre países miembros, redirigir el comercio favoreciendo las relaciones intra-TLC, atraer inversiones extranjeras por su estabilidad, armonizar regulaciones entre países firmantes, resolver disputas comerciales, beneficiar o perjudicar a ciertos sectores según la competencia (CIBEI, 2023)⁵

⁴ Atualmente, os países recorrem cada vez mais a acordos comerciais preferenciais (ACP - também conhecidos como acordos comerciais bilaterais ou regionais) como o principal método de liberalização do comércio entre nações. Alguns membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) propuseram mesmo que as negociações multilaterais em curso se centrassem na manutenção dos calendários pautais existentes, em vez de progredirem nas questões de desenvolvimento mais difíceis da Ronda de Doha (Bridges, 2009). Confrontados com a dificuldade de negociar um acordo, estes países reduziram as suas expectativas relativamente à liberalização do comércio multilateral e desviaram os seus recursos - e as suas esperanças - para esforços bilaterais ou regionais (THRASHER, 2009, p. 1)

⁵ No comércio internacional, os TLC podem: melhorar o intercâmbio entre os países membros, redirecionar o comércio favorecendo as relações intra-TLC, atrair investimentos estrangeiros devido à sua estabilidade, harmonizar as regulamentações entre os países signatários, resolver disputas comerciais, beneficiar ou prejudicar determinados setores de acordo com a concorrência (CIBEI, 2023)

Do ponto de vista histórico, deve-se salientar que os TLC começam se expandir a partir das travas nas negociações no âmbito da OMC; Quijano (2017) diz que: “ Desde que se trabaron las negociaciones en la OMC empezaron a proliferar los TLC impulsados principalmente por Estados Unidos(EE.UU) (QUIJANO, 2017, p. 81)

Desde la paralización de Doha a fines de la primera década del milenio hay dos fenómenos que se aceleran: la proliferación de los TLC y la reformulación de varios de los acuerdos regionales. Esto resulta particularmente claro en el continente asiático, donde, desde el 2010, cuatro acuerdos regionales, muy ambiciosos, están transformando las alianzas y acentuando ciertas particularidades de los liderazgos. (QUIJANO, 2017, p.81)

2.6 Análise de política externa

A análise de política externa será utilizada para compreender as relações entre Uruguai e China. A análise de política externa pode ser reconhecida como uma subárea das Relações Internacionais que encarregar-se-á do estudo daquelas decisões tomadas por um estado na relação com outros atores que compõem o cenário internacional, sejam estados, organizações, etc.

A análise de política externa (APE) foca-se no exame de como as decisões externas são tomadas conforme a estrutura institucional de um Estado e o papel dos indivíduos diretamente envolvidos com a formulação de políticas voltadas ao plano exterior. O debate tem origem como uma resposta ao realismo que domina o ambiente acadêmico de relações internacionais no pós II Guerra Mundial. Será na crítica às proposições do realismo que nascem as teorias de APE (FERREIRA, 2020, p. 14).

Destacar-se-ão três estudos significativos que abrangem nas suas abordagens a tentativa de traçar conceitos e metodologia para a construção do estudo da análise de política externa sendo estes “Pre-theories and theories of foreign policy” (1966) de James Rosenau, R. Snyder; a obra “Decision Making as an approach to the study of international politics(1963)” de W. Bruch e B. Sapen, e terceiramente Harold e Margaret Sprout com duas obras de extrema pertinência para a área: “Man-Milieu relationship hypotheses in the context of international politics(1956)” e “The Ecological Perspective on humans affairs with special reference to international politics”, com data de 1965 (RODER, 2011) Putnam (2010), traça a dicotomia da lógica de dois níveis entre a Diplomacia e a Política Doméstica, e as entende como indissociáveis: “A política doméstica e às relações internacionais estão sempre entrelaçadas de alguma forma e nossas teorias ainda não desvendaram esse quebra-cabeça. É

infrutífero debater se a política doméstica realmente determina as relações internacionais ou se é o inverso” (PUTNAM, 2010 , p. 147). Putnam disserta sobre como as negociações internacionais e outras fenomenologias do sistema internacional podem ser visualizadas através dessa teoria, reconhecendo-se para tais fins dois níveis.

Os níveis, por sua vez, estando intrinsecamente ligados um ao outro, também sofrem influências no seus núcleos. Putnam disserta sobre o nível nacional estar guiado por grupos que, em busca de seus interesses individuais, atuam como agentes de pressão para ter atendidos seus interesses, assim como também os políticos vão buscar protagonismo nessa abordagem, aliando-se em coalizões aos anteriormente citados (PUTNAM, 2010). Em simultâneo, no nível internacional, esses governos vão atuar de tal forma a satisfazer tanto as pressões domésticas enquanto desenvolvem capacidades de se sobreporem às situações que ocorrem no ambiente externo (PUTNAM, 2010).

3. O MERCADO COMUM DO SUL: GÊNESE, FASES E O URUGUAI

A integração regional sulamericana tem-se manifestado mediante inúmeras vias, caminhos e instituições. Dentre elas, o Mercosul, apesar dos avanços e recuos tem sido um dos principais expoentes desta máxima. Portanto, o objetivo geral deste capítulo é analisar a gênese do Mercosul e suas fases enfatizando o papel do Uruguai no âmbito dessa união aduaneira imperfeita. Para isto, desta forma compreender-se-ão suas premissas iniciais, suas fases, atores, constituição histórica e jurídica. O capítulo, dividir-se-á em cinco subseções. Desta forma, a primeira parte irá referir aos primórdios do Mercosul, sua constituição instrumentalizada mediante o Tratado de Assunção, assim como outros Tratados de extrema valia para a Constituição do Bloco. A segunda subseção, analisará as fases que o Mercosul transcorreu: avanços e retrocessos desde sua constituição em 1991 até os dias de hoje. A terceira parte enfatizará a situação do Uruguai no Mercosul. Indubitavelmente é de extrema pertinência para esta pesquisa compreender o papel que exerce o Uruguai dentro do Mercosul e também a relevância deste bloco i) para seu comércio exterior e ii) para sua inserção internacional; assim como compreender os caminhos que Uruguai tem pautado dentro do Mercosul e como os posicionamentos dos governos frente ao bloco. A quarta referirá especificamente a problemas que o Uruguai tem enfrentado no âmbito do Mercosul. Finalmente a quinta seção contém as considerações finais do capítulo, incluindo explicações da teorização de Oviedo sobre o efeito do Brasil enquanto potência regional dentro do Mercosul que influirá nas demais mercosurenhas.

3.1 Mercosul: gênese e tratado de Assunção

Há consenso na literatura sobre os primórdios da constituição do Mercosul. Lincoln Bizzozero Revelez (2014) refere à década de noventa sinalizando o fim da bipolaridade, a aceleração do processo de mundialização do capitalismo e a derrubada do bloco socialista como alguns dos fatores que desempenharam mudanças nas égides do sistema internacional. O autor também faz menção ao Consenso de Washington e como o impulso à mundialização e regionalização estaria muito atrelado ao fato de que os países da América Latina seguiram eixos comuns embasados em abertura econômica, diminuição do papel do estado, dentre outros (BIZZOZERO, 2014). Rogério Santos da Costa (2008) também reconhece principalmente no início dos anos noventa esse objetivo de uma criação de Mercado Comum que começara sendo sinalizada mediante assinatura da ata de Buenos Aires. Portanto, já não

se pensava mais na criação de uma Zona de Livre Comércio para 1995 mas sim na efetiva constituição de um Mercado Comum (SANTOS, 2008). Dentro desse contexto, Brasil e Argentina, na intensificação de tratados bilaterais possibilitaram a criação de uma biosfera que daria espaço mais tarde ao próprio Tratado de Asunción. Lacalle Herrera (2020) também localiza a origem do Mercosul nas decisões bilaterais entre Brasil e Argentina no período de volta à democracia e reconhece estes como processos naturais das características nacionais destas duas nações, reconhecendo-os como duas entidades de poder dominantes (LACALLE HERRERA, 2020). O mesmo autor, que era no momento da assinatura do Tratado de Assunção o presidente uruguaio, descreve a sua visão sobre este empreendimento de integração regional:

Cuatro países que entrelazan sus destinos en conflicto durante un siglo son los protagonistas que intentan, en las postrimerías del siglo XX, el emprendimiento del Mercosur. Una etapa distinta pero que no nace de la nada, pues las diferencias históricas, la calidad respectiva de naciones grandes y pequeñas, las fuerzas de la realpolitik, mantienen su inercia, que incide en el desarrollo de esa nueva intentona (LACALLE HERRERA, 2020, p 45)⁶

Caparroz (2012), versa sobre a integração sulamericana e sobre uma certa inevitabilidade desta a partir do século XX. Reconhece os tempos de ditadura e os problemas internos destes países como fatores responsáveis por um certo atraso das negociações. Ainda assim ressalta que as mesmas de alguma forma ocorreriam haja vista a “tranquilidade geopolítica da região” (CAPARROZ, 2012).

Prévios ao Mercosul, especificamente no que tange à seara econômica (e com ênfase na liberalização de mercados) reconhecem-se como outros instrumentos de integração: a ALALC (1960) e a ALADI (1980)⁷ (CAPARROZ, 2012). Caparroz destaca como alguns dos antecedentes ao Mercosul: em 1985 a Declaração de Iguazu que é símbolo inicial das relações bilaterais entre Brasil e Argentina assinada pelos presidentes Sarney e Alfonsín e o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) que já é embasado sob princípios que se tornaram pilares posteriormente para o Mercosul. Destes, distinguem-se a gradualidade,

⁶ Quatro países que entrelaçam seus destinos em conflito durante um século são os protagonistas que tentam, nas postrimerías do século XX, o empreendimento do Mercosul. Uma fase distinta mas que não nasce do nada, porque as diferenças históricas, a qualidade respetiva de nações grandes e pequenas, as forças da realpolitik, mantém a sua inércia, que incide no desenvolvimento dessa nova tentativa (LACALLE HERRERA, 2020 , p. 45 TRADUÇÃO NOSSA).

⁷ O primeiro Tratado de Montevidéu em 1960 foi o que institui a ALALC, sigla para Associação Latino-Americana de Livre-Comércio que no momento da sua assinatura tinha por membros: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. A mesma chegou a se expandir abrangendo mais países. A mesma mostrara-se eficaz e sendo assim em 1980 foi assinado outro Tratado de Montevideo que substitui a ALALC pela ALADI. A ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) abrangendo todos os países sul-americanos e também o México (CAPARROZ, 2012). A mesma existe até a atualidade e tem sede na cidade de Montevideo.

flexibilidade, simetria, equilíbrio e tratamento preferencial frente a outros mercados (CAPARROZ, 2012).

Especificamente sobre o Tratado de Assunção, sua mais importante valia é a manifestação expressa da vontade dos países, descrita e afirmada neste documento. É de extrema relevância compreendermos o contexto histórico regional no qual o tratado foi assinado.

Os estados signatários do tratado de Assunção foram quatro: A República Argentina, que tinha à época Carlos Saul Menem como seu presidente e Guido Di Tella como Ministro das Relações Exteriores; a República Federativa do Brasil que tinha por Presidente Fernando Collor e Ministro das Relações Exteriores Francisco Rezek; a República do Paraguai que tinha por presidente Andres Rodriguez e Ministro das Relações Exteriores Alexis Frutos Vaesken; e a República Oriental do Uruguai cujo presidente à época era Luis Alberto Lacalle Herrera e o ministro das Relações Exteriores Héctor Gros Espiell. O tratado de Asunción, conforme ficou nomeado no artigo 23, capítulo VI do documento, tinha por título ser um tratado para a constituição de um Mercado Comum entre os quatro países anteriormente citados.

Retomando a ordem anteriormente descrita, o presidente argentino à época era Carlos Saul Menem. Menem, foi presidente argentino em dois períodos: o primeiro de 1989 a 1995 e um segundo período de 1995 a 1999 em virtude da reforma constitucional que promovera que permitiria a sua reeleição presidencial. Menem havia sido candidato em 1985 pela Frente Renovadora do Justicialismo. Ganha as eleições em 1988, tendo alcançado uma margem próxima aos 50% dos votos e assumindo antes a presidência em virtude da renúncia de Raúl Alfonsín. No que diz respeito ao aspecto econômico, Menem alinou-se às políticas neoliberais promovidas pelos think tanks americanos. Em 1991 frente a um período de alta inflação, atribuiu-lhe o ministério de economia a Cavallo e a partir desse momento instituiu-se o “Plano de Conversibilidade”, onde dentre outras medidas estabeleceu-se uma paridade igualando um peso argentino a um dólar norteamericano. (PORTAL CONTEMPORÂNEO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE USP, S/D).

Especificamente sobre a República Federativa do Brasil, a gestão de Collor na presidência estendeu-se desde 1990 até 1992. Eleito mediante o partido de reconstrução nacional (PRN), Fernando Collor levantava bandeiras anti-corrupção. É assim que ascende ao poder derrotando nas eleições Lula da Silva e Lionel Brizola. O presidente também alinhara-se economicamente aos preceitos neoliberais, que muito ganharam fôlego na região neste recorte temporal. Conforme podemos ler em Paulo Fagundes Vizontini (2003), Collor

implantou um plano econômico para combater a inflação e para isso limitaram-se temporariamente o acesso às conta poupança e outros investimentos. Outra característica relevante apresentada por Vizentini sobre o governo Collor é a privatização e desnacionalização de estatais, as quais foram vendidas a preços menores do seu real valor de mercado. Há de fato uma liberalização da economia. No que tange especificamente às relações exteriores, o Itamaraty fica à frente de Francisco Rezek, e há um afastamento do Brasil da diplomacia mundial e multilateral (VIZENTINI, 2003). As impressões de Vizentini também dizem respeito ao alinhamento do país à época com os Estados Unidos muito atrelado a liberalização da economia, portanto:

Esse período é notadamente marcado por um processo de liberalização da economia brasileira, de retomada das relações subordinadas com os Estados Unidos e de abertura as proposições também a cooperação entre Brasil e Argentina acaba por dar luz ao que seria um novo projeto de integração. colocando o Mercosul como um projeto de União aduaneira” (VIZENTINI, 2003, p.81).

Também Fonseca (2011), afirma esse alinhamento do Brasil com o neoliberalismo e o acatamento do Consenso de Washington ainda quando por momentos tivessem-se que colocar os interesses Estadunidenses por sobre os interesses do Brasil, quando expõe:

Collor de Mello utilizou um discurso de mudança e de reforma que, na verdade, mais não foi do que a implementação do neoliberalismo de acordo com o «Consenso de Washington», deixando na sombra, por vezes, alguns dos interesses do Brasil. Neste sentido, e contrariamente ao período anterior, a política externa teve como ponto de atracção a relação com os Estados Unidos, entendida por alguns autores como a «ilusão norte-americana de Collor». Porém, se o jovem Presidente começou por defender a inevitabilidade da aproximação aos Estados Unidos, também cedo reconheceu as desvantagens desse alinhamento.[...] A simultânea modernização, mas também retrocesso, que caracterizou o período de Collor de Mello derivou, precisamente, do alinhamento com as recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, esboçadas no «Consenso de Washington», mas que nem se ajustavam ao Brasil nem foram implementadas da melhor forma (FONSECA, 2011 , p.36).

A República do Paraguai que tinha por presidente Andrés Rodríguez e Ministro das Relações Exteriores Alexis Frutos Vaesken. Andrés Rodríguez foi o presidente da República do Paraguai desde 1989 a 1993. Ele foi militar e pertencera ao partido político “Associação Nacional Republicana- Partido Colorado” (ANR-PC). Rodriguez derrubou com um golpe de estado o anterior presidente Alfredo Stroessner. Prévio ao golpe o setor dos tradicionalistas do país já pedia por reformas econômicas que seguissem a tendência neoliberal alinhadas com as ideias de Washington. Especificamente no que tange à seara econômica, Rodriguez a devaluação do guaraní, unificação dos tipos de câmbio e a eliminação das taxas de câmbio à operação financeiras favorecendo desta forma as exportações. Foi um presidente que caracterizou-se pela restauração das liberdades civis e do Estado de direito mas também

preocupou-se pela inserção internacional do Paraguai que até então contava com uma imagem pouco favorável. O Mercosul indubitavelmente serviu para essa inserção que o país buscava. (CIDOB,2016).

Pela República Oriental do Uruguai, Luis Alberto Lacalle Herrera é um advogado e pertence ao Partido Nacional ou Blanco, especificamente do setor Herrerista e viria a assumir a presidência em 1990. Sobre a economia a aposta de Lacalle era um reformismo modernizador inspirado na experiência estadunidense (CIDOB, 2009), e instrumentalizou-se mediante:

Los planteamientos neoliberales de Lacalle se concretaron en un amplio programa de reformas pro mercado, con un drástico saneamiento financiero, la desburocratización y reducción de aparato del Estado, la abolición de monopolios y la apertura de grandes empresas públicas al capital privado, que el presidente consideraba perentorio para la puesta al día de las estructuras productivas y la mejora de la competitividad comercial del país. Estas ambiciosas iniciativas no tardaron en abrir fisuras en la Coincidencia Nacional, donde las posturas abarcaban un amplio abanico ideológico, además de concitar una fuerte contestación sindical y social (CIDOB, 2009, s/p)⁸

A transição de governos autoritários para os regimes democráticos pode ser lido como um dos marcos importantes para as transformações das relações entre Argentina e Brasil. O Mercosul veio a se constituir, pois os marcos jurídicos e políticos próprios do período democrático o criaram. Não só o aspecto político é importante também o econômico, já que a partir dos anos noventa o Mercosul constituía um esforço para aumentar a competitividade do comércio regional para o contexto mundial (AMARAL JÚNIOR, 2015).

As características do período que incluem o acatamento do consenso de Washington, abertura comercial, consolidação do estado democrático e fortalecimento dos blocos regionais serviram sem lugar a dúvidas para a constituição deste projeto.

Em 26 de Março de 1991, assinava-se o Tratado de Assunção. Se verificamos o Tratado de Assunção propriamente dito, observamos que o mesmo divide-se em capítulos.

O primeiro capítulo versa sobre os propósitos, princípios e instrumentos. O mesmo, coloca como compromisso a data de 31 de dezembro de 1994 para que esteja conformado o Mercado Comum do Sul. Ainda no primeiro artigo, pontuam-se taxativamente os princípios sob os quais o bloco fundar-se-ia. Sendo assim, relata sobre a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre estes países através da eliminação de direitos aduaneiros e

⁸ As propostas neoliberais de Lacalle concretizaram-se em um amplo programa de reformas pró mercado, com um drástico saneamento financeiro, a desburocratização e redução do aparato do Estado, a abolição de monopólios e a abertura de grandes empresas públicas ao capital privado, que o presidente considerava preempório para a posta ao dia das estruturas produtiva e a melhoria da competitividade comercial do país. Estas ambiciosas iniciativas não tardaram em abrir fissuras na Coincidência Nacional, onde as posturas abarcavam um amplo abanico ideológico, além de despertar uma forte contestação sindical e social (CIDOB, 2009, s/p, TRADUÇÃO NOSSA).

restrições não arancelarias no que refere a veiculação de mercadorias. Ademais, fica descrito sobre o estabelecimento de uma tarifa comum e mais que isso: a adoção de uma política comercial comum frente à terceiros países, agrupações de estados ou fóruns tanto regionais quanto internacionais. Não surpreende desde um olhar hermenêutico e jurídico que os aspectos principiológicos sobre o Mercosul sejam colocados logo no primeiro artigo do referido tratado. Geralmente há uma tendência neste sentido onde se encontram com frequência logo nos primeiros artigos os aspectos mais importantes. Sendo assim, esses aspectos principiológicos são em essência a tradução da vontade destes quatro países que aqui subscrevem suas vontades de integração regional e cooperação. Para esse então, a prioridade de cooperação parecia ter prioritariamente no que tange o aspecto econômico. Dentre outros princípios descritos, podemos destacar a coordenação de políticas macroeconômicas entre os países partes, e a definição de que os estados ficariam comprometidos de harmonizar suas legislações para que assim fortalecesse-se o processo de integração. O segundo artigo, menciona sobre a reciprocidade de direitos e as obrigações entre os estados partes. Neste, podemos vislumbrar o próprio princípio *pacta sunt servanda* princípio que rege o direito civil e internacional e que trata sobre o cumprimento que deve haver dos pactos que se celebram.

Jacques Ginesta (1999) analisa este artigo criticando uma certa abrangência do próprio tratado no que refere por exemplo ao modelo político-econômico que o mercado seguiria, sobre sua institucionalização e governo, sobre uma política comunitária. Para o autor, essa falta de delimitação em combinação com o artigo segundo, fez com que para os países com maior limitação de recursos estivessem assinando quase que um cheque em branco, justamente por essa falta de delimitação que a letra fria da lei não descreve (GINESTA, 1999).

O terceiro artigo diz respeito às questões relativas ao período de transição, que, conforme previsto, duraria até dezembro de 1994. O artigo quarto refere ao tratamento por parte dos Estados partes para com países terceiros, e o artigo quinto abrange os instrumentos que se usariam durante o período de transição que seriam: o descrito na alínea “a”, o quesito do programa de liberação comercial, a alínea “b” refere à coordenação de políticas macroeconômicas de forma gradual, a alínea “c” sobre a tarifa externa comum, a alínea “d” sobre a adoção de acordos setoriais. O artigo sexto faz menção a um tratamento diferenciado para a adaptação ao Paraguai e Uruguai sobre o período de adaptação frente ao Programa de Liberação Comercial. O sétimo artigo diz respeito aos impostos, taxas e outros sobre o tratamento que um produto originário de um estado terá em outro estado parte, com a exigência de tratamento nacional. O artigo oitavo explicita sobre os compromissos assumidos até a celebração do presente tratado.

O capítulo II intitula-se estrutura orgânica. O artigo nove diz respeito a que dois órgãos, o Conselho do Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum ficariam responsáveis pela administração e execução do Tratado e das decisões no âmbito jurídico no período temporal de transição. Os artigos subsequentes (10, 11, 12, 13, 14) versam sobre questões organizacionais do Mercado Comum. O artigo 14 diz respeito à institucionalização da secretaria Administrativa do Mercosul com funções arquivológicas e de comunicação do bloco, sediada na cidade de Montevideo.

O capítulo terceiro, dirá respeito a vigência do tratado, onde o cataloga-se como indefinido.

O quarto capítulo, refere às formas de adesão para os prováveis membros da Associação Latinoamericana de Integração. O capítulo sexto, expõe à respeito de disposições gerais relativas ao próprio tratado.

Nos anexos do mencionado tratado, encontram-se as disposições relativas ao programa de Liberação⁹ comercial, ao regime geral de virgem, ao mecanismo de solução de controvérsias, as cláusulas de salvaguarda, bem como aos subgrupos de trabalho dentro do âmbito do Mercado Comum.

Todavia, Roberto Caparroz reconhece sob a ótica do comércio exterior o período que vai de 1991 a 1994 como a fase de transição e como isso ocorre através do Tratado de Assunção que foi assinado só em 1991. O mesmo previa um período de transição e adaptação para os signatários até dezembro de 1994 onde já se esperava um Mercado comum consolidado, à exceção de Uruguai e Paraguai, como já fora mencionado anteriormente, que teriam até dezembro de 1995 para isto. Para isso, os países usariam de um programa de Liberação Comercial, coordenação de políticas macroeconômicas, uma tarifa externa comum e a adoção de acordos comerciais como meios para alcançar o Mercado Comum. Estas medidas tinham como objetivo por fim gravames e restrições ao comércio entre os membros do mercado comum (CAPARROZ, 2012).

O maior problema dessa fase inicial do MERCOSUL — e que, infelizmente, irradia efeitos até os dias atuais — foi a possibilidade de que cada país pudesse excluir das negociações coletivas determinados tipos de mercadorias, que passaram a compor as malsinadas listas de exceções tarifárias. Originalmente, as listas de exceções permitiam que produtos sensíveis para as respectivas economias pudessem ter tratamento diferenciado, com alíquotas distintas conforme os interesses nacionais (CAPARROZ, 2012, p. 139).

⁹ Liberação como tradução para liberación. Todavia, usar-se-à neste capítulo o termo Liberação como sinônimo pois é o termo empregado por Roberto Caparroz.

Apesar da relevância do Tratado de Assunção alguns protocolos também são louváveis para compreender o processo de integração do Mercosul e servem em complementaridade ao anteriormente mencionado. Se fazem principalmente relevantes no que diz respeito a incorporar o arcabouço normativo do organismo. O Protocolo de Ouro Preto que data de 1994, é o que atribui personalidade jurídica como sujeito de direito internacional ao Mercosul e também dentre outras temáticas disserta sobre a estrutura organizacional da instituição (CAPARROZ, 2012).

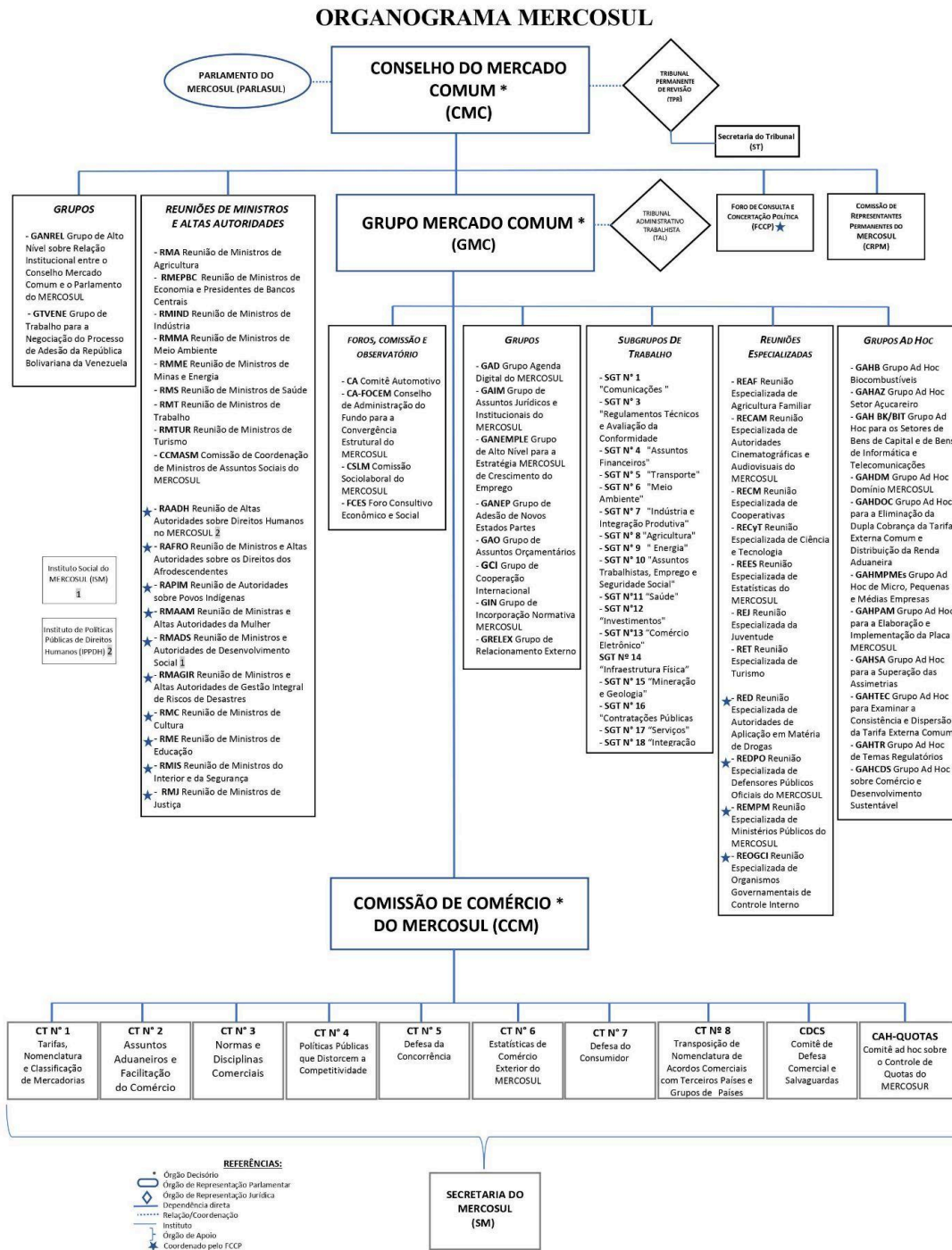
Sobre a estrutura organizacional do Mercosul, Rogério Santos (2008) nos ensina que: “No Tratado de Assunção foi criada uma estrutura institucional provisória, partindo de um Conselho de Mercado Comum-CMC, de um Grupo Mercado Comum- GMC e de uma Secretaria Administrativa. o GMC poderia criar subgrupos de trabalho, tendo inicialmente criado 10 (dez) deles em diversas áreas temáticas” (SANTOS, 2008, p. 33).

Portanto destacam-se: O protocolo de Brasília, o Protocolo de Olivos, e o Protocolo de Ouro Preto. O Protocolo de Brasília (1991) é relativo à solução de controvérsias que depois viria a ser revogado em virtude do Protocolo de Olivos (2002) que instituiu o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. O último, também viria a ser modificado pelo Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos (2007) (CAPARROZ, 2012).

Com o Protocolo de Ouro Preto também o Mercosul pode celebrar acordos com outros países, conferindo-lhes o status de associados como é o caso do Chile (1996), a Bolívia (1996) o Perú (2005) e a Colômbia, Equador e Venezuela (2004) mediante acordos de Complementação Econômica entre o bloco e os países anteriormente citados.

Sobre a institucionalidade do Mercosul, o mesmo conta com um amplo e robusto organograma (Imagem 1). A seguinte imagem contém de forma ostensiva o organograma institucional do Mercosul na atualidade, o que denota que o arcabouço institucional da mesma é amplo e robusto.

IMAGEM 1: ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MERCADO COMUM DO SUL



SM/SND 15/02/2023

Fonte: Site do Mercosul.

A tomada de decisões dentro do Mercosul é efetuada por consenso, fazendo-se necessária a presença de todos os estados parte.

Os órgãos de tomada de decisão são o Conselho de Mercado Comum (CMC), O Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio (CCM).

A estrutura institucional definitiva veio a se consolidar com o Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994 e que entrou em vigor em dezembro de 1995. Nesta houve a confirmação da estrutura provisória e uma pequena ampliação. Podemos agrupar as instituições do Mercosul em 2 grandes conjuntos. Uma é o conjunto das instituições decisoras e executoras, composto por Conselho Mercado Comum-CMC, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul. O outro é o conjunto das instituições consultiva, arbitral, e de assessoria técnico-administrativa, e é composto pelo Parlamento do Mercosul (que em 2007 tomou o lugar da Comissão Parlamentar Conjunta), Fórum Consultivo Econômico-Social, Tribunal Permanente de revisão do Mercosul, Secretaria do Mercosul, bem como pelo Tribunal Administrativo- Laboral do Mercosul e pelo Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito (SANTOS, 2008, p.33).

Ainda que uma das maiores críticas ao projeto seja seu caráter econômico predominantemente o Mercosul ao longo dos anos avançou em políticas sociais, de integração estrutural, Direitos humanos e outras pautas de relevância caminhando na direção de uma integração regional completa.

Com o correr do tempo e para efeitos da implementação de suas políticas regionais, o MERCOSUL criou em distintas cidades diversos organismos de caráter permanente entre os quais, o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH), o Instituto Social do MERCOSUL (ISM), o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), a Secretaria do MERCOSUL (SM) e o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) (MERCOSUL, 2023).

Conforme apresentado, o Mercosul conta com: um Conselho de Mercado Comum, um Grupo Mercado Comum e uma comissão de comércio do Mercosul. O robusto organigrama do bloco abrange grupos como o GANREL que encarrega-se de quesitos relativos às relações de institucionalidade entre o Conselho Mercado Comum e o Parlasul- que é o parlamento do Mercosul. Com isto também fica claro que o Mercado Comum Do Sul possui um Parlamento e que este foi um ganho enorme para a consolidação institucional do Bloco.

Também conta com o GTVENE, que é outro grupo de trabalho que aborda a pauta para negociações do processo de adesão da Bolívia ao bloco. Também conta com reuniões de ministros de Altas Autoridades onde muitas pautas incluem estas reuniões. O RMA, aborda pautas relativas à Agricultura; o RMEBPC é a reunião de Economia e Presidentes de Bancos Centrais; RMIND de Ministros de Indústria; RMMA de Ministros de Meio Ambiente; RMME de Ministros de Minas e energia, RMS Reunião de Ministros de Saúde; RMT reunião de Ministros do Trabalho; RMTUR Reunião de Ministros do turismo; e o CCMASM que é a coordenação de assuntos sociais do Mercosul. Existem outras reuniões de ministros e altas autoridades, mas que estão atreladas e coordenadas pelo Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP) como a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos no

MERCOSUL (RAADH), a Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes (RAFRO), Reunião de Autoridades sobre povos Indígenas (RAPIM), Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher(RMAAM), Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social (RMADS), Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR), Reunião de Ministros de Cultura (RMC), Reunião de Ministros de Educação (RME), Reunião de Ministros do Interior e da Segurança) e RMJ (Reunião de Ministros de Justiça (RMIS)).

Além disso o bloco conta com o Instituto Social do Mercosul ISM, e o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH). O Conselho de Mercado Comum conta com o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) e a Secretaria do Tribunal (ST). O Grupo Mercado Comum, também conta com o Tribunal Administrativo Trabalhista (TAL).

O Mercosul também conta com o Foro de Consulta de Concertação Política (FCCP) anteriormente mencionado, assim como com uma Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM). Sobre os Foros, comissões e observatórios o bloco conta com: Comitê automotivo (CA), Conselho de Administração do Fundo Para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (CA-FOCEM), a Comissão Sociolaboral do Mercosul(CSLM), e o Foro Consultivo Econômico e Social. Dentre os Grupos, conta com o Grupo Agenda Digital do Mercosul (GAD), o Grupo de Assuntos jurídicos e Institucionais do Mercosul (GAIM), o Grupo de Alto Nível para a Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego (GANEPLE), o grupo de Adesão de Novos Estados Partes (GANEP), o Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO), o Grupo de Cooperação Internacional (GCI), o Grupo de Incorporação Normativa Mercosul (GIN), e o grupo de Relacionamento Externo (GRELEX).

Dentre os Subgrupos de Trabalho, conta com subgrupos de trabalho para as seguintes temáticas: Comunicações, Regulamentos técnicos e avaliação da conformidade, assuntos financeiros, transporte, Meio Ambiente, Indústria e Integração produtiva, Agricultura, Energia; Assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social;Saúde, Investimentos, Comércio Eletrônico, Infraestrutura física, Mineração e geologia, contratações públicas, serviços, e integração. Conta também com reuniões especializadas em distintas áreas.

O Mercado Comum do Sul também conta com Grupos Ad Hoc, que abordam uma diversa gama de matérias. A sua vez, a Secretaria do Mercosul (SM) é o órgão de apoio de vários CT: Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, assuntos Aduaneiros e Facilitação do Comércio, Normas e Disciplinas Comerciais, Políticas Públicas e Distorcem a Competitividade, a Defesa da Concorrência, Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL, Defesa do Consumidor, Transposição de Nomenclatura de Acordos Comerciais

com Terceiros Países e Grupos de Países, Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas e o Comitê Ad Hoc sobre o Controle de Quotas do MERCOSUL.

No que diz respeito à personalidade e às fontes jurídicas do Mercosul, fica definido que o que reveste de personalidade jurídica de direito internacional do supracitado bloco é o Protocolo de Ouro Preto. No mesmo, especificamente no seu artigo 41 ficam explícitas as fontes jurídicas do Mercosul sendo estas o anteriormente explanado Tratado de Assunção, os acordos celebrados dentro destes e os protocolos e as decisões do Mercado comum, as resoluções do grupo Mercado Comum e as diretrizes que concernem a Comissão de Comércio do Mercosul (CAPARROZ, 2012).

Ainda sobre questões jurídicas e organizacionais, Jacques Ginesta em 1999 já elencou algumas debilidades que o bloco tem. Dentre estas o autor destaca a carência de base de supranacionalidade que o projeto tem: “El sistema carece de toda base de supranacionalidad, es decir, de algún mecanismo por el cual pueda imponerse al conjunto una decisión mayoritaria, contra la voluntad de alguno de sus miembros” (GINESTA, 1999, p. 129). Outra das debilidades que analisa faz menção ao Conselho de Mercado Comum onde as suas decisões não se aplicam diretamente aos estados partes mas sim requerem de instrumentos jurídicos domésticos de cada país como ocorrera na União Europeia: “[...] De acuerdo con el ordenamiento jurídico de cada uno de los países, lo cual significa que, luego de haber sido aprobadas por consenso en el Consejo pueden ser aceptadas por unos y rechazadas por otros.”(GINESTA, 1999, ídem). Em terceiro lugar, Ginesta critica o mecanismo de solução de controvérsias, que era o protocolo de Brasília, mas como já apresentado anteriormente o mesmo foi revogado pelo protocolo de Olivos.

3.2 Fases do Mercosul: Avanços e retrocessos (1991-2023)

Uma das maiores críticas que circundam este mercado comum ou como mencionado por alguns, essa união aduaneira imperfeita são os inúmeros avanços e retrocessos dentro da agenda do bloco. Paulo Fagundes Visentini versa sobre a crise que o Mercosul vive nesse começo do século XXI. O mesmo cita como alguns dos pontos dessa crise o caso das *papeleras*¹⁰ entre Uruguai e Argentina, assim como questões políticas da Argentina frente ao Brasil que colocou sob questionamentos o futuro do Mercosul e conseqüentemente da integração sul-americana.

¹⁰ O conflito das papeleras foi um litígio entre a República Oriental do Uruguai e a República Argentina em virtude da instalação de plantas de celulose e as questões que emergem em vista de possíveis contaminações do Rio Uruguai. Por isso o termo “Papeleras”.

E a formação de blocos constitui uma tendência objetiva no plano internacional no início do século XXI. Mesmo a consolidada integração europeia têm conhecido seus percalços. Assim, na hora em que começa a se concretizar, a integração sul-americana, cujo núcleo é o Mercosul, tende a tensionar a agenda política, com cada um tentando ocupar uma posição melhor no conjunto do processo, que certamente vai conhecer avanços e recuos (VISENTINI, 2008, p. 107).

Todavía Visentini reconhece como naturais esses avanços e recuos resultantes do tensionar da agenda política e ressalta que assim como aconteceu na União europeia (os percalços aos quais refere) é natural que ocorra com o Mercosul- o qual o distingue-se como sendo o centro da integração regional sul-americana.

Portanto, visando elucidar os avanços e recuos do Mercosul, vale debruçarmos sobre a teorização de Marcelo Coutinho, Andrea Ribeiro Hoffmann e Regina Kfuri que versam sobre as fases do Mercosul no texto “Raio X da integração regional” (2007). Para tais fins, os autores vislumbram três fases do Mercosul: a primeira em torno da sua criação abrangendo o período entre 1991 a 1997. A segunda, um momento de crise que vai de 1998 a 2002. Por fim, os autores destacam uma terceira fase que seria de revitalização a partir de 2003.

Primeiramente, desde 1991 a 1997 os autores fazem a análise levando em consideração três aspectos para avaliar os avanços e recuos do recém criado-MERCOSUL: aspectos institucionais, econômicos e sociais. Sobre os aspectos institucionais, este período possui avanços propositivos na agenda do bloco pois neste período reconhece-se a estrutura institucional do Mercosul.

Os autores assinalam que a estrutura escolhida pelos países foi uma estrutura intergovernamental, o estabelecimento de órgãos que seriam integrados por representantes dos poderes executivos dos membros, assim como também que a tomada de decisões seja feita por consenso. Reconhece-se conforme o tratado de Assunção os dois órgãos principais que seriam o Conselho de Mercado Comum e o Grupo de Mercado Comum. Em 1994, o Protocolo de Ouro preto ampliaria ainda mais este arcabouço institucional incorporando a estrutura organizacional a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). Em 1993 reconhece-se também a institucionalização do sistema de solução de controvérsias através do Protocolo de Brasília.

Desde uma visão econômica, essa fase do bloco caracteriza-se por uma expansão no comércio intrabloco:

A fase de formação do Mercosul também é uma fase de expansão do comércio entre seus membros. O volume total de comércio intrabloco em 1991 é de US\$ 10.201 milhões. No primeiro ano após a assinatura do Tratado de Assunção, o volume de comércio entre os quatro países aumenta para US\$ 14.497 milhões em 1992. Esse aumento é proporcionalmente maior do que o aumento no comércio desses países

com o resto do mundo, que sobe de US\$ 68.038 milhões, em 1991, para US\$ 74.846 milhões em 1992. O comércio intrabloco continua a crescer nos anos seguintes, chegando a US\$ 19.143 milhões em 1993, US\$ 23.712 milhões em 1994, US\$ 28.438 milhões em 1995 e US\$ 34.226 milhões em 1996 (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007, p.25).

Sobre o aspecto social ressalta-se o fator circulação de pessoas por meio do turismo, onde os países que circulam dentro dos países do bloco aumenta de 1991 com um número de 2,8 milhões de pessoas, para em 1997 um total de 5 milhões de pessoas (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007).

A segunda fase é uma fase que os autores reconhecem crise no processo de integração no período temporal de 1998 a 2002. Sendo assim, sobre os quesitos institucionais nota-se uma continuidade no que diz respeito à estrutura institucional apesar da crise que se reconhece no Mercosul como um todo neste período. Destacar-se-ão as 51 normativas da comissão de Comércio. O Foro de Consulta e Concertação Comércio fora o único órgão criado neste período e tinha por fim uma melhora no diálogo entre os países membros sobre assuntos que concernem a política externa e a agenda política comum. Entre 2000 e 2002 observa-se um esforço de fortalecimento do bloco no quesito da institucionalidade que se traduz no “Relançamento do Mercosul” que inclui questões inerentes ao: [...] acesso aos mercados, incorporação da normativa do Mercosul, melhorias no desempenho da Secretaria Administrativa do Mercosul, aperfeiçoamento do Sistema de Solução de Controvérsias do Protocolo de Brasília, análise da estrutura de Órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio, tarifa externa comum, defesa comercial e da concorrência, coordenação macroeconômica, incentivos aos investimentos, à produção e à exportação, incluindo zonas francas, admissão temporária e outros regimes especiais e relacionamento externo.”(COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007, p. 28)

Nota-se também uma certa confiança no mecanismo de Solução de controvérsias do bloco, haja vista que em detrimento a uma quantidade maior de disputas entre os estados membros as mesmas foram levadas frente aos mecanismos do Mercosul que tem por fim solucionar estes. Os autores reconhecem que o fato de existirem estas lides mostra a crise em que os Estados membro se encontravam mas também, em detrimento destes, a busca pelo Mercosul para solucioná- los (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007).

Podemos deduzir então, que havia uma certa confiabilidade depositada nos meios institucionais. Entretanto, no âmbito econômico este período é um dos de maior crise para o Mercosul.

O comércio intrabloco caiu um pouco em 1998: de US\$ 41.074 milhões em 1997, para US\$ 40.826 milhões em 1998, uma variação de 0,6%. Em 1999, a queda é mais significativa: o comércio intrabloco totaliza US\$ 30.583 milhões, uma queda de 25% em relação ao ano anterior. Em 2000 há uma recuperação de 15% e o volume de comércio chega a US\$ 35.275 milhões. Mas uma nova queda, de 13%, acontece em 2001 e o comércio intrabloco fecha o ano com um volume comercial interno de US\$ 30.545 milhões. O ano de 2002 é o ano crítico: o volume comercializado entre os países do Mercosul caiu 33% em relação a 2001, para US\$ 20.462 milhões (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007, p.30).

Outro dos fatores que concernem a esfera econômica e se mostram como preocupante é a questão do PIB destes quatro países da época, que conforme analisado por , decresceu de tal forma que diminuiu de 1997 de US\$ 1.131.479,90 milhões decrescendo até chegar a ser de US\$ 579.803,50 milhões em 2002(). Sobre o aspecto social, há sinais positivos no que diz respeito ao turismo interno, denotando *per se* uma maior circulação de pessoas dentro do bloco atingindo uma média em torno de 5,4 milhões de turistas por ano. Em 2001 chega a atingir-se uma marca de 6,5 milhões de pessoas ainda que para 2002 como resultado natural do contexto o número decresse para 3,5 milhões de turistas (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007).

A terceira fase que os autores reconhecem começa a partir de 2003 e a intitula como a revitalização do Mercosul. Essa revitalização, no âmbito institucional observa-se a partir de uma ampliação propositiva da agenda do processo de Integração que se nota mediante a criação de novos órgãos e a diversificação da agenda do Mercosul para além da pauta comerciais incluindo para si temas relativos aos direitos humanos, a democracia e as questões sociais (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007). Os governos da região nesse período coincidem na sua agenda política o que vem ao encontro desse propósito de revitalização do Mercosul:

A retomada coincide com mudanças nos governos da região nesse período. No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que tomou posse em janeiro de 2003, defendia em seu programa de governo a necessidade de revigorar o Mercosul. Na Argentina, Néstor Kirchner assumiu o poder em maio, com um programa de governo cuja meta principal era o combate à pobreza e ao desemprego e com um posicionamento favorável ao fortalecimento do Mercosul, às expensas da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). No Uruguai, Tabaré Vázquez foi eleito em 2004, por uma coligação de esquerda, com a proposta de trabalhar pelo relançamento do Mercosul e sua reforma institucional (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007, p.33).

Outros aspectos que são elencados pelos autores dizem respeito a criação da Comissão de representantes Permanentes do Mercosul (2003), em 2004 a Reunião de Altas Autoridades nas Áreas de Direitos Humanos, e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados,

Províncias e Departamentos do Mercosul, e o Grupo de Alto Nível para uma Estratégia de Crescimento do Emprego dentro do Mercosul. Além disso, também em 2004 o FOCEM(Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul) que visava a redução das assimetrias em termos de infraestrutura dentro dos países membro do Mercosul e para isso, o fundo foi criado em uma lógica que os países mais desenvolvidos aportassem mais recursos a base de custeio do fundo e em contrapartida os países com maiores demandas (Uruguai e Paraguai) retirariam mais recursos do fundo.

Sobre o aspecto econômico, no período nota-se um crescimento nos indicadores, e o PIB em 2005 somou US\$ 1.003.129 milhões. Da mesma forma os indicadores comerciais apresentavam um crescimento positivo principalmente no comércio intrabloco (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007).

No que refere às questões sociais, nota-se um aumento no quesito turístico dentro do bloco, sendo que em 2005, alcança-se a marca de 4,3 milhões de pessoas e em todo o período registram-se uma média de 4 milhões de turistas intrabloco. Ainda sobre esta última etapa, os autores assinalam que é neste período que todos os países andinos aderem ao Mercosul tanto como associados quanto como permanentes.

Ao longo de sua jovem história, o Mercosul já demonstrou capacidade de se adaptar ao contexto, superando uma grande crise e mudanças profundas; uma crescente variedade de instituições e temas, diversificando-se para além da questão comercial; é uma ação coletiva relativamente coesa em fóruns multilaterais, internos e externos. Salvo poucos assuntos sensíveis que dividem o bloco, a verdade é que nele a cooperação prevalece sobre o conflito (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007, p.39).

Aos trinta anos de fundação do Mercosul, o mundo enfrentava uma pandemia mundial. Em 26 de Março de 2021 efetuou-se uma reunião pelos trinta anos do Mercosul e nesta solenidade veio à tona a situação que a região estaria passando mas também a situação que o Mercosul enfrentara. O fato mais marcante do encontro foi a discussão fervorosa entre o presidente Alberto Fernandez e o uruguaio, Luis Lacalle Pou. As palavras do presidente argentina foram:

A Argentina tem sido muito pragmática. No entanto, não acreditamos que uma redução da TEC linear para todas as taxas seja o melhor instrumento. Preferimos continuar com a metodologia que estávamos trabalhando”, disse o presidente Alberto Fernández. “A proposta argentina vai preservar o equilíbrio entre os setores industrial e agroindustrial.”(CNN, 2021, s/p).

Em resposta o presidente uruguaio contestou, dizendo:

“Obviamente que o Mercosul pesa. Sua atividade, sua produção, pesa no cenário internacional. Mas o que não pode ser é uma carga. O que não estamos dispostos é que seja um espartilho que impeça nossos países de se mexer”, disse Lacalle Pou. “E por isso falamos com todos os presidentes sobre a flexibilização. Flexibilização, diferentes velocidades, vejamos o nome, o conceito, mas o Uruguai precisa avançar.” (CNN, 2021, s/d).

O presidente argentino replicou dizendo que a Argentina não é lastre de ninguém e que para a Argentina sempre tem sido muito bom participar do Mercosul.

A posição brasileira foi mais de insatisfação frente a tarifa externa comum, pelo que Jair Bolsonaro enunciou:

Defendemos a modernização do bloco com a atualização da TEC como parte central do processo de recuperação do nosso dinamismo econômico”, disse o presidente, acrescentando que o bloco deve acelerar ainda negociações com outros grupos de países para aumentar sua participação nas cadeias mundiais de comércio. “Queremos rapidez e resultados significativos” (CNN, 2021).

Aos trinta anos de Mercosul, o clima dessa reunião já demonstra que a falta de convergência, as diferenças estiveram nitidamente presentes à mesa. O bloco continua vigente, continua com suas atividades normais mas é notável que os países não sentem avanços propositivos, o que gera descontentamento a todos.

Munyo (2023) alega que o Mercosul não cumpre com as premissas iniciais que o fundaram em 1991 de formação de um mercado comum e da livre circulação de bens, serviços, fatores produtivos entre os países sócios.

La realidad indica que el comercio intrarregional no ha crecido, al menos en el último cuarto de siglo. No se ha dado la tan mentada integración de procesos productivos, o cadenas de valor, amparados en la protección del mercado regional con un arancel externo común. Tampoco se han visto avances sustantivos en la interconexión física y energética. Desde el punto de vista político, el Mercosur ha sido un caos. Las diferencias entre los gobiernos suelen impedir toda acción constructiva, salvo el mero palabrerío” (MUNYO, 2023, p.194)¹¹

Ainda assim, o autor assinala propositiva a redução de 10% na tarifa externa comum que aconteceu em 2022, ainda que se comparado com outras tarifas na média mundial, continua sendo uma tarifa muito alta.

El 20 de julio de 2022, los países del Mercosur acordaron una reducción de 10% en el arancel externo común (la tasa que se aplica a las importaciones de terceros países), una de las decisiones más relevantes del bloque en años, aunque sea en lo simbólico, porque la reducción es pequeña (por ejemplo, una tasa de 4% baja a 3,6%). Además, a impulso de Argentina, con un gobierno proclive al proteccionismo, se aceptaron tratamientos especiales para los sectores automotor,

¹¹A realidade indica que o comércio intrarregional não tem crescido, ao menos no último quarto do século. Não tem se dado a tão prometida integração de processos produtivos, cadeias de valor, amparadas na proteção do mercado regional com um arancel externo comum. Tampouco se tem visto avanços substantivos na interconexão física e energética. Desde o ponto de vista político, o Mercosul tem sido um caos. As diferenças entre os governos costumam impedir toda ação construtiva, além do mero palavreado (MUNYO, 2023, p.194, TRADUÇÃO NOSSA).

tejidos, confecciones, calzados, juguetes, lácteos y duraznos enlatados. La mitad del vaso lleno es que el Mercosur logró avanzar en conjunto en algo relevante en la dirección correcta. La mitad del vaso vacío es que el arancel externo común promedio del Mercosur sigue siendo el doble del promedio mundial (MUNYO, 2023, p.212)¹²

Os rumos do Mercosul parecem ser muito incertos principalmente em vista das trocas de governo dos seus países membro com ênfase ao Brasil, haja vista que por seu status de potência regional a prioridade que conferir ao Mercosul na sua agenda de relações exteriores, refletirá significativamente no desenvolvimento do bloco e conseqüentemente na inserção internacional dos outros países.

Atualmente, os membros do Mercosul são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela encontra-se suspensa de direitos e obrigações perante o Mercosul haja vista o artigo quinto do Protocolo de Ushuaia¹³. Sobre os estados associados os mesmos são: Bolívia (em trâmite de processo de adesão), Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname (MERCOSUL, 2023).

3.3 O Uruguai no Mercosul

Vale elucidar que a importância para o Uruguai da integração social e econômica dos estados latinoamericanos é tamanha que tem previsão constitucional e encontra-se expressa na seção I, capítulo IV, artigo sexto da Constituição da República Oriental do Uruguai aprovada em 1967 e modificada via plebiscito em 1989, 1994, 1996 e 2004.

CAPÍTULO IV: Artículo 6º.- En los tratados internacionales que celebre la República propondrá la cláusula de que todas las diferencias que surjan entre las partes contratantes, serán decididas por el arbitraje u otros medios pacíficos. La República procurará la integración social y económica de los Estados Latinoamericanos, especialmente en lo que se refiere a la defensa común de sus

¹² O 20 de Julho de 2022, os países do Mercosul acordaram uma redução de 10% na tarifa externa comum (a taxa que se aplica às importações de terceiros países), umas das decisões mais relevantes do bloco em anos, ainda que seja no simbólico, porque a redução é pequena (por exemplo, uma taxa de 4% baixa a 3,6%. Ademais, pelo impulso da Argentina, com um governo proclive ao protecionismo, aceitaram-se tratamentos especiais para os setores automotor, tecidos, confecções, calçados, brinquedos, lácteos e pêssegos enlatados. A metade do copo cheio é que o Mercosul conseguiu avançar em conjunto em algo relevante na direção correta. A metade do copo vazio é que o arancel externo comum médio do Mercosul continua sendo o duplo da média mundial (MUNYO, 2023, p.212).

¹³ O protocolo de Ushuaia diz respeito ao compromisso democrático no Mercosul, Bolívia e Chile e seu artigo quinto enuncia que em caso de ruptura da ordem democrática : “ Quando as consultas mencionadas no artigo anterior resultarem infrutíferas, os demais Estados Partes do presente Protocolo, no âmbito específico dos Acordos de Integração vigentes entre eles, consideração a natureza e o alcance das medidas a serem aplicadas, levando em conta a gravidade da situação existente. Tais medidas compreenderão desde sua suspensão do direito de participar nos diferentes órgãos dos respectivos processos de integração até a suspensão dos direitos e obrigações resultantes destes processos”

productos y materias primas. Asimismo, propenderá a la efectiva complementación de sus servicios públicos (URUGUAI, 2004).¹⁴

Para entender alguns aspectos que condizem especificamente a participação e rol do Uruguai no Mercosul, vale com pertinência elencarmos as gestões dos presidentes do Uruguai desde 1991 até os dias atuais. Ainda que o Tratado de Assunção data-se a 1991, o período prévio também foi muito importante para a compreensão. Sendo assim, de 1985 a 1990 o presidente eleito foi Julio Maria Sanguinetti, do Partido Colorado, uma presidência que marca a volta ao período democrático após os governos de facto e da ditadura cívico-militar. Logo, de 1990 a 1995 (período em que é assinado o Tratado de Assunção, o presidente fora Luis Alberto Lacalle Herrera, eleito pela cidadania e pertencente ao partido Nacional. De 1995 a 2000, volta para cumprir um segundo mandato eleito pela cidadania Júlio Maria Sanguinetti. De 2000 a 2005, também do Partido Colorado, o presidente foi Jorge Batlle. Logo, de 2005 a 2010 o presidente foi Tabaré Vázquez, da Frente Ampla, tornando-se o primeiro presidente frenteamplista. Do mesmo partido, de 2010 a 2015, o presidente foi José Mujica. Vázquez, realiza um segundo mandato de 2015 e concluiu o mandato em 2020, vindo a falecer em dezembro do mesmo ano. De 2020 até os dias de hoje, o presidente é Luis Lacalle Pou do Partido Nacional.

Especificamente no que tange à primeira presidência de Julio María Sanguinetti, a volta à democracia naturalmente trouxe consigo inúmeras implicações e o cenário econômico foi uma destas. A crise econômica muito esteve arraigada à própria ditadura, mas especificamente pela profunda crise de 1982 e pela própria performance da economia uruguaia, de vulnerabilidade frente às flutuações da região e do mundo, deixando em evidência a dependência da atividade econômica exportadora para a estrutura produtiva do país. Ainda nesse período, destaca-se em 1985 uma nova carta de intenção com o FMI com uma série de recomendações relacionadas à redução do crédito interno, os salários, a inflação e o déficit fiscal através da redução do gasto público (GREISING et. al, 2011).

As autoras destacam duas fases de crise econômica: a primeira entre 1985 e 1987 quando há de fato uma recuperação da atividade econômica equiparando a situação dos anos oitenta. A finais de 1987 implementou-se um freio às importações e logo, a segunda fase compreendida entre 1988 e 1989, compreendia um aumento das exportações estimuladas por

¹⁴ CAPÍTULO IV: Artigo 6º.- Nos tratados internacionais que celebre a República propondrá a cláusula de que todas as diferenças que surjam entre as partes contratantes, serão decididas pela arbitragem ou outros meios pacíficos. A República procurará a integração social e econômica dos Estados Latinoamericanos, especialmente no que refere a defesa comum de seus produtos e matérias primas. Assim mesmo, propenderá à efetiva complementação de seus serviços públicos (URUGUAI, 2004, TRADUÇÃO NOSSA).

aumento do câmbio real para assim tentar sanar o prazo de pagamento da dívida externa. Sobre o Mercosul, os autores pontuam em 1985 a primeira aproximação entre Brasil e Argentina que tinha sobretudo um ímpeto econômico, em 1986 o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina, e em 1988 a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação, Desenvolvimento, que visava uma Zona de Livre Comércio e um Mercado Comum (GREISING et. al, 2011).

A política exterior uruguaia neste período elencado esteve pautada por fatores como o retorno à democracia nos demais países principalmente Argentina e Brasil que é com quem fazem fronteira. Tanto para o Uruguai quanto para os países da região nesse período os países desempenharam uma maior autonomia no que diz respeito às suas relações exteriores, principalmente em relação a potência norte americana (FERRO, 2006).

Na presidência de Luis Alberto Lacalle, o elemento crucial durante esse período no que diz respeito ao contexto regional é a abertura econômica que ocorre dentre outras, através da aprovação do Tratado de Assunção que deu origem ao Mercosul. Além destes, as autoras destacam outros protocolos relevantes que serviram para regulamentar pautas específicas entre os estados membros: Protocolo de Brasília, Protocolo de Ouro preto e Protocolo de Olivos (GREISING et. al, 2011). Especificamente no que diz respeito à participação uruguaia nessa etapa de gênese dentro deste período temporal, Greising et. al (2011) citam Romeo Pérez (2005)¹⁵ sinalizando essa participação uruguaia dentro dessa primeira etapa de criação do Mercosul

La participación uruguaya en el proceso, durante la primera etapa, fue razonablemente adecuada a los papeles que puede desempeñar un socio pequeño. Puso capacidad negociadora e iniciativas válidas para la construcción del conjunto donde no podía poner gravitación económica o demográfica. Se alió a menudo con el otro país pequeño, Paraguay, y procuró no enfrentar nunca a sólidas alianzas de Argentina y Brasil. Solo radicalizó sus tesis cuando de defender intereses vitales se trataba. [...] La segunda etapa del MERCOSUR admite definirse, precisamente, como la de prevalencia de estos egoísmos[...]; De allí en adelante se agregan las disciplinas y aun las deslealtades respecto del Mercosur, y en ese encadenamiento, no hay socios inocentes” (PÉREZ, 2005, p 128).¹⁶

¹⁵ Literatura de difícil acesso. Pérez, Romeo: “Rumbos y avatares de la política exterior” em “20 años de democracia. Uruguay 1985-2005: Miradas múltiples (Taurus, 2005)

¹⁶ A participação uruguaia no processo, durante a primeira etapa, foi razoavelmente adequada aos papéis que pode desempenhar um sócio menor. Colocou capacidade negociadora e iniciativas válidas para a construção do conjunto onde não podia colocar gravitação econômica ou democrática. Aliou-se frequentemente a outro país pequeno, Paraguai, e procurou não enfrentar nunca as sólidas alianças da Argentina e do Brasil. Somente radicalizou suas teses quando para defender interesses vitais se tratava[...] A segunda etapa do Mercosul admite definir-se, precisamente, como a de prevalência destes egoísmos[...] Daí em diante se agregam as disciplinas e ainda as deslealdades a respeito do Mercosul, e nesse encadeamento, não tem sócios inocentes (PÉREZ, 2005, p. 128, TRADUÇÃO NOSSA).

O próprio Lacalle Herrera em seu livro “Mercosur: Nacimiento vida y decadencia” fala sobre esse período. O então presidente Lacalle Herrera, no livro anteriormente mencionado, versa sobre as expectativas que se tinham nesse então a nível do Uruguai. O mesmo relata que em visita ao liceu 20 “Torres Garcia” falava-se às crianças que após a assinatura do Mercado Comum, o Uruguai teria uma mudança nas possibilidades: que deixariam de ser três milhões e seriam cinquenta milhões de habitantes. Após isso, refere-se à unanimidade na votação do senado para autorização de ratificação. (LACALLE HERRERA, 2020). Isto denota que a visão do Uruguai, na visão do ex-presidente eram de esperança e expectativas. As expectativas da criação do Mercosul eram imensas, e isso fica nítido também no texto de Caparroz, quando enuncia:

Quando o Tratado de Assunção foi assinado, em 1991, havia uma grande expectativa quanto à criação e consolidação de um modelo robusto de integração econômica entre os quatro países fundadores, tanto assim que o acordo foi extremamente arrojado, para a época, ao prever a formação de um Mercado Comum na região, como denuncia o próprio nome do bloco (MERCOSUL— Mercado Comum do Sul). Dada a natural dificuldade de implantação de um projeto tão ambicioso, vimos que o Tratado de Assunção estabeleceu um período de transição, durante o qual o Programa de Liberação Comercial atuaria no sentido de eliminar todos os gravames até a instituição do Mercado Comum, que deveria ocorrer até 31 de dezembro de 1994, com a extensão das exceções, para Paraguai e Uruguai, até o fim de 1995 (CAPARROZ, 2012 , p.143).

Na segunda presidência de Julio María Sanguinetti, podemos destacar no que diz respeito ao MERCOSUL, a criação da Secretaria do Mercosul. Criada pelo Protocolo de Ouro Preto em 1996, o MERCOSUL assinou com o Uruguai um acordo de Sede que fora aprovado em 1997 portanto a Secretaria do Mercosul passou a ter sede na cidade de Montevideo (GREISING et. al, 2011).

A presidência de Jorge Batlle foi pautada por algumas controvérsias com o Brasil e a Argentina que implicaram portanto, poucos avanços propositivos no âmbito do Mercosul:

Battle mantuvo controversias con Brasil y Argentina porque llevó adelante negociaciones bilaterales que significaron trabas al Mercosur. Trató de mejorar las relaciones con EE.UU y alinearse con el ALCA. Uruguay planteó obstáculos al proyecto regional en dos reuniones del Mercosur en junio de 2003 en Asunción y en diciembre del mismo año en Montevideo (GREISING ,2011, p. 56).¹⁷

No âmbito regional acontece uma devaluação do real em 1999 e logo após uma devaluação do peso argentino tiveram seus reflexos na severa crise econômica que o Uruguai enfrentou em 2002.

¹⁷ Battle manteve controvérsias com Brasil e Argentina pelo que levou adiante negociações bilaterais que significaram travas ao Mercosul. Tratou de melhorar as relações com os Estados Unidos e alinhar-se com a ALCA. O Uruguai enfrentou obstáculos ao projeto regional em duas reuniões do Mercosul em Junho de 2003 em Assunção e em dezembro do mesmo ano em Montevideo (GREISING, 2011, p.56, TRADUÇÃO NOSSA).

Oficiando el MERCOSUR como correa de transmisión, el primer gran cimbronazo a la economía uruguaya le fue dado por la devaluación del real en Brasil en 1999. Entramos con esta decisión en una etapa en la cual el bloque se vio afectado principalmente por decisiones unilaterales tomadas por los dos países grandes que contribuyeron a agudizar la crisis económica por la que atravesaba la región (FERRO, 2002, p. 125).¹⁸

Também Ferro (2002) , assinala que Battle partindo de uma visão dogmática e neoliberal apoiava retóricamente o Mercosul mas buscava parcerias comerciais extrabloco, principalmente com os Estados Unidos chegando a um total alinhamento com a potência norte-americana. Frente a isto, Uruguai consegue um empréstimo que o governo dos Estados Unidos outorgou (FERRO, 2002).

Logo, a primeira presidência de Tabaré Vázquez, implicou em uma grande mudança no âmbito interno do país haja vista que foi o primeiro presidente eleito da Frente Ampla mas sobretudo, tratava-se de um partido que não compunha os tradicionais (Partido Nacional e Partido Colorado) que até então haviam estado frente o executivo. A agenda prioritária de inserção internacional do país no momento deu-se mediante dois meios: o fortalecimento do Mercosul e ao mesmo tempo um aprofundamento das relações com os Estados Unidos(NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016): “En la política exterior hubo en general una continuidad con los direccionamientos de los últimos años, aunque privilegiando apenas un poco más que aquellos al Mercosur sobre las relaciones con Estados Unidos”(NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.4)

Conforme podemos ler em NILSON, POSSE, RAGGIO, (2016), no primeiro governo da Frente Ampla o Mercosul compunha a estratégia de inserção mediata. Durante esse período, destaca-se o chamado “Más y Mejor Mercosur”

En apoyo a la política que se denominó Más y mejor MERCOSUR y en el contexto de un bloque políticamente estancado, se postuló que los uruguayos no solamente quieren ser socios del MERCOSUR, sino protagonistas del proceso de integración regional. A la vez se reclama para Uruguay un rol articulador que facilite las instancias de negociación tendientes a la reforma integral del bloque, que se estima imprescindible. Expresamente las nuevas autoridades consideran que la falta de convicción de los anteriores gobiernos uruguayos en ese proceso de integración, y su reiterada actitud unilateralista, poco ayudaron a fortalecer al bloque, que ya se encontraba afectado por la crisis que golpeó a la región, la debilidad de sus mecanismos institucionales y la falta de coordinación de las políticas macroeconómicas que deterioraron severamente su funcionamiento (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.7).¹⁹

¹⁸ Oficiando o MERCOSUL como correia de transmissão, o primeiro grande efeito à economia uruguaia foi dado pela devalução do real no Brasil em 1999. Entramos nesta decisão em uma etapa na qual o bloco se viu afetado principalmente pelas decisões unilaterais tomadas pelos dois grandes países que contribuíram a agudizar a crise econômica pela qual atravessava a região (FERRO, 2002, p.125, TRADUÇÃO NOSSA).

¹⁹ Em apoio à política denominada Mais e Melhor MERCOSUL, e no contexto de um bloco politicamente estagnado, postulou-se que os uruguaios não só querem ser parceiros do MERCOSUL, mas também protagonistas do processo de integração regional. Ao mesmo tempo, o Uruguai foi chamado a desempenhar um papel de coordenação para facilitar os processos de negociação que conduzem à reforma global do bloco,

Esta gestão de Tabaré Vazquez promovera a revitalização institucional do MERCOSUL, visando um fortalecimento do bloco. De modo geral, durante o período elencado, podemos distinguir alguns pontos que dizem respeito ao Uruguai e ao Mercosul: a possibilidade de um tratado de livre comércio entre Estados Unidos- Uruguai; a questão das papeleras, litígio entre Argentina e Uruguai em virtude da instalação de plantas de processamento de celulose sobre as margens do Rio Uruguai (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016). Estes pontos, configuram um certo clima de pouca propositividade.

Sobre a possibilidade de um TLC com Estados Unidos, a mesma emerge partindo de uma oferta estadunidense em um contexto onde a potência hegemônica teria se tornado o principal destino das exportações Uruguaias. Ainda assim, isso já teria gerado discórdias dentro do contexto do Mercosul, pelo posicionamento dos seus sócios em virtude desta hipótese:

A su vez, los socios del Mercosur dejaron en claro que un acuerdo comercial bilateral dentro del esquema regional no era una opción disponible. La combinación de estos factores, sumado al escaso peso de las exportaciones preferenciales a EUA en la canasta exportadora del país terminaron por configurar un rechazo a la propuesta y el tema se saldó con la suscripción del TIFA (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.5).²⁰

Dentro da Frente Ampla, também há desencontros, pois Vázquez mantém a aproximação das relações com os Estados Unidos, ainda que talvez não tão acentuadas quanto foram no governo anterior. A aproximação do Uruguai com os Estados Unidos se consolidava como uma via importante para além da crise que atravessava o Mercosul (FERRO, 2006).

Ainda que o esperado era que o momento político de convergências ideológicas na região parecesse favorecer o processo de integração regional. Ainda assim, em virtude do conflito das papeleras acirraram-se as relações com a Argentina a tal ponto que a Argentina viera a votar em contra de projetos uruguaios no Banco Mundial e também no FOCEM, que é um fundo do próprio Mercosul. Ao mesmo tempo, o Uruguai viera a vetar a candidatura de Néstor Kirchner para Secretaria Geral da Unasul (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016).

[...] se multiplicaron los problemas para el ingreso de variadas exportaciones a Argentina y Brasil y la agenda comercial del Mercosur no avanzó en prácticamente

considerada essencial. As novas autoridades consideram expressamente que a falta de convicção dos anteriores governos uruguaios neste processo de integração, e a sua reiterada atitude unilateralista, pouco contribuíram para fortalecer o bloco, já afetado pela crise que atingiu a região, pela debilidade dos seus mecanismos institucionais e pela falta de coordenação das políticas macroeconômicas que deterioraram gravemente o seu funcionamento (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.7, TRADUÇÃO NOSSA).

²⁰ Simultaneamente, os parceiros do Mercosul deixaram claro que um acordo comercial bilateral no âmbito do regime regional não era uma opção disponível. A combinação desses fatores, somada ao baixo peso das exportações preferenciais para os EUA na cesta de exportações do país, acabou levando à rejeição da proposta e a questão foi resolvida com a assinatura do TIFA (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.5, TRADUÇÃO NOSSA).

ningún plano (especialmente en la negociación de TLCs con otros países o bloques, que suponía la idea de “trampolín”) y continuaron los atrasos en la baja progresiva de los aranceles internos y del arancel externo común (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.6).²¹

Para o final da gestão de Vázquez prevalece a aposta ao Mercosul, sob a reivindicação de “Más y mejor MERCOSUR”, e a pesar de persistencia de alguns problemas do bloco não descarta nenhum caminho no que tange o aprofundamento do comércio com os Estados Unidos (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016).

Se sitúa al MERCOSUR como primera prioridad de inserción, y a partir del bloque se ordenan las relaciones en torno a ejes temáticos con base en los vínculos históricos, culturales, políticos, sociales y económicos que, teniendo como centro al país, abarcan en un primer trazo a Argentina y Brasil y en segundo lugar a Paraguay. En el relacionamiento con el resto de la región se parte del espacio ampliado del MERCOSUR otorgando prioridad a las relaciones con los Estados asociados –Chile, Bolivia, Perú, Ecuador, Colombia y Venezuela– y a la interacción con otros procesos de integración existentes en la región tales como la Comunidad Andina de Naciones (CAN) (FERRO, 2006, p.127).²²

Durante a gestão de José Mujica, o governo aprofunda e prioriza os vínculos com os países vizinhos em detrimento das relações com outros países. Mujica em várias ocasiões tivera manifestado seu descontentamento com o “empantamiento institucional” do bloco (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016). Tenta também uma melhora das relações com a Argentina, isso fica nítido por exemplo no apoio a Néstor Kirchner para a Secretaria Geral da Unasul, assim como o apoio a respeito da soberania no que diz respeito às ilhas Malvinas (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016).

Durante a segunda presidência de Vázquez, o ponto mais importante indubitavelmente é que é aqui que começam as negociações com a China de um Tratado de Livre Comércio, pela iniciativa uruguaia, que geraria um desconforto no âmbito do Mercosul.

Durante a gestão Luis Lacalle Pou, teve lugar a pandemia de COVID-19. Dentro deste recorte cronológico, Luis Lacalle Pou parecerá reivindicar um Mercosul que seja mais pragmático no sentido de mais ações, de tirar planos do papel. As negociações do TLC com a China geram incômodos no âmbito do Mercosul. Por conta das negociações bilaterais com a China, reivindica uma maior flexibilização dentro do bloco.

²¹ [...] se multiplicaram os problemas para a entrada de várias exportações na Argentina e no Brasil e a agenda comercial do Mercosul não avançou em praticamente nenhuma área (especialmente na negociação de TLCs com outros países ou blocos, que deveria ser um “trampolim”) e continuaram os atrasos na redução progressiva das tarifas internas e da tarifa externo comum (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.6, TRADUÇÃO NOSSA).

²² O MERCOSUL é colocado como primeira prioridade de inserção e, a partir do bloco, as relações organizam-se em torno de eixos temáticos baseados em laços históricos, culturais, políticos, sociais e econômicos que, tendo o país como centro, incluem, em primeiro lugar, a Argentina e o Brasil e, em segundo lugar, o Paraguai. As relações com o restante da região são baseadas no espaço ampliado do MERCOSUL, privilegiando as relações com os Estados associados - Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela - e a interação com outros processos de integração da região, como a Comunidade Andina de Nações (CAN) (FERRO, 2006, p.127, TRADUÇÃO NOSSA).

Apesar de que o critério aqui utilizado tenha sido a análise da abordagem e da ênfase que cada presidente uruguaio dentro da sua política exterior tenha dado ao Mercosul, é de grande valia analisar outros critérios. Camilo Lopez Burian e Maria Cecília Míguez (2021), analisam a trajetória uruguaia dentro do Mercosul desde a sua constituição até os dias de hoje. Dentro deste contexto, reconhecem três períodos que são de grande valia para entender. O primeiro reconhece como um alinhamento assimétrico que iria desde 1991 até 2003, em um segundo momento o impulso da autonomia regional de 2003 a 2015, e terceiramente a crise da globalização neoliberal desde 2015 até a atualidade.

3.4 Problemas e conflitos do Uruguai dentro do Mercosul

Luis Alberto Lacalle Herrera (2020), elenca três grandes problemas que o Uruguai teve no âmbito do Mercosul: o caso das bicicletas da empresa Motociclo, o das exportações de pneus remodelados, e das porcelanas de Metzen e Sena (LACALLE HERRERA, 2020). Sobre a primeira, a Empresa Motociclo era uma rede uruguaia de venda de vários bens como motos, bicicletas, eletrodomésticos, dentre outros.

O problema teve duas fases, primeiramente, em 2001, em vista de que a Argentina aplicou uma tarifa externa para as bicicletas exportadas pela empresa pois alegavam que as bicicletas não eram feitas no âmbito do Mercosul, mas sim eram chinesas. O Uruguai recorreu da decisão e obteve um resultado positivo por parte do tribunal ad hoc (LACALLE HERRERA, 2020). A segunda fase é que em 2004 a Argentina fazia uma nova alegação, não mais assinalando a questão da origem como fora antes, mas em vista de questões de segurança (LACALLE HERRERA, 2020).

Esta empresa había invertido más de 8 millones de dólares en su planta de fabricación de bicicletas, para terminar rematando la maquinaria como chatarra (y ahí comenzó su proceso de reconversión, dejando al sector industrial para transformarse en una empresa importadora de electrodomésticos). Este caso de las bicicletas tuvo una instancia más, que fue una solicitud de aclaratorias por parte de Argentina (LACALLE, 2020, p. 101).²³

O segundo litígio citado por Lacalle Herrera em seu livro “Nacimiento, vida y decadencia” é o da empresa Serisur. Serisur era uma empresa que desde 1996 foi fundada para a exportação de pneus remodelados mas a partir dos anos 2000 o Brasil proibiu o ingresso desses pneus. Em 2002 o Uruguai obteve um resultado favorável na decisão proferida em

²³ Esta empresa tinha investido mais de 8 milhões de dólares na sua fábrica de bicicletas, acabando por leiloar a maquinaria como sucata (e iniciando assim o seu processo de reconversão, deixando o sector industrial para se tornar um importador de electrodomésticos). Esse caso das bicicletas teve mais uma instância, que foi um pedido de esclarecimento da Argentina (LACALLE, 2020, p. 101, TRADUÇÃO NOSSA).

unanimidade pelos Tribunais do Mercosul. A situação complica-se com a Argentina logo após, mas como o Uruguai já havia recuperado o mercado brasileiro não faz reclamações com a Argentina. Entretanto, em 2005 Uruguai sim reclama e obtém uma decisão contrária ao Uruguai mas que fora revogado pelo Tribunal de Revisões. A Argentina pede esclarecimentos ao TPR e frente as desestimações. A Argentina não cumpre e frente a essa situação o Uruguai impõe uma medida compensatória com a aplicação de uma tarifa aos pneus argentinos que ingressam ao país (LACALLE HERRERA, 2020).

O Caso Metzen e Sena não contou com uma reclamatória formal mas tratou da aplicação por parte da Argentina a partir de 2008 de um imposto à importação de gás natural o que prejudicou os custos da empresa mas o caso não foi levado adiante pelo ministro da indústria do momento, o Engenheiro Daniel Martinez haja vista que a situação com a Argentina já não estava boa pelo conflito da empresa Botnia (LACALLE HERRERA, 2020).

No que diz respeito à situação das *papeleras*, as terras uruguaias e também argentinas são propícias para a plantação de algumas espécies florestais . Partindo desse panorama e em vista da crise do petróleo, foi em 1987 que o Uruguai aprovou a Lei florestal n 15939, que contou com apoio unânime no âmbito doméstico. Do lado argentino a província de Entre Rios era extremamente atrativa para investimentos estrangeiros desse tipo e o governo da província chegou a aprovação normas de benefício fiscal e promoção de empreendimentos mas em vista das várias exigências os investidores preferiram optar por investir em território uruguaio. Todavia, aconteceria uma “tormenta política internacional” em vista disto tanto por parte do governador de Entre Ríos quanto o presidente Argentino à época: Nestor Kirchner. No Uruguai todos os setores do espectro político apoiaram Vázquez. O autor também destaca a indiferença diplomática do Brasil com respeito ao assunto. Sobre o mérito da discussão, as empresas investidoras de indústria papelreira solicitaram autorizações para instalar-se no Uruguai. O Governo de Batlle não notificou o governo argentino a respeito das obras sobre a costa do Rio Uruguai, atuando em desrespeito com o estatuto do Rio Uruguai. Ainda que houve em 2004 um acordo bilateral para a instalação de uma planta de celulose em Fray Bentos e que versava sobre uma metodologia de trabalho sobre as três etapas de construção da obra. Em 2006 o MRE da Argentina alegou que o acordo teria sido só verbal e que nunca se cumpriu. A Argentina efetuou denúncias tanto frente à comissão interamericano de direitos humanos em 2005 por parte do governadores de entre rios, o presidente Kirchner solicitou o trancamento da financiamento das plantas de celulosa (2005), e a aduana argentina travou as exportações destino uruguai de materiais para empresa botnia.houve até ocupações por parte do Greenpeace e de ativistas de Gualaguaychú (LACALLE HERRERA, 2020).

O autor alega que durante esse período a Argentina violou algumas disposições do tratado de assunção tais como a livre circulação de bens pessoas e serviços. A maior acusação contra o Uruguai era de contaminação do Rio Uruguai. Em 2006 a Argentina apresentou uma demanda contra o Uruguai perante a Corte Internacional de Justiça. O mesmo dia o Uruguai convocou um tribunal arbitral do Mercosul (LACALLE HERRERA, 2020).

A medida cautelar solicitada pela Argentina não foi acolhida na Haya por falta de provas. O Uruguai também havia convocado um tribunal arbitral do Mercosul que demonstrou a pouca eficácia do bloco para resoluções de conflito desta magnitude no âmbito interno (LACALLE HERRERA, 2020).

[...] el establecimiento de una disputa con Argentina por los proyectos de instalación de plantas de procesamiento de celulosa en la margen oriental del Río Uruguay, conocido como “el conflicto por las papeleras”, que incluyó una sucesión de episodios conflictivos: la interrupción del tránsito durante períodos prolongados a través de los puentes internacionales que unen a ambos países (desde algunos meses a varios años, según el paso fronterizo considerado); el planteo del caso en el Tribunal Ad Hoc del Mercosur y en la Corte Internacional de Justicia de La Haya; y el veto de Vázquez a la candidatura del ex presidente argentino Néstor Kirchner como primer Secretario General de la Unasur, propuesta en 2008, y que sólo se pudo concretar en 2010, al asumir Mujica (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p.4).²⁴

3.5 Considerações finais

É nítido que quando falamos no Mercosul desde um ponto de vista político um dos pontos que devemos ressaltar é a liderança que desde o começo o Brasil tem representado e o como a situação doméstica do país gera consequências no Mercosul enquanto bloco. Isto servirá para a compreensão dos próximos capítulos, para compreender de que forma os momentos de auge do Mercosul influenciam as relações entre Uruguai e China. Portanto, o Brasil se mostra como uma variável importante para a compreensão dessas relações.

Bernal Meza (2014) ressalta que o Brasil tem ocupado espaços de domínio das relações internacionais tanto no que refere a quanto no que tange a questão financeira principalmente com o governo Lula, que fez valer do multilateralismo internacional como um caminho para tentar um reconhecimento nos novos pólos de poder emergente (BERNAL-MEZA, 2014). O anteriormente citado, também destaca:

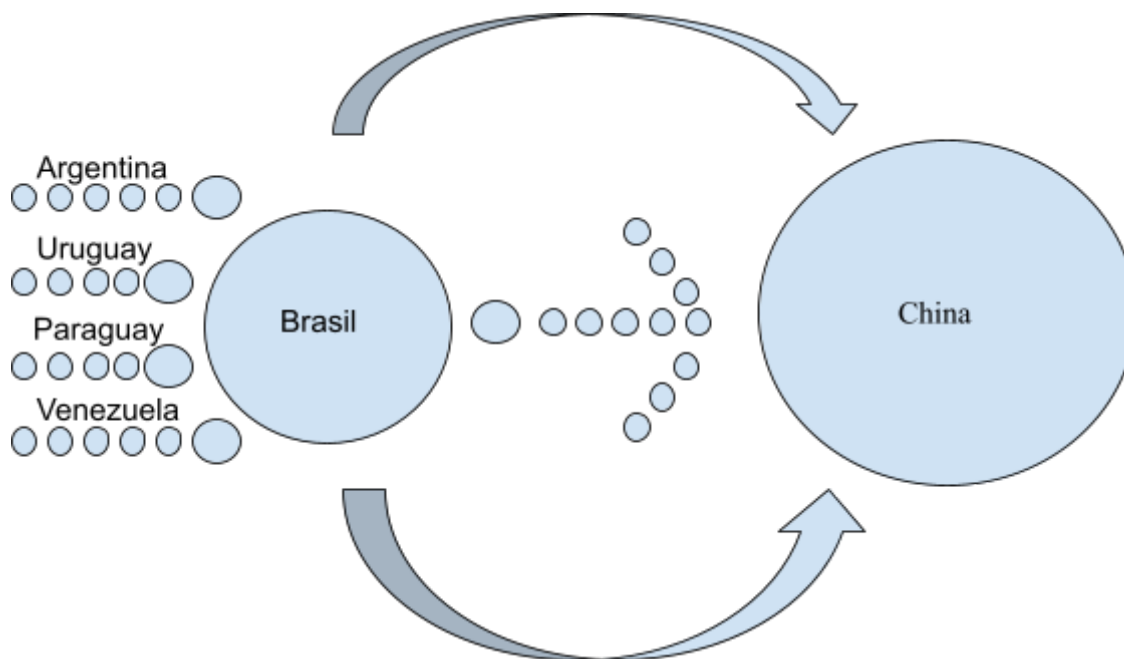
²⁴ [...] o estabelecimento de uma disputa com a Argentina sobre os projetos de instalação de fábricas de transformação de celulose na margem oriental do rio Uruguai, conhecido como o “conflito das papeleras”, que incluiu uma sucessão de episódios conflituosos: a interrupção do trânsito por períodos prolongados através das pontes internacionais que ligam os dois países (de alguns meses a vários anos, dependendo do ponto de passagem fronteiriço considerado); a submissão do caso ao Tribunal Ad Hoc do Mercosul e ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia; e o veto de Vázquez à candidatura do ex-presidente argentino Néstor Kirchner como primeiro secretário-geral da Unasul, proposta em 2008, que só se concretizou em 2010, quando Mujica assumiu a presidência (NILSON, POSSE, RAGGIO, 2016, p. 4, TRADUÇÃO NOSSA).

El fin de la guerra fría produjo una expansión del proceso de globalización/mundialización como consecuencia de la apertura del ex bloque soviético al capitalismo. La conjunción de ambos procesos produjo cambios importantes en la configuración del sistema mundial. El aspecto político de los cambios sistemáticos en el orden internacional ha implicado la emergencia de nuevas potencias o poderes regionales en ascenso. Igualmente ocurre en la economía mundial, donde también se han producido importantes modificaciones, particularmente con el ascenso de China, India, y Brasil (BERNAL-MEZA, 2014, p 28).²⁵

Outrossim, Daniel Oviedo, teoriza sobre as relações Brasil-China e sua influência e reflexo no contexto do Mercosul. Oviedo em seu texto (2014), reconhece três fases das relações Brasil-China sendo estas: a primeira pela cooperação sul-sul, é dizer ambos países eram categorizados como países periféricos. O período ao qual se refere, abrangido entre 1974 e 1999, começa a partir do reconhecimento por parte do Governo Geisel no Brasil ao governo da República Popular da China. Logo, um segundo momento entre 1999 e 2007 onde o autor destaca uma relação na modalidade Norte-Sul, haja vista o status de potência chines e o status em desenvolvimento do Brasil e um terceiro momento a partir de 2007, onde o autor reconhece que as relações seriam norte-norte pois o Brasil se transformara em uma potência econômica (OVIEDO, 2014). Daniel Oviedo assinala que o modelo harmônico produz duas consequências estruturais que seriam o efeito de arrastre em cadeia e o incremento da assimetria bilateral. O que mais interessa a esta pesquisa, é o primeiro. De grande valia serve esta teorização, para compreendermos o impacto que essas relações entre Brasil e China gera no espectro sulamericano, e especificamente no MERCOSUL. O autor avalia esta fenomenologia como um “efeito arrastre em cadeia” que ao mesmo tempo que a China atua no estímulo da economia global, o mesmo acontece nas devidas proporções na América do Sul com o Brasil, especificamente dentro do contexto do MERCOSUL.

FIGURA 01: DEMONSTRATIVO DO EFEITO ARRASTRE EM CADEIA DO BRASIL

²⁵ O fim da guerra fria produziu uma expansão do processo de globalização/mundialização como consequência da abertura do ex bloco soviético ao capitalismo. A conjunção de ambos processos produziu mudanças importantes na configuração do sistema mundial. O aspecto político das mudanças sistemáticas na ordem internacional ha implicado a emergência de novas potências ou poderes regionais em ascensão. Igualmente ocorre na economia mundial, onde também se produziram importantes modificações, particularmente com o ascenso da China, Índia e Brasil (BERNAL MEZA, 2014, p. 28; TRADUÇÃO NOSSA)



Fonte: Adaptação de Oviedo(2014)

Compreender o papel do Brasil dentro do Mercosul servirá também para compreendermos o que acontece com o Mercosul quando ocorrem rupturas na sua política externa fazendo com que a América do Sul ou os instrumentos de integração regional sulamericana perdem parecem perder relevâncias.

A su vez, dentro del Mercosur, el modelo productivo-exportador del país asiático también transformó a China en principal socio comercial de Argentina, Uruguay y Venezuela, aunque no tan así de Paraguay en materia de exportaciones, estado con el cual no mantiene relaciones diplomáticas. Como se observa, el interés de China en las materias primas estimula a las economías sudamericanas y estas naciones se integran en el modelo de crecimiento chino. Al mismo tiempo Brasil arrastra a las economías mercosureñas, a las cuáles las vincula un imperfecto tratado de libre comercio. Es decir, el efecto bandwagon que genera China a nivel global es similar y simultáneo al efecto que produce Brasil a escala subregional. Al mismo tiempo, el rol de “pequeño hegemón” que ejerce Brasil en Sudamérica agrega una cuota mayor de poder a Brasil en la relación bilateral, valorado por el realismo de la política exterior china. Sin embargo, el efecto es unidireccional pues si bien las potencias del MERCOSUR incrementan su relación comercial con China, este país tiene mayor relevancia que la posición que ocupan las economías mercosureñas en el comercio exterior chino, excepto Brasil que en 2013 se posicionó en el noveno puesto del mismo en el primero de los BRIC (OVIEDO, 2014 , p.152).²⁶

²⁶ A mesmo tempo, dentro do Mercosul, o modelo produtivo-exportador do país aiático também transformou a China no principal sócio comercial da Argentina, Uruguai e Venezuela, ainda que não tão assim do Paraguai em matéria de exportações, estado com o qual não mantém relações diplomáticas. Como se observa, o interesse da China nas matérias primas estimula as economias sulamericanas e estas nações se integram no modelo de crescimento chines. Ao mesmo tempo Brasil arrasta as economias do Mercosul, as quais as vincula um imperfeito tratado de livre comércio. É dizer, o efeito bandwagon que gera a China a nível global é similar e simultâneo ao efeito que produz o Brasil a escala sub-regional. Ao mesmo tempo, o rol de “pequeno hegemom” que exerce o Brasil na América do Sul agrega uma cota maior de poder a Brasil na relação bilateral, o efeito é unidireccional pois ainda que as potências do MERCOSUL incrementam sua relação comercial com a China, este país tem maior relevância que a posição que ocupam as economias do mercosul no comércio exterior chines, exceto Brasil que em 2013 se posicionou no nono posto do mesmo no primeiro dos BRIC (OVIEDO, 2014, p.152, TRADUÇÃO NOSSA).

O papel que o Brasil desempenha no Mercosul, pode estar relacionado também a esses recuos que o Mercosul sofre ao longo da sua trajetória. Não só liderança é o papel que exerce o Brasil dentro do Mercosul mas, como afirmado por Oviedo (2014), atua também favorecendo as relações comerciais com a China com o efeito arrastre, tópico de extrema relevância para corroboração da hipótese desta pesquisa. Como já foi elencado, a posição e a relevância que o Brasil e especificamente sua política externa outorgar ao Mercosul, influirá significativamente nas economias dos países sulamericanos, com especial destaque para o Uruguai.

O objetivo geral deste capítulo foi compreender os altos e baixos do Mercosul, a situação do bloco hoje e as inúmeras situações que tem passado no desenvolvimento do bloco. Muitos foram os avanços e recuos do bloco, e muitos destes avanços e recuos estão atrelados ao desempenho do Brasil enquanto potência regional, e também a prioridade que os governos dos estados mercosurenhos tem dado ao bloco. Como já foi mencionado, entender o papel do Brasil dentro do Mercosul serve de norte para compreender também como são pautas as relações do Uruguai com a China dentro do âmbito do Mercosul.

No seguinte capítulo serão abordadas relações entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China: diplomáticas, comerciais, assim como comércio exterior uruguaio com destino China elencando os altos e baixos dessas relações dentro do âmbito do Mercosul.

4. RELAÇÕES URUGUAI E CHINA: DE 1988 AOS DIAS DE HOJE

Trinta e cinco anos de relações diplomáticas unem na bilateralidade a República Popular da China e a República Oriental do Uruguai. A primeira, o grande dragão no oriente do mundo e a segunda, possui tal nome pela sua localização: situada ao oriente do Rio Uruguai. No Cone Sul da América do Sul, o Uruguai encontra-se entre dois grandes gigantes: Argentina e Brasil. Esta pesquisa versa sobre as relações entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China.

O Uruguai, que tivera sua democracia assolada e abalada pela ditadura militar, teria sua volta à democracia em 1985. Com as eleições, reiniciara-se o período democrático com a presidência do Dr. Julio Maria Sanguinetti, do Partido Colorado, um dos partidos de trajetória tradicional do Uruguai.

Desde que foram estreitadas as relações diplomáticas com a China, exerceram a presidência o Dr. Julio Maria Sanguinetti (1985-1990), a presidência do Dr. Luis Alberto Lacalle Herrera (1990-1995), a segunda presidência de Sanguinetti (1995-2000), a presidência do Dr. Jorge Batlle Ibáñez (2000-2005), a presidência do Dr. Tabaré Vázquez (2005-2010), a presidência de José Mujica (2010-2015), a segunda gestão presidencial do Dr. Tabaré Vázquez (2015-2020), e na atualidade em curso a presidência do Dr. Luis Lacalle Pou (2020-hoje).

Vale relembrar também um pouco sobre as fases políticas da República Popular da China. Na China enquanto República, distinguem-se cinco gerações. A primeira de Mao Zedong de 1949 a 1976, a segunda de Deng Xiaoping²⁷ (1987-1992), Jiang Zemin (1992-2002), Hu Jintao (2002-2012) e Xi Jinping (2012 até os dias de hoje). Essas gerações, tiveram perfis distintos tanto no ambiente doméstico quanto no seu posicionamento de política externa chinesa. Conforme o recorte, nos compete analisar o período que perpassa as gestões presidenciais de: Yang Shangkun, Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping.

O objetivo geral deste capítulo é apresentar as relações históricas e diplomáticas entre Uruguai e China. Além disso, compreender as relações comerciais bilaterais entre os dois países no período de vigência do Mercosul (1991-2023).

Portanto, visando alcançar esse fim, o presente capítulo dividir-se-á em três subseções: a primeira, compreendendo a presença e as relações da China com a América Latina e mais especificamente com o Cone Sul. A segunda, para compreender as relações bilaterais entre o Uruguai e a China do ponto de vista histórico e diplomático, evidenciando por último, os altos e baixos dessas relações. A terceira subseção refere-se às relações econômicas e comerciais entre ambas as Repúblicas.

4. 1 A China na América Latina

Para compreender alguns aspectos históricos das relações entre a China e a América Latina, devemos ressaltar que as mesmas têm profundas raízes no passado. Os laços econômicos têm origem em 1570. Leitteritz (2012) salienta que as relações entre a China e a América Latina não são de hoje, e na verdade possuem raízes em 1570, desde quando México e Peru possuíam relações comerciais com a referida : “China and Latin America, specifically

²⁷ Deng Xiaoping fora o escolhido por Mao Zedong para ser seu sucessor. Mesmo que não tenha ocupado a presidência da RP da China, Deng Xiaoping liderou o país alcançando sua inserção econômica no cenário internacional. A não ocupação da presidência foi uma estratégia para poder manter as rédeas do país nos momentos de maior crise em que ele acabava sacrificando seus discípulos políticos, presidente e vice-presidente, como nos fatos de Tian Anmen, em 1989.

Peru and Mexico, were engaged in intense trade relations from as early as 1570, when Chinese exports including porcelain and silk were exchanged for silver and other minerals from Latin America” (LEITERITZ, 2012, 68).²⁸

Muito mais adiante, durante a gestão de Mao Zedong, as relações entre a China e a América Latina ainda tiveram uma certa demora na sua concretização muito em vista do papel que nesse período a potência norte-americana exercia na América Latina. Isso é destacado por Brito (2019) quando diz que essa influência norte-americana anti-China da Guerra Fria (que visa conter ao máximo o avanço do comunismo na América Latina) se reflete significativamente no atraso destas relações.

A inicios de la instauración de la RPC con el ascenso al poder de Mao Zedong, presidente del Partido Comunista, la influencia estadounidense anti-china característica de la guerra fría pretendía con su “cortina de hierro y bambú” contener el avance comunista en LAC. Ello tuvo un gran peso para enmarcar el tibio comienzo de las relaciones entre ambos. En ese contexto, cabe recordar que la “cuestión de las dos Chinas” con la realidad de Taiwán ha tenido a LAC como un centro de importancia geoestratégica (BRITO, 2019, p. 19).²⁹

Quanto às relações diplomáticas entre a China e os países latino-americanos, tem-se que estas são as que servirão de impulso para as comerciais que viriam depois:

Aunque las relaciones entre China y el continente americano se remontan al período de la dinastía Ming, y particularmente al reinado de Wan Li (1573-1620), fue con la fundación de la República Popular China cuando se establecieron vínculos diplomáticos, primero con Cuba en 1960 y después con otros 13 países (PÉREZ LE-FORT, 2005, p.96).³⁰

Especificamente sobre a China, devemos salientar as mudanças internas que o país passou durante o período de Deng Xiaoping, que muito contribuíram para o seu status de potência que tem hoje:

Em 1978 o país adotou a política das Quatro Modernizações, que consagra reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação (VISENTINI, 2011, p. 132).

²⁸China e a América Latina especificamente Peru e México, estiveram engajadas em intensas relações comerciais desde o começo de 1570, quando as exportações chinesas incluíam porcelana e seda e eram intercambiadas por prata e outros minerais advindo da América Latina” (LEITERITZ, 2012, 68, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

²⁹No início da instauração da RPC com a ascensão ao poder de Mao Tse-Tung, presidente do Partido Comunista, a influência estadunidense anti-china característica da guerra fria pretendia com a sua “cortina de ferro e bambu” conter o avanço comunista na América Latina, Isso teve um grande peso para marcar o morno começo das relações entre ambos. Nesse contexto, cabe recordar que a “questão das duas Chinas” com a realidade de Taiwán tem sido a América Latina enquanto um centro de importância estratégica (BRITO, 2019, p. 19; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

³⁰Ainda que as relações entre a China e o continente americano de remontam ao período da dinastia Ming, e particularmente ao reinado de Wan-Li (1573-1620), foi com a fundação da República Popular China quando se estabeleceram vínculos diplomáticos, primeiro com Cuba em 1960 e depois com outros 13 países” (PÉREZ LE-FORT, 2005, p. 96; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Ainda neste sentido, Fairbank, Goldman (2008) versam que: “Muito mais que Mao, Deng possibilitou atingir o sonho centenário de transformar a China em uma grande potência. Mais uma vez, a China era um poder mundial tanto econômica quanto estrategicamente. (FAIRBANK, GOLDMAN, 2008, p. 420).

Durante as décadas de oitenta e noventa, tem-se que a presença da China na América Latina não foi tão significativa, e apenas começaria a mudar essa situação com o advento do século XXI: “China’s presence in Latin America during the 1980s and 1990s was thus virtually nonexistent. This situation was to change during the first decade of the 21st Century.”(LEITERITZ, 2012, p. 68).³¹

Na primeira década do século XXI, um dos pontos mais importantes que merece análise é a questão relativa ao Livro Branco chinês, que versa sobre a política da China para a América Latina. Conforme nos ensina Bartesaghi (2017):

La estrategia de relacionamiento entre China y ALC que lleva a cabo el gigante asiático se encuentra plasmada en el denominado “Documento sobre la política de China hacia ALC”, fechado en noviembre de 2008. En este documento se trazan las áreas de interés y trabajo que priorizará China en el continente latinoamericano y caribeño (BARTESAGHI, 2017, p. 80).³²

Finalmente, já com Xi Jinping no poder desde 2013, da-se início a quinta geração de RP da China.

Abre-se espaço, portanto, para a ascensão da chamada Quinta Geração, a qual objetiva manter o regime e modernizá-lo. Xi Jinping assumiu o poder em 2013. Outra questão que tem sido ponderada é a influência que os militares terão sobre essa nova geração de líderes civis, considerando que a influência militar na política chinesa tem aumentado consideravelmente na última década, fruto do processo de modernização das forças armadas chinesas e ao aumento do envolvimento internacional da China, ligados a ascensão do País no cenário internacional (VISENTINI, 2015, p. 66).

Especificamente sobre o continente latino-americano, Leiteritz (2012) ressalta a mudança no perfil do continente latino-americano. O mesmo que fora de crises econômicas, regimes políticos autocráticos ou de má governança adquire um novo perfil onde passa a ser reconhecido enquanto um mercado estável e lucrativo que resulta atraente para investimentos no estrangeiro bem como mantém de alguma forma seu papel enquanto um fornecedor de

³¹ A presença chinesa na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990 foi quase que inexistente. Essa situação começa a mudar durante a primeira década do século 21 (LEITERITZ, 2012, p. 68; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

³² A estratégia do relacionamento entre a China e a América Latina que leva adiante o gigante asiático se encontra plasmada no denominado “Documento sobre a política de China para a América Latina”, datado em novembro de 2008. Nesse documento, se traçam as áreas de interesse e trabalho que priorizará a China no continente latino-americano e caribenho” (BARTESAGHI, 2017, p. 80; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

commodities, minerais, etc. Os mesmos, são atraentes para países já desenvolvidos- onde a China, pode-se reconhecer como uma dessas economias demandantes (LEITERITZ, 2012).

Oviedo (s/d) reconhece que a China continua conduzindo a sua política externa com princípios que têm origem em 1982, sendo estes: a integração no sistema internacional, o uso da diplomacia para a resolução de conflitos, o uso do diálogo e as boas relações com as grandes potências, autonomia no processo de tomada de decisões e pragmatismo para as acções externas. Alinhada com estas, manter relações estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento e aumentar seus investimentos principalmente no que refere à investimentos e empréstimos.

La política de ascenso pacífico de China al rol de potencia internacional, sustentada en la coexistencia pacífica, y la posterior aspiración al desarrollo pacífico son aspectos nodales de los que se conoce como el Consenso de Beijing, política que se edifica en gran parte sobre 5 puntos: 1. El respeto a la soberanía e integridad territorial de cada país, 2. La no agresión, 3. La no injerencia en los asuntos internos de otros Estados, 4. La igualdad en las relaciones, 5. El beneficio mutuo (ALVAREZ, 2020, p. 2693).³³

Todavía, se analizamos a política externa chinesa, podemos visualizar que a América Latina não compõe o círculo prioritário da sua agenda de relações exteriores:

El gobierno chino ejecuta su diplomacia en tres ámbitos principales de las relaciones internacionales: 1) los países vecinos y próximos; 2) las grandes potencias, en particular Estados Unidos; y 3) la diplomacia multilateral, aprovechada para cumplir dos objetivos: a) tratar las cuestiones multilaterales; b) entrar en contacto con líderes de otros países a los cuales no se han efectuado visitas (OVIEDO, S/D, p. 119).³⁴

Todavía nesse sentido, cabe salientar que a China tem promovido o relacionamento com países em desenvolvimento. Notável é este aspecto com a sua presença no continente africano e por conseguinte, a América Latina não foge à essa realidade. Por isso a China tem investido em parcerias com países em desenvolvimento, e isso acaba sendo visível no continente africano (Nigéria, Angola, Sudão e Etiópia) (LEITERITZ, 2012). A China prioriza na sua política externa e) os países com quem divide fronteiras e ii) países em desenvolvimento ricos em recursos naturais, dispensando-lhe um tratamento de igual para igual e fornecendo-lhes ajuda (Kurlantzick 2007 apud Leiteritz, 2012).

³³ A política de ascensão pacífica da China ao rol de potência internacional, sustentada na coexistência pacífica e a posterior aspiração ao desenvolvimento pacífico são aspectos nossos do que conhece-se como Consenso de Pequim, política que edifica de forma geral em cinco pontos: 1. O respeito à soberania e integridade territorial de cada país, 2. A não agressão, 3. A não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, 4. a igualdade nas relações, 4. o benefício mútuo (ALVAREZ, 2020, p. 2693; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

³⁴ O governo chinês executa sua diplomacia em três âmbitos principais das relações internacionais: 1) nos países vizinhos e próximos; 2) nas grandes potências em particular os Estados Unidos; e 3) na diplomacia multilateral, aproveitada para cumprir dois objetivos: a) tratar das questões multilaterais; b) entrar em contato com líderes de outros países nos quais não se tenham efetuado visitas (OVIEDO, s/d, p.119; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Especificamente sobre a política externa chinesa para com os países em desenvolvimento, Leiteritz (2012) faz uma passagem histórica pelos últimos trinta anos e observa não só mudanças internas na China mas também mudanças que tange a política externa desta e a sua relação com o mundo de forma geral. Sobre Deng Xiaoping, que para o autor tem sido um dos principais líderes políticos da República Popular da China, o mesmo acreditava que primeiro deveriam instituir-se reformas internas para assim depois, ir ao encontro do mundo exterior: “Under Deng’s leadership, China started its road to economic success, emphasizing selected market liberalization measures under the political control of the Communist Party.” (LEITERITZ, 2012, p.54).³⁵

Deng Xiaoping começara por desejar uma China com *low profile* no sistema internacional visando se recuperar após a Revolução Cultural de Mao, portanto sua estratégia fora: “Deng’s strategy was intended to create a peaceful external environment and encourage the massive foreign investment and technology transfers necessary to its emergence as a great power in the future” (LEITERITZ, 2012, p.55)³⁶. Isto, haja vista que a abordagem de Mao teria isolado a China do mundo, pelo que de forma muito cautelosa Deng começara a dar passos nesse sentido, ainda que com muita prudência: “This new attitude somehow clashed with the low profile approach to international politics advocated by Deng” (LEITERITZ, 2012, p.55).³⁷ Resultante disto, na década de noventa a China teria adotado uma política externa de ascensão pacífica, que demonstraria ao mundo que estava disposta a tornar-se poderosa sim mas o faria pelas vias e meios pacíficos (LEITERITZ, 2012).

Leiteriz cita três pilares das relações da China para com países em desenvolvimento, sendo estes a economia, a cultura e a diplomacia.

A primeira então, seria a seara econômica. Quanto à esta, o supracitado autor versa:

China has learned how to use its growing economic power, not only as a trade partner but also as a key investor in, and provider of aid to, developing countries. Its non-interventionist approach has become the flagship of its relations with the developing world and the main source of its increased attractiveness, at least for political leaders.” (LEITERITZ, 2012,p.57).³⁸

³⁵ Sob a liderança de Deng, a China iniciou o seu caminho para o sucesso econômico, dando ênfase a medidas seleccionadas de liberalização do mercado sob o controle político do Partido Comunista (LEITERITZ, 2012, p.54; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

³⁶ A estratégia de Deng pretendia criar um ambiente externo pacífico e encorajar o investimento estrangeiro massivo e as transferências de tecnologia necessárias à sua emergência como grande potência no futuro (LEITERITZ, 2012, p. 55; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

³⁷Essa nova atitude, de certa forma, entrava em choque com a abordagem de baixo perfil da política internacional defendida por Deng (LEITERIZ, 2012, p.55, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

³⁸ A China aprendeu a usar o seu crescente poder económico, não só como parceiro comercial, mas também como investidor-chave e fornecedor de ajuda aos países em desenvolvimento. A sua abordagem não-intervencionista tornou-se a bandeira das suas relações com o mundo em desenvolvimento e a principal

É dizer, a China viria a ter uma atuação como a figura de “investidor anjo” dentro do direito empresarial. O investidor anjo é aquele que investe, faz uma injeção de capital, mas sem envolver-se nos assuntos internos da empresa. Ainda sobre os investimentos, no caso da América Latina:

En ese sentido, el gigante asiático ha logrado consolidar su presencia en AL al congregarse inversiones multimillonarias con acuerdos bilaterales y multilaterales que lo hacen uno de los partners comerciales más importantes de la región permitiéndole, en esta reconfiguración multipolar de la economía mundial, consolidarse tanto en el plano internacional como en el latinoamericano (LO BRUTTO, 2018, p. 112).³⁹

O segundo aspecto ao qual o autor faz menção é o aspecto cultural. Sobre este:

China not only intends to “charm” the world with the size of its market and its economic growth but also with its culture. Besides fostering trade and investment relations, China’s foreign policy emphasizes the global diffusion of Asian or, more specifically, Chinese culture (LEITERITZ, 2012, p.60).⁴⁰

Isso viria desde a época de Mao, quando a China começou um processo de disseminação dos seus valores culturais, isso fica nitidamente explícito com a criação dos Institutos Confúcio (LEITERITZ, 2012). No caso latino-americano aprecia-se isso devido a intercâmbios universitários estudantis, formação em língua e cultura chinesa na América Latina, etc.

O terceiro, é o aspecto diplomático. A respeito deste: isso fica nítido porque a China tem uma política externa fundada nos meios pacíficos pelo que a diplomacia se torna ferramenta crucial. Dois claros exemplos disso é i) o fato de Hu Jintao ser um dos presidentes com mais visitas oficiais do que qualquer outro antes dele na história da China e ii) reuniões, intercâmbios entre partidos políticos, etc (LEITERIZ, 2012).

Um ponto chave para o impulso das relações principalmente diplomáticas (que depois dariam início e lugar as relações comerciais) entre a China os países da América Latina, indubitavelmente foi a entrada da China na OMC: “Além disso, em 2002, depois de 15 anos de negociações, a China ingressou como membro da OMC como país em desenvolvimento. Com seu ingresso, a China facilita ainda mais a inserção do seu dinâmico comércio no mercado mundial” (VISENTINI, 2015, p. 55).

fonte da sua crescente atratividade, pelo menos para os líderes políticos.” (LEITERIZ, 2012, p.57, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

³⁹ Nesse sentido, o gigante asiático tem conseguido consolidar a sua presença na AL ao congregar investimentos multimilionários com acordos bilaterais e multilaterais que o fazem uma dos parceiros comerciais mais importantes da região permitindo-lhe, nesta reconfiguração multipolar da economia mundial, se consolidar tanto no plano internacional quanto no latino-americano (LO BRUTTO, 2018, p. 112; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁴⁰ A China não pretende apenas “encantar” o mundo com a dimensão do seu mercado e o seu crescimento econômico, mas também com a sua cultura. Para além de fomentar relações comerciais e de investimento, a política externa da China enfatiza a difusão global da cultura asiática ou, mais especificamente, da cultura chinesa (LEITERIZ, 2012, p.60, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Como a China associou-se a organizações internacionais e passou a fazer parte da comunidade global e a integrar a Organização Mundial do Comércio em 2001, foi preciso cada vez mais a submeter-se a normas internacionais e a negociar com países com diferenças marcantes. Porém, não estava claro nos primeiros anos do século XXI se isso reduziria os conflitos com seus vizinhos e com os Estados Unidos (FAIRBANK, GOLDMAN; 2008, p. 422)

É de notório saber o *status* atual que a China possui e a relevância que ela detém para as novas configurações do sistema mundial do século XXI. Essa relevância muito atrelada está à economia: “O impacto da inserção mundial da China é intenso, não apenas pela acelerada taxa de crescimento, mas pelo peso econômico e populacional do país, bem como por sua dimensão continental.” (VISENTINI, 2011, p. 133); mas também outros aspectos bem como sua capacidade militar. Conforme podemos ler em Paulo Fagundes Visentini (2015):

A RPC (República Popular da China) é o único país em desenvolvimento que se encontra no núcleo do poder mundial: ela é membro do Conselho de Segurança da ONU (membro permanente com poder de veto) e é dotada de uma indústria aeroespacial, um sistema autônomo de mísseis e arsenal nuclear (VISENTINI, 2015, p.55).

Os fatores elucidados por Visentini, nos explanam um pouco do papel da China enquanto um ator relevante e sobretudo, sobre seu rol enquanto potência, inclusive do ponto de vista militar.

Para além disto, deve-se salientar que o conceito de Segurança Internacional que dentro da academia possa ter sido engessado em algum momento, hoje pode-se avaliar enquanto um conceito amplo e interdisciplinar, abrangendo e dizendo respeito a várias capacidades de um estado. Os autores Buzan e Hansen, em sua obra de 2012 intitulada “A evolução dos Estudos de Segurança Internacional”, especificamente no seu capítulo I, encarregam-se de delimitar conceitualmente os estudos de Segurança Internacional (ESI) e as problemáticas que podem advir desta. Universalmente não há uma convenção ou entendimento universal sobre um conceito engessado de Segurança Internacional, sendo que, ainda que tradicionalmente associada ao conceito de segurança nacional há muitos debates que giram em torno desta classificação. Isto acontece haja vista que há autores que entendem que sim e outros que não deveriam ser incluídos no escopo de segurança internacional, conceituações adjacentes. Sobre os desafios, podemos associá-los à que a segurança internacional pode ser lida sob a égide de quatro aspectos estruturais, que seriam: prestigiar o estado como objeto de referência, incluir ameaças tanto externas quanto internas, compreender a segurança para além do setor militar e do uso da força e também ver a segurança como inextricavelmente ligada a uma dinâmica externa (BUZAN, HANSEN, 2012).

Com isto, tem-se que para além do status da China enquanto um ator relevante, estável e com uma estratégia clara na contemporaneidade quanto a sua política externa, uma das grandes preocupações chinesas dizem respeito à estabilidade interna. Um dos quesitos atrelados a essa segurança interna, é a que refere a Segurança Alimentar:

La importancia estratégica que presenta AL para China en algunos asuntos de suma importancia para su estabilidad interna (este es el principio de cualquier análisis de la política exterior de China), como es el caso del abastecimiento de materias primas para mantener sus niveles de desarrollo, entre los que se destacan los minerales, combustibles, cobre y alimentos, entre otros” (BARTESAGHI, 2015 , p 21).⁴¹

Isto vai ao encontro do que enunciam Myers and Guo, 2015, apud Ochoa, Myers, Elverdin, 2019, p. 8:

China's position as a food importer is tied to a series of food security policies, the most recent of which were issued since global food crisis of 2008—an event that reinforced the link between food price shocks and instability for China’s leadership. In 2014, China’s Number One Document (一号文件), a central policy paper that generally focuses on rural reform and agricultural modernization, set new goals for agricultural self-sufficiency. These included “absolute security (interpreted as near 100 percent self-sufficiency) in the production of rice and wheat, which are considered critical “food grains” (口粮); 95 percent self-sufficiency in the production of staple foods (e.g., rice, wheat, and corn, or 谷物); and 80 percent self-sufficiency in all grains (粮食), including soy. The “all grains” target has been downgraded since the 1990s (from 95 percent to 80 percent), likely reflecting both rising domestic demand and production limitations⁴²

Em combinação com este aspecto, vem a tona a questão da complementaridade de economias no sistema internacional, sendo assim: “The strong complementarities between the countries of Latin America and China in terms of food security justify efforts to achieve stronger and more balanced trade connectivity (JANK, 2019 , apud OCHOA, MYERS, ELVERDIN, 2019, p.11).⁴³ Essa conectividade ao qual refere-se, pode ser relacionada também ao caráter das economias latino-americanas, que muito dependem da agroexportação, da

⁴¹A importância estratégica que representa a América Latina para a China em alguns assuntos de suma importância para sua estabilidade interna (este é o princípio de qualquer análise da política exterior da China); como é o caso do abastecimento de matérias primas para manter seus níveis de desenvolvimento, entre os que se destacam os minerais, combustíveis, cobre e alimentos, entre outros (BARTESAGHI, 2015, p. 21, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁴² A posição da China como importador de alimentos está ligada a uma série de políticas de segurança alimentar, as mais recentes das quais foram emitidas desde a crise alimentar global de 2008 - um evento que reforçou a ligação entre choques de preços de alimentos e instabilidade para a liderança da China. Em 2014, o Documento Número Um da China (一号文件), um documento de política central que geralmente se concentra na reforma rural e na modernização agrícola, estabeleceu novos objetivos para a autossuficiência agrícola. Estes incluíam "segurança absoluta (interpretada como quase 100 por cento de autossuficiência) na produção de arroz e trigo, que são considerados "grãos alimentares" críticos (口粮); 95 por cento de autossuficiência na produção de alimentos básicos (por exemplo, arroz, trigo e milho, ou 谷物); e 80 por cento de autossuficiência em todos os grãos (粮食), incluindo soja. A meta de "todos os grãos" foi rebaixada desde a década de 1990 (de 95% para 80%), provavelmente refletindo tanto a crescente demanda doméstica quanto às limitações de produção (MYERS E GUO, 2015 apud OCHOA, MYERS, ELVERDIN, 2019, p. 8, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁴³As fortes complementaridades entre os países da América Latina e da China em termos de segurança alimentar justificam esforços para alcançar uma conectividade comercial mais forte e equilibrada” (JANK, 2019 , apud OCHOA, MYERS, ELVERDIN, 2019, p. 11; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

venda de produtos primários, que são demanda de outros países.- e em grandes rasgos acaba sendo pouco industrializada e precisando importar produtos deste rubro:

América Latina, por su parte y en términos amplios, es productora y exportadora de materias primas, alimentos y minerales e importadora de productos industrializados. Así las cosas y analizado de forma muy genérica, las economías resultan a simple vista complementarias (FERNÁNDEZ, 2018, p. 163).⁴⁴

Isto pode ser lido através da teoria econômica das vantagens comparativas, e como nos ensinam os seguintes autores, pode-se ler isto com a emergência do Brasil e do Cone Sul da América Latina, no que tange a produção de soja:

An influential interpretation of Brazil's and the Southern Cone's emergence as the new global pole of soy and grains production, highlights the region's comparative advantage and its integration into an expanding global value chain orchestrated by the ABCD players, creating the regional Southern Cone "Republic of Soy" (TURZI, 2011; GIRAUDDO, 2014 apud WILKISON et. al, 2015, p. 1).⁴⁵

Visualiza-se assim, a complementaridade das economias, que vem a ser uma justificativa sólida das relações entre China e América Latina. Enquanto a América Latina exporta produtos primários, o outro lado da moeda são as exportações por parte da China de produtos baratos e também de valor agregado: “No século XXI, além de exportar para os países desenvolvidos produtos de crescente valor agregado, a China passou a exportar produtos baratos, serviços e investimentos em infraestrutura para a África, América Latina, Oriente Médio e Ásia (VISENTINI, 2015, p. 55).

La estrategia de seguridad China debe garantizar la apropiación de aquellos recursos vitales en su expansión como potencia global sobre todo alimentarios, mineros y energéticos, recursos que son además imprescindibles para cubrir la demanda interna resultado de una urbanización acelerada y la relocalización de los procesos fabriles. Este propósito explícito de China se materializa en el plano de la reproducción simbólica en el denominado “Consenso de Beijín”, contracara del “Consenso de Washington” propio de la hegemonía norteamericana, y en el plano material, en las redes que permiten el metabolismo de las riquezas sobre todo en la denominada “Nueva Ruta de la Seda” (ÁLVAREZ, 2020, p. 2689)⁴⁶

⁴⁴ A América Latina por sua parte em termos amplos, é produtora e exportadora de matérias primas, alimentos, e minerais e importadora de produtos industrializados. Assim as coisas e analisadas de forma muito genérica, as economias resultam em um primeiro olhar, complementarias. (FERNANDEZ, 2018, p. 163; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁴⁵ Uma interpretação influente da emergência do Brasil e do Cone Sul como o novo polo global de produção de soja e grãos, destaca a vantagem comparativa da região e sua integração em uma cadeia de valor global em expansão orquestrada pelos atores do ABCD, criando a "República da Soja" regional do Cone Sul (Turzi, 2011, Girauddo, 2014 apud WILKISON et. al, 2015, p. 1; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁴⁶ A estratégia de segurança chinesa deve garantir a apropriação daqueles recursos vitais na sua expansão enquanto potência global sobre tudo alimentarios, minérios e energéticos; recursos que ademais são imprescindíveis para cobrir a demanda interna resultado de uma urbanização acelerada e da realocação dos processos das fábricas. Este propósito explícito da China, materializa-se no plano da reprodução simbólica no denominado “ Consenso de Pequim”, contracara do “Consenso de Washington” próprio da hegemonia norteamericana, e no plano material, nas redes que permitem o metabolismo das riquezas sobretudo na denominada “ Nova rota da Seda” (ALVAREZ, 2020, p. 2689; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Portanto, este viria a ser uma das tantas justificativas das relações da China com a América Latina. Outro ponto que nos merece análise, é a perda da hegemonia norte-americana com o rol dos Estados Unidos, que muito perde fôlego na região deixando um certo vácuo. Pautasso et. al . (2020) afirmam que: “Se, por um lado, os Estados Unidos não têm conseguido proporcionar alternativas de desenvolvimento para a região, a China, por outro, tem sido não só uma grande importadora de commodities como também uma grande investidora em infraestrutura.” (PAUTASSO ET AL, 2020, p.100).

Este vácuo, caracterizado pela falta de alternativas para o desenvolvimento da região, é dotado de falta de soluções e apoio ao continente latino-americano em todas as dimensões. Isso tem razão em virtude da mudança da leitura da política externa estadunidense, após os acontecimentos do 11 de setembro:

Además de eso, China busca en América Latina un espacio político dejado de lado, en parte, por Estados Unidos luego del 11-S. La participación de China en el Foro con CELAC, así como las constantes visitas de alto nivel a la región, enfatiza la importancia del aspecto político (RAGGIO, 2016, p. 74).⁴⁷

Ainda nesse sentido, Paulo Fagundes Visentini (2011) enuncia que:

A ascensão econômica da China, potencializando o incremento e modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, ampliando sua autonomia político-diplomática, passaram a preocupar particularmente os EUA, que buscam reafirmar sua predominância a um custo mais baixo que durante a Guerra Fria.” (VISENTINI, 2011, p. 134)

Ao mesmo tempo, Pautasso et. al (2020) entendem que a “competição” por pautar sua presença entre Estados Unidos e China na região, abre possibilidades para as políticas externas dos países da América Latina, inexistentes desde os tempos da Guerra Fria:

Pequim segue sendo alternativa capaz de prover a demanda tanto por mercados para as commodities quanto por possíveis investimentos em infraestrutura (de transporte, energia e comunicação), contribuindo para a superação de um gargalo histórico dos processos de integração subcontinental. Além disso, o quadro de competição entre Estados Unidos e China na região amplia as possibilidades de barganha para as políticas exteriores dos países latino-americanos, revertendo um quadro de limitações das margens de manobra internacionais persistente desde os tempos da Guerra Fria (PAUTASSO et. al., 2020, p.78).

Visando salientar algumas características das relações entre China e América Latina, salientar-se-á com significância o ensinamento de Pérez Le-Fort (2005). O referido autor reconhece nas relações entre China e América Latina dois fatores: a primeira como sendo a necessidade por parte da potência asiática de obter recursos em detrimento de seu

⁴⁷ “Além disso, a China procura na América Latina um espaço político deixado de lado, em parte, pelos Estados Unidos após do 11 de Setembro. A participação da China no fórum da CELAC, assim como as constantes visitas de alto nível à região, enfatizam a importância do aspecto político (RAGGIO, 2016, p. 74; TRADUÇÃO NOSSA).

desenvolvimento econômico e também, a busca por uma aproximação do ponto de vista político com o referido continente (PÉREZ LE-FORT, 2005).

As relações entre a China e a América Latina, possuem algumas especificidades que lhe são características. Facundo Fernández (2018) distingue algumas destas. Destaca que a presença da China na América Latina não é homogênea, nem tampouco, a resposta a esta por parte dos países latino-americanos. Portanto, ressalta-se a não homogeneidade dessa relação. Outrossim, é o fato de que ao longo da história, a América Latina sempre esteve atrelada ao relacionamento com uma potência estrangeira, leia-se as europeias em seu momento e a norte-americana depois (FERNÁNDEZ, 2018). Outro aspecto da relação entre a China e a América Latina elencada por Facundo Fernández (2018) é que essa relação é passível de uma falta de condicionalidade imposta pela China, diferente da experiência que a América Latina tivera com outras potências anteriormente (FERNÁNDEZ, 2018). Isto vai ao encontro do proposto por Leiteritz, quando diz: “Apart from the Taiwan issue mentioned below, China imposes no fundamental reservations or prior conditions that might affect the construction of closer relations with developing countries” (LEITERITZ, 2012, 73).⁴⁸

Valiosa é a categorização de Raggio (2016) quando distingue na América do Sul, três grupos de exportadores:

El primero de los grupos sería el de exportadores de alimentos, principalmente de soja y carne bovina o derivados de ellos, entre los cuales se encuentran Argentina, Brasil, Ecuador, Paraguay y Uruguay. El segundo, los exportadores de metales, como Chile y Perú con el cobre y Venezuela con el hierro. Y en tercer lugar, los exportadores de petróleo como Colombia y Ecuador (RAGGIO, 2016, p 70).⁴⁹

Em suma, sobre as relações entre a China e América Latina podemos entender que a China possui um papel de peso e importância, principalmente em termos de economia, haja vista que é o principal destino das exportações de commodities latino-americanas.: “In general terms, economics dominates China’s relations with Latin America. However, they do not always end there. The Chinese government needs allies in the developing world to legitimize its aspiration to become a great power [...]” (LEITERITZ, 2012, 73).⁵⁰ O ponto salientado por Leiteritz (2012) muito vai ao encontro do proposto por Lo Brutto (2018) de que sim a China

⁴⁸ “Para além da questão de Taiwan mencionada abaixo, a China não impõe reservas fundamentais ou condições prévias que possam afetar a construção de relações mais estreitas com os países em desenvolvimento” (LEITERITZ, 2012, 73, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁴⁹ O primeiro dos grupos seria o de exportadores de alimentos, principalmente de soja e carne bovina ou derivados destes, dentre os quais encontram-se Argentina, Brasil, Equador, Paraguai e Uruguai. O segundo, os exportadores de metais, como Chile e Peru com o cobre e a Venezuela com o ferro. Em terceiro lugar, os exportadores de petróleo como Colômbia e Equador (RAGGIO, 2016, p. 70, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁵⁰ Em termos gerais, as relações entre a China e a América Latina são dominadas pela economia. No entanto, elas nem sempre terminam aí. O governo chinês precisa de aliados no mundo em desenvolvimento para legitimar sua aspiração de se tornar uma grande potência[...] (LEITERIZ, 2012, 73; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

precisa de parcerias estratégicas e considerando a complementaridade de economias, parece super válida esse relacionamento: “Para concluir, la alianza China-América Latina puede ser vista como estratégica y complementaria por los gobiernos latinoamericanos que puede, al mismo tiempo, implicar una relación de dependencia y de comercio desigual (LO BRUTTO, 2018, p. 131).⁵¹ Ainda assim, conforme assinalado por Lo Brutto (2018) e também por Alvarez, a América Latina continua gerando uma certa dependência econômica, uma vez que:

El Consenso de Beijing operó y opera como el paraguas con el que América de Sur adhiere a la idea de que el mejor camino para alcanzar el desarrollo es profundizar las relaciones bilaterales con China, matizadas con una retórica de cooperación sur – sur pero que reproduce condiciones de dependencia propias del sistema centro – periferia (ÁLVAREZ, 2020, p. 2705).⁵²

É de notório saber que depender da exportação de commodities é extremamente suscetível para as economias latinoamericanas. As commodities, podem ser produzidas por vários atores, não há algo que de fato as diferencie. Além disso, seu preço no mercado internacional é suscetível de drásticas variações, e a isto, somam-se fatores meio ambientais que podem afetar a produção. Para além disto, a dependência das relações centro-periferia conforme reconhecida por Álvarez (2020).

Para a América do Sul, a China já se consolidou como principal parceiro comercial, e quando considerada a América Latina como um todo, o país asiático se posicionou na segunda colocação, atrás dos Estados Unidos. A pauta exportadora da região segue concentrada em produtos primários: os principais produtos de exportação permanecem sendo soja, petróleo cru e minérios (cobre e ferro). Em conjunto, esses produtos correspondem a mais da metade das exportações da América Latina para a China. Alguns países apresentam superavit comerciais (Brasil, Peru e Chile) e outros, deficit (México e Colômbia) (Ray e Barbosa, 2020 apud PAUTASSO et. al., 2020, p.88).

De modo geral, a China parece ser um bom parceiro para os países latino-americanos, considerando os investimentos que faz, a promoção das relações culturais, intenso diálogo diplomático, as parcerias estratégicas e em complementaridade a isto, as boas relações comerciais.

No plano global, a China busca fortalecer as Nações Unidas e promover a formação de um sistema mundial multipolar. Evitando confrontação e mantendo um perfil discreto, Pequim busca ampliar o número de parceiros, evitando qualquer possível colapso. Mais do que tudo o governo chinês visa garantir a paz e estabilidade internacionais, condição indispensável à manutenção e seu elevado crescimento econômico.” (VISENTINI, 2015, p. 66).

⁵¹ Para concluir, a aliança China- América Latina pode ser vista como estratégica e complementaria pelos governos latino-americanos que pode, ao mesmo tempo, implicar uma relação de dependência e de comércio desigual (LO BRUTTO, 2018, p.131; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁵² O consenso de Pequim operou e opera como o guarda-chuvas com o que a América do Sul adere-se a ideia de que o melhor caminho para alcançar o desenvolvimento é aprofundando as relações bilaterais com a China, matizadas com uma retórica de cooperação sul-sul mas que reproduz condições de dependência própria do sistema centro-periferia (ÁLVAREZ, 2020, p. 2705; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

4.2 Relações histórico-diplomáticas entre a República Oriental do Uruguai e República Popular da China

Martín Pérez Bañazco (2020), em seu texto “A dragon on the River of painted birds: culture as a factor in trade between China and Uruguay” começa versando sobre a China e o Uruguai. O autor contrapõe as duas repúblicas e as diferencia. Sobre a primeira, diz que é a nação mundial conhecida como o dragão asiática, enquanto a segunda tem o nome que advém do guarani do Rio dos Pássaros Pintados. A primeira, tem uma história de mais de 5000 mil anos, e a segunda, uma juvenil vida de 200 anos de história. Destaca também o status do Uruguai na América Latina, que tem se destacado pelos avanços em termos de direitos sociais e que isso fica nítido com leis progressistas como a do casamento igualitário, da interrupção voluntária da gravidez, proteção a pessoas com discapacidades, etc (BAÑAZCO, 2020).

Em fevereiro de 2023, celebraram-se os trinta e cinco anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Uruguai e a China. Dentro deste contexto, Wang Gang, embaixador da China no Uruguai escreve:

Apesar de que Uruguay y China se encuentran en las antípodas, la íntima amistad borra la lejanía. No obstante el inmenso océano que nos separa, el deseo común de estrechar nuestra amistad nos ha unido fuertemente, no en vano nos llamamos por igual "orientales" (GANG, 2023, p. 3).⁵³

Isto ficará nítido nas seguintes páginas, onde vamos percorrer pelas visitas, os acordos, e as relações entre ambos países. A China, apesar de muitos anos de isolacionismo, começara a desempenhar um novo papel no sistema internacional, que obviamente muda através do tempo mas que tem seus inícios com a Conferência de Bandung:

En abril de 1955, la Conferencia de Bandung, sería inaugural de una nueva era en la relación de China con el mundo, dado que se elaborarían en ella los principios fundamentales que defenderían los países del tercer mundo en la lucha anti-imperialista y anti-colonial, con un amplio llamado de autodeterminación y desarrollo de los pueblos basado en la cooperación económica y cultural (ÁLVAREZ, 2020, p. 2693).⁵⁴

Assim como foi mencionada na subseção anterior o fato de, no começo a América Latina não conformava um interesse claro na política externa chinesa. Isto começa-se a apreciar apenas depois de que China começa a priorizar as relações sul-sul (o que fica nítido

⁵³ Apesar de que o Uruguai e a China encontrem-se nas antípodas, a íntima amizade apaga a distância. Não obstante o imenso oceano que nos separa, o desejo comum de estreitar nossa amizade nos tem unido fortemente, não em vão nós chamamos por iguais “ orientais” (GANG, 2023, p. 3; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁵⁴ Em abril de 1955, a Conferência de Bandung seria inaugural de uma nova era na relação da China com o mundo, dado que se elaborariam nela os princípios fundamentais que defenderiam os países de terceiro mundo na luta anti-imperialista e anti-colonial, com um amplo chamado de autodeterminação e desenvolvimento dos povos baseado na cooperação econômica e cultural (ÁLVAREZ, 2020, p. 2693;TRADUÇÃO PRÓPRIA).

no livro branco de 2008 da prioridade que emana as relações com o continente latino-americano). Desta mesma forma, a China, não compunha tradicionalmente os círculos prioritários nos quais rege-se a política externa Uruguaia.

A política externa uruguaia, conforme apresentada por De León e Fernández (2019) citando o pensamento de Herrera, refere-se aos círculos concêntricos da política externa uruguaia. Desta forma, os círculos concêntricos da política externa uruguaia abrangeram Brasil e Argentina em primeiro lugar, em uma segunda dimensão a América do Sul e terceiro, os Estados Unidos.

Es por esto que los cambios de la dinámica y del funcionamiento del sistema internacional han llevado a que las prioridades y miradas de Uruguay varíen, se amplíen, y se modifiquen, y se expanda bajo esta lógica el alcance de los círculos concéntricos, sobre los cual también hablaba Herrera. (Según esta concepción, la Política Exterior de Uruguay debiera considerar su acción según la proximidad y la cercanía y, de esta forma, el primer círculo concéntrico lo constituiría Brasil y Argentina, el segundo la región de América del Sur, y el tercero, más allá, Estados Unidos) (DE LEÓN, FERNÁNDEZ, 2019, P 98).⁵⁵

Apesar deste fator, pelo crescimento econômico chinês, e o seguinte status ao papel de potência e as novas configurações do sistema internacional, o Uruguai obviamente viria a integrar a China como um dos países prioritários na sua agenda. Essa inevitabilidade acontecera em 1988. Todavia, antes disto, a saber o começo das relações diplomáticas, vale lembrarmos outro aspecto que é um momento chave para o vínculo diplomático. “Por último, es importante marcar que existió un hecho clave en 1986 que seguramente incidió de forma positiva para el reconocimiento de la RPC por parte de Uruguay, el cual refiere a la fundación de la Cámara de Comercio Uruguay – China.” (RAGGIO, 2018, p. 194). Este fato, da criação da Câmara de Comércio Uruguay-China, que tem como ano de criação o ano de 1986, serviria como um estímulo, impulso e incentivo às relações diplomáticas.

Así, es posible hacer referencia a que, previo al establecimiento de relaciones diplomáticas con China ya existía en Uruguay, desde el año 1986, la Cámara de Comercio Uruguay-China, lo que sugiere que, al menos desde el punto de vista comercial, privado, el tema China comienza a estar en el radar un tiempo atrás.” (DE LEÓN, FERNÁNDEZ, 2019, p. 99)⁵⁶

De León Fernández relacionam isto com o proposto por Herrera, a respeito de que o Uruguai é internacional ou não é, e em virtude do seu tamanho cada vez faz-se mais

⁵⁵ É por isto que as mudanças da dinâmica e do funcionamento do sistema internacional, tem levado a que as prioridades e olhares do Uruguai varie, se ampliem ou modifiquem, e se expanda sob esta lógica o alcance dos círculos concêntricos, sobre os quais também falava Herrera. (Segundo esta concepção, a política Exterior do Uruguai deveria considerar sua ação conforme a proximidade e a cercania, desta forma, o primeiro círculo concêntrico estaria constituído pelo Brasil e a Argentina, o segundo pela região da América do Sul, e o terceiro, além, pelos Estados Unidos) (DE LEÓN, FERNÁNDEZ, 2019, P 98; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁵⁶ Assim, é possível fazer referência a que, prévio ao estabelecimento das relações diplomáticas com a China já existia no Uruguai, desde o ano 1986, a Câmara de Comércio Uruguai-China, o que sugere que, no momento do ponto de vista comercial, privado, o assunto China começa a estar no radar um tempo atrás (DE LEÓN, FERNÁNDEZ, 2019, p. 99; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

necessário que esteja conectado com o que acontece no sistema internacional e a reação perante a emergência da China pode-se compreender desta forma:

A raíz de este es posible entender, una vez más, la atemporalidad de la certera apreciación de Herrera, respecto a que el Uruguay es internacional o no es. Para un pequeño país como Uruguay su acción dentro de un sistema cada vez más conectado y complejo como lo es el sistema internacional tiene su justificación tanto desde el punto de vista comercial -y su lógica reacción ante el fenómeno chino-, como con una visión más geopolítica y basada en cuestiones de seguridad internacional, que podrían generar mayores cuestionamientos dado el tamaño y poder relativo de Uruguay, pero que están plenamente en sintonía con pilares irrenunciables de la política exterior de nuestro país y que son, por tanto, igual o más importantes que el enfoque económico.-comercial (DE LEÓN, FERNÁNDEZ, 2019, p. 105).⁵⁷

A literatura aponta que entre 1947 e 1951, o governo Luis Battle Berres já tivera levantado a hipótese de estabelecimento das relações com a República Popular da China.

Uno de los primeros antecedentes que se pueden mencionar refiere al de gobierno uruguayo de fines de los 40', de la mano del entonces presidente colorado Luis Batlle Berres (1947-1951). El ex presidente entendía que los factores de tamaño de China, y más aún de su población, eran más que contundentes para reconocerla. Claro está que la postura uruguaya de la época se encontraba bajo el paradigma occidental, así que, por más que quisiera, realmente no existían otros incentivos tangibles como para buscar el reconocimiento de la parte continental de China. Luego de planteado el tema de las Chinas en Naciones Unidas, a comienzos de los 70', el presidente Batlle Berres llegó a hacer campaña para que se reconozca a la China Popular, pero no en detrimento de Taiwán (RAGGIO, 2018, P 191).⁵⁸

Quanto a outros antecedentes históricos das relações, tem-se que o diálogo para as relações diplomáticas começaram antes mesmo da volta à democracia, ainda que de fato tenham-se concretizado apenas após.

Las conversaciones para concretar un acercamiento diplomático entre Uruguay y China se iniciaron incluso antes que se restableciera la democracia. De cualquier forma, no fue hasta el primer gobierno democrático que se pudo avanzar ya definitivamente hacia el establecimiento de las relaciones (BARTESAGHI, MANGANA; 2013, p.12).

Ainda Bartesaghi Mangana, 2013, p. 12 referem que:

⁵⁷ A raíz disso é possível entender, uma vez mais, a atemporalidade da certa apreciação de Herrera, a respeito de que o Uruguai é internacional ou não é. Para um pequeno país como Uruguai, sua ação dentro de um sistema cada vez mais conectado e complexo como é o sistema internacional, tem sua justificativa tanto do ponto de vista comercial- e sua lógica reação ante o fenômeno chinês-, quanto com uma visão mais geopolítica e baseada em questões de segurança internacional, que poderiam gerar maiores questionamentos em vista do tamanho e poder relativo do Uruguai, mas que estão plenamente em sintonia com pilares irrenunciáveis da política exterior do nosso país e que são, portanto, iguais ou mais importantes que o enfoque econômico-comercial (DE LEÓN, FERNÁNDEZ, 2019, p. 105; TRADUÇÃO NOSSA).

⁵⁸ Um dos primeiros antecedentes que se podem mencionar refere ao governo do final dos anos 40', da mão do então presidente colorado Luis Batlle Berres (1947-1951). O ex-presidente entendia que os fatores de tamanho da China, e mais ainda da sua população eram mais do que contundentes para reconhecê-la. Claro está que a postura uruguia da época se encontrava sob o paradigma ocidental, assim que, por mais que quisesse, realmente não existiam outros incentivos tangíveis para buscar o reconhecimento da parte continental da China. Após apresentado o tema das Chinas nas Nações Unidas, a começar dos anos 70', o presidente Batlle Berres chegou a fazer campanha para que se reconhecesse a China Popular, mas não em detrimento de Taiwán (RAGGIO, 2018, p. 191; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

La relación de Uruguay con Taiwán, aunque se mantuvo sólida hasta último momento ya no podía justificarse toda vez que la comunidad internacional había decidido años atrás reconocer a China. El gobierno de facto de Uruguay había construido su vínculo con Taiwán, no tanto por las ganancias obtenidas por el intercambio comercial entre ambos países, sino por razones ideológicas de rechazo al comunismo y las prebendas y generosos viáticos que ofrecía a parlamentarios y representantes varios de la clase política uruguaya de ese tiempo. En el plano comercial, en el 1984 las exportaciones uruguayas con destino a Taiwán no superaban los US\$ 24 millones, mientras que las importaciones apenas alcanzaban los US\$ 13 millones, lo que implicaba un flujo comercial de escasa importancia. En 2011, las colocaciones hacia Taiwán no superaron los US\$ 8 millones mientras que se alcanzaron más de US\$ 90 millones de importaciones.⁵⁹

O estabelecimento das relações começa, portanto, durante o primeiro governo Sanguinetti, especificamente no ano de 1988: “After the institution of democracy in Uruguay on February 3, 1988, negotiations resumed, and the government of President Julio Maria Sanguinetti finally established formal diplomatic relations with the PRC.” (PÉREZ, 2020 , s/p).⁶⁰

O estabelecimento das relações diplomáticas em nível de embaixadas entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China data de 3 de Fevereiro de 1988.⁶¹ Nesse momento o Uruguai reconhece a República Popular da China enquanto único governo legal da China, e o governo chinês afirmava que Taiwán é parte inalienável do território da República Popular da China. “Uruguay and China re-established diplomatic relations in 1988, and since that time the two country’s trading link and cooperation have continue to grow (PÉREZ, 2020, p.89).⁶² No documento intitulado “Comunicado Conjunto sobre el establecimiento de Relaciones Diplomáticas Entre la República Oriental del Uruguay y la República Popular China” que fora assinado em nova iorque em 3 de fevereiro de 1988, ambas Repúblicas subscrevem e acordam em manter relações amistosas, respeito recíproco no

⁵⁹ A relação do Uruguai com Taiwán, ainda que se manteve sólida até último momento, já não se podia justificar haja vista que toda a comunidade internacional havia decidido anos atrás reconhecer a China. O governo de facto do Uruguai havia construído seu vínculo com Taiwán, não tanto pelos ganhos obtidos pelas trocas comerciais entre os países, mas sim por questões ideológicas de rechaço ao comunismo e as prebendas e generoso viáticos que oferecia a parlamentares e representantes varios da classe política uruguaio desse tempo. No plano comercial, no 1984, as exportações uruguaias com destino Taiwán não superaram os US\$ 24 milhões, uma vez que as importações apenas alcançavam os US\$ 13 milhões, o que implicava um fluxo comercial de escassa importância. Em 2011, as colocações para Taiwan não superaram os US\$ 8 millones enquanto que se alcançaram mais de US\$ 90 millones de importaciones (BARTESAGHI, MANGANA; 2013, p.12; TRADUÇÃO PRÓPRIA)

⁶⁰ “Após a instituição da democracia no Uruguai, em 3 de fevereiro de 1988, as negociações foram retomadas e o governo do Presidente Julio Maria Sanguinetti estabeleceu finalmente relações diplomáticas formais com a RPC.” (PÉREZ, 2020 , s/p; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁶¹ Data extraída da cópia do Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China o qual teve-se acesso no arquivo histórico-diplomático do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai em 11 de Agosto de 2023.

⁶² O Uruguai e a China restabeleceram relações diplomáticas em 1988 e, desde então, os laços comerciais e a cooperação entre os dois países não pararam de crescer (PÉREZ, 2020 , p.89; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

que diz respeito à soberania e integridade territorial, não agressão e não intervenção em assuntos internos de um país por parte do outro. Além disso, garantem a igualdade, o benefício mútuo e a coexistência pacífica. Pela parte da China assinou o Sr. Li Luye (Embaixador Extraordinário e plenipotenciário bem como representante permanente da RPC perante a Organização das Nações Unidas); e pela parte do Uruguai o Sr. Felipe Hector Paolillo.

Em pesquisa realizada ao arquivo histórico diplomático auferiu-se também uma carta por parte de Felipe Paolillo, quem fora o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário assim como Representante permanente da República Oriental do Uruguai perante a Organização das Nações Unidas destinada ao excelentíssimo senhor Li Luye, da mesma data de 3 de fevereiro de 1988, onde o Uruguai reafirma o reconhecimento da República Popular da China e põe fim às relações de natureza diplomática oficiais ou semi oficiais com Taiwán. Ainda no ano de 1988 inaugura-se a embaixada uruguaia em Pequim⁶³.

Sobre o estabelecimento das relações diplomáticas, vale salientar dois aspectos relevantes. O primeiro, que na verdade diz respeito ao ambiente doméstico do Uruguai- onde tem-se que não havia de fato um consenso por parte do sistema político quanto a referida decisão.

Si bien no todo el sistema político estaba de acuerdo con cambiar de postura respecto a China, más que nada dentro del Parlamento (dentro del propio Partido Colorado), la decisión se consideraba inminente en un marco de reinserción internacional del país, al mismo tiempo que, dada las características demográficas de la RPC, así como el poder relativo que iba tomando con los años, hacía ineludible un camino diferente (RAGGIO, 2018, P 195).⁶⁴

O segundo, ainda relacionado com o primeiro é que mais cedo ou mais tarde, o estabelecimento das relações diplomáticas com a China em detrimento das relações com Taiwán iriam acontecer:

For Uruguay, this process started in 1988 under the government of Julio Maria Sanguinetti, after extensive diplomatic negotiations between Uruguay and China. Cuba, Chile, Peru, Argentina, Mexico, Brazil, and Ecuador were the first countries to establish formal relations with the PRC between 1960 and 1980, while Uruguay was the last (PÉREZ, 2020, s/p).⁶⁵

⁶³ O comunicado por parte do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai e do Ministério de Economia e Finanças do mesmo país, data de 17 de maio de 1988.

⁶⁴ Se bem não todo o sistema político estava de acordo com mudar de postura respeito a China, sobretudo dentro do Parlamento (dentro do próprio Partido Colorado), a decisão se considerava iminente em um marco de reinserção internacional do país, ao mesmo tempo que, dadas as características demográficas da RPC, assim como seu poder relativo que iria tomando com os anos, fazia-se iniludível um caminho diferente (RAGGIO, 2018, P 195; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁶⁵ No caso do Uruguai, este processo teve início em 1988, sob o governo de Julio Maria Sanguinetti, após extensas negociações diplomáticas entre o Uruguai e a China. Cuba, Chile, Peru, Argentina, México, Brasil e Equador foram os primeiros países a estabelecer relações formais com a RPC, entre 1960 e 1980, enquanto o Uruguai foi o último (PÉREZ, 2020, s/p; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Em comparação com a região e com o mundo o Uruguai tomou essa decisão de forma tardia:

Inclusive, deve-se salientar que conforme a literatura, o Uruguai demorou (em comparação a outros países tanto da região quanto do mundo) em estabelecer relações com a República Popular da China. “Uruguay fue el veinteavo país latinoamericano en establecer relaciones diplomáticas con RPC, y el 140 en el mundo, por lo que puede considerarse que la decisión llegó más tarde que temprano, tal como lo consideran vários actores que formaron parte de aquel proceso.” (RAGGIO, 2018, p. 194).⁶⁶

No período entre 1988 até 2004⁶⁷, tem-se conhecimento das seguintes visitas por parte de representantes chineses ao Uruguai. Em 1990 visita o Uruguai o Presidente da República Popular Geral Yang Shangkun e a ministra da indústria Têxtil Sra. Wu Wenying. Em 1991, foi ministro assistente de cultura Gao Yunjia, co-Conselheiro de Estado e do Ministro de Defesa da China, Chi Haotian. Em 1995, receberam-se visitas do governador da província chinesa de Zheijiang o Sr. Wan Xue Yuan, e o vice-ministro das relações exteriores Li Zhaoxing. Em 1996, do vice-primeiro ministro Zhu Rongji, e do ministro de Comércio Exterior e Cooperação econômica da China Sra. Wu Yi. Em 1997, do vice-ministro das relações exteriores Li Zhaoxing. Em 2001 visitou o Uruguai o Presidente da República Popular Da China, Jiang Zemin.

IMAGEM 02: JIANG ZEMIN E JORGE BATLLE NO URUGUAI EM 2001

⁶⁶ Uruguai foi o vigésimo país latino-americano em estabelecer relações diplomáticas com a RPC, e o 140 no mundo, pelo que pode-se considerar que a decisão chegou mais tarde do que cedo, tais como o consideram vários atores que fizeram parte daquele processo (RAGGIO, 2018, p. 194; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

⁶⁷ As fontes destas visitas foram extraídas do documento “Perfil Política de la República Popular de China” (JULHO DE 2006), extraídas do arquivo histórico-diplomático do Ministério de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai.



Fonte: AP Archive Youtube⁶⁸

O fluxo de visitas, principalmente por parte de presidentes, é de suma importância para o incremento das relações bilaterais entre dois países, principalmente quando trata-se de relações assimétricas (quanto ao tamanho, economia, status) como é o caso do Uruguai e da China.

La importancia del país como socio comercial da cuenta de las visitas realizadas por los presidentes uruguayos, oportunidades para concretar la firma de acuerdos y protocolos, así como la importante agenda que mantienen la cancillería con su par Chino (BRITO, 2019, p. 66)⁶⁹

Em 2003 e 2004, recebeu-se visita do vice -ministro das relações exteriores chines Zou Wenz Hong e do vice ministro de cultura chines Chen Xiao Guang, respectivamente.

No que refere a acordos bilaterais entre as referidas repúblicas, podem-se reconhecer alguns entre 1988 e 2005. Primeiramente, o já referido, do estabelecimento das relações diplomáticas em Nova York em 03 de fevereiro de 1988. Ainda na mesma data, foram acordados: um convênio comercial, um memorando de entendimento comercial anexo ao anteriormente referido Convenio; Convenio de Cooperação Econômica e técnica; um

⁶⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NmlBWfp24Gg&ab_channel=UruguaySmartServices

⁶⁹ A importância do país como sócio comercial da conta de várias das visitas realizadas pelos presidentes uruguaios, oportunidades para concretizar a assinatura de acordos e protocolos, bem como a importante agenda que mantém o ministério das relações exteriores junto de seu par chines (BRITO, 2019, p. 66; TRADUÇÃO PRÓPRIA)

convênio de cooperação no Campo da Cultura e a Educação. Em maio de 1990, tratou-se o Acordo de Cooperação sobre sanidade animal e quarentena, e em 1993 um protocolo referente ao Mecanismo de consultas políticas entre os ministérios de Relações Exteriores entre a República Popular da China e a República Oriental do Uruguai. Ainda do mesmo ano, constam outros três acordos: Convênio de Cooperação Técnica entre o LATU e a SACI, “notas reversales” para supressão de vista para aqueles cidadãos de ambos países que possuam passaportes diplomáticos e um Convênio de Cooperação Técnica e Científica. Em 1994, tem-se registro de dois acordos: convênio entre o INIA e a Academia de Ciências Agrícolas da China e um Protocolo Adicional ao Acordo de Sanidad Animal e quarentena para possibilitar a importação de carne de gado. Em 1997 e 1998 constam dois protocolos acordados entre as Repúblicas: um referente a requisitos de quarentena e sanidade mental para a carne de gado exportada do Uruguai com destino China e um protocolo referente a Higiênicos e quarentena veterinária para a exportação de ovina do Uruguai a China.⁷⁰ Em 1999 assinou-se protocolo referente a Assistência militar gratuita e no ano 2000, um anexo ao anteriormente citado Protocolo. Ainda no ano 2000, assinou-se um acordo bilateral entre as Repúblicas no contexto do processo de adesão da China à organização mundial do comércio.

Em abril de 2001, tem-se o acordo de Cooperação entre o IASE e a Academia Diplomática da República Popular da China e em outubro de 2002, um acordo entre o LATU e a AQSIQ. Tem-se registro de vários outros acordos em outubro de 2002, sendo estes: i) um memorando de Cooperação Fitossanitária referente a importação experimental de fruta cítrica; ii) um memorando de Cooperação em quarentena para a entrada e saída de animais; iii) um acordo de cooperação sobre pesca e recursos vivos, iv) um Acordo de Cooperação sobre pesca e recursos vivos; v) um Memorando de entendimento sobre a cooperação na área da educação e vi) um acordo sobre requisitos sanitários e de quarentena para o leite e os produtos lácteos.

Em fevereiro de 2005, três protocolos foram assinados: o primeiro referente ao ingresso de gado vacuno em pé, o segundo referente à exportação de semen congelado, e o terceiro referente a exportação de embriões.

Conforme podemos ler em Wimerl, Torviso (2020), no ano 2006 tem-se o Convênio Marco sobre o Crédito preferencial outorgado pela República Oriental da China à República Oriental do Uruguai, que consiste na outorga de linha de crédito de até CNY 200 millones por parte do Banco de importação e exportação da China; bem como o Acordo de irmandade entre

⁷⁰Este período pode coincidir com a fase que o Uruguai passou pela crise da febre aftosa.

a província de Gansu e o Departamento de Florida da República Oriental do Uruguai (WIMERL, TORVISO, 2020). Em 2008, tem-se novamente uma outorga por parte do Banco de Desenvolvimento da China ao Uruguai, consistindo na linha de crédito de 20 milhões de CNY bem como uma outra doação de 20 milhões de CNY, entregue um ano após, que consistirá na doação de um scanner para contêineres e veículos (WIMERL, TORVISO, 2020). Em 2009, consta de um acordo de cooperação entre a Televisão Nacional do Uruguai (TNU) e a Televisão Central da China visando a cooperação cultural. Também em 2009, Tabaré vai a China a se reunir com o presidente Hu Jintao em Pequim muito em virtude do aumento das exportações uruguaias com destino à China no período 2007 e 2008. Para além desta pauta, também subscreveu-se o Convênio de cooperação econômica e técnica, que outorgara um crédito de CNY milhões através do Banco de Desenvolvimento da China (WIMERL, TORVISO, 2020). Em 2010, destaca-se a reunião do vice-presidente uruguaio para com o Presidente da Huawei. Além disso, nesse mesmo ano, destaca-se outra outorga de linha de crédito no valor de dez milhões de CNY (no marco do convênio de cooperação econômica e técnica através do Banco de Desenvolvimento da China e o banco da República Oriental do Uruguai. Já em 2011, Xi Jinping foi recebido na torre Executiva por José Mujica e Danilo Astori, e nessa oportunidade assinaram-se; “El Convenio de cooperación económica y técnica (2011), a través del cual se estableció una donación de CNY 30 millones; el Convenio de cooperación económica y técnica (2011), a través del cual se extendió una línea de crédito por CNY 10 millones; y el Acuerdo de cooperación de desarrollo financiero entre el Banco Nacional de Desarrollo de China y el Nuevo Banco Comercial de Uruguay (2011).” (WIMERL, TORVISO, 2020, p.72). Ainda em 2011, deve-se acrescer também a assinatura do “Memorandum de entendimiento entre Chinas Railway Materials Commercial Corporation (CRM) y el Ministerio de Transporte y Obras Públicas del Uruguay (2011)” (WIMERL, TORVISO, 2020, p.72). que visa a reabilitação dos ferrocarris do estado uruguaio (WIMERL, TORVISO, 2020). Para o ano de 2012, destacam-se os seguintes acordos:

Memorando de entendimiento entre el Ministerio de Transporte y Obras Públicas del Uruguay y el Ministerio de Protección Medioambiental de la RPCh; el Convenio de cooperación económica y técnica por CNY 30 millones; el Memorando de entendimiento en materia de cooperación agrícola entre el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca de la ROU y el Ministerio de Agricultura de la RPCh; el Memorando de entendimiento entre la Administración General de Supervisión de Calidad, Inspección y Cuarentena de la RPCh y el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca de la ROU; el Memorando de entendimiento entre el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente de la ROU y el Ministerio de Protección Medioambiental de la RPCh; y el Memorando de entendimiento entre el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca de la ROU y la Administración

General de Supervisión de Calidad, Inspección y Cuarentena de la RPCh (MRREE, 2012) (WIMERL, TORVISO, 2020, p. 73).⁷¹

Em 2013, destacam-se em Março a recepção das cartas credenciais de dez novos embaixadores por parte do presidente José Mujica, sendo uma delas de um representante da China (OPEU, 2013, p.2). Em Abril de 2013, o atual ministro das relações exteriores comunicou que Mujica visitaria China em virtude de uma Feira Internacional de Comércio de Serviços em Beijing. No período, a China era o segundo sócio comercial uruguaio (OPEU, 2013, p.2). No mesmo mês, o governo uruguaio emitiu condolências ao governo chinês pelo terremoto ocorrido na província de Sichuan (OPEU, 2013, p.2).

Em 2014, no mês de maio, o ministério das relações exteriores do Uruguai emite um comunicado condenando o atentado na cidade chinesa de Urumqi (OPEU, 2014, p.2). Em 2014 também foram habilitadas pela China 17 novas plantas industrializadoras uruguaias do setor lácteo, para exportação ao referido país (OPEU, 2014). Em Agosto de 2014 o governo uruguaio também se solidarizou com a China a respeito do terremoto que assolou o distrito de Ludian na China (OPEU, 2014). Em setembro de 2014, José Mujica participa de um brinde em ocasião do 65 aniversário da proclamação da República Popular da China e enunciou que “En la ocasión Mujica se refirió a las complementariedades entre este país y el Mercosur y recordó que actualmente china es el principal socio comercial de Uruguay (OPEU, 2014, apud El País). Em Junho de 2015 a China rechaçou quatro containers uruguaio de “grasa vacuna” em vista de não cumprirem com os padrões previstos. Os exportadores uruguaio foram chamados haja vista que não se queria prejudicar fluxos de exportações dos países e os mesmos alegaram que a China estaria sendo mais rigorosa no análise as cargas uruguaio.(OPEU, 2015). Em julho de 2015, Uruguai e China assinam um acordo de cooperação econômica onde a China dispõe de um recurso de 8 milhões de dólares para o Uruguai, para o incentivo a empreendimentos (OPEU, 2015). Em setembro de 2015 o vice-presidente Raúl Sendic participou do 66 aniversário da criação da república popular da china, e em tal evento ressaltou os laços entre as repúblicas assim como a relevância da china

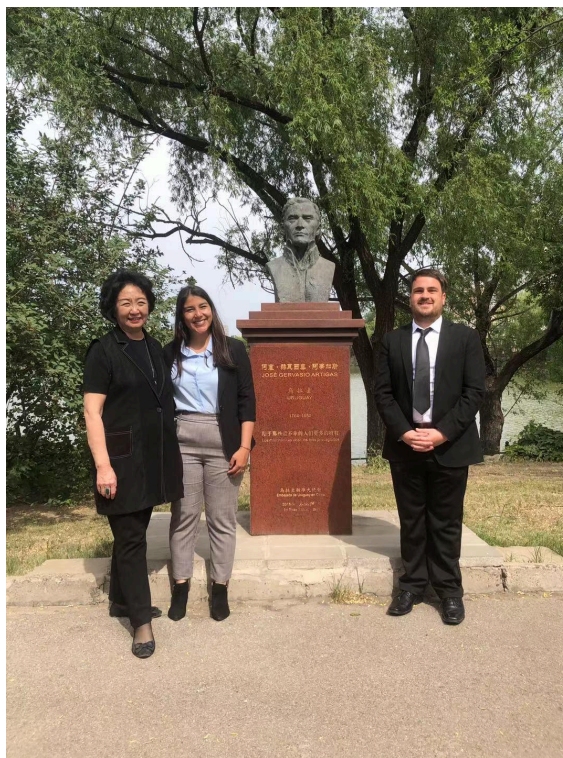
⁷¹ Memorando de Entendimento entre o Ministério dos Transportes e Obras Públicas do Uruguai e o Ministério da Proteção do Ambiente da RPC; o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica no valor de 30 milhões de CNY; o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola entre o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca da ROU e o Ministério da Agricultura da RPC; o Memorando de Entendimento entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da RPC e o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca da ROU o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Ambiente da ROU e o Ministério da Proteção do Ambiente da RPC; e o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca da ROU e a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da RPC (MRREE, 2012) (WIMERL, TORVISO, 2020, p. 73; TRADUÇÃO PRÓPRIA).

enquanto destino das exportações uruguaias.(OPEU, 2015). Em abril de 2016, celebrou-se a VIII reunião do mecanismo de consultas políticas Uruguai-China (OPEU, 2016).

Em maio de 2016, ambos governos promovem a cooperação educativa e na ida do subsecretário das relações exteriores do Uruguai trocam-se ideias a respeito dos avanços de ambos países no que diz respeito ao âmbito da educação assim como os acordos já existentes entre ambos países que possibilitam intercâmbio de estudantes universitários uruguaios para a China (OPEU, 2016).

Em Junho de 2016, o ministro das relações exteriores Rodolfo Nin Novoa visita a China onde começa-se a conversar sobre o TLC e essa instância também foram pautadas questões relativas a assuntos econômicos, comerciais, de cooperação em educação e infraestrutura. Outra das relevantes pautas foi a aumentar a habilitação de mais produtos uruguaios para a exportação com destino à China. Assim também, inaugurou-se a primeira estátua de José Gervasio Artigas no continente asiático. Também nessa ocasião, fora inaugurada uma nova embaixada Uruguai no país (OPEU, 2016).⁷²

IMAGEM 03: PRIMEIRA ESTÁTUA DE JOSÉ GERVASIO ARTIGAS NA ÁSIA. IMAGEM DE 2023, FRUTO DA HOMENAGEM FEITA A ARTIGAS JUNTO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA GEORGINA PAGOLA E LIBER DI PAULO



Fonte: Ministério das relações Exteriores do Uruguai

⁷²<https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/nin-novoa-inaugurara-beijing-primer-busto-del-procer-jose-gervasio-artigas>

Em outubro de 2016 o presidente Vázquez efetua uma missão oficial à China. Nesta forma assinaram uma associação estratégica entre as repúblicas⁷³. Isto vai ao encontro do proposta por Pautasso et. al apud Zhang, quando referem as parcerias estratégicas que a China tem assinado: “No que diz respeito à comunicação política, percebe-se que a República Popular da China se encontra em um processo de estabelecimento de “parcerias estratégicas” no plano externo, sobretudo com países associados ao cinturão e à rota marítima (Zhang, 2015; Yiwei, 2016 apud PAUTASSO et. al., 2020, p.82). De mais a mais assinaram-se dezesseis acordos de cooperação em diversas áreas, dentre outras pautas.

IMAGEM 04: TABARÉ VÁZQUEZ E XI JINPING. OUTUBRO DE 2016.



Tabaré Vázquez e Xi Jinping. Outubro de 2016

Fonte: Presidencia de la Republica Oriental del Uruguay

Em maio de 2017, o ministro uruguaio de Ganaderia Agricultura e Pesca Tabaré Aguerre participara do foro internacional “One Belt One Road” onde o Uruguaio fora selecionado para ser um dos oradores haja vista seu posicionamento enquanto um vendedor confiável de alimentos a nível internacional (OPEU, 2017). No mesmo mês, o intendente de

⁷³ Los presidentes Tabaré Vázquez, de Uruguay, y Xi Jinping, de China, declararon el establecimiento de una asociación estratégica entre los dos países, dijo el director general de América Latina y el Caribe de la cancillería local, Zhu Qingqiao, tras la reunión entre ambos mandatarios de este martes 18 en Beijing. Añadió que "acordaron iniciar cuanto antes las negociaciones para un tratado de libre comercio" (URUGUAY PRESIDENCIA, 2016).

Rocha recebeu uma missão chinesa liderada por Guo Juianbao (quem fora alcalde do porto de Zhousan) em virtude de investidores chineses com interesse na exploração de Anchoita (OPEU, 2017). Em Junho de 2017, a China realizou uma doação ao governo uruguaio para a construção vial e a preparação de pontes que consistira na quantia de 6 milhões de dólares (OPEU, 2017). Em setembro de 2017, os governos uruguaios e chineses assinaram um acordo bilateral sobre a questão dos serviços aéreos (OPEU, 2017).

Em Novembro de 2017, o governo uruguaio avançou em termos da melhora da qualidade da soja para consumo humano visando o destino China.

Paralelamente, se informó que ya están llegando los materiales genéticos para que Uruguay comience el proceso de mejoramiento de la soja para consumo humano destinada a China. De los 87 millones de toneladas de soja que importa China, 15 millones son para consumo humano a partir de genética creada por ellos mismos. (La República – 04/11/2017) (OPEU, 2017).⁷⁴

No mesmo mes o intendente de Canelones Yamandu Orsi participou a exposição internacional Internacional China-América Latina y el Caribe (CLAC) em Zhuai (OPEU, 2017).

Em Dezembro o Uruguai acaba sendo sede da conferência China- América Latina e o Caribe que tivera sede em Punta del Este e fora organizado pelo Conselho Chines para o Fomento do Comércio Internacional (CCPIT), O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o instituto Uruguai XXI. Na referida conferência o presidente uruguaio Tabaré Vázquez falou no discurso inaugural onde ressaltou a importância da China para o Uruguai e propôs uma zona de livre comércio dentro do âmbito da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. O ministro das relações exteriores do Uruguai também ressaltou a importância de várias vias para que essa associação ocorra e que a mesma abranja pesquisa, tecnologia, investimentos, serviços financeiros, dentre outros. No mesmo mês o Instituto Nacional de Carnes (INAC) do Uruguai assinou um acordo com o China Certification and Inspection Group (CCIC) no setor carnico (OPEU, 2017).

Em Janeiro de 2018, o ministro das relações exteriores da China Wang Yi encontrou-se com o ministro das relações exteriores do Uruguai. O propositivo encontro ressaltou-se a importância da Declaração Conjunta de Associação Estratégica entre ambas repúblicas assinada em 2016. O ministro uruguaio ressaltou a relevância da China enquanto destino de exportações uruguaias.

Al finalizar el encuentro, Nin Novoa anunció que Uruguay impulsará la negociación de un acuerdo de libre comercio entre el Mercosur y China durante su próxima

⁷⁴ Ao mesmo tempo, foi noticiado que os materiais genéticos já estão a chegar ao Uruguai para iniciar o processo de melhoramento da soja para consumo humano destinada à China. Dos 87 milhões de toneladas de soja importados pela China, 15 milhões de toneladas são para consumo humano a partir de genética criada por eles mesmos. (La República - 04/11/2017) (OPEU, 2017).

presidencia pro t mpore del bloque. Como resultado de la reunión, ambos países suscribieron un acuerdo bilateral para la facilitaci n de visados para personas de negocios (OPEU, 2018, P.2).⁷⁵

No mesmo mês, o ministro das relações uruguaio, participou da II Reunião de ministros das relações exteriores do foro china-celac celebrada em Santiago de Chile ressaltando i) a boa relação entre Uruguai e China e II) a importância do status de aliança estratégica assinada em 2016 (OPEU, 2018). Em Março de 2018, o exército nacional uruguaio recebe doações chinesas de material não bélico, estimando aproximadamente 5 milhões de dólares, haja vista o acordo estratégico assinado em 2016 em virtude do acordo de assistência militar gratuita (OPEU, 2018). No mesmo mês, o ministro das relações exteriores uruguaio recebe apresenta o de cartas figuradas da República Popular da China (OPEU, 2018).

Em Abril de 2018 ocorreu o IX Reunião de Mecanismo de Políticas Públicas Uruguay-China onde reafirmou-se a Associa o estratégica e apoiou-se também a iniciativa chinesa do One Belt One Road". No mesmo mês, a ministra uruguaia da Educa o e Cultura Maria Júlia Munhoz visitou a China e assinou acordos tanto no que refere a seara cultural mas também da ciência, tecnologia e inova o. Ainda em Abril, o ministério do interior do Uruguai recebe doações da China de 3000 equipamentos de seguridade avaliados em um valor de 5 milhões de dólares onde 1000 consistiam em câmeras de segurança (também outros equipamentos tais como computadores, etc), que instalar-se-iam nas cidades fronteiriças com o Brasil (OPEU, 2018). Em Abril de 2018 também uma delega o advinda de Gnash na China visitou o departamento de Florida no Uruguai assinando assim acordos de coopera o (OPEU, 2018).

Em maio de 2018, o ministro de Ganadería Agricultura e pesca do Uruguai efetuou uma visita oficial a China, visando o fortalecimento do comércio, a coopera o estratégica e efetuando a assinatura de dois protocolos para com a Administra o Geral de Aduanas da China, pelo ingresso de dois produtos uruguaio ao mercado chinês: gado e arandos. No mesmo mês o intendente de Montevideo Daniel Martínez foi a China com operadores públicos e privados visando apresentar oportunidades comerciais do país (OPEU, 2018).

Em Junho de 2018, Xi Jinping enviou carta ao presidente uruguaio Tabaré Vázquez reafirmando a associa o estratégica assinada em 2016 bem como impulsionando mais resultados do interc mbio e a coopera o entre ambos países em diversas áreas destacando a futebol stica. Neste m s também o ministro das rela  es exteriores uruguaio reuniu-se com o

⁷⁵ Al finalizar el encuentro, Nin Novoa anunci  que Uruguay impulsará la negociación de un acuerdo de libre comercio entre el Mercosur y China durante su próxima presidencia pro t mpore del bloque. Como resultado de la reunión, ambos países suscribieron un acuerdo bilateral para la facilitación de visados para personas de negocios (OPEU, 2018, P.2).

ministro das relações exteriores chines pela celebração dos 30 anos das relações diplomáticas bilaterais entre ambos países (OPEU, 2018).

Entre los temas abordados, se destacó el comercio de servicios, la incorporación oficial de Uruguay a la iniciativa china de “Una Franja, Una Ruta” y la actualización de instrumentos de promoción de las inversiones chinas en el sector productivo uruguayo. También se hizo referencia a la oportunidad que de mejorar las relaciones entre la potencia asiática y el Mercosur, en el marco de la Presidencia Pro Tempore uruguaya del bloque durante el segundo semestre de 2018, tema al que también se refirió el presidente Tabaré Vázquez durante la reciente cumbre presidencial del Mercosur. (MRREE – Noticias Generales – 12/06/2018) (OPEU, 2018, p.7).⁷⁶

Em Agosto de 2018, o ministro das relações exteriores do Uruguai visita Beijing, onde tem uma reunião com o ministro das relações exteriores chines Wang Yi que teve por pauta questões relativas à cooperação técnica, as relações culturais, educativas, turísticas e esportivas entre ambas repúblicas. Na presente, o uruguaio apresentou alguns avanços propositivos na agenda do Mercosul durante a Presidência Pro Tempore do Uruguai no bloco no sentido de avançar em torno das negociações entre a China e o referido bloco. Também em Novembro, reuniu-se nesse mes com Zhang Jiwen (da Administração Geral de Aduanas na China) assim como com He Lifeng (da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China) para a assinatura de um Memorando referente a Cooperação no marco do Cinturão Econômico da Rota da seda e a Iniciativa One Belt, One Road (OPEU, 2018).

Já o Uruguai assinou um memorando de entendimento com a China em agosto de 2018, sendo o primeiro país do MERCOSUL a aderir à iniciativa chinesa. A perspectiva é de que a Nova Rota da Seda possa contribuir à intensificação das relações econômicas bilaterais. A China já é o principal parceiro comercial uruguaio e o principal importador de carne, celulose, soja e lã (Gang, 2018). Diferentemente de Montevideú, os demais países do MERCOSUL não se juntaram à BRI formalmente. O Paraguai, por um lado, em virtude da manutenção de suas relações diplomáticas com Taiwan, naturalmente encontra-se alijado de quaisquer intentos voltados à entrada na Nova Rota da Seda. Brasil e Argentina, por outro, encontram-se entre os principais receptores de investimento e financiamento chinês na América Latina, ao mesmo tempo que ambos possuem a China como seu principal parceiro comercial (PAUTASSO et. al., 2020 p. 93)

En relación a estos programas, se planteó la posibilidad de recibir inversiones chinas para un nuevo puerto pesquero, para la línea ferroviaria asociada al nuevo proyecto de UPM y para la electrificación rural en el norte del país. De este modo, Uruguay es el primer país del Atlántico Sur y del Mercosur en integrarse formalmente a esta estrategia (OPEU, 2018).

⁷⁶ Entre os temas abordados, destacaram-se o comércio de serviços, a incorporação oficial do Uruguai na iniciativa chinesa "Uma Faixa, Uma Rota" e a atualização dos instrumentos de promoção dos investimentos chineses no sector produtivo uruguaio. Também foi feita referência à oportunidade de melhorar as relações entre a potência asiática e o Mercosul, no âmbito da Presidência Pro Tempore uruguaia do bloco durante o segundo semestre de 2018, uma questão também referida pelo Presidente Tabaré Vázquez durante a recente cimeira presidencial do Mercosul. (MRREE - Notícias Gerais - 12/06/2018) (OPEU, 2018, p.7).

O ministro uruguaio finalizou a missão diplomática na cidade de Guangzhou onde inaugurou-se um consulado geral do uruguaio, visando uma presença do Uruguai no sul da China, que viera a ser enquanto uma “antena comercial” e auxiliar economicamente ao país (OPEU, 2018).

Em setembro de 2018, a vicepresidenta do Uruguai, Lucia Topolansky visitou a china e em tal instância reuniu-se com Wang Yang, membro do Comitê Permanente del Buró Político del Comité Central do Partido Comunista da China e presidente del Comité Nacional de la Conferencia Consultiva Política del Pueblo Chino (CCPPCh). A reunião teve por pauta a questão da OBOR, reforçar as estratégias de desenvolvimento e cooperação. A vice-presidenta também teve reuniões com a Secretaria da Federação das Mulheres da China, e o diretor do museu de arte nacional. De modo geral a vice-presidente também solicitou a autoridades na China, apoio para aumento de bolsas universitárias para intercâmbios acadêmicos na área de pós-graduação bem como cooperação em matéria de pesca e apoio na refacção do palácio legislativo e do estádio centenário para 2030 (OPEU, 2018). Em outubro de 2018, o ministro das relações exteriores uruguaio vai à China junto de uma delegação de empresários. Nin, participou de uma abertura de um seminário cuja pauta fora sobre as oportunidades e negócios co-organizado pela Embaixada do Uruguai na China em parceria com o instituto Uruguai XXI. Também o ministro, participou da XII Cumbre empresarial China- CELAC sobre promoção comercial e investimentos em Shanghai (OPEU, 2018). No mesmo mês, uma delegação da assembleia popular da China foi recebida no Uruguai pelo presidente uruguaio Tabaré Vázquez, sua vice-presidente Lucía Topolansky e o ministro interino das relações exteriores Ariel Bergamini. A delegação chinesa de alto nível integrada tanto por autoridades nacionais da china assim como autoridades provinciais, realizou tal visita no marco da iniciativa One Belt One Road (OPEU, 2018). Sobre a iniciativa One Belt One Road, vale ressaltar a importância que a mesma vem ganhando:

Não são poucos os acordos e as parcerias firmadas recentemente com os países que estão no escopo da Nova Rota da Seda. Até março de 2020, já eram 138 os países que assinaram algum formato de memorando de entendimento ou acordo bilateral sinalizando a intenção de participar da BRI (PAUTASSO et. al., 2020, p.78).

No mês de novembro de 2018, o supracitado ministro das relações exteriores do uruguai, finaliza a sua missão que tivera sido iniciada a finais de outubro. O ministro visitou Xhuai, onde participou da XII Cumbre Empresarial China- LAC, assim como teve uma entrevista com o alcalde, em Macau teve uma reunião com as autoridades da Associação de Macau para a Promoção e o Intercâmbio entre Ásia Pacífico e a América Latina (MAPEAL), e Shanghai onde participou da abertura da I exposição internacional de importações onde

fizeram-se presentes também autoridades da Argentina, Brasil e Chile. No mesmo mês, o ministro do interior do Uruguai visita a China visando encontros com autoridades de setores judiciais e da segurança chineses. Assinalou que o Uruguai procura ampliar e potencializar o uso de tecnologia chinesa na área de segurança (polícia científica, e investigação criminal) (OPEU 2018). Em dezembro de 2018, o diretor de aduanas da China visitou Uruguai e nessa instância assinaram-se protocolos sanitários para habilitar exportações uruguaias de cevada, maiz, carne bovina ovina e caprina (OPEU, 2018).

Durante dichos encuentros las autoridades de ambos países firmaron cinco protocolos sanitarios que habilitan exportaciones uruguayas de cebada, maíz, carne bovina, ovina y caprina, así como un Plan de Trabajo de Reconocimiento de los Respectivos Operadores Económicos Autorizados en el ámbito del Ministerio de Economía y Finanzas; Dirección Nacional de Aduanas. Nin Novoa explicó que este acuerdo permitirá agilizar el comercio bilateral. La delegación china también realizó una visita de trabajo al puerto de Montevideo. (La República – 04/12/2018; MRREE – Noticias Generales – 03/12/2018) (OPEU, 2018, p.5).⁷⁷

Em janeiro de 2019, o presidente uruguaio Tabaré Vázquez envia uma carta a Xi Jinping ressaltando a importância das relações bilaterais e a relevância do Uruguai enquanto uma porta de entrada ao Mercosul e ao Cone sul latinoamericano (OPEU, 2019).

Em Março de 2019, o vice-primeiro-ministro da China, Hu Cunhua visitou o Uruguai. No mesmo mês, o ministro de Agricultura Enzo Benech assinou um memorando com o embaixador chinês Whang Gang a respeito da Cooperação Tecnológica de Recursos de Germoplasma de soja para o Consumo Humano. O vice-ministro de Agricultura e Assuntos Rurais da China também visitou o Uruguai no referido mês, onde em reunião com o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai pautou-se o interesse uruguaio em avançar na habilitação de exportação de produtos uruguaios nos setores frigoríficos, além da mel, soja e sorgo. Também reuniu-se com o ministro suplente de Ganadería uruguaio, Alberto Castelar, onde dialogam em torno a temáticas relativas à cooperação sul-sul, desenvolvimento rural inclusivo, e sustentabilidade (OPEU, 2019). Em abril, o ministro das relações exteriores Rodolfo Nin Novoa visitou a China, e finalizou sua visita oficial em maio. Reunido com o ministro das relações exteriores chinês Wang Yi, subscreveram um Tratado de Exatidão bem como na mesma visita manifestou o interesse de abrir um novo consulado Geral na Cidade de Chongqing. Também reuniu-se com o governador do Banco do Povo Chinês (PBC) Yi Gang.

⁷⁷ Durante estas reuniões, as autoridades de ambos os países assinaram cinco protocolos sanitários que permitem as exportações uruguaias de cevada, milho, carne bovina, ovina e caprina, bem como um Plano de Trabalho para o Reconhecimento dos respectivos Operadores Económicos Autorizados no âmbito do Ministério da Economia e Finanças-Direção Nacional das Alfândegas. Nin Novoa explicou que este acordo irá acelerar o comércio bilateral. A delegação chinesa também efectuou uma visita de trabalho ao porto de Montevideo (La República - 04/12/2018; MRREE - Notícias Gerais - 03/12/2018).(opeu, 2018, P.5).

Em Agosto de 2019 o ministro de indústria do Uruguai participou em Beijing, Tianjín y Shenzhen da segunda Semana do Uruguai na China. Nessa instância assinou-se um memorando entre o Conselho De desenvolvimento Comercial de Hong Kong e o Uruguai XXI (OPEU, 2019).

Em setembro de 2019, o ministro de defesa da República Popular da China, visitou o Uruguai e em reunião com o ministro de defesa do Uruguai assinaram-se dois acordos:

El primero relativo a la investigación y adquisición de bienes, servicios de defensa y apoyo logístico, cooperación en operaciones de mantenimiento de paz, en asuntos relacionados con la ciencia, la tecnología y los equipos militares, y la promoción de ejercicios y entrenamientos combinados, de asistencia humanitaria en casos de desastres y colaboración antiterrorismo. Asimismo, se prevé la donación de una plataforma naval de un costo estimado en 4,2 millones de dólares. (Presidencia – 02/09/2019) (OPEU, p.7).⁷⁸

No mês de setembro ocorreu também a primeira reunião do Comitê Conjunto de Cooperação Antártica entre o Uruguai e a China, que visa a cooperação bilateral nos quesitos científico, tecnológico, logístico e diplomático na Antártida (OPEU 2019). Em outubro de 2019, o ministro de Agricultura, Ganadería e Pesca do Uruguai, Enzo Benech visita a China junto de representantes do setor lácteo visando abertura da oferta desses produtos no mercado (OPEU, 2019). A referida viagem continua em novembro, e durante a mesma assinaram-se protocolos para o ingresso de mel, carne equina, assim como alguns referentes ao sector lácteo, e protocolos para ingresso de alguns produtos a China, sendo estes: “ (...) mondongo, sorgo vegetal, soja no transgênica para consumo humano, carne aviar y, harina de carne y huesos.(...)” (OPEU, 2019, p .5). No mesmo mês, o governo chinês doou 3 milhões de dólares em equipamento audiovisual para o governo uruguaio, que se destinaram a teatros do Uruguai(OPEU, 2019). Em dezembro de 2019, Luis Lacalle Pou recebeu o embaixador da China Wang Yang, e o presidente chinês Xi Jinping convidou Luis Lacalle Pou para visitar a China em 2020 (OPEU, 2019).

Em Janeiro de 2020, as embaixadas e consulados do Uruguai na China manteve contato com uruguaios que se encontram lá para monitorar sua situação frente ao brote de coronavírus, não havendo nenhum afetado (OPEU, 2020). No mês seguinte, o governo uruguaio solidarizou-se com a China e com os familiares das vítimas pela situação do coronavírus e efetuou uma doação ao governo chinês de material sanitário (OPEU, 2020).

⁷⁸ O primeiro diz respeito à investigação e aquisição de bens, serviços de defesa e apoio logístico, à cooperação em operações de manutenção da paz, em matérias relacionadas com a ciência, a tecnologia e o equipamento militar, e à promoção de exercícios e treinos combinados, à assistência humanitária em caso de catástrofes e à colaboração antiterrorista. Está igualmente prevista a doação de uma plataforma naval com um custo estimado de 4,2 milhões de dólares (Presidência - 02/09/2019) (OPEU, p. 7).

Isto inclusive, fica destacado nas palavras do embaixador chinês no Uruguai, o Sr Wang Gang, em 2023, pelos 35 anos do estabelecimento das relações diplomáticas, quando disse: “Uruguay fue uno de los primeros países latinoamericanos en expresar su solidaridad y brindar asistencia a China en la lucha contra COVID-19. China siempre ha seguido también de cerca la lucha del pueblo uruguayo contra la epidemia” (GANG, 2023, p. 3).⁷⁹

Em Março de 2020 o governo chinês envia uma doação ao governo uruguaio no contexto da pandemia de coronavírus. A referida doação consistiu no envio de 150 mil máscaras, 20 mil kits de diagnóstico e cinco ventiladores.(OPEU, 2020). Em Abril de 2020, a China enviou novamente uma doação de insumos médicos e o setor privado também efetuou doações destes insumos, especificamente a empresa Huawei (OPEU, 2020). A província chinesa de Hainan também efetuou uma doação ao departamento de Rocha (OPEU,2020). Em setembro de 2020, o departamento de Lavalleja assinou um acordo com a província de Sichuan na China, prevendo cooperação econômica, comercial com ênfase na questão de agricultura, ciência, tecnologia, cultura, educação, turismo, dentre outros (OPEU, 2020).

Em outubro de 2020, celebrou-se uma reunião virtual da XX comissão técnica micra econômica e comercial de Cooperação entre o Uruguai e a China visando o fortalecimento das relações bilaterais (OPEU, 2020). Em novembro de 2020, o Uruguai participou da III Expo Internacional de Importação (CIIE) em Shanghai. Participou em tal instância a subsecretaria das Relações Exteriores Carolina Ache Battle (OPEU, 2020).

Em Janeiro de 2021, reuniram-se o ministro das relações exteriores do Uruguai Francisco Bustillo e o Ministro da Ganaderia, agricultura e Pesca Carlos Maria Uriarte com o embaixador da China em virtude da avaliação das exportações uruguaias com destino a china, e ficou acordado a colaboração em termos de documentos técnicos para a prevenção e controle sanitário sobre aqueles estabelecimentos uruguaiois que produzem e tem aval e autorização para a exportação (OPEU, 2020).

Em Abril de 2021, o presidente uruguaio Luis Lacalle Pou participou da XXVII Cumbre Latinoamericana de Chefes de Estado e de Governo, de forma virtual. Destacou então o papel da China, assim como do Chile, para a chegada das primeiras doses de Sinovac no Uruguai (OPEU, 2021).

Em Junho de 2021, o frigorífico uruguaio Breeders & Packers Uruguay S.A tivera tido sua habilitação para exportar para a China suspensa devido a um erro no etiquetado de seus

⁷⁹O Uruguai foi um dos primeiros países latino-americanos a expressar solidariedade e prestar assistência à China na luta contra a COVID-19. A China também sempre acompanhou de perto a luta do povo uruguaio contra a epidemia" (GANG, 2023, p. 3).

produtos. O ministro das relações uruguaio Francisco Bustillo foi a visita ao frigorífico e logo após, reuniu-se com o embaixador da China onde dialogaram sobre essa pauta e outras (OPEU, 2021). Após isso, em Julho de 2021, a China levantou a suspensão (OPEU, 2021). Em Março de 2022 foi convocada uma reunião com legisladores do departamento de Colonia haja vista que frigorífico rondatel tivera sido sancionado pela china em virtude de envio de mercadoria irregular fazia seis meses obrigando-o a suspender as atividades na empresa pelo que se pedia ao ministério das relações exteriores mediar as negociações para que se habilitassem as exportações do frigorífico (OPEU, 2022).

Em maio de 2022 o ministro das relações exteriores uruguaio mantém conversação tecolofincia com o ministro das relações exteriores chines Wang Yi onde dentre várias pautas, o uruguaí manifestou o interesse em avançar nas negociações para alcançar um acordo de livre comércio, haja vista as comemorações pelos 35 anos das relações diplomáticas entre o Uruguaí e a China. Também nessa conversa, o ministro agradeceu a China pela provisão de vacinas sinovac (OPEU, 2022).

Atualmente, durante o final de 2022 e 2023, as relações bilaterais entre o Uruguaí e a China muito estiveram centradas em torno do estudo de factibilidade de um TLC, bem como discussões, reuniões, dentre outras instâncias em torno a isso. Portanto, isto será aprofundado com mais detalhes no próximo capítulo cujo objeto é o andamento das negociações, e os cenários que advém em caso da assinatura deste.

4.3 Relações Econômicas e comerciais

Primeiramente, devemos compreender que um dos fatores que podem-se interpretar como relevantes para o rompimento do vínculo diplomático do Uruguaí com Taiwán, e o conseqüente estabelecimento das relações diplomáticas com a China está indubitavelmente atrelado à relação com as relações comerciais e econômicas.

Hoje em dia, os países do cone sul da América do Sul muito tem melhorado as relações com a China pois a pauta comercial e a relação econômica constitui uma importante égide desse relacionamento. Tudo isto, em vista da complementaridade das relações comerciais e das econômicas, conforme já fora assinalado na primeira subseção deste capítulo.

Una de las formas de relación económica más relevante entre China y los países del Cono Sur es el intercambio de mercancías: exportación de materias primas desde Argentina, Uruguay y Chile, e importación de manufacturas, servicios y productos tecnológicos desde China. Esta relación de intercambio se extiende a toda América

Latina, involucrando en distintos grados a toda la región (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 20).⁸⁰

Por isso, o Uruguai deve encontrar, dentro da interna do país, razões suficientes que demonstrem que a escolha de mudança do vínculo diplomático de uma em detrimento da outra, se justificasse de alguma forma. “Si Uruguay decidía reconocer a la China Continental, debía lograr compensar la pérdida, ya no solo por lo económico, sino más que nada para contar con un sólido argumento político (RAGGIO, 2018, p. 193).⁸¹

Portanto, se voltarmos um pouco no tempo, entre 1979 e 1984, nos deparamos que o comércio entre Uruguai e Taiwan, pensando em termos de exportação era bem favorável.

Si se considera el periodo pre-democrático de 1979 a 1984 (en Bonilla et al 2007), se puede apreciar que las exportaciones uruguayas hacia Taiwán crecieron sostenidamente, los productos que se vendían hacia este país eran maíz, sorgo, cuero y soja. En el caso de las importaciones sucede lo opuesto, conforme pasa el periodo mencionado decrece el monto total. En el caso de la RPC, los guarismos tanto en exportaciones como importaciones no son muy distintos, si se considera solamente el periodo 1979-1984, se destaca la exportación de lana top (más del 90%). Recién en 1984 se produce un punto de quiebre en las exportaciones de Uruguay hacia la China continental, exportándose más de US\$ 35 millones, mientras que a la isla fueron un poco más de 25 (RAGGIO, 2018, p. 192).⁸²

As relações diplomáticas mais demoraram em consolidar-se e efetivar-se em vista da questão do comércio. Conforme assinalado por Pérez (2020), “In the first years of the Uruguayan democracy, trade was not a significant factor in the country's relationship with China” (PÉREZ, 2020, x)⁸³. Hoje em dia, a China constitui não só um dos principais parceiros econômicos do Uruguai mas também dos países do Cone Sul da América Latina, por todos os argumentos já explanados na primeira subseção deste capítulo.

Actualmente, China es uno de los socios comerciales de mayor importancia para los países del Cono Sur de América Latina, tanto en términos de las importaciones de mercancías manufacturadas y tecnología, como en cuanto a la exportación de materias primas (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 20).

⁸⁰ Uma das formas mais importantes das relações econômicas entre a China e os países do Cone Sul é a troca de mercadorias: exportações de matérias-primas da Argentina, Uruguai e Chile, e importações de bens manufaturados, serviços e produtos tecnológicos da China. Essa relação de intercâmbio se estende por toda a América Latina, envolvendo toda a região em diferentes graus (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 20).

⁸¹ "Se o Uruguai decidisse reconhecer a China continental, tinha que compensar a perda, não só economicamente, mas acima de tudo para ter um argumento político sólido (RAGGIO, 2018, P 193).

⁸² Se considerarmos o período pré-democrático de 1979 a 1984 (em Bonilla et al 2007), podemos ver que as exportações uruguaias para Taiwan cresceram de forma constante; os produtos vendidos a este país foram milho, sorgo, couro e soja. No caso das importações, verifica-se o contrário; à medida que o período mencionado acima passa, o montante total diminui. No caso da RPC, os valores tanto das exportações como das importações não são muito diferentes. Se se considerar apenas o período 1979-1984, destaca-se a exportação de lã de topo (mais de 90%). Foi somente em 1984 que as exportações do Uruguai para a China continental atingiram um ponto de inflexão, exportando mais de US\$ 35 milhões, enquanto o valor para a ilha foi de pouco mais de 25 milhões (RAGGIO, 2018, p. 192).

⁸³ "Nos primeiros anos da democracia uruguaia, o comércio não foi um fator significativo na relação do país com a China (PÉREZ, 2020 , x)".

Enquanto na década de noventa, nota-se que,

En la década siguiente a la toma de dicha decisión, Uruguay no supo aprovechar todas las posibilidades del éxito diplomático alcanzado en 1988, que inició con un acuerdo comercial favorable a los intereses exportadores. China se comprometió a la compra de productos nacionales por un monto anual de US\$ 150 millones comenzando por US\$ 80 millones en el primer año, a partir del establecimiento de las relaciones diplomáticas (ORT, 2007). Efectivamente, en 1989 las estadísticas indican que China 16 importó desde Uruguay por valor de US\$ 110 millones, promedio de importación que se mantuvo hasta el año 2003 (US\$ 90 millones). A partir del año 2004 y hasta el año 2011 inclusive, el promedio importado saltó a US\$ 600 millones (BARTESAGHI, MANGANA; 2013, p.15).

Os anos 2000 na América do Sul, inauguram-se com uma severa crise econômica. A crise de 2002, assola Brasil, Argentina e não ficaria isento desta- o Uruguai. As razões desta severa crise tem raízes nas dívidas da Argentina que tornara sua economia deficitária, os efeitos do plano de conversibilidade ⁸⁴, a desvalorização do real, e outros aspectos regionais que geram a crise. Muito a crise afeta o Uruguai, pela dependência histórica que tem dos seus vizinhos Brasil e Argentina, em vista que sempre tem sido destino histórico das suas exportações mas também em virtude da proximidade que possui com estes.

Los inicios del SXXI encontraron al país subsumido en una de las crisis económicas más importantes de su historia reciente, con el desplome financiero en el año 2002 que generó niveles de desempleo superiores al 15%. Si bien el deterioro económico y el descontento social impulsaron un cambio de modelo: en el mismo se mantuvo la visión de la integración regional como eje de la inserción internacional de una economía pequeña al mundo, al igual que la importancia de la política macroeconómica como garante del crecimiento (BRITO, 2019, p. 63).

Durante e passada a crise, começava a notar-se uma melhora na economia muito em virtude da aproximação das relações comerciais com a China, que tivera um crescimento importante nesse período. “Con el crecimiento de la relación comercial a inicios del 2000 también se daría una mayor aproximación con el país asiático, que recibiría en 2012 la visita del presidente chino” (BRITO, 2019, p. 66).⁸⁵ Lo Brutto (2018) menciona o crescimento comercial com a China que tem se da durante essas duas primeiras décadas do século XXI quando diz que: “China se ha transformado en un socio comercial clave para América Latina, y si hace 15 años el comercio con el Imperio del medio era prácticamente inexistente en 2009

⁸⁴ Implementado pelo governo de Carlos Saul Menem previa paridade um peso, um dólar.

⁸⁵ “Com o crescimento das relações comerciais no início dos anos 2000, houve também uma maior aproximação com o país asiático, que recebeu a visita do presidente chinês em 2012” (BRITO, 2019, p. 66).

ya suponía un 7,6% de las exportaciones y un 9,5% de las importaciones de América Latina (LO BRUTTO, 2018, p. 110),⁸⁶

É imperioso, portanto, compreender de que forma o Uruguai se recupera da referida crise que assolara. Portanto, a melhora econômica muito estaria relacionada ao setor exportador, pela questão do boom das commodities. Brito reconhece dois aspectos, o primeiro relacionado ao boom das commodities, e o segundo, as exportações de celulose partindo das zonas francas:

La recuperación económica vino de la mano del “boom de las commodities” que permitió alcanzar records de crecimiento y catalogarlo como país de ingreso alto a partir del año 2012. La economía uruguaya creció a un promedio anual del 5,4% entre 2007 y 2014, si bien en los últimos tres años la recesión argentina y brasileña ha repercutido en un menor dinamismo económico” (BRITO, 2019, p. 64).⁸⁷

Todavía Brito, 2019, p. 70 refere que:

El impacto sobre las exportaciones de Uruguay a China se debió a dos grandes factores: el primero la importancia de las exportaciones de celulosa (salidas desde Zonas Francas) y el segundo el impacto del “boom de las commodities” sobre los precios de una oferta fuertemente concentradas en productos naturales. Lo que a partir del año 2013 genera una balanza comercial superavitaria. China se convierte en el principal socio comercial, superando aún al bloque regional en exportaciones y siendo el principal origen importador a nivel individual.⁸⁸

A economista uruguaia Laura Raffo (2016) reconhece também no boom das commodities e na exportações de celulose, o fôlego para essa recuperação econômica do Uruguai. A recuperação econômica do Uruguai, no período 2005-2015 se traduziria e refletiria no aumento do PIB: “En la última década (2005-2015), Uruguay ha experimentado un ritmo de crecimiento económico muy fuerte, logrando tasas anuales de suba del PBI de 6% entre 2005 y 2009 y de 5% entre 2009 y 2014” (RAFFO, 2016, p. 28).⁸⁹

Este dinamismo de la economía se explicó por factores diversos, pero entre ellos los que más se destacaron fueron la pujanza del sector exportador y el sostenido aumento del consumo de las familias. Por el lado de las exportaciones, en la pasada década se generó un boom en las ventas de soja luego de que productores argentinos

⁸⁶ "A China tornou-se um parceiro comercial fundamental para a América Latina, e enquanto há 15 anos o comércio com o Reino do Meio era praticamente inexistente, em 2009 representava 7,6% das exportações e 9,5% das importações da América Latina (LO BRUTTO, 2018, p. 110).

⁸⁷ A recuperação econômica foi acompanhada pelo "boom das matérias-primas", que permitiu ao Uruguai atingir taxas de crescimento recorde e ser classificado como um país de rendimento elevado a partir de 2012. A economia uruguaia cresceu a uma taxa média anual de 5,4% entre 2007 e 2014, embora nos últimos três anos a recessão argentina e brasileira tenha tido um impacto no dinamismo econômico do país" (BRITO, 2019, p. 64).

⁸⁸ O impacto nas exportações do Uruguai para a China deveu-se a dois factores principais: por um lado, a importância das exportações de celulose (exportações das Zonas Francas) e, por outro, o impacto do "boom das matérias-primas" nos preços de uma oferta fortemente concentrada em produtos naturais. A partir de 2013, a balança comercial passou a ser superavitária. A China tornou-se o principal parceiro comercial, superando até mesmo o bloco regional em exportações e sendo a principal origem importadora individual (BRITO, 2019, p. 70).

⁸⁹ Na última década (2005-2015), o Uruguai registou um ritmo de crescimento econômico muito forte, alcançando taxas de crescimento anual do PIB de 6% entre 2005 e 2009 e de 5% entre 2009 e 2014" (RAFFO, 2016, p. 28).

decidieran instalarse sobre el litoral de nuestro país para escapar de las restricciones que les imponía su gobierno. También cobró relevancia la producción de celulosa con la instalación de dos plantas que transformaron la matriz productiva local: UPM (antes, Botnia) y Montes del Plata. Estos factores, acompañados de un crecimiento de los precios internacionales de la mayoría de los productos que exporta Uruguay, hicieron que las exportaciones de bienes pasaran de sumar 3400 millones de dólares en 2005 a ser 9100 millones en 2014 (RAFFO, 2016, p. 28)⁹⁰

Por fim, vale salientar que para 2015 a China já estaria em um posicionamento de principal comprador de três dos principais produtos da cesta de exportações uruguaias: Carne, soja e celulose. “En 2015, China fue el principal comprador de la soja, de la celulosa y de la carne que se producen en Uruguay” (RAFFO, 2016, p. 38).⁹¹

É nítido que ao longo da história o Uruguai sempre tivera como principal destino das suas exportações o Brasil e a Argentina. Para entender um pouco mais sobre as relações comerciais do Uruguai com a China, vale compreender qual a posição, importância e relevância que a China ocupa na canasta exportadora do Uruguai. Portanto, em 2020 podemos visualizar que a China se tornara o principal destino das exportações uruguaias, superando inclusive os seus principais destinos, Brasil e Argentina.

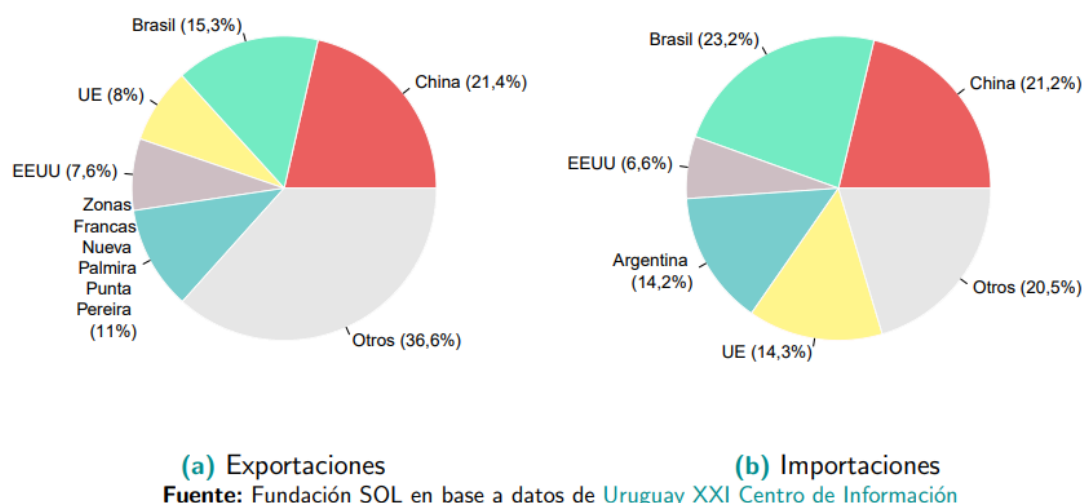
En el caso de Uruguay, en 2020, un 21,4 % de sus exportaciones se destinaron a China, 15,3 % a Brasil, 8 % a la Unión Europea, 7,6 % a Estados Unidos 11 % a Zonas Francas de Nueva Palmira y Punta Pereira. Si a estos 5 destinos se agrega Argentina (4,4%) se tiene un 67,8 % del total de exportaciones del país Este porcentaje equivale a US\$4.685 millones, de los cuales US\$1.487 millones se exportaron hacia China en 2020. El total de exportaciones para el año observado equivalen a US\$6.940 millones (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 21).⁹²

⁹⁰ Este dinamismo da economia explica-se por vários factores, mas entre eles os mais importantes são a força do sector exportador e o aumento sustentado do consumo das famílias. Do lado das exportações, a última década assistiu a um boom nas vendas de soja, depois de os produtores argentinos terem decidido instalar-se na costa argentina para escapar às restrições que lhes eram impostas pelo governo argentino. A produção de celulose também ganhou importância com a instalação de duas fábricas que transformaram a matriz produtiva local: a UPM (antiga Botnia) e a Montes del Plata. Esses factores, acompanhados de um crescimento dos preços internacionais para a maior parte das exportações uruguaias, levaram a um aumento das exportações de bens de USD 3,4 bilhões em 2005 para USD 9,1 bilhões em 2014 (RAFFO, 2016, p. 28).

⁹¹ Em 2015, a China foi o principal comprador da soja, da celulose e da carne produzidas no Uruguai (RAFFO, 2016, p. 38).

⁹² No caso do Uruguai, em 2020, 21,4% das suas exportações foram para a China, 15,3% para o Brasil, 8% para a União Europeia, 7,6% para os Estados Unidos e 11% para as Zonas Francas de Nueva Palmira e Punta Pereira. Se a esses 5 destinos adicionarmos a Argentina (4,4%), teremos 67,8% do total das exportações do país, o que equivale a US\$ 4.685 milhões, dos quais US\$ 1.487 milhões foram exportados para a China em 2020. O total das exportações para o ano observado equivale a US\$6.940 milhões (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 21).

GRÁFICO 01: DESTINOS DE ORIGEM E DESTINO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES URUGUAIAS



Fonte: GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022

Outro indicador econômico que pode nos ajudar a visualizar a importância e papel da China na economia Uruguaia é indubitavelmente a questão relativa aos investimentos. Especificamente no que tange a Inversões Estrangeiras diretas. A China, de forma geral, representa um papel importante em várias economias através da Inversão estrangeira direta. Isto fica nítido em Gálvez, Rosselot, Sáez (2022) quando referem: “China no solo ha ido aumentando su participación en la economía global como la fábrica del mundo (exportador de mercancías e importador de materias primas), sino también como un agente clave de Inversión Extranjera Directa” (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 25).⁹³

Entretanto, no caso uruguaio, as inversões estrangeiras diretas por parte da China não representam tamanha significância, ainda que tudo leve a crer que este panorama pode ser passível de mudanças em virtude de uma eventual assinatura de TLC, bem como dos projetos e investimentos relativos a One Belt One Road. “Considerando el período 2012-2020, el gigante asiático nunca ha superado el 0,3 % del stock de IED en el país. Los principales flujos de capital en 2020 se dieron desde Holanda (\$US2.007 MM), Brasil (-\$US1.660 MM), EE.UU. (-\$US1.251 MM) y Luxemburgo (\$US1.090 MM), muy por encima de China (-\$US11 MM). En 2020 el stock de inversión china fue de -\$US39,8 millones, valor similar al

⁹³ "A China não só tem vindo a aumentar a sua participação na economia global como fábrica do mundo (exportadora de bens e importadora de matérias-primas), mas também como agente fundamental do Investimento Direto Estrangeiro" (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 25).

2019 pero más negativo que los años anteriores.”(GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 58).⁹⁴

A 2019, China mantiene IED en Uruguay por US\$230 millones. Si bien la inversión china directa en Uruguay no es de gran magnitud, se espera un aumento de ella en los próximos años a partir de compromisos ya adquiridos en el marco de la Franja y la Ruta y un potencial Tratado de Libre Comercio (TLC). Uruguay, ha iniciado la preparación de las negociaciones para establecer un TLC con China, que iniciarían en 2022, con lo cual se fortalecería el nexo comercial entre ambos países (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 27).⁹⁵

Outro fator relevante para compreendermos a pauta comercial na bilateralidade destes países, é a questão dos projetos empresariais ou de outros. Portanto, é importante compreender o papel que a China exerce na economia uruguaia reconhecendo os projetos que possui neste país. Conforme Gálvez, Rosselot e Sáez (2022); “Desde una perspectiva sectorial, existe una distribución relativamente homogénea en cuanto al número de proyectos. Los sectores que acumulan más empresas son alimentación (18%), agricultura (14%) y automotriz (11%). Hay presencia en un total de 12 sectores distintos” (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 60).⁹⁶

Un registro más amplio se puede encontrar en Uruguay XXI, la agencia de promoción de inversiones, exportaciones e imagen país, quien lleva un catastro de empresas activas con capitales chinos en Uruguay. Se accedió a dicha información, identificándose un total de 28 empresas, pertenecientes, a su vez, a 21 grupos económicos. Esto muestra un crecimiento reciente del número de empresas, ya que en 2018 existían 17 empresas y 13 grupos. De las empresas activas en 2021, un 50% persisten desde 2018; la mitad restante no estaba presente hace 3 años. A su vez, 4 empresas de las de 2018 - el equivalente al 24 % - desaparecieron, mostrando un alto dinamismo en la entrada y salida de capitales chinos. Al cruzar esto con datos de IED, se puede concluir que el aumento en el número de empresas no fue suficiente, en magnitud, para compensar la salida de capitales. Con respecto a las 6 empresas identificadas por Red-ALC, 3 ya no están activas en Uruguay o ya no son de propiedad china: Chery, Nordex y Frigorífico Florida. Este fenómeno se condice con lo que reflejan las cifras agregadas de IED, que dan cuenta de una desinversión de parte del capital chino. Un análisis de la propiedad de las empresas y grupos a partir de los datos de Uruguay XXI, muestra una distribución ligeramente inclinada hacia el sector privado, con un 50 % de los grupos económicos, versus un 41 % de

⁹⁴ "Considerando o período 2012-2020, o gigante asiático nunca ultrapassou os 0,3% do stock de IDE no país. Os principais fluxos de capital em 2020 foram provenientes dos Países Baixos (\$US2,007 MM), Brasil (-\$US1,660 MM), EUA (-\$US1,251 MM) e Luxemburgo (\$US1,090 MM), bem acima da China (-\$US11 MM). Em 2020 o stock de investimento chinês foi de -\$US39,8 milhões, um valor semelhante ao de 2019 mas mais negativo do que nos anos anteriores" (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 58).

⁹⁵ A partir de 2019, a China tem 230 milhões de dólares em IDE no Uruguai. Embora o investimento direto chinês no Uruguai não seja de grande magnitude, espera-se que aumente nos próximos anos com base nos compromissos já assumidos no âmbito do Cinturão e Rota e de um potencial Acordo de Comércio Livre (ACL). O Uruguai iniciou os preparativos para as negociações com vista a estabelecer um ACL com a China, que teria início em 2022, reforçando assim a ligação comercial entre os dois países (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 27).

⁹⁶ "De um ponto de vista setorial, existe uma distribuição relativamente uniforme em termos de número de projectos. Os sectores com maior número de empresas são o alimentar (18%), o agrícola (14%) e o automóvel (11%). No total, estão presentes em 12 sectores diferentes" (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 60).

propiedad estatal. Existe 1 caso de propiedad mixta, el de ZTE Corporation (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 59).⁹⁷

No setor alimentício, reconhecem-se duas importantes empresas, sendo estas: Sundiro Holding e China certification & Inspection Group (CCIC) (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022). A primeira é um grupo privado que é o principal provedor de carnes na China:

Sundiro es un grupo económico privado y el principal proveedor de carne de alta calidad de China, dueña de los frigoríficos Rondatel, Lorsinal y Lirtix en Uruguay. Esta industria tiene larga data en el país, históricamente dedicado a la ganadería, con el primer frigorífico instalado en el Cerro de Montevideo en 1902” (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 61).⁹⁸

A segunda, é uma empresa estatal que visa preservar padrões de qualidade para os produtos vendidos no mercado chines.

Por su parte, CCIC, empresa estatal responsable de asegurar estándares de calidad de productos vendidos en el mercado chino, ingresa a Uruguay en 2017. Esto tras un convenio con el Instituto Nacional de Carnes para poder certificar y diferenciar la carne uruguaya que se exporte a China. Eventualmente, permitiría que un consumidor de China, sea en un supermercado o restaurant, que compre carne uruguaya, podría usar su smartphone para conocer en qué lugar de territorio fue producida (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 62).⁹⁹

No que diz respeito ao setor agrícola, destacam-se dois grandes grupos, sendo estes: China National Chemical Corporation (ChemChina) y Agria Corporation. “La primera opera a través de Nidera y Syngenta, principalmente dedicadas al comercio de semillas, mientras

⁹⁷ Um registro mais extenso pode ser encontrado em Uruguai XXI, a agência para a promoção do investimento, das exportações e da imagem do país, que mantém um registro de empresas ativas com capital chinês no Uruguai. Acedemos a esta informação e identificamos um total de 28 empresas, pertencentes, por sua vez, a 21 grupos econômicos. Isso mostra um crescimento recente no número de empresas, já que em 2018 havia 17 empresas e 13 grupos. Das empresas ativas em 2021, 50% estão ativas desde 2018; a restante metade não estava presente há 3 anos. Ao mesmo tempo, 4 empresas das que estavam em 2018 - o equivalente a 24% - desapareceram, mostrando um elevado dinamismo na entrada e saída de capital chinês. Cruzando estes dados com os dados do IDE, pode concluir-se que o aumento do número de empresas não foi suficiente, em magnitude, para compensar a saída de capitais. Das seis empresas identificadas pela Red-ALC, três já não estão ativas no Uruguai ou já não são detidas por chineses: Chery, Nordex e Frigorífico Florida. Este fenómeno está de acordo com os dados agregados de IDE, que mostram um desinvestimento de capital chinês. Uma análise da propriedade de empresas e grupos com base nos dados do Uruguai XXI mostra uma distribuição ligeiramente inclinada para o sector privado, com 50% dos grupos econômicos contra 41% de propriedade estatal. Há um caso de propriedade mista, o da ZTE Corporation (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 59).

⁹⁸ "A Sundiro é um grupo económico privado e o principal fornecedor de carne de alta qualidade da China, proprietário dos frigoríficos Rondatel, Lorsinal e Lirtix no Uruguai. Esta indústria tem uma longa história no país, historicamente dedicado à pecuária, com o primeiro frigorífico instalado no Cerro de Montevideu em 1902" (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 61).

⁹⁹ Por seu lado, a CCIC, uma empresa estatal responsável por garantir os padrões de qualidade dos produtos vendidos no mercado chinês, entrou no Uruguai em 2017. Esta iniciativa surge na sequência de um acordo com o Instituto Nacional da Carne para certificar e diferenciar a carne uruguia exportada para a China. Eventualmente, permitiria a um consumidor na China, seja num supermercado ou num restaurante, que compre carne uruguia, usar o seu smartphone para saber em que ponto do território foi produzida (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 62).

que la segunda lo hace a través de PGG Wrightson. (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 62).¹⁰⁰

Today Nidera is present in 20 countries and operates in all sectors of agrofood, including seeds. Nidera has two crushing plants in Argentina, in Buenos Aires and Santa Fé provinces, with a capacity for 11,000 tons/day, some 8% of Argentine capacity. In Brazil, Nidera acquired the Brasil Óleo de Mamona (BOM) firm in the State of Bahia and, in 2005, bought up Bayer's soy and corn seed operations in Patos de Minas (MG) and Rio Verde (GO), forming Nidera Seeds, which now controls some 10% of the transgenic soy seed market in Brazil. Nidera Brazil Grain and Oil (BG&O) operates in the marketing of grains and oils and Nidera Nutrientes e Proteção de Cultivos (Nidera NPC) in plant protection. In Uruguay and Paraguay, Nidera focuses on the supply of seeds. In contrast to Noble, Nidera's share in exports has increased significantly in the last five years and it now exports more than Noble does (WILKISON et. al, 2015, p. 14).¹⁰¹

As relações comerciais dos últimos dois anos, serão maiormente elucidadas no próximo capítulo, dentro do contexto da hipótese e negociações de um tratado de livre comércio entre as referidas repúblicas. Ainda assim, é necessário lembrar que, No ano 2023, em virtude dos trinta e cinco anos do estabelecimento das relações diplomáticas, Wang Gang (embaixador da China no Uruguai) manifestou que;

En los últimos 35 años, las relaciones económico-comerciales han cobrado fructíferos resultados, cabe especial mención que al establecerse las relaciones diplomáticas, el comercio bilateral dependía prácticamente de la lana, mas hoy día, con los esfuerzos mancomunados de ambas partes, hemos logrado mover la aguja diversificando nuestro comercio, China se perfila desde hace diez años como el primer socio comercial del Uruguay y el principal mercado de la carne, la celulosa, la soja y la lana uruguayas, el volumen comercial bilateral se multiplicó por 60 que el de 1988 (GANG, 2023, p.3).¹⁰²

4.4 Considerações finais

¹⁰⁰ "A primeira opera através da Nidera e da Syngenta, dedicadas principalmente ao comércio de sementes, enquanto a segunda opera através da PGG Wrightson (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 62).

¹⁰¹ Atualmente, a Nidera está presente em 20 países e opera em todos os sectores agro-alimentares, incluindo o das sementes. A Nidera possui duas fábricas de trituração na Argentina, nas províncias de Buenos Aires e Santa Fé, com uma capacidade de 11.000 toneladas/dia, cerca de 8% da capacidade argentina. No Brasil, a Nidera adquiriu a empresa Brasil Óleo de Mamona (BOM), no Estado da Bahia, e, em 2005, comprou as operações de sementes de soja e milho da Bayer em Patos de Minas (MG) e Rio Verde (GO), formando a Nidera Seeds, que controla atualmente cerca de 10% do mercado de sementes de soja transgênica no Brasil. A Nidera Brasil Grãos e Óleos (BG&O) atua na comercialização de grãos e óleos e a Nidera Nutrientes e Proteção de Cultivos (Nidera NPC) na proteção de plantas. No Uruguai e no Paraguai, a Nidera concentra-se no fornecimento de sementes. Ao contrário da Noble, a quota da Nidera nas exportações aumentou significativamente nos últimos cinco anos e atualmente exporta mais do que a Noble (WILKISON et. al, 2015, p. 14).

¹⁰² Nos últimos 35 anos, as relações económicas e comerciais têm sido frutuosas, sendo de referir que, quando se estabeleceram as relações diplomáticas, o comércio bilateral dependia praticamente da lã, mas hoje, com o esforço conjunto de ambas as partes, conseguimos avançar, diversificando as nossas trocas comerciais, A China tem sido o principal parceiro comercial do Uruguai nos últimos dez anos e o principal mercado para a carne, a celulose, a soja e a lã uruguaias. O volume do comércio bilateral aumentou 60 vezes mais do que em 1988 (GANG, 2023, p. 3).

O objetivo deste capítulo foi: apresentar as relações entre Uruguai e China (histórico e diplomáticas). Além disso, compreender as relações comerciais bilaterais entre os dois países no período de vigência do Mercosul (1991-2023).

Em suma, sobre as relações entre a China e América Latina podemos entender que a China possui um papel de peso e importância, principalmente em termos de economia, haja vista que é o principal destino das exportações de commodities latino-americanas.: “In general terms, economics dominates China’s relations with Latin America. However, they do not always end there. The Chinese government needs allies in the developing world to legitimize its aspiration to become a great power [...]”(LEITERIZ, 2012, 73).¹⁰³ O ponto salientado por Leiteriz (2012) muito vai ao encontro do proposto por Lo brutto (2018) de que sim a China precisa de parcerias estratégicas e considerando a complementaridade de economias, parece super válida esse relacionamento: “Para concluir, la alianza China-América Latina puede ser vista como estratégica y complementaria por los gobiernos latinoamericanos que puede, al mismo tiempo, implicar una relación de dependencia y de comercio desigual” (LO BRUTTO, 2018, p. 131). Ainda assim, conforme assinalado por Lo Brutto (2018) e também por Alvarez, a América Latina continua gerando uma certa dependência econômica, uma vez que:

El Consenso de Beijing operó y opera como el paraguas con el que América de Sur adhiere a la idea de que el mejor camino para alcanzar el desarrollo es profundizar las relaciones bilaterales con China, matizadas con una retórica de cooperación sur – sur pero que reproduce condiciones de dependencia propias del sistema centro – periferia (ÁLVAREZ, 2020, p. 2705).¹⁰⁴

É de notório saber que depender da exportação de commodities é extremamente suscetível para as economias latinoamericanas. As commodities, podem ser produzidas por vários atores, não há algo que de fato as diferencie. Além disso, seu preço no mercado internacional é suscetível de drásticas variações, e a isto, somam-se fatores meio ambientais que podem afetar a produção. Para além disto, a dependência das relações centro-periferia conforme reconhecida por Álvarez (2020).

Para a América do Sul, a China já se consolidou como principal parceiro comercial, e quando considerada a América Latina como um todo, o país asiático se posicionou na segunda colocação, atrás dos Estados Unidos. A pauta exportadora da região segue concentrada em produtos primários: os principais produtos de exportação permanecem sendo soja, petróleo cru e minérios (cobre e ferro). Em conjunto, esses produtos correspondem a mais da metade das exportações da América Latina para a China. Alguns países apresentam superávit comerciais (Brasil, Peru e Chile) e

¹⁰³ "Em termos gerais, as relações da China com a América Latina são dominadas pela economia. No entanto, elas nem sempre terminam aí. O governo chinês precisa de aliados no mundo em desenvolvimento para legitimar sua aspiração de se tornar uma grande potência [...] (LEITERIZ, 2012, 73).

¹⁰⁴ "O Consenso de Pequim funcionou e continua a funcionar como o guarda-chuva sob o qual a América do Sul adere à ideia de que a melhor maneira de alcançar o desenvolvimento é aprofundar as relações bilaterais com a China, com uma retórica de cooperação sul-sul que reproduz as condições de dependência típicas do sistema centro-periferia (ÁLVAREZ, 2020, p. 2705).

outros, deficit (México e Colômbia) (Ray e Barbosa, 2020 apud PAUTASSO et. al., 2020, p.88).¹⁰⁵

De modo geral, a China parece ser um bom parceiro para os países latino-americanos, considerando os investimentos que faz, a promoção das relações culturais, e intenso diálogo diplomático, as parcerias estratégicas e em complementaridade a isto, as boas relações comerciais. “No plano global, a China busca fortalecer as Nações Unidas e promover a formação de um sistema mundial multipolar. Evitando confrontação e mantendo um perfil discreto, Pequim busca ampliar o número de parceiros, evitando qualquer possível colapso. Mais do que tudo o governo chinês visa garantir a paz e estabilidade internacionais, condição indispensável à manutenção e seu elevado crescimento econômico.” (VISENTINI, 2015, p. 66).

No que refere à segunda subseção do capítulo, podemos distinguir e valorizar aspectos positivos das relações entre o Uruguai e a China no âmbito diplomático. O primeiro indicador, fica nítido na quantidade de acordos assinados, na cooperação e no intercâmbio entre os países. “En referencia a los convenios firmados entre Uruguay y China , se constató que el número de acuerdos es en efecto muy amplio, abarcando un gran número de temáticas. Al respecto, el desafío para Uruguay y se supone otros países de la región, es dotar de contenido y operatividad a los citados convenios.” (BARTESAGHI, MANGANA; 2013, p.17)¹⁰⁶

O número de visitas também apresenta-se como um bom indicador do vínculo diplomático. Isto pode ser auferido tanto nas palavras do embaixador chinês no Uruguai Wang Gang (2023) quando diz: “De 1988 a esta parte, corrió mucha agua debajo del puente. Todos los presidentes uruguayos visitaron China, algunos en dos ocasiones, y todos los presidentes chinos visitaron Uruguay, dos de ellos antes de asumir la presidencia, la diplomacia presidencial jugó un papel decisivo e insustituible” (GANG, 2023, p.3)¹⁰⁷; quanto nas palavras do ex-presidente uruguaio Julio Maria Sanguinetti (2023), quando refere:

¹⁰⁵ Para América del Sur, China ya se ha consolidado como principal socio comercial, y si se considera América Latina en su conjunto, el país asiático ocupa el segundo lugar, por detrás de Estados Unidos. Las exportaciones de la región siguen concentrándose en productos primarios: los principales productos de exportación siguen siendo la soja, el petróleo crudo y los minerales (cobre y hierro). En conjunto, estos productos representan más de la mitad de las exportaciones latinoamericanas a China. Algunos países tienen superávit comercial (Brasil, Perú y Chile) y otros déficit (México y Colombia) (Ray y Barbosa, 2020 apud PAUTASSO et. al., 2020, p.88).

¹⁰⁶ "No que respeita aos acordos assinados entre o Uruguai e a China, verificou-se que o número de acordos é efetivamente muito vasto, abrangendo um grande número de questões. Neste sentido, o desafio para o Uruguai, e presumivelmente para outros países da região, é dotar os referidos acordos de conteúdo e operacionalidade". (BARTESAGHI, MANGANA; 2013, p.17).

¹⁰⁷ "De 1988 até hoje, muita água correu por debaixo da ponte. Todos os presidentes uruguaio visitaram a China, alguns duas vezes, e todos os presidentes chineses visitaram o Uruguai, dois deles antes de assumirem a presidência, a diplomacia presidencial desempenhou um papel decisivo e insubstituível (GANG, 2023, p.3).

Luego de 1988 y el reestablecimiento de relaciones diplomáticas, todos los Presidentes uruguayos hemos visitado China. Nosotros lo hicimos en nuestros dos periodos. El Dr. Vázquez también. A su turno, tanto el Dr. Jorge Batlle como José Mujica fueron recibidos en Beijing con todos los honores. En nuestro país también nos honramos con la visita de grandes estadistas chinos, como a los Presidentes Yang Shangkun y Jiang Zemin, que nos han honrado con visitas oficiales de fecundos resultados (SANGUINETTI, 2023, p. 3).¹⁰⁸

É de extrema valia a análise que fazem nesse sentido Bartesaghi e Mangana (2013) quando dizem citando Magnou, que parecera que a China tivesse uma estratégia para cada país. “Si bien hay elementos comunes a todos los países, de acuerdo a lo expresado por el Dr. Marcelo Magnou, China posee una estrategia para cada país, lo que permite que naciones de porte pequeño como Uruguay posean una relación diplomática privilegiada con este país.” (BARTESAGHI, MANGANA; 2013, p.8).¹⁰⁹

A nivel institucional, existe la Asociación China en Uruguay, la Cámara de Comercio Uruguay-China, así como en los últimos años han proliferaron las instituciones que abordan la creciente demanda por cursos de idioma mandarín en el país. Destacándose la creación del Instituto Confucio en convenio con la Universidad de la República (UdelaR) inaugurado en 2018 (BRITO, 2019, p. 75).¹¹⁰

Sobre as relações comerciais, nota-se que as exportações constituem e possuem um valor importante para o Uruguai. Aprecia-se que as relações comerciais apesar de que se encontram em um bom momento, são passíveis de altos e baixos, com nítidos aumentos e diminuições de 1988 até a atualidade. Quanto aos investimentos, eles possuem pouca relevância no contexto do Uruguai mas possuem um aumento no setor técnico.

En Uruguay, se observa un menor volumen de inversión, aunque esta es cada vez más relevante en relación al sector alimentos (carne) y la exportación hacia un mercado interno Chino cada vez más grande y con mayor proyección en cuanto al plan de aumento del consumo (en cantidad y calidad) en los próximos años. La potencial firma de un TLC, podría incrementar los intercambios comerciales y aumentar el peso de China en la economía uruguaya, sobre todo en el ámbito de las importaciones; además de aumentar los niveles de inversión proveniente de China (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 68).¹¹¹

¹⁰⁸ "Após 1988 e o restabelecimento das relações diplomáticas, todos os presidentes uruguayos visitaram a China. Nós fizemo-lo nos nossos dois mandatos. O Dr. Vázquez também o fez. Por sua vez, tanto o Dr. Jorge Batlle como José Mujica foram recebidos em Pequim com todas as honras. No nosso país, também fomos honrados com a visita de grandes estadistas chineses, como os Presidentes Yang Shangkun e Jiang Zemin, que nos honraram com visitas oficiais com resultados frutíferos" (SANGUINETTI, 2023, p. 3).

¹⁰⁹ "Embora existam elementos comuns a todos os países, segundo o Dr. Marcelo Magnou, a China tem uma estratégia para cada país, o que permite que nações pequenas como o Uruguai tenham uma relação diplomática privilegiada com este país" (BARTESAGHI, MANGANA; 2013, p.8).

¹¹⁰ A nível institucional, existe a Associação Chinesa no Uruguai, a Câmara de Comércio Uruguai-China, e nos últimos anos tem havido uma proliferação de instituições que respondem à crescente procura de cursos de língua mandarim no país. Destaca-se a criação do Instituto Confúcio em convênio com a Universidade da República (UdelaR), inaugurado em 2018 (BRITO, 2019, p. 75).

¹¹¹ No Uruguai, observa-se um menor volume de investimento, embora seja cada vez mais relevante em relação ao sector alimentar (carne) e às exportações para um mercado interno chinês cada vez maior e com maior projeção em termos de plano de aumento do consumo (em quantidade e qualidade) nos próximos anos. A

Outro aspecto importante, que fica descrito nos resultados do trabalho de Pérez (2020) é que, apesar do Uruguai e da China possuírem padrões culturais que podem-se considerar diferentes, isso não afeta de maneira alguma a sinergia comercial entre os países.

To conclude, with the aim of interpreting the synergy between commerce and culture, we can affirm that although the two groups are different, diverse and plural, overall, culture has not affected the development of commercial operations in any adverse way. However, we would like to suggest that the issue of scale and distance may become a factor that could lead to the continued spread of ignorance or a decline of interest between the two. (PÉREZ, 2020, P.100)¹¹²

Deve-se acrescentar o proposto por Gang (2023) quando diz:

China está dispuesta a importar más productos agrícolas y ganaderos de alta calidad y alto valor agregado del Uruguay que satisfagan las necesidades del mercado, cuyo testimonio más reciente fue la habilitación en noviembre pasado del sorgo uruguayo y del frigorífico La Trinidad en Flores, y crear activamente nuevos puntos de crecimiento de cooperación como el comercio electrónico y el comercio de servicios (GANG, 2023, p.3).¹¹³

Por fim, a relação comercial entre Uruguai e China é próspera, e os referidos países possuem uma forte aliança comercial: “Consequently, Uruguay and China have become close economic allies and China is now Uruguay’s largest trading partner, overtaking Brazil and Argentina, neighbours who have traditionally been very important for Uruguayan foreign trade.” (PÉREZ, 2020, p. 89).¹¹⁴

Esta premissa, é de tamanha significância para o Uruguai que sempre possua fortes relações com seus vizinhos Argentina e Uruguai a tal ponto- que a hipótese de uma assinatura de tratado de livre comércio com o dragão asiático cobre cada vez mais relevância dia tras dia.

O próximo capítulo terá por objeto a hipótese da assinatura de um Tratado de Livre Comércio entre o Uruguai e a China. Para isso, repassaremos pelo histórico e as negociações, logo pelos impactos que poderia resultar na economia uruguaia, na política externa e na integração econômica do Mercosul e brevemente analisar o Comércio Exterior Uruguaio

potencial assinatura de um TLC poderia aumentar as trocas comerciais e aumentar o peso da China na economia uruguaia, especialmente na área das importações, para além de aumentar os níveis de investimento da China (GÁLVEZ, ROSSELOT, SÁEZ; 2022, p. 68).

¹¹² Para concluir, com o objetivo de interpretar a sinergia entre comércio e cultura, podemos afirmar que, embora os dois grupos sejam diferentes, diversos e plurais, a cultura não afetou de forma negativa o desenvolvimento das operações comerciais. No entanto, gostaríamos de sugerir que a questão da escala e da distância pode tornar-se um fator que pode levar a uma contínua propagação da ignorância ou a um declínio do interesse entre os dois (PÉREZ, 2020, p.100).

¹¹³ "A China está disposta a importar do Uruguai mais produtos agrícolas e pecuários de alta qualidade e de elevado valor acrescentado que satisfaçam as necessidades do mercado, o que foi demonstrado mais recentemente pela autorização, em novembro último, do sorgo uruguaio e da fábrica de embalagem de carne La Trinidad em Flores, e a criar ativamente novos pontos de crescimento da cooperação, como o comércio eletrônico e o comércio de serviços (GANG, 2023, p.3).

¹¹⁴ Consequentemente, o Uruguai e a China tornaram-se aliados econômicos próximos e a China é agora o maior parceiro comercial do Uruguai, ultrapassando o Brasil e a Argentina, vizinhos tradicionalmente muito importantes para o comércio externo uruguaio (PÉREZ, 2020, 89).

rumo a China no âmbito do Mercosul. O objetivo principal será analisar a proposta e hipótese de um tratado de livre comércio entre Uruguai e China e as implicações que o mesmo traria para o Uruguai, para o Mercosul, e para a política externa do Uruguai bem como sua inserção internacional.

At the same time, free trade agreements have become common in the region; not only among Latin American countries but between Latin American countries and other international actors such as the United States (US) or the European Union (EU). Nevertheless, the level of support for these Foreign Policy Instruments (FPIs) among political elites, especially legislators, remains unknown, as do the reasons behind their support or rejection of such instruments (BOHIGUES, RIVAS, 2019, p. 1)¹¹⁵

Esta possibilidade de tratado, vem ao encontro de que estes têm-se tornado comuns na América Latina, e de fato visualiza-se isso no caso do Cone Sul: o Chile já possui um tratado deste tipo com o dragão asiático.

5. HIPÓTESE DA ASSINATURA DE UM TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE URUGUAI E CHINA

Apesar das mudanças de governo no Uruguai alternando partidos políticos a aposta ao Mercosul aprecia-se enquanto uma continuidade. Entretanto, há um tempo que perpassa o debate político interno e externo ao país, a hipótese de que o Uruguai frente a um Mercosul que se mostra ineficaz e estagnado, pudesse celebrar seus próprios tratados de livre comércio de forma bilateral com atores externos. Um tratado de livre comércio, possui algumas características que o fazem ter uma importância e relevância um tanto mais profunda, para aqueles países assinantes.

Sumariamente un TLC es una asociabilidad del tipo comercial denominado “Win-win”, en que –en hipótesis- ambos ganan y se benefician de este, y está

¹¹⁵ "Ao mesmo tempo, os acordos de livre comércio tornaram-se comuns na região, não só entre os países da América Latina, mas também entre estes e outros actores internacionais, como os Estados Unidos (EUA) ou a União Europeia (UE). No entanto, o nível de apoio a estes Instrumentos de Política Externa (FPIs) entre as elites políticas, especialmente os legisladores, permanece desconhecido, assim como as razões por detrás do seu apoio ou rejeição de tais instrumentos." (BOHIGUES, RIVAS, 2019, p.1)".

implícita la aplicación de políticas públicas por parte de los gobiernos que lo suscriben; es una negociación abierta que recién inicia y aún falta mucha información a la opinión pública (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022).¹¹⁶

Especificamente o debate dos últimos anos gira em torno da hipótese de um tratado de livre comércio na sua forma bilateral entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China. Indubitavelmente a assinatura de um tratado de livre comércio entre Uruguai e China viria controversamente as previsões do Mercosul e por ventura poderia gerar muitas rupturas. Isso fica nítido nas últimas reuniões do Mercosul, onde os sócios se veem descontentes com tal situação, principalmente a Argentina e o Brasil. O Uruguai é um país pequeno mas que tem algumas vantagens que o destacam, como a estabilidade no que tange a democracia e a seguridade jurídica, transparência pública, informatização, entre outros (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022).

La estabilidad democrática y seguridad jurídica que representa Uruguay es un valor agregado de relevancia sin dudas, pero, además, posee diversas fortalezas que son distinguibles a nivel internacional en términos comercial, una marca país reconocida internacionalmente como un activo intangible, la transparencia pública de gestión, informatización, fiabilidad en la revelación de datos, y la trazabilidad cárnica entre otros (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p.10).¹¹⁷

Apesar disto, enfrenta algumas limitações na sua inserção internacional principalmente por estar entre os dois gigantes Brasil e Argentina-ressalvadas todas as características históricas da região que naturalmente devem-se considerar apesar de que não nos competem análise neste trabalho. Muitas são as implicações, os fatores e as variáveis que giram em torno deste debate. Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar a proposta e hipótese de um tratado de livre comércio entre Uruguai e China e as implicações que o mesmo traria para o Uruguai, para o Mercosul, e para a política externa do Uruguai bem como sua inserção internacional.

Portanto, o capítulo constará de três subseções: a primeira versará sobre o histórico e as negociações deste tratado de livre comércio, o segundo terá por objeto o comércio exterior uruguaio rumo a China no âmbito do Mercosul. Finalmente a última seção os impactos na economia uruguaia, na política externa e na integração econômica do Mercosul.

¹¹⁶ Em suma, um TLC é uma parceria comercial do tipo "Win-win", em que - em hipótese - ambas as partes ganham e beneficiam, estando implícita a aplicação de políticas públicas por parte dos governos que o assinam; é uma negociação aberta que acaba de começar e ainda há falta de informação para a opinião pública (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022).

¹¹⁷ La estabilidad democrática y seguridad jurídica que representa Uruguay es un valor agregado de relevancia sin dudas, pero, además, posee diversas fortalezas que son distinguibles a nivel internacional en términos comercial, una marca país reconocida internacionalmente como un activo intangible, la transparencia pública de gestión, informatización, fiabilidad en la revelación de datos, y la trazabilidad cárnica entre otros (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p.10).

5.1 Histórico e andamento das negociações

Antes de avaliarmos o histórico e andamento das negociações de um TLC entre o Uruguai e a China, merecem análise dois acontecimentos que abrangem economia e política externa uruguaia no século XXI.

O primeiro diz respeito ao TLC Uruguay-México. Na atualidade o Uruguai tem um TLC extra-mercosul com o México mas que foi concluído sobre a base do Acuerdo de Complementación Económica del Mercosur México (ACE N 54) em 2002 que previa negociações bilaterais. O resultado deste acordo resultou em aumento que triplicou o comércio bilateral, de 2003 até 2007 (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022). Para além dos dados de aumento em tres veces do comércio bilateral, o México dispensa um tratamento preferencial para a compra de carnes uruguaias frente as argentinas: “Tal es la ventaja comercial del tratado, que México otorga un trato preferencial en las importaciones de Uruguay frente a la Argentina, aún cuando su carne bovina es más barata” (Chichizola, G. 2010 apud Cuña, Dematté, Nievas, 2022).¹¹⁸

A segunda, diz respeito às negociações de um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, tratado que não chegara a se concretizar mas que gerou impactos na sua época. Houve bastante resistência no âmbito interno principalmente por parte de alguns setores do partido e os membros do Mercosul. O TLC não teve sucesso.

Con Estados Unidos, en 2006, se había abierto la puerta tras seis años de compleja negociación, pero hoy hay que empezar de cero. Con China, la puerta parece que está abierta, pero entrar ahora es mucho más complejo que cuando se planteó en 2016, dada la situación geopolítica que separa a China de Estados Unidos y Europa occidental (MUNYO, 2023, p. 201).

Apesar de não ter sucesso- o cenário por trás da iniciativa já girava em torno com a insatisfação do Uruguai no seu rol no Mercosul, e sua visão e ímpeto de buscar novos parceiros comerciais não só os Estados Unidos, mas já se incluía a Índia e a China nesse espectro.

Uruguay's President Tabare Vazquez is stepping up efforts to work out a free-trade agreement (FTA) with the US even as various trade-union groups are stepping up their opposition to such a deal and as the president's political popularity slides. The government of Uruguay, frustrated with its role in the Southern Cone Common Market (MERCOSUR), seeks to expand its trade relations not only with the US but also with India and China (LADB, 2006, p. 1).¹¹⁹

¹¹⁸A vantagem comercial do tratado é tal que o México concede um tratamento preferencial às importações do Uruguai em relação à Argentina, apesar de a sua carne de bovino ser mais barata (Chichizola, G. 2010 apud Cuña, Dematté, Nievas, 2022).

¹¹⁹ O Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, está a intensificar os esforços para chegar a um acordo de comércio livre (ACL) com os EUA, apesar de vários grupos sindicais estarem a intensificar a sua oposição a esse acordo e de a popularidade política do Presidente estar a diminuir. O governo do Uruguai, frustrado com o seu

Caliendo e Parro (2010)¹²⁰, os welfare gains de um tratado de livre comércio do Uruguai com os Estados Unidos e uma saída do Mercosul. Na referida pesquisa, eles deduzem após a análise que, se tivesse sido assinado o tratado de livre comércio com a potência hegemônica norte-americana. A assinatura do tratado implicaria que os Estados Unidos reduziram as tarifas que são aplicadas ao uruguai mas- que em detrimento- do Uruguai teria que abandonar o Mercosul e o custo disso seria que a Argentina, o Brasil e o Paraguai aumentariam as tarifas que são aplicadas ao Uruguai ao nível da TEC (Tarifa externa comum. (CALIENDO, PARRO, 2010). É dizer, teria de ser aplicada a tarifa externa comum neste tipo de negociações pois não seria mais um membro do bloco- seria uma negociação extrabloco.

Os resultados do paper apontam que, após analisar os efeitos caso o Mercosul enquanto bloco assinasse um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, o Uruguai teria mais benefícios do que a Argentina e o Brasil. Isto teria razão por dois motivos i) os arancinis aplicados por parte dos Estados Unidos para Argentina e Brasil, são mais baixos do que os aplicados por parte da Argentina e Brasil para com os Estados Unidos (ressalvando-se apensar o setor agrícola e ii) em caso de a assinatura de um tratado de livre comércio estes dois países nao aumentariam em tamanho suas exportações com destino a potência norte-americana (CALIENDO, PARRO, 2010).

Through the lens of this Ricardian model we find that the most welfare-enhancing integration strategy for Uruguay is to sign FTAs with all important economies in the world. Most of the benefits are due to the standard Ricardian gains from trade, allowing Uruguay to reallocate resources to sectors in which it has a comparative advantage (CALIENDO, PARRO; 2010, p. 23).¹²¹

A análise dos referidos autores, em base a efeitos tarifários(desconsiderando outros aspectos tais como inversão estrangeira direta e transferências tecnológicas) (CALIENDO, PARRO, 2010).

Em Junho de 2016, o ministro das relações exteriores Rodolfo Nin Novoa visita a China e em reunião com Wang Yi e Jang Jiechi o ministro manifesta interesse na assinatura de um tratado de livre comércio dentro ou fora do Mercosul (OPEU, 2016).

Em Agosto de 2016 o ministro da Ganaderia Agricultura e Pesca do Uruguai reforça a importância de celebrar acordos de livre comércio tanto com a China quanto com a Coreia do

papel no Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), procura expandir as suas relações comerciais não só com os EUA, mas também com a Índia e a China (LADB, 2006, p.1).

¹²⁰ Da University Of Chicago no seu paper de 2010 intitulado “Welfare gains from changing partners in a trade bloc: The case of Mercosul”.

¹²¹ A través da lente deste modelo ricardiano, concluímos que a estratégia de integração que mais contribui para o bem-estar do Uruguai é a assinatura de ACL com todas as economias importantes do mundo. A maioria dos benefícios deve-se aos ganhos ricardianos normais do comércio, que permitem ao Uruguai realocar recursos a setores em que tem uma vantagem comparativa (CALIENDO, PARRO; 2010, p. 23).

Sul.(OPEU,2016). Em Setembro de 2016 o presidente Vázquez continuava na aposta de que se pudesse flexibilizar o Mercosul para que os países membros pudessem negociar de forma bilateral tratados de livre comércio. Dentro desta mesma linha, Vázquez informou que na sua próxima visita a China assinariam um acordo para iniciar os trâmites para a negociação de um tratado de livre comércio com a potência asiática (OPEU, 2016).

Uruguay tiene que abrirse al mundo, porque si queremos crecer, debemos producir, pero hay que vender; y el mercado interno es muy pequeño". A su vez, subrayó que "el gobierno fija y firma los acuerdos que deben ser refrendados por los parlamentarios; y allí podrán opinar" (La República – 27/09/2016). (El País – 22/09/2016; La República – 21/09/2016; La República – 23/09/2016; La República – 27/09/2016) (OPEU, 2016, p. 10).¹²²

Em outubro de 2016 o presidente Vázquez efetua uma missão oficial à China, onde é recebido por Xi Jinping onde se acordam a iniciar as negociações para um Tratado de Livre Comércio que seria assinado até 2018.

Em novembro de 2016, o ministro das relações exteriores do Uruguai efetuou reuniões com os ministérios para avançar na possibilidade do referido tratado com a China.

Nin Novoa remarcó que el punto "alto de la estrategia de inserción internacional del Uruguay" es China, con proyección hacia el sudeste asiático, al que calificó como "una zona que crece rápidamente" (El País – 10/11/2016). A su vez, afirmó que China elevó la relación con Uruguay a un nivel de "asociación estratégica", lo que "nos dará beneficios y ventajas (...) Eso permitirá captación de inversiones, hacer crecer el comercio de servicios, lo que traerá un efecto geopolítico positivo para el país porque es la segunda economía del mundo" (El País – 10/11/2016). Respecto a la reacción sobre los otros miembros del Mercosur, el presidente Tabaré Vázquez remarcó tras el regreso de su gira por China, que ningún país del bloque ha hecho objeción formal alguna dicho posible TLC (El País – 01/11/2016; El País – 10/11/2016; La República – 20/11/2016).¹²³

Em Dezembro de 2016, o governo uruguaio mantinha o interesse no referido tratado devendo resolver a questão da trava que impedia o país de negociar acordos comerciais fora do Mercosul, todavia, não fica descartada a possibilidade de que o Uruguai pudesse negociar diretamente com a China se resolvida a situação com os demais países membros (OPEU, 2016).

¹²² O Uruguai tem que se abrir para o mundo, porque se queremos crescer, temos que produzir, mas temos que vender; e o mercado interno é muito pequeno". Ao mesmo tempo, sublinhou que "o governo fixa e assina os acordos que devem ser aprovados pelos deputados; e aí eles poderão dar a sua opinião" (La República - 27/09/2016). (El País - 22/09/2016; La República - 21/09/2016; La República - 23/09/2016; La República - 27/09/2016) (OPEU, 2016, p. 10)

¹²³ Nin Novoa sublinhou que o "ponto alto da estratégia de inserção internacional do Uruguai" é a China, com uma projeção para o Sudeste Asiático, que descreveu como "uma área em rápido crescimento" (El País - 10/11/2016). Ao mesmo tempo, afirmou que a China elevou a relação com o Uruguai ao nível de "parceria estratégica", o que "nos dará benefícios e vantagens (...) Isso nos permitirá atrair investimentos e aumentar o comércio de serviços, o que terá um efeito geopolítico positivo para o país, porque é a segunda maior economia do mundo" (El País - 10/11/2016). Quanto à reação dos outros membros do Mercosul, o Presidente Tabaré Vázquez observou, depois de regressar da sua viagem à China, que nenhum país do bloco fez qualquer objeção formal ao possível ACL (El País - 01/11/2016; El País - 10/11/2016; La República - 20/11/2016).

Em setembro de 2021, o presidente uruguaio Luis Lacalle Pou anunciou que o Uruguai recebeu uma oferta formal da China para começar uma análise de factibilidade no sentido de um tratado de livre comércio entre ambos países, pelo que reuniu-se na Torre Executiva com os representantes dos partidos políticos para informá-los. O ministro das relações exteriores assinalou que os demais sócios do Mercosul já tinham sido avisados. O estudo de factibilidade teria previsão para estar pronto até finais de 2021. O anúncio teve apoio dos sócios da coalizão de governo, e a representante da frente ampla Maria Jose Rodriguez falou que a analisaria (OPEU, 2021). Em outubro de 2021, tiveram algumas reações por parte da sociedade civil a respeito do anúncio do TLC com China advindas i) por parte da Cámara de Industrias del Uruguay (CIU) que não se opõe ao acordo mas alega ter debilidades no que diz respeito a competitividade dos custos internos e a escala de mercado, e ii) a central única sindical do Pit-CNT que tem uma preocupação original com a integração regional (OPEU, 2021).

Em Julho de 2022, finalizou-se um estudo de factibilidade que fora construído em conjunto por ambos países. A finalização dessa etapa foi anunciada numa conferência de imprensa pelo presidente uruguaio Luis Lacalle Pou, o ministro das relações exteriores Francisco Bustillo e a vice-ministra Carolina Ache. Conforme o presidente, a finalização deste tratado possibilita formalmente o início das negociações e conforme o supracitado- o estudo indica que o acordo seria benéfico para ambas as partes (EL PAÍS URUGUAI, 2022).

Em novembro de 2022, ainda não se tinham mais notícias a respeito das negociações. Tem-se por parte de El país Uruguai (2022) que após comunicação com o Ministério das relações exteriores, a demora advinda da China, e não por parte do governo uruguaio. Tem-se que a demora teria seu motivos relacionada ao recesso estival, a preparação e desenvolvimento do congresso do partido comunista chinês e as consultas internas que deveriam ser feitas antes da negociação (EL PAÍS URUGUAI, 2022).

Em dezembro de 2022 ocorreu uma cúpula do Mercosul e o presidente do Uruguai manifestou que o uruguai tem vocação de abrir se ao mundo e que o mais favorável seria que essas negociações se dessem de forma conjunta mas em caso de nota, que o Uruguai avançaria sozinho (EL PAÍS URUGUAI, 2022).

Em Janeiro de 2023, assume a presidência do Brasil, Luiz Inácio da Silva. Já era esperado que pudessem mudar algumas coisas referentes ao Mercosul, haja vista a vocação dos anteriores governos Lula de preferência da América do Sul enquanto uma das linhas prioritárias da política externa brasileira. E assim foi já logo no começo. Lula visitou Montevideu em Janeiro de 2023. Prévio a sua visita, o seu ministro das Relações Exteriores,

Mauro Vieira; teria emitido a Folha de São Paulo que um acordo do Uruguai com a China, destruiria o Mercosul- pois seria uma negociação feita fora da TEC, e que portanto destruiria a tarifa (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

A premissa anteriormente citada, já fica nítida no primeiro mês do governo Lula quando o mesmo visitou Montevidéu, em 25 de Janeiro de 2023. Na visita, o presidente brasileiro teve uma reunião de trabalho com Luis Lacalle Pou e na mesma ocasião de visita ao país também se reuniu com outros líderes políticos do Uruguai. No que diz respeito ao Mercosul, Lula referiu que as reclamações de Lacalle Pou referente ao Mercosul são justas, e que, ele se mostra de acordo com modernizar o Mercosul. Também, em que o Mercosul avançasse no caminho de um acordo de Livre Comércio com a China, mas que primeiro deveria finalizasse o acordo de livre comércio com a União Europeia.

Ainda assim, no que diz respeito à bilateralidade do Brasil com o Uruguai- fruto desta reunião, concretizaram-se grandes avanços de acordos em termos de infraestrutura. Estes são i) a obra da hidrovía entre a lagoa Merín (Uruguai) e a lagoa dos Patos (Brasil); ii) reacondicionar a ponte binacional Barão de Mauá que une as cidades de Rio Branco (em Cerro Largo no Uruguai) em Jaguarão (Rio Grande do Sul, Brasil); e iii) a possibilidade de tornar o Aeroporto de Rivera binacional (EL PAÍS URUGUAI, 2023). A posição do Brasil se mostrou bem diferente da Argentina no mês de Janeiro. Dias antes da visita de Lula a Montevidéu, Lacalle havia criticado o Mercosul e sua tradição enquanto bloco protecionista. Na Argentina, houve uma coletiva de imprensa dos ministros Fernando Haddad (Brasil) e Sérgio Massa (Argentina) onde o argentino referiu que: o Uruguai era como um irmão menor, e por isso, merece cuidado dos seus vizinhos maiores que seriam Argentina e Brasil. O presidente uruguaio frente a essa declaração mostrou-se descontente perante esta e respondeu “Disneylandia” (EL PAÍS URUGUAI, 2023).

IMAGEM 05: LUIZ INÁCIO DA SILVA E LUIS LACALLE POU



Fonte: AFP via El País

Em março de 2023, o presidente uruguaio foi consultado a respeito do avanço das negociações do TLC, e o mesmo referiu que haviam avanços mas que avanço não implicava necessariamente o mesmo que velocidade- e que acreditava que haviam pressões de Argentina e Brasil para que o Uruguai não avançasse unilateralmente (EL PAIS URUGUAI, 2023).

Em Abril de 2023, conforme El Pais Uruguai (2023) fontes do governo anunciaram que a China manifestou seu interesse em assinar esse tratado de livre comércio, mas não quer conflitos com o Mercosul e conseqüentemente com o Brasil (EL PAIS URUGUAI, 2023).

Em Maio de 2023, o presidente Luis Lacalle Pou manifestou que não tem como provar mas que acredita que a diplomacia brasileira e argentina incidiram na anteriormente citada manifestação, pois não vem com bons olhos que o Uruguai avance em um acordo com a China de forma sozinha (EL PAIS URUGUAI, 2023). Em Junho de 2023, o ministro das Relações Exteriores do Uruguai Francisco Bustillo afirmou que o Uruguai continuará na busca do seu objetivo de assinar um TLC com a China, ainda que esperando os passos que o Brasil se disponha a dar nesse sentido (EL PAÍS URUGUAI, 2023). No mesmo mês o presidente Luis Lacalle Pou referiu que o seu governo avançou o que nunca se havia conseguido antes, até um estudo de factibilidade conjunto e que provavelmente o Mercosul não tem intenção de avançar- talvez sim com a União Europeia mas não com a China e que o jogo só finaliza aos 90 minutos (EL PAÍS URUGUAI, 2023).

Durante o mês de Julho, especificamente nos dias 3 e 4 ocorreu em Porto Iguaçu a LXII Reunião do Conselho do Mercado Comum e cúpula de chefes e chefias de Estado do Mercosul e Estados Associados. Na referida reunião, continuou o pedido de flexibilização do bloco por parte do Uruguai perante o Mercosul. No que tange especificamente o TLC- o posicionamento uruguaio é que insiste-se numa negociação em bloco para com a China mas em caso de que não ocorra, o Uruguai continuará de forma bilateral (EL PAIS URUGUAI, 2023). Em outubro de 2023, o secretário da presidência da República do Uruguai, Álvaro Delgado viajou a China- e em novembro Luis Lacalle Pou viajará. Na referida viagem participou do III Fórum da One Belt One Road . Na nota ao jornal âmbito o especialista Ignacio Bartesaghi referiu que a China necessita de um sinal político de que não haverá um acordo Mercosul-China para assim, avançar bilateralmente nas negociações com o Uruguai (ÁMBITO, 2023).

5.2 Comércio exterior uruguaio rumo a China no âmbito do Mercosul

Neste subcapítulo se analisarão em primeiro momento os percentuais das exportações uruguaias intrazona (para dentro do Mercado Comum do Sul) e também as extrazona (extrabloco). Logo, se analisarão as exportações uruguaias com destino China. Após, se analisaram as exportações uruguaias com destino Mercosul. Outrossim, Os dados utilizados para construção das tabelas abrangem os anos 2014 a 2022 inclusive. Após isso, elucidaram-se os percentuais de exportações do Mercosul com destino China. Por último, o gráfico demonstra de forma comparativa os percentuais entre a) exportações do Uruguai com destino China e b) o Uruguai com destino Mercosul.

A primeira tabela, contém, as exportações totais uruguaias, e os percentuais da mesma intrazona e extrazona por ano (2014-2022).

TABELA 01: EXPORTAÇÕES URUGUAIAS INTRAZONA E EXTRAZONA (2014-2022)

Ano	Exportações Uruguai intrazona	Exportações Uruguaias extrazona
2014	23,9 %	76,1%
2015	27 %	73%
2016	29 %	71%

2017	24%	76%
2018	22%	78%
2019	20%	80%
2020	21%	79%
2021	25%	75%
2022	24%	76%

Fonte: elaboração própria em base a dados do Mercosul.

A segunda tabela, refere às exportações do Uruguai com destino China. As exportações com destino à China, fazem partes daquelas exportações extra-zona. Ou seja, são exportações feitas para fora do bloco. Os percentuais, são percentuais referentes a totalidade de exportações feitas pelo país em cada ano. Dentro desse tempo, tem-se que em 2014 as exportações do Uruguai para a China consistiram em 13,3% do total (100%) de exportações. Em 2015, as exportações foram para 13,19% do total; em 2016 diminuíram em relação ao ano anterior, alcançando o percentual de 12,7%. Em 2017, passaram para 19 % do valor total de exportações. Em 2018 houve novamente um aumento para 20% das exportações totais. Em 2019 houve um aumento significativo onde as exportações do Uruguai com destino China chegaram aos 25% das exportações totais. Em 2020 há um decréscimo no valor total das exportações, e as importações uruguaias com destino à China significam 20% das exportações totais. Em 2021 há um aumento considerável para 27% das exportações totais, valor que viria a ter uma diminuição em 2022, onde as exportações com destino China diminuiriam para 21%.

TABELA 02: EXPORTAÇÕES URUGUAIAS COM DESTINO CHINA (2014-2022)

Ano	Exportações Uruguai-China
2014	13,3 %
2015	13,9 %
2016	12,7 %
2017	19%
2018	20%

2019	25%
2020	20%
2021	27%
2022	21%

Fonte: elaboração própria em base a dados do Mercosul.

O seguinte gráfico analisará as exportações uruguaias com destino ao Mercosul. As exportações com destino Mercosul, são aquelas chamadas intrazona. Sendo assim, os percentuais dizem respeito às exportações totais uruguaias. Sendo assim, no ano 2014, as exportações totais do Uruguai, 23,9% tiveram por destino o Mercosul. Em 2015, das exportações totais, 27 % tiveram por destino o Mercosul. Em 2016, 29% das exportações do Uruguai tiveram por destino o Mercosul. Nota-se aumento tanto em 2015 em relação ao ano anterior, quanto em 2016 frente ao ano anterior. Em 2017, o Uruguai exportou 24% das suas exportações totais ao Mercosul. Em 2018 ha um decréscimo e as exportações intrazona significam um 22% das exportações totais. Em 2019, há novamente uma diminuição de dois pontos percentuais, portanto as exportações desse ano consistem em 20%. Em 2020, tem-se que as exportações uruguaias para o Mercosul são de 20% das exportações totais, em 2021 25% e em 2022 24 %.

TABELA 03: EXPORTAÇÕES URUGUAIAS COM DESTINO MERCOSUL (2014-2022)

Ano	Exportações Uruguai-Mercosul
2014	23,9 %
2015	27 %
2016	29 %
2017	24%
2018	22%
2019	20%
2020	21%
2021	25%
2022	24%

Fonte: elaboração própria em base a dados do Mercosul.

A próxima tabela, possui as exportações do Mercosul com destino China. Em 2014 as exportações foram de 17,3%, e tiveram aumento de um ponto percentual para 18,3% em 2015. Em 2016, diminuíram para 18,1% e em 2017 tiveram um acréscimo alcançando os 21%. Em 2018 as exportações Mercosul com destino China foram 25%, representando um aumento importante em relação ao ano anterior. Em 2019, as exportações do bloco com destino China foram de 26%, novamente aumentando. Em 2020, as exportações aumentaram a um 30%. Em 2021 constatou-se uma diminuição para 29% e em 2022 uma nova diminuição para 25% das exportações totais do bloco.

TABELA 04: EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL COM DESTINO CHINA (2014-2022)

Ano	Exportações Mercosul-China
2014	17,3%
2015	18,3%
2016	18,1%
2017	21%
2018	25%
2019	26 %
2020	30%
2021	29 %
2022	25 %

Fonte: elaboração própria em base a dados do Mercosul.

O seguinte gráfico colocará em comparação as exportações do Uruguai destino China em contraponto com as do Uruguai destino Mercosul. Sendo assim, no ano 2014 as exportações do Uruguai para a China eram expressivamente menores do que as do Uruguai para o Mercosul: do Uruguai para a China (13,3%) e do Uruguai para o Mercosul (23,9%). Em 2015, as exportações do Uruguai para a China se mantinham relativamente parecidas, com um aumento pouco significativo chegando a um percentual de 13,9% enquanto as

exportações para o Mercosul aumentaram até um 27%. Nota-se aqui um aumento importante. Em 2016, as exportações do Uruguai para a China diminuíram um ponto percentual, enquanto as do Uruguai para o Mercosul aumentaram em dois pontos percentuais, alcançando 29% das exportações totais do país. Em 2017, as exportações do Uruguai para a China, aumentam para 19% , um aumento importantíssimo, principalmente em consideração aos três anos anteriores e ao último ano, que havia tido uma diminuição relevante. No que diz respeito às exportações do Uruguai para o Mercosul nesse mesmo ano, ainda são maiores do que as com destino à China, mas diminuem 5 pontos percentuais em relação ao ano anterior. No ano de 2018, as exportações uruguaias destino à China alcançaram 20% e as uruguaias com destino Mercosul 22%. É dizer, as com destino à China aumentaram em um ponto percentual enquanto as com destino mercosul, diminuíram em dois pontos percentuais.

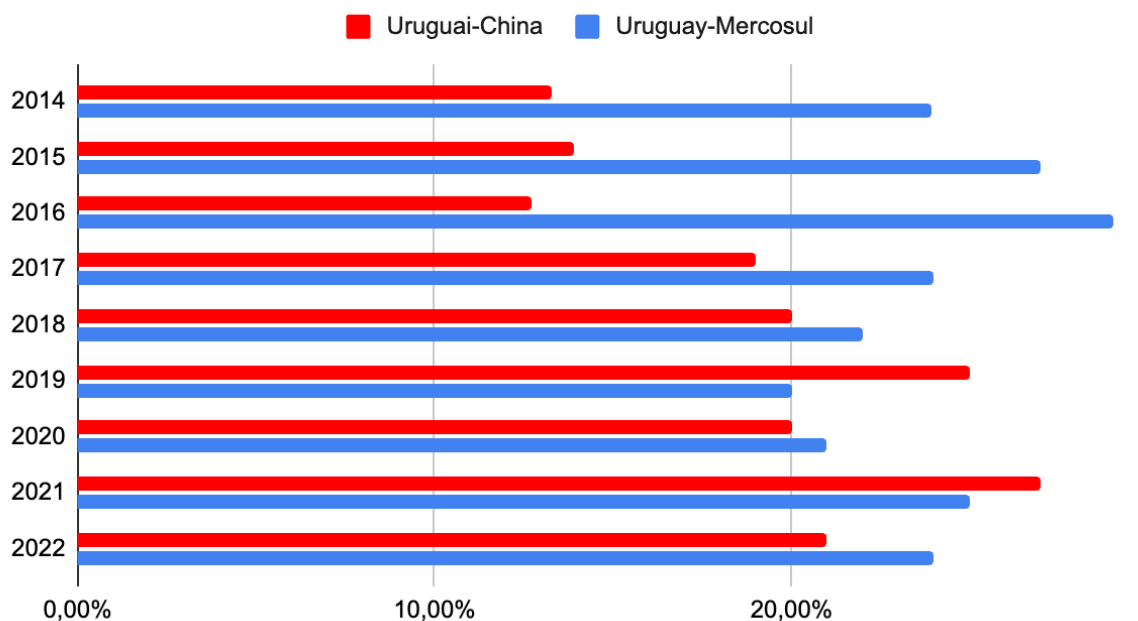
Em 2019, há um aumento significativamente importante das exportações do Uruguai com destino à China, que alcançam 25%, enquanto as exportações uruguaias com destino ao Mercosul, diminuíram 2 pontos percentuais totalizando 20% das exportações totais. Deve-se ressaltar neste período que há um aumento de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior, das exportações uruguaias com destino à China.

Em 2020, que é o ano de começo da pandemia de COVID-19, as exportações uruguaias com destino china diminuem cinco pontos percentuais, enquanto as exportações uruguaias com destino mercosul alcançam os 21%, apenas com uma melhora de um ponto percentual em relação ao ano anterior.

Em 2021, há um aumento das exportações com destino China, e também as com destino Mercosul. As com destino China, alcançam 27%, ou seja possuem um acréscimo exponencial quando aumentam em 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior. As exportações com destino Mercosul, aumentaram 4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, representando 25%. No ano de 2022, houve um decréscimo nas exportações destino China (21%) e destino Mercosul (24%).

GRÁFICO 02: COMPARATIVO DAS EXPORTAÇÕES URUGUAI-DESTINO CHINA (2014-2022) FRENTE AS EXPORTAÇÕES DO URUGUAI DESTINO MERCOSUL (2014-2022)

Uruguai-China e Uruguai-Mercosul



Fonte: Elaboração própria em base a dados do Mercosul.

Deve-se salientar que, as exportações destinadas à China são maiores do que as exportações destinadas ao Mercosul em dois períodos, nos anos de 2019 e de 2021.

5.3 Impactos na economia uruguaia, na política externa e na integração econômica do Mercosul

5.3.1 O Tratado de Livre Comércio com a China: política externa e inserção internacional em pauta

Conforme previsto no capítulo anterior, a China possui um papel importantíssimo para as economias sul-americanas. Neste sentido, a China se constitui como o principal comprador de bens da maioria dos países da América do Sul mas também termina sendo uma parceria estratégica destes através do fomento de projetos e realização de empréstimos (FESUR, 2017). O Uruguai não foge a essa realidade, mas também, conforme assinalado anteriormente aqui, o país desde 1991, também aposta firmemente na proposta do Mercosul. Esta aposta muito relacionada está a que dentre os principais parceiros econômicos do Uruguai encontram-se: o Brasil e a Argentina. São parceiras econômicas históricas, apesar de que hoje a China ocupa um lugar tão expressivo quanto o destes no comércio exterior uruguaio. Deve-se salientar que:

En el plano regional y de manera más específica en relación al Mercado Común del Sur (MERCOSUR) como proyecto integracionista, la coyuntura no es favorable por las dificultades de Brasil y Argentina. Para Uruguay, todo esto no resulta nada menor, ya que sus principales compradores de bienes y servicios son precisamente China, Brasil y Argentina. A esto, debe agregarse la crisis de los ámbitos multilaterales y una expansión muy fuerte de acuerdos bilaterales, lo que configura un nuevo mapa para las negociaciones comerciales de proyección internacional (FESUR, 2017, p.26).¹²⁴

A partir do cenário que se mostra, o Uruguai parece depender destes principais compradores para traçar sua inserção econômica internacional. Especificamente FESUR (2017) assinala a dificuldade uruguia de atingir novas cadeias de valor para assim alcançar um maior desenvolvimento produtivo nacional. Para atingir esses objetivos, e alcançar o que se visa, a região desempenha um papel importantíssimo e sobretudo o Brasil, ator potencial nos movimentos da região:

En ambos casos, Brasil en particular y la región en general juegan un papel clave en las posibilidades futuras para un mayor desarrollo productivo nacional. La estrategia de mediano plazo pasa necesariamente por un nuevo proceso de integración (muchísimo más dinámico y efectivo que el que existe actualmente en el Mercosur muy deficitario en los últimos años) en el que Uruguay pueda participar activamente de esas nuevas cadenas de valor (FESUR, 2017, p. 36).¹²⁵

Foram apresentados até aqui o histórico e andamento das negociações, a opinião e manifestação dos diversos atores componentes e membros do Mercosul bem como das forças internas do país. Portanto, devem-se compreender também os impactos e implicações que emergem de um tratado de livre comércio. Destacar-se-ão estes, junto dos argumentos que servem de impulso para que um tratado de livre comércio com a China esteja em debate e sendo negociado no Uruguai. Trabalha-se com a mera hipótese da assinatura de um tratado de livre comércio, bem como os possíveis cenários que podem-se vislumbrar de antemão caso o mesmo seja efetivado e concretizado.

Um dos argumentos deste, está vinculado com a problemática da inserção internacional do Uruguai que gera também problemáticas na inserção econômica internacional do país. Por mais que a geopolítica regional gere dependências atreladas às

¹²⁴A nível regional, e mais especificamente em relação ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) enquanto projeto integracionista, a situação não é favorável devido a dificuldades no Brasil e na Argentina. Para o Uruguai, este facto não é de somenos importância, uma vez que os seus principais compradores de bens e serviços são precisamente a China, o Brasil e a Argentina. A isso se soma a crise das esferas multilaterais e uma fortíssima expansão dos acordos bilaterais, o que configura um novo mapa para as negociações comerciais de projeção internacional (FESUR, 2017, p.26).

¹²⁵ Em ambos os casos, o Brasil, em particular, e a região, em geral, desempenham um papel fundamental nas possibilidades futuras de um maior desenvolvimento produtivo nacional. A estratégia de médio prazo passa necessariamente por um novo processo de integração (muito mais dinâmico e eficaz do que o que existe atualmente no Mercosul, que tem sido muito deficiente nos últimos anos) em que o Uruguai possa participar ativamente nestas novas cadeias de valor (FESUR, 2017, p. 36).

dinâmicas regionais e históricas, é certo também que muitas das dificuldades que o país tem para inserir-se internacionalmente está vinculada ao seu tamanho e possibilidade de barganha perante o comércio e cenário internacional. Conforme FESUR, 2017, p. 24:

Dada la “geografía” (territorio, ubicación) y la población del país y- por otro lado- el estado y las tendencias de la globalización, el tema de la inserción internacional es uno de los más relevantes en relación a la situación y perspectivas del desarrollo económico, productivo y social de Uruguay. Así como la inserción económica condiciona, en gran parte, las posibilidades de desarrollo económico y social, también es cierto que este depende del diseño y la implementación de las políticas productivas asociadas a dicha modalidad de inserción.¹²⁶

Exposto isto, uma das motivações que servem de impulso para que o Uruguai tenha cogitado a assinatura deste tratado de livre comércio com o dragão asiático, possui relação com a sua estratégia de inserção internacional frente a um Mercosul que se mostra pouco propositivo. Isto vai ao encontro do proposto por Couriel (2017) quando diz:

Para un país pequeño como Uruguay, la integración es absolutamente imprescindible para poder participar en nuevas cadenas de valor regionales, e inclusive en otras etapas en las cadenas de valor internacionales. Sus vinculaciones en el Mercosur, y, especialmente, con Argentina y Brasil son esenciales (COURIEL, 2017, p. 185).¹²⁷

Munyo (2023) insiste no quesito de que o Uruguai tem que sofisticar a sua produção para desta forma, pode exportar bens de alto valor agregado- que conforme evidencia internacional conduziria a um maior desenvolvimento humano (MUNYO, 2023). Isto vai ao encontro do proposto por Couriel (2017) quando diz:

Pero es muy relevante aumentar significativamente el valor agregado de dichos productos y su contenido tecnológico. En el caso de Uruguay, hay avances tecnológicos, entre otros, en la trazabilidad de la carne y en los insumos de la soja. Pero es muy importante aumentar el valor agregado e incorporar mejoras tecnológicas, inclusive nuevas tecnologías desarrolladas en los países de la región, como experimentaron Australia y Nueva Zelanda (COURIEL, 2017, p. 183).

Dito isto, devemos relacionar os fatos anteriormente postos com a inserção internacional do Uruguai e os possíveis impactos na sua política externa. Deve-se ressaltar que existem preferências partidárias, e preferências mais específicas ainda dentro dos setores dos partidos e também preferências distintas a depender do setor da economia a qual referimos. Entre tanto, de forma geral, a ideia da importância e a necessidade de um tratado de

¹²⁶ Tendo em conta a geografia (território, localização) e a população do país, bem como o estado e as tendências da globalização, o tema da integração internacional é um dos mais relevantes em relação à situação e às perspectivas do desenvolvimento econômico, produtivo e social do Uruguai. Assim como a integração econômica condiciona, em grande medida, as possibilidades de desenvolvimento econômico e social, também é verdade que esta depende da concepção e implementação de políticas produtivas associadas a este tipo de integração (FESUR, 2017, p. 24).

¹²⁷ Para um pequeno país como o Uruguai, a integração é absolutamente essencial para poder participar em novas cadeias de valor regionais, e mesmo noutras etapas das cadeias de valor internacionais. Os seus laços no Mercosul, e especialmente com a Argentina e o Brasil, são essenciais (COURIEL, 2017, p. 185).

livre comércio do Uruguai com a China, tem se tornado cada vez mais consensual entre os tantos atores nacionais uruguaios:

Es claro que en el actual contexto regional es muy complejo conciliar nuestra política exterior con el interés general del país y salir de la parálisis. También es claro que últimamente se ha logrado generar cierto consenso a nivel nacional en la convención de ir por el camino de la mayor apertura comercial (MUNYO, 2023, p. 190)¹²⁸.

Uma implicação que merece especial destaque é relativa a que um tratado de livre comércio com a China significa também um impacto no estado uruguaio, as instituições, e a sociedade de modo geral:

Un TLC con China representa el desafío de la revisión de las distintas teorías que argumentan y justifican el lente teórico que puede impactar directamente en el Estado, en nuestras instituciones, en toda nuestra sociedad; de hechos y acontecimientos que pueden devenir; al caso, la revisión del Mercosur, alteraciones internas, entre tantas otras (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p.1).¹²⁹

Caso se concretizasse um acordo de livre comércio com a China, tamanho seria o significado para a política externa, comercial e a inserção internacional. Isto pode-se reafirmar conforme le-se em Bartesaghi (2021) apud Cuña, Dematté, Nievas; (2022), p. 3: “De concretarse el acuerdo con China, se podría considerar como el tercer hecho económico más importante en la política exterior del país, después del ingreso en la década de los cincuenta al GATT, y de la creación del Mercosur a principios de los noventa”.¹³⁰

Especificamente sobre as relações com a China, a possibilidade de um tratado de livre comércio surge também da necessidade do Uruguai de atingir novos mercados dentro desta grande potência emergente, vista a necessidade de que, enquanto um interlocutor “menor” e estando distante geograficamente do gigante asiático emerge este tipo de pauta.

Deve- salientar que os produtos primários compõem os principais bens exportados no Uruguai. Se pensarmos naquelas importações com destino à China, os produtos primários são primordiais na cesta de exportações uruguaia. Entretanto, apesar da China e o Uruguai possuírem uma complementaridade das suas economias, ainda assim existem dificuldades

¹²⁸ É evidente que, no atual contexto regional, é muito complexo conciliar a nossa política externa com o interesse geral do país e sair do impasse. É igualmente claro que, recentemente, se alcançou um certo consenso a nível nacional sobre a necessidade de enveredar pela via de uma maior abertura comercial (MUNYO, 2023, p. 190).

¹²⁹ Um TLC com a China representa o desafio de rever as diferentes teorias que argumentam e justificam a lente teórica que pode ter um impacto direto no Estado, nas nossas instituições, na nossa sociedade como um todo; de fatos e eventos que podem ocorrer; por exemplo, a revisão do Mercosul, alterações internas, entre muitos outros (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p.1).

¹³⁰ Se o acordo com a China for concluído, poderá ser considerado o terceiro acontecimento económico mais importante da política externa do país, depois da entrada do país no GATT nos anos 50 e da criação do Mercosul no início dos anos 90 (Bartesaghi 2021 apud Cuña, Dematté, Nievas; 2022, p.3).

para que o país possa se inserir de melhor forma no seu mercado. A distância compõe um desses fatores. A China termina tendo mais proximidade em distância com a Austrália (que é um dos seus principais fornecedores de carne e lácteos) e para além da menor distância deve-se acrescentar o fator de que a mesma já possui um acordo deste gênero com a China.

Por isso, pensar em um tratado de livre comércio com a China, seria também pensar em avançar na abertura de mercados e possuir mais competitividade para de alguma forma tentar competir com outros atores. Por mais que o Uruguai seja um país pequeno, com uma cesta de exportações maioritariamente de produtos primários e por mais que a distância possa ser um fator chave de óbice do aumento do alcance a esses mercados, com certeza um tratado de livre comércio significa um passo importante dadas as implicações destes. A China procura não somente manter seu relacionamento estratégico com a América Latina mediante a via econômica e comercial mas também através da assinatura de Tratados de Livre Comércio) e isso fica visível pois já possuem acordos deste tipo com o Chile, Costa Rica e Peru (BARTESAGHI, MELGAR, 2018). Bartesaghi e Melgar (2018) destacam alguns países que possuem tratados de livre comércio com a China sendo estes a Austrália, Costa Rica e Nova Zelândia. Estes possuem a eliminação das tarifas a zero o que possibilita uma liberalização comercial (BARTESAGHI, MELGAR, 2018). Conforme já ressaltado, se o Uruguai assinasse um tratado de livre comércio com a China, poderia de alguma forma, ter mais competitividade perante outros competidores, como é o caso da Austrália.

Actualmente, también se pueden realizar acuerdos comerciales parciales, que no signifique un formato de tratado de libre comercio clásico, que abarca 90% del intercambio. Por ejemplo, sería imperioso hacerlo con China, que es nuestro principal comprador de bienes, para enfrentar el acuerdo del gigante asiático con Australia, que nos afecta directamente porque Australia vende carne y lácteos y es un competidor importante (FESUR, 2017, p. 37).¹³¹

Ainda assim, empreender uma agenda bilateral independente do Mercosul não é uma tarefa incompleta para um país como o Uruguai. As consequências destas poderiam estar relacionadas a i) uma repercussão negativa nas exportações ao Mercosul, ii) dificuldades nas próprias negociações bilaterais com condições de negociação que conduzam a acordos de menor qualidade (FESUR, 2017).

El reclamo de libertad de negociación para cualquiera de los socios del Mercosur encierra una paradoja: la libertad se obtendría en el preciso momento en que esta dejaría de ser necesaria. En efecto, cabe esperar que si entre los socios existe vocación de concretar acuerdos comerciales sustantivos con terceros el reclamo de

¹³¹ Atualmente, podem também ser feitos acordos comerciais parciais, o que não significa um formato clássico de acordo de comércio livre, que cobre 90% do comércio. Por exemplo, seria imperativo fazê-lo com a China, que é o nosso principal comprador de mercadorias, para fazer face ao acordo do gigante asiático com a Austrália, que nos afecta diretamente porque a Austrália vende carne e produtos lácteos e é um grande concorrente (FESUR, 2017, p.37).

libertad deje de tener sentido, pues lo óptimo es la negociación conjunta (FESUR, 2017, p. 38).¹³²

Ainda assim, a reclamação por mais liberdade tem sido uma demanda contínua por parte Uruguai nos últimos anos do Mercosul, apesar das mudanças de partidos no governo nacional e apesar da infundável e perene aposta ao bloco- não obstante as muitas dificuldades.

5.3.2 Das implicações de um Tratado de livre comércio com a China para a economia Uruguiaia

Em termos econômicos, devemos nos deparar sobre quais seriam as implicações perante um tratado de livre comércio entre Uruguai e China. Se nos debruçarmos sobre os impactos que geraria a assinatura de um TLC, o primeiro que podemos ver seria a redução de tarifas. A redução de tarifas consequentemente faz com que os produtos exportados fiquem mais baratos o que poderia abrir lugar a um aumento no volume das exportações uruguaias (BARTESAGHI, MELGAR, 2018). Outro aspecto que pode vir à tona a partir da assinatura de um TLC, é a geração de novas correntes de exportação. Isto, pode-se vislumbrar no caso chileno, costarriquenho e peruano. No caso chileno, prévio ao tratado, as exportações de leite e caranguejos congelados eram nulas e com o mesmo, aumentaram significativamente. No cenário costarriquenho tem-se que o mesmo aconteceu com frutas, sementes, oleaginosas, peles, madeira e plástico. No caso do Perú, repete-se isto com frutas, sementes e frutas oleaginosas (BARTESAGHI, MELGAR, 2018). No caso Uruguai, caso fosse assinado um tratado deste tipo, poderia-se pensar na exportação de plásticos (BARTESAGHI, MELGAR, 2018).

Em contrapartida, a assinatura de um tratado de livre comércio ta: “Además, dado que la firma de un TLC implicaría la reducción de aranceles, esto supone la baja en el costo de los bienes importados, lo que tendría un impacto positivo tanto para los importadores de estos bienes como para los consumidores” (BARTESAGHI, MELGAR, 2018, p.9).¹³³

Por um lado, deve-se avaliar o lado positivo pois reduzidas as tarifas os produtos uruguaios teriam mais competitividade com outros competidores que ingressaram no mercado chines. Isto permitiria maiores benefícios ao setor carnico, da soja e lácteo, conforme

¹³² A exigência de liberdade de negociação para qualquer um dos parceiros do Mercosul contém um paradoxo: a liberdade seria obtida no exato momento em que ela não seria mais necessária. Com efeito, é de se esperar que, se houver vocação entre os parceiros para celebrar acordos comerciais substantivos com terceiros, a demanda por liberdade deixaria de fazer sentido, uma vez que o ótimo é a negociação conjunta (FESUR, 2017, p. 38).

¹³³ Além disso, dado que a assinatura de um ACL implicaria a redução de tarifas, isso implica uma queda no custo dos bens importados, o que teria um impacto positivo tanto para os importadores desses bens como para os consumidores (BARTESAGHI, MELGAR, 2018, p.9).

apresentado por Munyo, 2023: “Ingressar a China sin pagar aranceles ofrece grandes oportunidades para exportar carne, soja y lácteos, de los que existe una demanda creciente. Y en los tres casos se abre la posibilidad de ingresar con productos de mayor calidad, y por ende, con mayor valor agregado” (MUNYO, 2023, p.202).¹³⁴

El TLC representa la oportunidad de eliminar gran parte de los millones de dólares en aranceles que actualmente paga Uruguay por el ingreso de productos a China, promoviendo incluso un posible incremento al estar en pie de igualdad arancelaria con los competidores, tal Nueva Zelanda en productos cárnicos (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p; 10).¹³⁵

Por outro lado, a redução de tarifas também afetaria as importações. Os prejudicadas, poderia no caso Uruguaio, seriam o setor de vestimentas e calçados:

El sector vestimenta y calzado puede considerarse sensible a la competencia de productos importados dado que cuenta con altos niveles de protección. En estos casos, la liberalización comercial, sí podría tener impactos negativos tanto en el nivel de actividad como en el nivel de empleo del sector (BARTESAGHI, MELGAR, 2018, p. 12).¹³⁶

Somado a estes, Munyo (2023) reconhece também que o setor de plásticos também viria a se prejudicar em detrimento de um tratado deste tipo: “Obviamente que no todo es color de rosa. Los productores de plásticos, químicos, vestimenta y calzado se verían afectados en la medida en que ingresen a Uruguay productos Chinos exonerados de impuestos.” (MUNYO, 2023, p.203).¹³⁷

Dentre outras implicações, pode-se esperar que a partir de um tratado de livre comércio venha a haver um aumento nas exportações atuais pois muitos produtos destino China possuem altas tarifas que uma vez eliminados poderiam gerar estes efeitos: novas linhas de exportação, e a redução do arancel extra zona (AEZ) fazendo com que o valor dos bens importados viessem a diminuir favorecendo importadores e consequentemente consumidores (BARTESAGHI, MELGAR, 2018).

¹³⁴ "Entrar na China sem pagar direitos aduaneiros oferece grandes oportunidades para exportar carne, soja e produtos lácteos, para os quais existe uma procura crescente. E, nos três casos, abre a possibilidade de entrar com produtos de maior qualidade e, portanto, com maior valor agregado (MUNYO, 2023, p.202).

¹³⁵ O TLC representa a oportunidade de eliminar grande parte dos milhões de dólares em tarifas que o Uruguai paga atualmente para a entrada de produtos na China, promovendo inclusive um possível aumento por estar em pé de igualdade tarifária com concorrentes, como a Nova Zelândia em produtos cárneos. (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p; 10)

¹³⁶ El sector vestimenta y calzado puede considerarse sensible a la competencia de productos importados dado que cuenta con altos niveles de protección. En estos casos, la liberalización comercial, sí podría tener impactos negativos tanto en el nivel de actividad como en el nivel de empleo del sector (BARTESAGHI, MELGAR, 2018, p. 12).

¹³⁷ "Obviamente, nem tudo são rosas. Os produtores de plásticos, produtos químicos, vestuário e calçado seriam afetados na medida em que os produtos chineses isentos de impostos entrassem no Uruguai" (MUNYO, 2023, p.203)

Outro fator consequente, é que após haver negociado um acordo com a China o Uruguai poderia resultar atrativo para outras economias e isso geraria um efeito positivo na agenda externa do país:

[...] otro aspecto que debe considerarse refiere al impacto esperado en la agenda externa de Uruguay a partir del cierre de un acuerdo comercial con la segunda potencia a nivel mundial, lo que podría atraer el interés de otras economías en el país y dinamizar la agenda externa (BARTESAGHI, MELGAR, 2018, p.15).¹³⁸

A relação econômica com a China, também desencadeia de alguma forma um problema.

La propia relación comercial con China genera una nueva especie de centro-periferia. Le vendemos recursos naturales, productos primarios con bajo valor agregado y poco contenido tecnológico, y le compramos productos de alta y media tecnología. Participamos en las primeras etapas de las cadenas de valor internacionales. El tema no es menor porque China es el primer comprador de Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay, y el segundo comprador de Argentina, después de Brasil. Una parte del comercio con China afecta las posibilidades de integración regional y de establecer cadenas de valor regionales, en la medida que la mayor parte de las compras de insumos y productos intermedios de Brasil provienen de China (COURIEL, 2017, p. 179).¹³⁹

Conde (2017) reconhece que o Uruguai é subdesenvolvido e que isto está atrelado a sua pouca competitividade; que também está ligado aos insuficientes recursos que geram o subdesenvolvimento e por isso o autor propõe uma disjuntiva. A disjuntiva a qual nos deparamos na proposta de Conde (2017) é que i) ou tem-se que a abertura ao livre comércio através do formato de tratados de livre comércio (bilaterais) permitirá uma ascensão no que diz respeito a competitividade e desenvolvimento detendo a lógica de concentração e do capitalismo ou bem ii) existe uma correlação entre competitividade e poder onde a integração de recursos, processos produtivos e mercados permitiriam o desenvolvimento. Portanto, a chave seria não o isolamento mas sim, a soma e multiplicação de esforços em torno de agregar valor para assim, aumentar o poder de decisório e de negociação (CONDE, 2017).

5.3.3 Fortalezas e debilidades do Mercosul: flexibilização e a decisão 32/00

¹³⁸ [...] outro aspeto a ser considerado refere-se ao impacto esperado na agenda externa do Uruguai após a conclusão de um acordo comercial com a segunda potência mundial, o que poderia atrair o interesse de outras economias do país e impulsionar a agenda externa (BARTESAGHI, MELGAR, 2018, p.15).

¹³⁹ A própria relação comercial com a China gera um novo tipo de centro-periferia. Vendemos-lhe recursos naturais, produtos primários com baixo valor acrescentado e baixo conteúdo tecnológico, e compramos-lhe produtos de alta e média tecnologia. Participamos nas primeiras fases das cadeias de valor internacionais. Esta não é uma questão menor, porque a China é o maior comprador do Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, e o segundo maior comprador da Argentina, depois do Brasil. Parte do comércio com a China afeta as possibilidades de integração regional e de estabelecimento de cadeias regionais de valor, na medida em que a maior parte das compras brasileiras de insumos e produtos intermediários vem da China (COURIEL, 2017, p. 179).

O Mercosul tem sido amplamente criticado por inúmeros fatores, dentre os quais alguns analisaremos aqui. Ainda assim, devem-se salientar as fortalezas que o Mercosul tem em termos estratégicos, capacidade e eficiência na produção de alimentos agropecuários bem como a posse de recursos naturais importantes que acabam sendo um atrativo para vários atores mundiais, incluídos nestes a China.

En contraposición con estos indicadores, el bloque Mercosur mantiene relevancia estratégica en términos de capacidad y eficiencia en la producción de alimentos agropecuarios, de posesión de recursos naturales estratégicos (en particular minerales, hídricos y energético), en la riqueza estratégica de la biodiversidad. En todos estos factores la situación resulta bien contrastante. En ese marco, las riquezas y potencialidades de la región mercosureña lejos están de la marginalidad anotada, y despiertan codicias externas varias, con sus implicaciones de toda índole, entre las que cabe destacar una creciente radicación comercial y financiera de China en la región (CAETANO, 2017, p. 371).¹⁴⁰

O grande cerne da motivação deste tratado do Uruguai com a China, gira em torno de que para o primeiro o Mercosul tem se tornado pouco propositivo na sua agenda e seu acionar. Portanto, elencar-se-ão aqui algumas fortalezas e avanços do Mercosul nos últimos tempos. Uma destas é que o Mercosul sim dinamizou sua agenda externa nos últimos anos mas ainda não conseguiu concretizar nenhuma das negociações que estão em andamento (BARTESAGHI, MELGAR, 2018). O ponto positivo é a dinamização da sua agenda, e o negativo, é a não concretização. Sobre a não concretização, pode-ler em Buxedas (2017) que:

Los acuerdos comerciales normalmente ofrecerían nuevas oportunidades al crecimiento de las exportaciones agrícolas del Mercosur. Hasta ahora el bloque no ha avanzado en sus negociaciones con importadores relevantes como China, en contraste con Australia, Nueva Zelanda y otros competidores. Tampoco ha culminado el ya prolongado proceso de negociación con la Unión Europea (BUXEDAS, 2017, p. 294).¹⁴¹

Outro ponto que pode-ser ler enquanto positivo é o aumento da tarifa externa comum, mas conforme Munyo (2023) apesar de ser um avanço assertivo, que implica de alguma forma principalmente pelo avanço em conjunto neste sentido, a tarifa segue sendo altíssima em relação a outras tarifas deste tipo no mundo.

El 20 de julio de 2022, los países del Mercosur acordaron una reducción de 10% en el arancel externo común (la tasa que se aplica a las importaciones de terceros

¹⁴⁰ Em contraste com estes indicadores, o bloco do Mercosul mantém uma relevância estratégica em termos da sua capacidade e eficiência na produção agrícola de alimentos, da posse de recursos naturais estratégicos (nomeadamente minerais, água e energia) e da riqueza estratégica da biodiversidade. Em todos estes factores, a situação é bastante contrastante. Nesse contexto, as riquezas e potencialidades da região do Mercosul estão longe de ser marginais, e despertam cobiças externas variadas, com implicações de toda ordem, inclusive a crescente presença comercial e financeira da China na região (CAETANO, 2017, p. 371).

¹⁴¹ Acordos comerciais normalmente ofereceriam novas oportunidades para o crescimento das exportações agrícolas do Mercosul. Até o momento, o bloco não avançou nas negociações com importadores relevantes como a China, ao contrário da Austrália, Nova Zelândia e outros concorrentes. Tampouco foi concluído o já demorado processo de negociação com a União Europeia (BUXEDAS, 2017, p. 294).

países), una de las decisiones más relevantes del bloque en años, aunque sea en lo simbólico, porque la reducción es pequeña (por ejemplo, una tasa de 4% baja a 3,6%). Además, a impulso de Argentina, con un gobierno proclive al proteccionismo, se aceptaron tratamientos especiales para los sectores automotor, tejidos, confecciones, calzados, juguetes, lácteos y duraznos enlatados. La mitad del vaso lleno es que el Mercosur logró avanzar en conjunto en algo relevante en la dirección correcta. La mitad del vaso vacío es que el arancel externo común promedio del Mercosur sigue siendo el doble del promedio mundial (MUNYO, 2023, p. 212)¹⁴²

A grande problemática do Mercosul quiçá seja uma aposta mais ao discurso do que na prática, o que reflète na impossibilidade de conseguir negociações comerciais conjuntas tanto no que diz respeito a criação de um espaço de desenvolvimento compartilhado bem no que diz respeito a negociação comercial conjunta tornando-se portanto nada para além de uma união aduaneira defeituosa (CAETANO, 2017). Caetano (2017), também elenca algumas das principais dificuldades do Mercosul:

La persistencia de dificultades en la agenda comercial, los problemas para avanzar en proyectos comunes en materia productiva, la persistencia de conflictos originados en la divergencia de los proyectos estratégicos construidos desde el espacio nacional de espaldas a la región, la no superación de las asimetrías de los socios, el incumplimiento frecuente de lo acordado por los presidentes y por los organismos decisorios del bloque, la emergencia de contenciosos bilaterales y, en particular, los casi nulos avances en materia de agenda externa común terminaron por quitar credibilidad al nuevo enfoque de integración en un momento de fuertes amenazas (CAETANO, 2017, p.364).¹⁴³

A inserção econômica internacional, pode abranger mais aspectos mas de modo geral pode ser pautada, sedimentada e entendida a partir do comércio exterior de bens e serviços, a inversão estrangeira direta (FESUR, 2017).

Countries in the Southern Cone have very different approaches to international insertion. While Chile is one of the most open economies in the world and has negotiated 26 trade agreements with 64 markets, including China, other countries in the region are less open to international trade. Mercosur has only a few trade agreements that are currently in force. This year, Mercosur concluded a 20-year-long

¹⁴² Em 20 de julho de 2022, os países do Mercosul concordaram com uma redução de 10% na tarifa externa comum (a taxa aplicada às importações de países terceiros), uma das decisões mais relevantes do bloco em anos, embora simbolicamente, porque a redução é pequena (por exemplo, uma taxa de 4% cai para 3,6%). Além disso, a pedido da Argentina, com um governo propenso ao protecionismo, foi aceite um tratamento especial para os sectores automóvel, têxtil, vestuário, calçado, brinquedos, produtos lácteos e conservas de pêssego. A metade do copo cheio é que o Mercosul conseguiu avançar em conjunto em algo relevante e na direção certa. A metade do copo vazio é que a tarifa externa comum média do Mercosul ainda é o dobro da média mundial (MUNYO, 2023, p. 212).

¹⁴³ A persistência de dificuldades na agenda comercial, os problemas no avanço de projetos produtivos comuns, a persistência de conflitos originados na divergência de projetos estratégicos construídos a partir do espaço nacional de costas para a região, a não superação das assimetrias dos parceiros, o frequente descumprimento de acordos firmados pelos presidentes e pelas instâncias decisórias do bloco, a emergência de disputas bilaterais e, em especial, o quase inexistente avanço em termos de uma agenda externa comum, acabaram por minar a credibilidade da nova abordagem de integração em um momento de fortes ameaças (CAETANO, 2017, p. 364).

negotiation with the European Union and celebrated a trade deal with the European countries from the EFTA bloc (OCHOA, MYERS, ELVERDIN, p. 12)¹⁴⁴

Portanto, no que refere a pauta comercial, fazem-se necessários acordos comerciais que diversifiquem o destino dos produtos e investimentos e os processos de integração devem ter uma agenda externa proativa e comum para alcançar estes (FESUR, 2017). Essa estratégia comum, deverá servir para alcançar acordos com os grandes interlocutores do sistema internacional:

Se necesita una estrategia de negociación que le otorgue a la región cierto grado de autonomía para lograr acuerdos con Estados Unidos, con China y con la Unión Europea, a los efectos de que no solo coloquemos rubros derivados de los recursos naturales sino también productos con valor agregado y contenido tecnológico (FESUR, 2017, p.36)¹⁴⁵

Se atentarmos a essa possibilidade de uma flexibilização do Mercosul vemos que este pedido não é de hoje e que é uma reivindicação que vem- maioritariamente por parte dos membros menores do Mercosul. O Uruguai reivindica flexibilização dentro do Mercosul desde o governo Battle do partido colorado nos ano 2000, mas essa reivindicação perpassa outros governos de outros partidos políticos como os governos Vazquez e Mujica da Frente Ampla. É de notório conhecimento que essa reivindicação mantém-se vigente no governo de Luis Alberto Lacalle do partido nacional. Conforme visualizamos no segundo capítulo deste trabalho, nota-se uma continuidade por parte dos governos uruguaios de aposta no Mercosul desde 1991. Entretanto, aqui podemos visualizar que, em simultâneo com essa aposta ao Mercosul que vinha quase sempre com um pedido de um aprofundamento das relações no bloco vinha também o pedido por flexibilização. Assim nos explicam Cuña, Dematté, Nieves 2022, p. 5:

El pedido de flexibilizar el Mercosur no es novedoso, viene de varios gobiernos atrás y lo puso sobre la mesa el Dr. Jorge Batlle en su período de presidencia 2000-2005, representaba al Partido Colorado; luego, pero en representación del Frente Amplio lo haría el Dr. Tabaré Vázquez 2005-2010; y el también frenteamplista José Mujica lo volvió a plantear específicamente en 2012. Más tarde insistiría el Dr. Tabaré Vázquez nuevamente, en su segundo mandato del año 2015, en ocasión de su viaje a Paraguay.¹⁴⁶

¹⁴⁴ Os países do Cone Sul têm abordagens muito diferentes em relação à inserção internacional. Enquanto o Chile é uma das economias mais abertas do mundo e negociou 26 acordos comerciais com 64 mercados, incluindo a China, outros países da região são menos abertos ao comércio internacional. O Mercosul tem apenas alguns acordos comerciais atualmente em vigor. Este ano, o Mercosul concluiu uma negociação de 20 anos com a União Europeia e celebrou um acordo comercial com os países europeus do bloco EFTA (OCHOA, MYERS, ELVERDIN, p. 12).

¹⁴⁵ É necessária uma estratégia de negociação que dê à região um certo grau de autonomia para alcançar acordos com os Estados Unidos, a China e a União Europeia, de modo a colocarmos não só produtos derivados de recursos naturais, mas também produtos com valor acrescentado e conteúdo tecnológico (FESUR, 2017, p.36).

¹⁴⁶ O pedido de flexibilização do Mercosul não é novo, vem de vários governos e foi colocado em cima da mesa pelo Dr. Jorge Batlle no seu mandato de presidente de 2000-2005, em representação do Partido Colorado; mais tarde, mas em representação da Frente Ampla, o Dr. Tabaré Vázquez fê-lo em 2005-2010; e José Mujica, da

Munyo argumenta que, apesar dos incessantes pedidos de flexibilização mostra-se difícil que venha a ocorrer uma flexibilização nestes moldes, que permita portanto, que o Uruguai possa manter-se no Mercosul e assinar acordos de livre comércio de forma autônoma:

Durante años, los diversos gobiernos de los socios del Mercosur han obstaculizado o simplemente vetado los planes librecambistas de Uruguay. Una cosa fue mirar para el costado para permitir un TLC con México y otra muy distinta es que se puedan hacer los distraídos ahora con China o con el ingreso de Uruguay al acuerdo Transpacífico (CP-TPP). Si se toma el pulso de los que cocinaron la interna del Mercosur, parece difícil que Uruguay pueda firmar por su cuenta acuerdos de libre comercio (MUNYO, 2023, p. 204).¹⁴⁷

Também Cuña, Dematté e Nieves (2022) argumentam que:

La resistencia regional, fundada en la flexibilidad al Mercosur demandada por Lacalle Pou en 2021, también era recurrida por Uruguay en 2009 para este tratado. Uruguay cometería el error de pensar que obtendría de los socios la bienaventurada flexibilización para comenzar a desarrollar una política comercial independiente. En este caso el disidente sería Brasil, que empezaba a considerar la posibilidad de desistir del Mercosur. Las limitaciones impuestas al TLC con Estados Unidos atentaban contra los intereses de Argentina y de Brasil, y no sostenía rentabilidad en términos comparativos (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p.8).¹⁴⁸

Até aqui temos analisado o pedido de flexibilização. Todavía, deve-se compreender o que significaria flexibilizar o Mercosul. A flexibilização gira em torno da permissão dentro das possibilidades jurídicas. Dessa forma o Uruguai poderia consolidar sem controvérsias e incongruências o seu TLC com a China.

Flexibilizar, significa formalizar dentro del tratado del Mercosur la posibilidad legítima e incuestionable que alguno de los miembros plenos pueda acceder a otros mercados de manera unilateral, sin el actual debate de su juridicidad. Es, en suma, que Uruguay pueda concretar un TLC con China, sin afectar el Mercosur (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p. 5).

Esta flexibilização está atrelada a decisão do Mercosul 32-00. Enquanto uma importante ferramenta analítica, deve-se salientar que a Decisão 32/00 do Mercosul que versa a respeito dos Acordos Extrarregionais no bloco. A mesma é a “MERCOSUL/CMC/DEC. Nº

Frente Ampla, voltou a levantá-lo especificamente em 2012. Mais tarde, o Dr. Tabaré Vázquez voltaria a insistir, no seu segundo mandato em 2015, por ocasião da sua deslocação ao Paraguai.

¹⁴⁷ Durante anos, os vários governos dos parceiros do Mercosul obstruíram ou simplesmente vetaram os planos de comércio livre do Uruguai. Uma coisa é fazer vista grossa para permitir um acordo de comércio livre com o México, outra coisa é fazer vista grossa agora para a China ou para a entrada do Uruguai na Parceria Transpacífica (TPP). Se tomarmos o pulso àqueles que prepararam os assuntos internos do Mercosul, parece difícil que o Uruguai assine sozinho acordos de comércio livre (MUNYO, 2023, p. 204).

¹⁴⁸ A resistência regional, baseada na flexibilidade ao Mercosul exigida por Lacalle Pou em 2021, também foi apelada pelo Uruguai em 2009 para este tratado. O Uruguai estaria a cometer o erro de pensar que obteria dos seus parceiros a bendita flexibilidade para começar a desenvolver uma política comercial independente. Neste caso, o dissidente seria o Brasil, que começava a considerar a possibilidade de se retirar do Mercosul. As limitações impostas ao TLC com os Estados Unidos contrariavam os interesses da Argentina e do Brasil, e não sustentavam a rentabilidade em termos comparativos (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p. 8).

32/00: RELANÇAMENTO DO MERCOSUL - RELACIONAMENTO EXTERNO” contém em seu escopo que considerando i) que enquanto mercado comum pressupõe contar com uma política comercial comum; a necessidade por parte dos membros de preservar negociações bilateralmente com os membros da ALADI e iii) a necessidade de priorização das negociações como bloco estabelecendo uma data limite para a negociação de acordos bilaterais . Portanto a referida resolução dispõe o reafirmação dos compromissos de negociar de forma conjunta por parte dos signatários.

Em outras palavras, significa que:

Significa que el compromiso asumido por los Estados miembros, al Tratado firmado a partir de la fundación del Mercado Común del Sur, en Asunción el 26 de marzo de 1991, obligan a los países socios a tener una política comercial común. Para hacer acuerdos con países de fuera de la zona, necesitan hacerlo como bloque (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p. 5).¹⁴⁹

Munyo (2023) reconhece a referida decisão mas acrescenta que a mesma não possui valor de lei pois não fora internalizada na legislação de nenhum dos países do bloco.

Es verdad que la Decisión 32/000- que impide a los socios plenos firmar acuerdos de libre comercio por fuera de la región- es solo una declaración de principios que no tiene fuerza de ley porque no está internalizada en la legislación de ninguno de los países del bloque. Está el precedente de lo ocurrido en 2002 y 2004 con la negociación bilateral con México (MUNYO, 2023, p. 204).¹⁵⁰

Salientar-se-a também a importância de manter esta decisão que possibilidade o mantimento de poder de negociação do Mercosul enquanto bloco:

Los países del Mercosur deben mantener vigente la decisión 32/00 si quieren conservar poder de negociación frente a terceros y algún control sobre las seguridades de acceso recíproco a sus mercados respectivos, especialmente entre Argentinas y Brasil. Pero muestran contradicciones flagrantes, como, por ejemplo, negociar en bloque de la Unión Europea e individualmente con China, desperdiciando la oportunidad de alcanzar un acuerdo de asociación de rango estratégico con quien hoy es su principal socio comercial; fundamentalmente, para superar el tipo de relación centro-periferia que nuevamente comienza a configurarse para nuestros países pero esta vez con China (CONDE, 2017, p. 349).¹⁵¹

¹⁴⁹ Significa que o compromisso assumido pelos Estados membros no Tratado assinado aquando da fundação do Mercado Comum do Sul, em Assunção, a 26 de março de 1991, obriga os países parceiros a terem uma política comercial comum. Para estabelecerem acordos com países fora da zona, têm de o fazer como um bloco (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p. 5).

¹⁵⁰ É verdade que a Decisão 32/000 - que impede os parceiros plenos de assinarem acordos de livre comércio fora da região - é apenas uma declaração de princípios que não tem força de lei, pois não está internalizada na legislação de nenhum dos países do bloco. Há o precedente do que ocorreu em 2002 e 2004 com a negociação bilateral com o México (MUNYO, 2023, p. 204).

¹⁵¹ Os países do Mercosul devem manter em vigor a decisão 32/00 se quiserem conservar o poder de negociação face a terceiros e algum controle sobre as garantias de acesso recíproco aos respectivos mercados, nomeadamente entre a Argentina e o Brasil. Mas demonstram flagrantes contradições, como, por exemplo, negociar em bloco com a União Europeia e individualmente com a China, desperdiçando a oportunidade de chegar a um acordo de associação estratégica com aquele que é hoje seu principal parceiro comercial;

Porfim, deve-se acrescentar que por mais que o Uruguai tenha um tratado extrarregional com o México após 2001, ele talvez não possa considerar-se totalmente um precedente aberto pois fora assinado no marco da ALADI e do Acuerdo de Alcance Parcial de Complementación Económica N° 60 (ACE No 60). Outrossim, nota-se que o Mercosul apesar dos inúmeros entraves possui algumas potencialidades e por mais que em tese, essa decisão não possibilitaria o Uruguai de assinar o TLC com a China, o ideal seria que a negociação fosse conjunta. Essa imaturidade do mercosul, pode-se reconhecida enquanto uma tendência dos processos de integração, que segundo Caetano (2017)

En tiempos más recientes, muchos de los mencionados procesos de integración en América Latina han ingresado en situaciones críticas de diversa índole, lo que ha llevado a quiebres que en algunos casos han expuesto en riesgo la continuidad efectiva de algunas de esas experiencias de integración. Esto último es lo que está ocurriendo actualmente con varios de los procesos integracionistas latinoamericanos, incluido entre ellos el Mercosur (CAETANO, 2017, p. 355).¹⁵²

Agora, em caso de não flexibilização do Mercosul, não seria por acaso pertinente o avanço do bloco em alcançar acordos comerciais? Em conformidade com Bartesaghi (2015)

En un punto medio se ubican Brasil y Argentina, que se benefician del crecimiento económico a partir de las exportaciones de materias primas a China, pero que deben afrontar la competencia en el mercado interno y regional en el sector manufacturero nacional, que es competitivo a nivel regional pero no globalmente. Estos países también han sido muy proteccionistas en la relación con China a través de la implementación de medidas de defensa comercial y otras medidas no arancelarias, incluso afectando a sus otros socios del Mercosur. (BARTESAGHI, 2015, p. 23)¹⁵³

5.4.4 Os possíveis cenários para o Uruguai e para a integração regional mercosulina

Em detrimento das inúmeras críticas e dos cenários que se vislumbram do Mercado Comum do Sul, vários são os cenários que giram em torno das possibilidades. Tem-se como valorosa a da teorização de FESUR¹⁵⁴ (2017), quando traçam quatro possíveis cenários frente a uma busca por uma melhor inserção econômica internacional do Uruguai. Estas visões estão todas atreladas e relacionadas de alguma forma ao Mercosul. O primeiro cenário estaria

fundamentalmente, de superar o tipo de relação centro-periferia que mais uma vez começa a se configurar para nossos países, desta vez com a China (CONDE, 2017, p. 349).

¹⁵² Em tempos mais recentes, muitos dos referidos processos de integração na América Latina entraram em situações críticas de vários tipos, que levaram a rupturas que, em alguns casos, colocaram em risco a continuidade efetiva de algumas dessas experiências de integração. É o que está a acontecer atualmente com vários dos processos integracionistas latino-americanos, incluindo o Mercosul (CAETANO, 2017, p. 355).

¹⁵³ No meio-termo estão o Brasil e a Argentina, que beneficiam do crescimento econômico das exportações de matérias-primas para a China, mas enfrentam a concorrência no mercado interno e regional no setor manufatureiro nacional, que é competitivo regionalmente, mas não globalmente. Esses países também têm sido muito protecionistas na relação com a China, através da implementação de defesa comercial e outras medidas não tarifárias, afetando inclusive seus outros parceiros do Mercosul (BARTESAGHI, 2015, p. 23).

¹⁵⁴ O texto fora elaborado por autoria coletiva frente a uma iniciativa do FESUR.

ligado ao status quo interno e as negociações com terceiros. Nesta hipótese o Mercosul se manteria de alguma forma (ou seja, não sofreria de mudanças substanciais mantendo um status de zona de livre comércio de má qualidade) mas concretizaria acordos com blocos desenvolvidos ou com indústria mais sofisticada; leia-se por estes União Europeia, Associação Europeia de Livre Comércio, Canadá, Japão, Estados Unidos (FESUR, 2017). O segundo cenário seria o conceituado enquanto *status quo pleno*, e neste, manteria-se também o panorama e as possibilidades que tem-se hoje no Mercosul mas com ênfase e ressalvada a não concretização de acordos relevantes com terceiros mas que mostra-se enquanto um cenário difícil de ser sustentado por muito tempo (FESUR, 2017). O terceiro cenário é conceituado enquanto bloco econômico regional, e neste, o Mercosul começaria a concretizar acordos relevantes com outros países e avançar na premissa de constituição um mercado ampliado; onde salienta-se que não necessariamente a estratégia fosse o perfeccionamiento da união aduaneira mas sim a estratégia poderia passar por uma revisão dos instrumentos e projetos de integração regional (FESUR, 2017). O quarto cenário diz respeito a um abandono do compromisso de negociação conjunta. Com isto, o Mercosul seria apenas uma zona de livre comércio de má qualidade e dentro desse contexto, haja vista de imaturidade para negociar perante cadeiras de valores regionais. Consequência desta, os sócios estariam aptos a negociar de forma particular acordos comerciais com terceiros, ressaltando os riscos advindos de que os membros maiores consigam melhores acordos do que os menores (FESUR, 2017).

A este panorama, deve-se adicionar a visão de Munyo (2023) quando diz que em termos tarifários o Uruguai não teria o que perder frente a uma saída do Mercosul. Esta saída, implicaria apenas, para alguns setores que se veriam prejudicados pois seus produtos possuem como destino final o Mercosul:

[...] si Uruguay decidiera bajarse del Mercosur, a nivel agregado no se perjudicaron por los nuevos aranceles que debería pagar, sino todo lo contrario, dado que se compra más de lo que se vende al bloque. Si sería un gran problema para aquellos sectores que dependen de venderle al Mercosur (MUNYO, 2023, 201).¹⁵⁵

Não restam dúvidas que para um país com o perfil do Uruguai, negociar acordos de forma unilateral é assumir um risco altíssimo- pois da mesma forma que podem-se concretizar também existem a possibilidade de que enquanto um interlocutor menor, não tenha potencial para negociar e acesso a possibilidade de tratados neste formato: “También, tal como vimos, la relación costo-beneficio de bajarse del Mercosur cambiaría si Uruguay pudiera firmar TLC

¹⁵⁵ [...] se o Uruguai decidisse sair do Mercosul, no nível agregado não seria prejudicado pelas novas tarifas que teria que pagar, mas sim o contrário, já que compra mais do que vende para o bloco. Seria um grande problema para os sectores que dependem da venda ao Mercosul (MUNYO, 2023, 201).

con mercados relevantes, pero de eso no hay certezas” (MUNYO, 2023, p. 201)¹⁵⁶. Outro ponto que merece especial destaque é a dúvida que gira em torno do risco de que o Uruguai possa, pelos seus meios, assinar TLCs que sejam relevantes. É notório que o Uruguai possui alimentos que poderiam resultar tão atrativos quanto os materiais do Chile e do Perú (dois países sul-americanos que assinaram TLCs com mercados significantes). Entretanto, o risco é que se possa de fato assinar esses TLCs e a experiência em base a anteriores tentativas, indica que não tem sido fácil que as portas se abram nesse sentido (MUNYO, 2023). Isto vai ao encontro do proposto por Fesur (2017):

En caso de que el Mercosur no avance en acuerdos, ¿existe la posibilidad de una alternativa de negociación bilateral para un país como Uruguay? Suponiendo que pueda obtenerse tal libertad, es altamente probable que sea muy difícil concretar en esa dirección acuerdos relevantes y en términos razonables (Uruguay no interesa como mercado; es exportador de productos que pueden ser muy sensible para los países con los que nos interesa negociar; estos países tienen agendas muy ocupadas y las priorizan). Hay un escenario en materia de acuerdos comerciales que sería peor que el actual: que Brasil concretara acuerdos y Uruguay no. Es necesario prestar a esto particular atención y comprender que el escenario de libertad para negociar con terceros en el Mercosur puede ser altamente negativo (FESUR, 2017, p. 43).¹⁵⁷

De todos os cenários possíveis, tudo levaria a acreditar que dadas as circunstâncias o melhor seria uma negociação conjunta do Mercosul perante grandes potências ou outros blocos. O quesito chave, quiçá, seja justamente esse. A imaturidade integracionista do Mercosul tem posto em prova com claros exemplos (como o da negociação do tratado Mercosul- União Europeia) que não consegue viabilizar este tipo de negociação.

También hay necesidad de nuevos acuerdos. Es indispensable ganar poder de negociación para estos, lo que requiere de un proceso de avance hacia la unidad regional, para que sea el conjunto de los países del Mercosur- y, si es posible, de América del Sur- el que tenga la capacidad de negociar con las grandes potencias. Esto necesita de propuestas comunes, de coordinación, de acciones comunes, para que las negociaciones beneficien a nuestros países, a nuestras sociedades (COURIEL, 2017, p; 189).

Inclusive, deve-se salientar que o acordo Mercosul União Europeia que encontra-se em processo de negociação desde 1999, teve em outubro uma série de reuniões em Brasília a

¹⁵⁶“Além disso, como vimos, a relação custo-benefício de sair do Mercosul mudaria se o Uruguai pudesse assinar TLCs com mercados relevantes, mas isso não é certo” (MUNYO, 2023, p. 201).

¹⁵⁷ No caso de o Mercosul não avançar nos acordos, existe a possibilidade de uma alternativa de negociação bilateral para um país como o Uruguai? Supondo que essa liberdade possa ser obtida, é muito provável que seja muito difícil chegar a acordos relevantes em termos razoáveis (o Uruguai não é um mercado de interesse; é um exportador de produtos que podem ser muito sensíveis para os países com os quais estamos interessados em negociar; esses países têm agendas muito ocupadas e dão-lhes prioridade). Há um cenário em termos de acordos comerciais que seria pior do que o atual: o Brasil celebra acordos e o Uruguai não. É preciso prestar atenção especial a isso e entender que o cenário de liberdade de negociação com terceiros no Mercosul pode ser altamente negativo (FESUR, 2017, p. 43).

qual surgiram várias travas relativas a questões meio-ambientais sobre compromissos ecológicos (BAE, 2023).

Essa imaturidade que o Mercosul demonstra, reflete também na falta de dinamização da agenda externa e consolidar o pensamento em bloco. Neste sentido, Couriel (2017) diz:

Sin duda que América del Sur debe negociar acuerdos comerciales que le sean beneficiosos, con EE.UU., con China y con la Unión Europea. Para ello es indispensable cierto grado de unidad regional, con propuestas comunes para ganar poder de negociación. En la actualidad esta unidad se ve comprometida por la situación política, especialmente por los nuevos gobiernos de Brasil y Argentina, por el descenso del intercambio intrarregional de los últimos años, la existencia de la Alianza del Pacífico, cuyos países integrantes ya tienen tratados bilaterales con EE.UU., y por las propias dificultades que vive en el Mercosur (COURIEL, 2017, p. 182).¹⁵⁸

Ainda que as negociações no âmbito do Mercosul seruan as mais formidáveis dos cenários, o histórico pode conduzir a crer a é que isso não venha a acontecer. A motivação de isto pode-se relacionar com que se vive no cenário internacional um novo paradigma global e que nem todos os processos integracionistas souberam enfrentar estas mudanças (CAETANO, 2017). Todavia, uma saída do Uruguai do Mercosul implica muitos riscos como o mencionado por FESUR (2017) onde visualizam-se cenários onde o Brasil pudesse negociar acordos e o Uruguai não.

Dado que hay amplio consenso en que la salida Mercosur no es opción y que firmar TLC por cuenta de Uruguay tiene complejidad dentro del bloque, se debería acelerar con una agenda concreta para mejorar el acceso de productos uruguayos en el exterior. Por lo menos avanzar en lo que podamos (MUNYO, 2023 p. 202).¹⁵⁹

Porfim indubitavelmente o mais razoável seria que este tipo de acordo fosse realizado dentro da agenda do bloco. Indubitáveis são os entraves que o Mercosul enfrenta com fortes sinais de dificuldades enquanto processo de integração mas continua sendo o principal comprador de bens e serviços do Uruguai(FESUR, 2017). Existem muitos caminhos possíveis para o Mercosul, mas o principal ponto deficitário parece ser a falta de uma estratégia comum- a que possibilitaria assinar acordos importantes que sanaria os pedidos e demandas dos sócios menores, teria efeitos positivos na economia do bloco, na inserção internacional do próprio processo de integração.


¹⁵⁸ Não há dúvida de que a América do Sul deve negociar acordos comerciais benéficos com os EUA, a China e a União Europeia. Para que isso aconteça, é indispensável um certo grau de unidade regional, com propostas comuns para ganhar poder de negociação. Atualmente, essa unidade está comprometida pela situação política, especialmente pelos novos governos do Brasil e da Argentina, pelo declínio do comércio intrarregional nos últimos anos, pela existência da Aliança do Pacífico, cujos países membros já possuem tratados bilaterais com os EUA, e pelas dificuldades vividas no próprio Mercosul (COURIEL, 2017, p. 182).

¹⁵⁹ Dado que há um amplo consenso de que sair do Mercosul não é uma opção e que a assinatura de TLCs em nome do Uruguai é complexa dentro do bloco, uma agenda concreta para melhorar o acesso dos produtos uruguayos ao exterior deve ser acelerada. No mínimo, deve-se avançar no que for possível (MUNYO, 2023 p. 202).

Por isso, Couriel (2017) enuncia: “Hay que tener una estrategia de negociación conjunta y definir qué se puede lograr con China, que se puede alcanzar con EE. UU. y qué ventajas se pueden lograr con la Unión Europea”(COURIEL, 207, p. 182).¹⁶⁰

Partindo disto, devemos compreender como é o Mercosul hoje. No segundo capítulo desta pesquisa elucidou-se o surgimento do Mercosul, suas premissas base partindo do seus documentos fundacionais, e seu transcurso até os dias de hoje. Todavía, Ignacio Bartesaghi (2023) categorizou o Mercado Comum como o entende hoje. Na categorização não o enquadra como Mercado Comum, nem como União aduaneira, apenas como uma zona de livre comércio parcial (pela razão de reconhecer barreiras não arancelarias que afetam o comércio intraregional) e com um sistema de solução de controvérsias parcial (em virtude dos descuprimentos aos laudos arbitrais).

IMAGEM 6: CATEGORIZAÇÃO DO MERCADO COMUM DO SUL HOJE CONFORME IGNACIO BARTESAGHI (2023)



Mercado Común	NO	No hay libre circulación de personas ni de capitales. Tampoco regímenes comunes de inversiones, coordinación de políticas macroeconómicas o políticas sectoriales, entre otras.
Unión Aduanera	NO	No hay libre circulación de mercancías; no hay un código aduanero común vigente, ni un mecanismo de distribución de la renta aduanera; no contamos con instrumentos de defensa comercial comunes; el arancel externo común tiene muchas excepciones (BK, BIT, Listas Nacionales, Admisión Temporal, acuerdos bilaterales, insumos agropecuarios, etc). No hay política comercial común en las negociaciones externas, donde siguen imperando las lógicas bilaterales.
Zona de Libre Comercio	Parcial	No integra todo el universo arancelario (excluidos el sector automotor y el azúcar). Enorme caudal de barreras no arancelarias que siguen afectando el comercio intraregional.
Sistema de Solución de Controversias	Parcial	Existe, pero no se activa. Se ha perdido confianza en el instrumento por el incumplimiento de los laudos arbitrales.

Fonte: Ignacio Bartesaghi (2023) via X (antigo Twitter)

5.4.5 Aspectos conjunturais da região sulamericana

¹⁶⁰ "É necessário ter uma estratégia de negociação conjunta e definir o que se pode conseguir com a China, o que se pode conseguir com os EUA e que vantagens se podem obter com a União Europeia" (COURIEL, 207, p. 182).

Apontado isto, alguns aspectos conjunturais da região devem-se ser destacados. O primeiro, é que, conforme já salientado, na região da América do Sul, o Chile é um dos países que tem um TLC com a China- assim como o fizera o Perú também. De alguma forma, estes TLCs, abrem precedentes, porque um tempo atrás poderia ser inimaginável que estes países sul-americanos conseguissem efetivar acordos comerciais deste tipo com a China.

Lo que algunos años antes era impensable añade, que estos pequeños países de América del Sur estuviesen dispuestos (o mismo fueran capaz) de establecer un TLC bilateral con China; se hace realidad primero por la búsqueda (de Chile y Perú) de expandir sus exportaciones no tradicionales a China, y atraer otros comercios más afines y cercanos geográficamente a la potencia. En tanto desde China, más asemejado a un punto de vista estratégico, estaba interesado en asegurarse un suministro constante de cobre y otros minerales, todos los cuales son importantes para mantener el actual estado de desarrollo del modelo de elevado crecimiento del país (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p; 8).¹⁶¹

Além disso, o TLC da China com o Chile, pode não significar tanto para a primeira em termos econômicos, haja vista que o Chile representa um impacto tão grande para o seu comércio exterior. Todavia, pode -ser lido enquanto um passo prévio para uma posterior assinatura de um tratado deste tipo no futuro com o Mercosul (PÉREZ LE-FORT, 2005).

Parece evidente que Chile no es la prioridad de China en América Latina: cabe recordar que hay otros países prioritarios, entre los que se destaca Brasil, y que existen otros actores regionales de las costas del Pacífico que también quieren jugar un rol importante, aunque sean económicamente menos confiables. Pero, aunque no sea una prioridad, Chile sí puede ser un socio importante y confiable (PÉREZ LE-FORT, 2005, p 100).

No que refere aos países do Mercosul, também devem-se ressaltar aspectos que com certeza afetam a agenda e conjuntura regional. Na Argentina haverá mudança de governo no próximo ano, pelo que este é ano eleitoral. No segundo turno das eleições, que acontecerão no 19 de novembro de 2023, se enfrentarão i) Sergio Massa (quem fora o ministro da economia da gestão de Alberto Fernandez- atual presidente argentino) e que pertence a coligação peronista “Unión por la Pátria”; contra ii) Javier Milei, candidato de extrema direita líder da coalizão política “La libertad avanza”. O resultado das últimas eleições teve Sérgio Massa em primeiro lugar com 36,68% dos votos válidos, Javier Milei em segundo com 29,98% e em terceiro Patricia Bullrich com, 23,83% (CNN, 2023). Passadas as eleições

¹⁶¹ O que era impensável alguns anos antes - que estes pequenos países sul-americanos estivessem dispostos (ou mesmo capazes) de estabelecer um TLC bilateral com a China - tornou-se uma realidade, em primeiro lugar, devido à procura do Chile e do Peru de expandir as suas exportações não tradicionais para a China e de atrair outros negócios geograficamente mais próximos da potência. Entretanto, do ponto de vista estratégico, a China estava interessada em assegurar um fornecimento constante de cobre e outros minerais, importantes para manter o atual estado de desenvolvimento do modelo de elevado crescimento do país (CUÑA, DEMATTÉ, NIEVAS, 2022, p. 8).

Patricia Bullrich manifestou apoio à Milei para o segundo turno que acontecerá em Novembro. No que refere a Javier Milei, o mesmo já afirmou que em caso de ganhar, não faria pactos com comunistas e romperia relações com os governos da China e do Brasil e propõe dissolver o Mercosul pois o entende como uma união-aduaneira defeituosa (EL PAÍS URUGUAI, 2023).

Quanto ao Paraguai, um dos fatores que merecem análise é que caso se desse uma negociação Mercosul-China, o Paraguai que é um dos membros do Mercosul ainda possui relações diplomáticas com Taiwán. O presidente paraguaio que assumiu recentemente, o economista Santiago Peña manifestou que um dos seus objetivos é melhorar o Mercosul (EL PAÍS URUGUAI, 2023). Todavia, o mesmo, assinalando que pretende continuar as relações com Taiwán mas que reconhece a China enquanto ator importante e que apoiaria negociações Mercosul- China ressaltando que isso não resultaria em um impedimento (NEWS ES EURO, 2023).

Por fim, analisar a conjuntura brasileira é extremamente importante para entender a América do Sul, e conseqüentemente o caminho do Mercosul. O Brasil, é a inconteste potência regional sul-americana, onde desempenha um rol muito importante sobretudo no Mercosul. Apesar dos altos e baixos, o papel que desempenhou na criação da UNASUL, e também no Mercosul é indubitável. Conforme Granato (2023) o terceiro mandato presidencial de Lula busca a defesa da paz, o diálogo, a cooperação e visa começar pelo seu entorno estratégico. Enfrenta-se essa nova gestão a dois grandes desafios: a reativação da UNASUL e o fortalecimento do Mercosul (GRANATO, 2023). O fortalecimento do Mercosul espera-se que aconteça por várias vias, na dimensão econômico-comercial com a conclusão do acordo com a União europeia, bem como avançar em outros acordos importantes como com o Canadá, a Coreia do Sul, Singapura, China, Indonésia, Vietnã e países da América Central e Caribe (GRANATO, 2023). Também, a fortificação do MERCOSUL, deverá compreender o fortalecimento da democracia, o enfrentamento às assimetrias, fortalecer as instituições políticas do bloco e avançar na agenda social e climática (GRANATO, 2023).

Segundo a Limes Rivista italiana di Geopolítica; na VIII edição do Festival di Limes no Palazzo Ducale di Genova "La riscoperta del futuro", teve - por pauta a "La Grande Incognita: La potenza che non vediamo, ma sarà"¹⁶² para o 205. Para o analista Dario Fabbri, que analisa alguns países com potencialidades, tem como um destes o Brasil. Refere algumas potencialidades e debilidades. Dentre algumas, estima que o Brasil terá na metade do século 240 milhões de habitantes, com uma idade média de 33 anos, e em um continente tranquilo

¹⁶² "A grande incógnita. A potência que não vemos, mas será"

como é a América do Sul sem grandes inimigos. Em contraponto, suas debilidades residem principalmente em i) não conseguir exportar mais que produtos primários de pouco valor agregado, ii) um complexo de inferioridade por parte da população frente aos Estados Unidos iii) sua diversidade. Jacob Shapiro diverge um pouco de Dario Fabbri e reconhece uma riqueza na diversidade e acredita que a Índia e o Brasil (que são países com mais diversidade) podem ter muito mais potencial do que a Turquia por exemplo (que é muito mais homogênea). Também refere que o Brasil, tem a duodécima economia mundial, ainda é um país pobre se analisados o PIB per capita de tal forma que um brasileiro médio ganha menos dinheiro que um cidadão bulgaro- e o Brasil consome menos energia do que a média global. Apesar disto, analisa o Brasil com pessimismo e reconhece que o Brasil possui uma posição única, com um potencial estratégico para os próximos anos pelos seus recursos naturais. Possuindo então, como único rival a Argentina (a qual perdeu potencial geopolítico e isso muito relacionado estar aos seus problemas econômicos). Tudo indicaria que o Brasil tem tudo para ser uma potência mas nunca tem sido por questões históricas: no caso, o Brasil conseguiu expandir ao oeste mas não conseguiu acesso direto ao pacífico o que lhe possibilitaria em se converter em uma potência nem tampouco exercer controle sobre o Rio da Prata, por mais que tenha tentado e não consegue esse acesso. O analista ressalta que a incapacidade brasileira que conseguir esse acesso hoje em dia, é o que diminui seu potencial geopolítico. Com isto, o Brasil contaria com três regiões estratégicas i) amazônica ii) savana tropical e iii) rio da prata. Deve o Brasil portanto, investir em infraestrutura para projetar-se na América do Sul e “conquistar o Rio da Prata” não no sentido militar mas sim, através de sua economia e sua política. Ainda ressalta, que as taxas de juros brasileiras dificultam a criação dessas infraestruturas. Por fim, isso não seria possível caso as organizações comerciais regionais tais como o Mercosul desaparecessem. Isto pois, deverá avançar em infraestrutura, sair da dependência das vendas de recursos naturais, avançar tecnologicamente e utilizar os acordos de livre comércio para aumentar a sua influência.

Portanto, aqui avalia-se conforme apresentado pelos competentes analistas as possibilidades que se podem prever para o Brasil. A potência regional com ambições globais definida por Maria Regina Soares de Lima- deve desempenhar o papel que lhe é atribuído e levar adiante o Mercosul- para satisfazer seus interesses próprios mas também, para promover que os países menores (leia-se Uruguai e Argentina) e também para uma Argentina (com gravíssimos problemas econômicos) e desta forma todos possam se inserir, crescer integralmente, economicamente possuir valor agregados às suas cadeias, mas também para

que região tenha poder e voz perante um sistema internacional que baseado em uma lógica capitalista- se mostra indiferente ao desenvolvimento do sul global.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trinta e cinco anos unem diplomaticamente a República Oriental do Uruguai (um jovem e pequeno país localizado na América do Sul, com 198 anos de independência) da República Popular da China (o chamado dragão asiático que é uma das potências emergentes no sistema internacional contemporâneo). Trinta e dois anos unem o Uruguai ao Brasil, Argentina e Paraguai mediante o Tratado de Assunção- compromisso conjunto que subscreveram os países antes mencionados; de estabelecer um Mercado Comum no cone Sul da América do Sul.

O objetivo geral deste trabalho perpassou o esforço de identificar de que forma o enfraquecimento do Mercosul afeta as relações entre Uruguai e China. Para alcançar tal objetivo, trabalharam-se enquanto objetivos específicos: a evidência dos conceitos teóricos a respeito do Mercosul e da integração regional; a análise da gênese do Mercosul e suas fases enfatizando o papel do Uruguai no âmbito dessa união comercial; a apresentação das relações entre Uruguai e China (histórico e diplomáticas) com foco especial nas relações comerciais entre os dois países no período de vigência do Mercosul e por fim, a análise da proposta e hipótese de um Tratado de Livre Comércio entre Uruguai e China e as implicações que o mesmo traria para o Uruguai, para o Mercosul, e para a política externa do Uruguai bem como sua inserção internacional.

Sobre o Mercosul, a integração regional e a gênese do Mercosul constatou-se que apesar dos muitos avanços e recuos do bloco (ou talvez poderia-se pensar em muitos recuos e poucos avanços) o mesmo permanece- diferente de outras organizações na América do Sul como o caso da UNASUL. Não restam dúvidas que aquelas premissas audaciosas do tratado de Assunção não se cumprem na sua totalidade. Os recuos, muitas das vezes, residem nesse fator. Em outras, os recuos estão atrelados às dinâmicas do sistema internacional, a imaturidade do Mercosul e sua notável incapacidade enquanto projeto de integração de adaptar-se à estas. Os recuos, podem-se relacionar também diretamente com o direcionamento e com a política externa dos governos que passam pelos estados nacionais mercosulinos, de posturas que englobam o priorizar ou não o Mercosul. Constatou-se também, desde 1991 até a atualidade, que apesar das diferentes bandeiras políticas dos presidentes uruguaios neste recorte, houve uma continuidade que permanece quanto ao Mercosul: a constante aposta, combinada com esperança e por outro lado a partir do momento em que a resposta não chega, a decepção e o pedido por flexibilização. Também, o Uruguai enfrentou problemas com a Argentina que quando levados perante o órgão de solução de controvérsias do Mercosul, não

foram avaliados e teve de elevá-los a tribunais internacionais de outro tipo. A série destes fatores, salientados ao longo do texto, contribuem para que o Uruguai (que tem problemas na sua inserção internacional que são intrínsecos a sua própria natureza história e existência)-busque pedir por flexibilidade dentro do bloco. Ainda assim, devem-se ressaltar as potencialidades do bloco. Dentre estas, ressaltar-se-ão as inúmeras potencialidades do Mercosul que o mantém de pé apesar das condições adversas. Como pudemos visualizar nos últimos anos, a integração regional perdeu muito do seu atrativo e algumas organizações foram dissolvidas como fora o caso sulamericano da Unasul. A própria permanência e existência do Mercosul, demonstra de alguma forma, que existem potencialidades a serem exaltadas e por conseguinte trabalhadas. Dentre as potencialidades naturais que o bloco tem, tem-se a concentração de recursos naturais, a situação pacífica entre países que possibilita uma estabilidade regional interessante. Se pensarmos no bloco em si, no Mercosul enquanto organização, o mesmo possui um arcabouço normativo congruente e um arcabouço institucional robusto com potencialidades de avanços econômicos, sociais, culturais.

Dentre os recuos do bloco, tem-se o caso das papeleras que acirrou o relacionamento entre os países (sobretudo da Argentina e do Uruguai), a diminuição do comércio e do turismo em 2002, e por último aos trinta anos do bloco os recuos se resumem a uma agenda quase inócua, e sobretudo, pouco propositiva. Deve-se elucidar que muitos dos recuos do Mercosul estão relacionados ao protagonismo do Brasil- ou a falta dele. Isto posto, o Brasil representa muito para a integração sul-americana e para o desenvolvimento do Mercosul.

No que refere às relações bilaterais entre Uruguai e China identificaram-se mais avanços do que recuos nessas relações nas suas três dimensões que foram analisadas- a histórica, a diplomática e a comercial. No que refere a histórica, o Uruguai demorou em relação à região e ao mundo para reconhecer diplomaticamente a República Popular da China. Muito disto está relacionado com que tradicionalmente, a República Popular da China não compunha um espaço prioritário na agenda de política externa uruguaia. Todavia, a partir do estabelecimento das relações diplomáticas- o vínculo diplomático apresentou significativas melhoras ao longo dos anos. As relações diplomáticas tiveram seu início em 1988 durante o primeiro governo de Sanguinetti e em um período de volta à democracia no Uruguai. O vínculo diplomático mantém-se ou melhora, pelo que podemos constatar quiçá três momentos chave dessas relações: i) a incorporação do Uruguai na iniciativa de Cooperação do Cinturão Econômico da Rota da seda e a Iniciativa One Belt, One Road., ii) o estabelecimento de uma associação estratégica entre os dois países a nível de parceria estratégica, iii) a hipótese de assinatura de um Tratado de Livre comércio. Nas relações diplomáticas devem-se ressaltar

também enquanto significantes as visitas entre os presidentes de ambos países ao longo deste recorte assim como visitas por parte de membros do corpo diplomático. Outro indicador é a quantidade de acordos assinados, e a outorga de créditos nesse período, o que mostra uma certa fortaleza, continuidade, solidariedade e congruência das relações bilaterais entre as referidas repúblicas.

Sobre as relações comerciais, pode-se constatar inclusive que estas serviram de alguma forma enquanto propulsoras das diplomáticas, muito em virtude da criação já em 1986 da Câmara de Comércio entre Uruguai e China. Além disso, a relevância da China para a economia uruguaia também foi o que motivou o abandono do vínculo diplomático com a República da China em detrimento do vínculo diplomático com a China Continental- ou República Popular da China. Até os dias de hoje, a China possui tamanha relevância na balança comercial externa do Uruguai que apesar de ter altos e baixos, compete em alguns anos quase igualmente com as exportações do Uruguai destino Mercosul chegando a ultrapassar em alguns períodos.

Notam-se, portanto, mais avanços do que recuos nas relações diplomáticas entre Uruguai e China. Para um país que é um interlocutor menor do sistema internacional, ressalvadas todas as suas potencialidades institucionais e outros bons indicadores; obter tamanha resposta da China é importantíssimo. Indubitavelmente isto está associado a estratégia de inserção internacional da China, em que sua política externa é uma continuidade da interna. Sobretudo, isto demonstra que de fato a China parece ter uma estratégia para cada país, inclusive, para aqueles do sul global que muitas vezes possuem menos voz como o caso uruguaio.

No que diz respeito às negociações e implicações de um Tratado de Livre Comércio entre Uruguai e China constatou-se que em caso de que o tratado se efetive, iria compor um dos acontecimentos mais importantes da política externa uruguaia. Todavia, tem-se que a hipótese levantada, e o andamento das negociações.

No que refere às implicações (tanto negativas quanto positivas) que puderam-se apreciar. Dentre as positivas, foram constatadas: o Uruguai poderia atingir novos mercados dentro da China; poderia competir melhor com outros países que já possuem tratados desde tipo com a China e que além disso, possuem vantagem por estar a menor distância como é o caso da Austrália; teria a redução de tarifas para ingressar seus produtos na china, geraria novas correntes de exportação podendo aumentar o volume destas, poderia aumentar o espectro de produtos exportados, reduziriam o valor dos produtos da China importados ao uruguai o que desencadearia um menor valor para importadores e consumidores, permitiria

maiores benefícios ao setor carnico, da soja e lácteo, aumento das exportações anuais com destino china, que o país resulte atrativo perante outros países após a assinatura do TLC. Dentre as negativas, um TLC implicaria mudanças institucionais para o Uruguai; a efetivação do tratado poderia implicar em uma dissolução do Mercosul enquanto bloco econômico haja vista a resolução 32/00; poderia ter dificuldade em negociar bilateralmente com outros países e fechar acordos de menor qualidade por ser um interlocutor menor, afetaria especialmente o setor têxtil, de roupas de calçados.

Deve-se ter em conta que desde que surge a hipótese do tratado sucedem vários acontecimentos no cenário internacional (tal como a ocorrência de uma pandemia mundial) e também no âmbito regional (mudanças de governos, com prioridades distintas) mas a hipótese levantada permanece perene e o ponto máximo das negociações sem dúvidas é o estudo de factibilidade conjunto, feito entre as repúblicas. Todavia, nota-se que os recuos que se dão nas negociações acontecem muito em virtude de que a China não quer problemas dentro do âmbito do Mercosul assim como também o Uruguai estaria ferindo a decisão 32/00 do Mercosul em assinar um acordo extrazona. Ainda, deve-se apontar que existe parte da literatura que aponta que juridicamente não constituiria um verdadeiro ferimento pois a decisão não fora internalizada dentro da legislação interna dos países. Todavia que não constitua, podemos avaliar que poderia chegar a desencadear um efeito dominó que terminasse no fim do Mercosul como o conhecemos desde 1991.

Portanto, a pergunta de pesquisa que motivou a construção deste trabalho foi: O enfraquecimento do Mercosul afeta as relações entre Uruguai e China (1986-2023)?

Tem-se como hipótese verificar se os períodos de enfraquecimento do processo de integração regional do Mercosul afetaram as possibilidades de negociação do Uruguai frente ao grande *player* internacional que é a China (1986-2023).

A partir dos fatores mencionados acima e perpassados ao longo dos capítulos podemos entender que i) O Mercosul passou por muitos recuos desde sua constituição aos dias de hoje e que estes afetam a inserção internacional do Uruguai que enquanto país pequeno necessita dos instrumentos de integração regional para uma melhor inserção. Logo, ii) o Uruguai possui uma insatisfação grande com o Mercosul e reivindica flexibilização, ao mesmo tempo que mantém forte a aposta ao bloco e iii) as relações uruguai-china apresentam melhoras ou se mantém, sem indícios de grandes recuos durante o recorte temporal que se analisou.

Portanto, frente à hipótese de que os períodos de enfraquecimento do processo de integração regional do Mercosul afetaram as possibilidades de negociação do Uruguai frente

ao grande player internacional que é a China, podemos aduzir que a referida corrobora-se parcialmente.

Como pudemos ver, apesar dos tantos avanços e retrocessos do Mercosul- com maior ênfase nos primeiros; as relações comerciais, diplomáticas e históricas entre a República Oriental do Uruguai e a República Popular da China se mantiveram ou melhoraram de 1988 até os dias de hoje. A incidência do Mercosul nas relações Uruguai-China pode-se relacionar a dois aspectos: o primeiro, que o aprofundamento das relações uruguaias com a China vem ao encontro da pouca propositividade da agenda interna e externa do Mercosul, e o segundo que sim os enfraquecimentos e amadurecimentos do Mercosul afetaram talvez este último ano das relações uruguai- China. Isto, em virtude de que com o recuo do Mercosul principalmente durante os anos de governo Bolsonaro (ressaltando que o Brasil é a potência regional que move o Mercosul) de alguma forma haviam se desenvolvido as negociações do Tratado. Com o terceiro governo Lula, que inaugurou-se em Janeiro de 2023, era de se esperar que houvesse uma mudança na postura do Mercosul, haja vista a vocação sulamericana dos seus anteriores governos. Como elencado pelo atual presidente uruguaio Luis Lacalle Pou, ele acredita que a Argentina e o Brasil tenham alguma influência diplomática no estancamento chinês no interesse para negociar um TLC, ainda que não tenha provas para corroborar isto.

A hipótese a que se refere neste trabalho, fora levantada a partir do cenário, dos debates, e das movimentações emergentes no âmbito nacional uruguaio e regional mercosulino do andamento das negociações do referido tratado.

Os futuros cenários, conduzem a crer que o melhor caminho para o Mercosul deve ser o de consolidar-se internamente, e abrir-se externamente. Um bloco com as potencialidades que este tem, não pode manter-se por mais tempo apenas na retórica sem avançar no plano pragmático. Conseguir concretizar as negociações de um tratado entre Mercosul- União Europeia poderia ser um bom começo. Logo, deveria-se pensar em assinar tratados deste tipo com outras regiões também- já que feitos de forma conjunta, possibilitaria melhores tratados com maiores ganhos para os membros do bloco do que negociados bilateralmente.

Outro fator, é que as economias mercosulêneas devem pensar em traçar estratégias conjuntas para sair do modelo econômico de exportação de commodities. O mesmo, que se vive em menor ou maior grau dependendo do país, acaba sendo muito prejudicial. Devem-se buscar estratégias para desenvolver maiores cadeias de valor, e atribuir valor agregado aos produtos que visam exportação. Sobre os países que o Mercosul deveria assinar tratados de livre comércio, o melhor dos exemplos é a China. Deveria esta ser um desses atores para se pensar em um tratado de livre comércio conjunto na modalidade Mercosul-China, tendo em

vista a complementaridade das economias sul-americanas para com o dragão asiático. Merece nosso análise também, a situação não menor, de que por mais que o atual presidente paraguaio tenha uma certa vocação ao Mercosul, o Paraguai é um dos poucos países do Mundo que ainda mantém vínculos diplomáticos com Taiwan e que poderia resultar enquanto categoria de análise, de embaraço ao desenvolvimento de um acordo do bloco com a China.

Deve-se considerar que a região está tendente a algumas mudanças, e isso fica visível já que no ano que vem o Uruguai viverá período eleitoral e a Argentina já está vivendo agora. As eleições na Argentina definirão o próximo presidente até dia 19 de novembro, pelo que, a depender do candidato que ganhar, o panorama do Mercosul pode mudar. Isto, em vista de que um dos candidatos, Javier Milei, possui uma opinião pouco favorável ao Mercosul, assim como também ao vínculo da Argentina com o Brasil e com a China. Neste caso, de que forma poderia-se pensar em um acordo Mercosul-China frente a uma conjuntura onde a Argentina, que é um dos maiores sócios do bloco, estaria se afastando?

Conforme salientado ao longo desta pesquisa, o Brasil constitui uma ferramenta analítica importante para a compreensão das relações Uruguai-China. Um dos efeitos é em vista do efeito arrastre que as próprias relações Brasil-China efetuam nas economias mercosulêneas. Outro ponto, é o protagonismo brasileiro no Mercosul- desde sua gênese. A pergunta crucial talvez seja, o que acontece com o Mercosul quando o Brasil toma outros rumos? Essa quiçá é a chave. Todavia, conforme salientado no último capítulo, o Brasil só tem a ganhar com a consolidação do Mercosul, o aprofundamento das boas relações com os vizinhos através do aperfeiçoamento do bloco. Também fica nítido, que a estratégia brasileira para a América do Sul dentro da política externa brasileira deve-se consolidar muito mais, para que não se torne políticas de alguns governos mas sim uma prioridade do estado.

A partir de tudo o exposto, tudo demonstra que uma coisa não pode-se manter igual: a estagnação do Mercosul. Se permanecer, seu pedido por flexibilização é válido- ainda quando flexibilização no e trocar um por outro (no caso, trocar Mercosul por China) a ideia é que o Uruguai ou tenha o acordo com a China por intermédio do Mercosul, ou tenha seu pedido de flexibilização atendido (para não abandonar o bloco, mas ter um acordo bilateral com a China).

No mais, deve-se ressaltar que o novo governo Lula tem focado na América do Sul e aprimorado as bilateralidade das relações com o Uruguai e fica nítido com a binacionalização do aeroporto de Rivera, a ponte sobre o Rio Jaguarão e também a hidrovía Uruguai- Brasil.

Por último, o Uruguai historicamente possui uma susceptibilidade frente a Argentina e o Brasil. Como já foi mencionado, com os últimos cinco anos onde pouco foi prioridade na

agenda externa do Brasil a América do Sul, e frente a uma Argentina que encontra-se sob um dos seus piores momentos econômicos, o reclamo histórico do Uruguai dentro do Mercosul intensificou-se. Isso deve-se a essa suscetibilidade do país frente às mudanças dos seus dois grandes vizinhos. Isso nos lembra o poema de Eduardo Marquina quando diz:

*Pequeña te hizo Dios, patria uruguaya,
blanca gaviota en medio de una playa.
Dos colosos sujetan
tu corazón que busca el océano
y entre los dos colosos que te aprietan
pequeña te hizo Dios como una mano;
pero una mano ordena y dictamina
una mano se cimbra y es coraza;
se cierra en puño y es batán de maza,
doma un potro, da trigo a una colina
y en la hora de la injuria, arrebatada,
una mano es el tronco de una espada,
pues no te quejes, tierra, que no en vano
¡pequeña te hizo Dios como una mano!
Eduardo Marquina*

7. REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Publico**. 5ªED. Atlas, 2015.

ANDRES RODRIGUEZ PEDOTTI. CIDOB. Disponível em: <https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/paraguay/andres_rodriguez_pedotti> Acesso em: Junho de 2023.

ÁLVAREZ, Álvaro. China y América del Sur. El Consenso de Beijing y las redes materiales del extractivismo. **Izquierdas**, v. 50,, 2021.

Acordo do Uruguai com a China seria destruição do Mercosul, diz chanceler. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/acordo-do-uruguai-com-a-china-seria-destruicao-do-mercosul-diz-chanceler.shtml>>

Álvaro Delgado viajó a China y regresa la expectativa sobre la firma del TLC. Disponível em: <<https://www.ambito.com/uruguay/alvaro-delgado-viajo-china-y-regresa-la-expectativa-la-firma-del-tlc-n5846243>>

BARTESAGHI, Ignacio; MELGAR, Natalia. Posibles impactos de un TLC entre Uruguay y China. **RED**, 2018.

BUXEDAS, Martin. **¿A donde va la agricultura mundial? Oportunidades y desafios para el Mercosur**. In: CAETANO, Gerardo. América Latina ante los nuevos desafios de la globalización. Montevideo, Planeta-CEFIR, 2017.

BERNAL-MEZA, Raul. Brasil: Política exterior, BRICS y su impacto en la región. In: MEZA, Raúl; BIZZOZERO, Lincoln. **La política internacional de Brasil: de la Región al Mundo**. 2014. Ediciones cruz del sur. Uruguay.

BIZZOZERO REVELEZ, Lincoln. La política exterior de Brasil hacia América Latina: del regionalismo abierto al continental. In: MEZA, Raúl; BIZZOZERO, Lincoln. **La política internacional de Brasil: de la Región al Mundo**. 2014. Ediciones cruz del sur. Uruguay.

BURIAN, Camilo López; MÍGUEZ, María Cecilia. Uruguay como Estado pequeño en el MERCOSUR (1991-2020): una lectura desde la autonomía regional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 181-216, 2021.

BRUTTO, Giuseppe Lo. El papel de China en el actual proceso de reconfiguración geoeconómica y geopolítica en América Latina. Un análisis de sus implicaciones en las dinámicas de la cooperación Sur-Sur. **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, Ca**, v. 4, p. 103-138, 2018.

BAÑASCO, Martín Pérez. **A Dragon on the River of Painted Birds: Culture as a Factor in Trade Between China and Uruguay**. In: Open and Innovative Trade Opportunities for Latin America and the Caribbean. IGI Global, 2020. p. 88-101.

BRITO, Julia Valeria. **El relacionamiento Latinoamericano con China en el contexto de la "nueva era": los casos de Costa Rica, Ecuador y Uruguay.** 2019. Disponible en:
Acesso em Jan 23

BOHIGUES, Asbel; RIVAS, José Manuel. **Free trade agreements and regional alliances: support from Latin American legislators.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 62, p. e001, 2019.

BARTESAGHI, Ignacio; MANGANA, Susana. **China y Uruguay: oportunidades y retos para vencer asimetrías.** Relaciones Políticas e Internacionales, p. 301, 2012.

BARTESAGHI, Ignacio. **La política exterior de China desde la perspectiva e intereses de América Latina.** León de la Rosa, Raquel Ismara y Gachúz Maya, Juan Carlos (coords.). Política Exterior China: relaciones regionales y cooperación. Puebla: BUAP-Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Observatorio de Política China, p. 245-278, 2015.

BARTESAGHI, Ignacio. **El Foro CELAC-China ¿ respuesta al Libro Blanco de China para las relaciones con América Latina y el Caribe?.** Relaciones políticas e internacionales 2017, 2017.

BUZAN, B., HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2012

Brasil alertó por acuerdo comercial Uruguay - China en la víspera de la reunión de la Celac. Disponible

em:<<https://www.elpais.com.uy/mundo/brasil-alerto-por-acuerdo-comercial-uruguay-china-en-la-vispera-de-la-reunion-de-la-celac>>

Brasil aprobó llamado a licitación para la construcción del segundo puente sobre el Río Yaguarón. Disponible

em:<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/brasil-aprobo-llamado-a-licitacion-para-la-construccion-del-segundo-puente-sobre-el-rio-yaguaron>>

Bustillo, el "ni sí ni no" de China a un TLC y la esperanza de que Lula lidere un acuerdo con el Mercosur. Disponible

em:<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/bustillo-el-ni-si-ni-no-de-china-a-un-tlc-y-la-esperanza-de-que-lula-lidere-un-acuerdo-con-el-mercosur>>

CAETANO, Gerardo. **El futuro del proyecto Mercosur en los nuevos contextos** In. CAETANO, Gerardo. América Latina ante los nuevos desafíos de la globalización. Montevideo, Planeta-CEFIR, 2017.

CONDE, Roberto. **América del Sur como espacio integrado. Sus múltiples procesos. ¿Convergencia o desintegración?** In CAETANO, Gerardo. América Latina ante los nuevos desafíos de la globalización. Montevideo, Planeta-CEFIR, 2017.

COURIEL, Alberto. **Ideas sobre inserción, integración y desarrollo** In: CAETANO, Gerardo. América Latina ante los nuevos desafíos de la globalización. Montevideo, Planeta-CEFIR, 2017.

CUÑA, Flavio; DEMATTÉ, Sabina; NIEVAS, Lucía. **TLC con China: ¿ riesgo u oportunidad?**. XIX Jornadas de Investigación: desafíos para las Ciencias Sociales en la pospandemia. Montevideo, octubre, 2022.

CALIENDO, Lorenzo; PARRO, Fernando. Welfare gains from changing partners in a trade bloc: the case of MERCOSUR. In: **New Developments in Computable General Equilibrium Analysis for Trade Policy**. Emerald Group Publishing Limited, 2010. p. 41-60.

CRETILLA NETO, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 18-37

CIBEI FORMACIÓN ESTUDIOS INTERNACIONALES. TRATADO DE LIBRE COMÉRCIO. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CytG3qWO3wg/?igshid=MzRIODBiNWEIZA==>> Acesso em: Outubro 2023.

CAETANO, Gerardo. América Latina ante los nuevos desafíos de la globalización. **Montevideo, Planeta-CEFIR**, 2017.

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional esquematizado**. Pedro Lenza. São Paulo. Saraiva, 2012.

CLÉRICO, Lilia Ferro. **Democracia y política exterior: Uruguay (1985-2006)**. *América Latina Hoy*, v. 44, p. 115-132, 2006.

COM BATE-BOCA ENTRE FERNÁNDEZ E LACALLE, REUNIÃO ESCANCARA FISSURAS NO MERCOSUL.CNN BRASIL. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/com-bate-boca-entre-fernandez-e-lacalle-reuniao-escancara-fissuras-no-mercosul/>> Acesso em: Junho de 2023.

COUTINHO, Marcelo; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. **Estudos e Cenários: Raio X da Integração Regional**. 2007.

Comunicado de prensa N.º 74/21. Conferencias sobre José Gervasio Artigas en Beijing y Tianjin. Disponível em:<<https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/comunicacion/noticias/conferencias-sobre-jose-gervasio-artigas-beijing-tianjin>>Acesso em: setembro de 2023.

Chinese President in Uruguay: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NmlBWFp24Gg&ab_channel=UruguaySmartServices>

Cancillería fijó nueva visita a China por un futuro TLC y Lacalle recibió a jerarca de Xi Jinping en la Torre Ejecutiva. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/cancilleria-fijo-nueva-visita-a-china-por-un-futuro-tlc-y-lacalle-recibio-a-jerarca-de-xi-jinping-en-la-torre-ejecutiva>>

China reafirmó a Uruguay que quiere un TLC, pero que esperará por el Mercosur. Disponível em:<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/china-reafirmo-a-uruguay-que-quiere-un-tlc-pero-que-esperara-por-el-mercosur>>

DE LEÓN, Ana Laura; FERNÁNDEZ, Facundo. **Una mirada al Oriente: Relaciones de Uruguay con China y Medio Oriente en los últimos 20 años.** Revista Diplomática, p. 97. 2019

"El que se queda quieto se atrasa", dijo Lacalle y reafirmó intención de abrirse al mundo: "en barra es mejor". Disponível em:<

<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/el-que-se-queda-quieto-se-atrasa-dijo-lacalle-y-reafirmo-intencion-de-abrirse-al-mundo-en-barra-es-mejor>>

El presidente Lula "entiende" la posición de Uruguay de querer abrirse al mundo "y eso no es menor". Disponível em:

<https://rurales.elpais.com.uy/mercados/el-presidente-lula-entiende-la-posicion-de-uruguay-d-e-querer-abrirse-al-mundo-y-eso-no-es-menor?_gl=1*5y145g*_ga*MTUyMTY0NzgzMj4xNjkzNjg0Nzc3*_ga_C3K9LY9JC6*MTY5MzY4NDc3Ni4xLjEuMTY5MzY4Njk1NC40MS4wLjA>

"Este gobierno avanzó y llegó hasta donde no se había llegado antes", dijo Lacalle Pou sobre el TLC con China. Disponível em:

<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/este-gobierno-avanzo-y-llego-hasta-donde-no-se-habia-llegado-antes-dijo-lacalle-pou-sobre-el-tlc-con-china>>

FERREIRA, Marcos Alan SV. Análise de Política Externa em Perspectiva: atores, processos e novos temas. **João Pessoa, Editora UFPB, 2020.**

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa.** Vol. 1. Saraiva Educação SA, 2017.

FONSECA, Carmen. **A política externa brasileira da democracia: O paradoxo da mudança na continuidade?**. Relações Internacionais, n. 29, 2011.

FUNCIONAMENTO DO MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/funcionamento-do-mercosul/>>. Acesso em: Junho de 2023

FERNÁNDEZ, Facundo. **Presencia de China en América Latina.** Revista Diplomática, p.161.2018

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história.** Porto Alegre:L & PM editores, 3 ed., 2008.

FESUR. Uruguay al 2050. **Desarrollo productivo e inserción internacional** In: CAETANO, Gerardo. América Latina ante los nuevos desafíos de la globalización. Montevideo, Planeta-CEFIR, 2017.

Fracasó cumbre Mercosur-UE y firma pasaría al 2024. Disponível em:

<<https://www.baenegocios.com/economia/Fracaso-cumbre-Mercosur-UE-y-firma-pasaria-al-2024-20231005-0083.html>>

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

GILPIN, Robert. **Global political economy: Understanding the international economic order**. Princeton university press, 2001.

GONZÁLEZ, Anabel. Latin America–China Trade and Investment Amid Global Tensions: A Need to Upgrade and Diversify. **Washington: Atlantic Council**, 2018.

GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e Internacional**. Porto Alegre. 1 ed.1999. UFRGS Editora.

GONZÁLEZ PEREZ, Micaela. **Análisis de Uruguay como país pequeño y negociador ante el MERCOSUR**. 2019.

GREISING, Carolina; PEREZ, Cecilia. ROSTAN; Elina. SILVA; Marisa.NAHUM; Benjamin (coord.). **Historia uruguaya 12: La restauración democrática. 1985-2005**. Montevideo. Ediciones de la banda Oriental SRL. 2011.

GÁLVEZ, Recaredo. ROSSELOT, Santiago. SÁEZ; Benjamin. Inversiones de China en el Cono Sur de América Latina. Santiago de Chile: Fundación SOL.2022.

GRANATO, Leonardo. ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT: O DESAFIO BRASILEIRO DE REATIVAR A UNASUL E FORTALECER O MERCOSUL. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/134786/89837>>

Genova 2021 - La Grande Incognita. La potenza che non vediamo, ma sarà - Festival di Limes. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=2r0oBIPLg3k&ab_channel=LimesRivistaItalianadiGeopolitica>

HERZ, Mônica; RIBEIRO, Andrea Hoffmann. **Organizações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Inaugurada estatua del prócer uruguayo José Gervasio Artigas en Beijing Xinhua. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/esp/zgtlmjlbjgix_2/201606/t20160610_6568916.htm> Acesso em: setembro de 2023.

Informe Técnico de Comércio Exterior del MERCOSUR 2014. Disponível em:<<https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-merc-sur-2014/>>

Informe Técnico de Comércio Exterior del MERCOSUR 2015. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-merc-sur-2015/>>

Informe Técnico de Comércio Exterior del MERCOSUR 2016. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-merc-sur-2016/>>

Informe Técnico de Comercio Exterior del MERCOSUR 2017. Disponible em:
<<https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-mercosur-2017/>>

Informe de Comercio Exterior del MERCOSUR 2018. Disponible em:
<<https://www.mercosur.int/documento/informe-de-comercio-exterior-del-mercosur-2018/>>

Informe Técnico de Comercio Exterior del MERCOSUR 2019. Disponible em:
<<https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-mercosur-2019/>>

Informe Técnico de Comercio Exterior 2020. Disponible em:
<<https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior/>>

Informe Técnico de Comercio Exterior 2021

Informe Técnico de Comercio Exterior del MERCOSUR 2022. Disponible em:
<<https://www.mercosur.int/documento/informe-tecnico-de-comercio-exterior-del-mercosur-2022/>>

LULA VISITÓ URUGUAY, ESTUVO CON LACALLE, COSSEY MUJICA, Y SORPRENDIÓ CON SU DISPOSICIÓN A FIRMAR TLC. Disponible em:
<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/lula-visito-uruguay-estuvo-con-lacalle-cosse-y-mujica-y-sorprendio-con-su-disposicion-a-firmar-tlc>>. Acceso em 31 de Março de 2023.

LACALLE HERRERA, Luis Alberto. **Mercosur: nacimiento, vida y decadencia**. Penguin Random House Grupo Editorial S.A. Montevideo. 2020.

LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA. CODIB. Disponible em:
<https://www.cidob.org/biografias_lideres_politicos/america_del_sur/uruguay/luis_alberto_la_calle_herrera> Acceso em: Junho de 2023.

LE-FORT, Martín Pérez. China y América Latina: estrategias bajo una hegemonía transitoria. **Nueva sociedad**, v. 203, p. 89-101, 2006.

LEITERITZ, Ralf J. China y América Latina: ¿el matrimonio perfecto?. **Colombia Internacional**, n. 75, p. 49-81, 2012.

La demora para iniciar la negociación del TLC responde a temas internos de China, dice el gobierno. Disponible em:<
<https://www.elpais.com.uy/que-pasa/la-demora-para-iniciar-la-negociacion-del-tlc-responde-a-temas-internos-de-china-dice-el-gobierno>>

Lacalle Pou critica Mercosul antes de se reunir con Lula. Disponible em:
<<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/01/5068621-lacalle-pou-critica-mercosul-antes-de-se-reunir-com-lula.html>>

Lula visitó Uruguay, estuvo con Lacalle, Cosse y Mujica, y sorprendió con su disposición a firmar TLC. Disponible em:

<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/lula-visito-uruguay-estuvo-con-lacalle-cosse-y-mujica-y-sorprendio-con-su-disposicion-a-firmar-tlc>>

Lacalle Pou advierte que TLC con China "está avanzando", pero no a la velocidad que esperaba. Disponible

em:<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/lacalle-pou-advierde-que-tlc-con-china-esta-avanzando-pero-no-a-la-velocidad-que-esperaba>>

Lacalle Pou sospecha que Argentina y Brasil hicieron gestiones diplomáticas para frenar TLC con China. Disponible em:

<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/lacalle-pou-sospecha-que-argentina-y-brasil-hicieron-gestiones-diplomaticas-para-frenar-tlc-con-china>>

Lacalle Pou: Planteo de Uruguay de flexibilizar el Mercosur "no es caprichoso". Disponible em:<https://rurales.elpais.com.uy/mercados/lacalle-pou-planteo-de-uruguay-de-flexibilizar-el-mercador-no-es-caprichoso?_gl=1*1eb4hfj*_ga*MTUyMTY0NzgZMi4xNjkzNjg0Nzc3*_ga_C3K9LY9JC6*MTY5MzY4NDc3Ni4xLjEuMTY5MzY4NTE2Ny4yLjAuMA>

MINISTÉRIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES URUGUAY, 2006. Perfil Político de la República Popular China (actualizado a diciembre de 2006).

MINISTÉRIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES URUGUAY. Comunicado Conjunto sobre el establecimiento de Relaciones Diplomáticas Entre la República Oriental del Uruguay y la República Popular China

MENEM, CARLOS SAUL. PORTAL CONTEMPORÂNEO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. USP. Disponible em:<<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-menem-carlos-saul>>. Acceso em: Junho de 2023.

MERCOSUR. **Tratado de Asunción**. 1991.

MERCOSUR. **Protocolo de Ushuaia**.

MUNYO, Ignacio. **La construcción de la esperanza: reflexiones sobre las fortalezas y mejoras para el Uruguay del Futuro**. Montevideo. Penguin Random House Grupo Editorial S.A 2023

NILSON, Diego Hernández; POSE, Nicolás; RAGGIO, Andrés. Entre el Norte y el Sur. La política exterior de los gobiernos del Frente Amplio (2005-2014). **Cadernos do Tempo Presente, n. 24, 2016**.

Nin Novoa inaugurará en Beijing el primer busto del prócer José Gervasio Artigas en Asia. Disponible

em:<<https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/nin-novoa-inaugurara-beijing-primer-busto-del-procer-jose-gervasio-artigas>>

"No hago pactos con comunistas", dijo Milei, que quiere romper relaciones con China y Brasil. Disponible em:

<<https://www.elpais.com.uy/mundo/argentina/no-hago-pactos-con-comunistas-dijo-milei-que-quiere-romper-relaciones-con-china-y-brasil>>

OVIEDO, Eduardo Daniel. Principales variables para el estudio de las relaciones entre Brasil y China. In. MEZA, Raúl; BIZZOZERO, Lincoln. **La política internacional de Brasil: de la Región al Mundo**. 2014. Ediciones cruz del sur. Uruguay.

OCHOA, Paloma. MYERS, Margaret. ELVERDIN, Pablo. Upgrading China-Southern Cone Agro-Industrial Relations: recommendations for the public and private sectors. The dialogue: 2019.

OVIEDO, Eduardo Daniel. China. Oviedo (s/d). Disponible em:
<https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/62856/CONICET_Digital_Nro.79823bb8-1422-4aed-bebd-f5c0da49e3fc_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y>

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguayo n° 308 de 18/03/2013 a 24/03/2013**. In: Unidad Multidisciplinaria: Faculdade de Ciências Sociais, Universidad de la Republica (UDELAR-UY), Bacharelado em Relações Internacionais - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA-BR). ISSN 1688-7786 . 2013.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguayo n° N° 313 22/04/2013 al 28/04/2013** In: Unidad Multidisciplinaria: Faculdade de Ciências Sociais, Universidad de la Republica (UDELAR-UY), Bacharelado em Relações Internacionais - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA-BR). ISSN 1688-7786 . 2013.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguayo N° 354 21/04/2014 al 27/04/2014** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la Republica (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2014.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguayo N° 359 26/05/2014 al 01/06/2014** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la Republica (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2014.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguayo N° 364 30/06/2014 al 06/07/2014**. In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la Republica (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2014.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguayo N° 369 04/08/2014 al 10/08/2014** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la Republica (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2014.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguayo N° 371 18/08/2014 al 24/08/2014**. In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la Republica (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2014.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe de Política Exterior uruguay N° 377 29/09/2014 al 05/10/2014.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la Republica (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2014.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 2 | Segunda época Junio 2015 | 01/06/2015 al 30/06/2015.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 3 | Segunda época Julio 2015 | 01/07/2015 al 31/07/2015** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 4 | Segunda época Agosto 2015 | 01/08/2015 al 31/08/2015.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 5 | Segunda época Setiembre 2015 | 01/09/2015 al 30/09/2015.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 6 | Segunda época Octubre 2015 | 01/10/2015 al 31/10/2015.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY). ISSN 1688-7786 . 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 8 | Segunda época Diciembre 2015 | 01/12/2015 al 31/12/2015.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2015.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 11 | Segunda época Abril 2016.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 12 | Segunda época Mayo 2016 .** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 13 | Segunda época Junio 2016** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 14 | Segunda época Julio 2016** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 15 | Segunda época Agosto 2016** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 16 | Segunda época Setiembre 2016** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 17 | Segunda época Octubre 2016** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 18 | Segunda época Noviembre 2016** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 19 | Segunda época Diciembre 2016** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2016.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 20/21 | Segunda época Enero/Febrero 2017** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2017.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 24 | Segunda época Mayo 2017** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2017.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 25 | Segunda época Junio 2017** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2017.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 28 | Segunda época Setiembre 2017** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2017.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 30 | Segunda época Noviembre 2017** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2017.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 31 | Segunda época Diciembre 2017** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2017.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 33 | Segunda época Resumen Enero – Febrero 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 33 | Segunda época Marzo 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 34 | Segunda época Abril 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 35 | Segunda época Mayo 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 36 | Segunda época Junio 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 38 | Segunda época Agosto 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 39 | Segunda época Setiembre 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 40 | Segunda época Octubre 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 41 | Segunda época Noviembre 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 42 | Segunda época Diciembre 2018** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2018.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 43 | Segunda época Enero 2019** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 45 | Segunda época Marzo 2019**. In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 46 | Segunda época Abril 2019**. In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 47 | Segunda época Mayo 2019** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 50 | Segunda época Agosto 2019** . In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 51 | Segunda época Septiembre 2019**. In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 52 | Segunda época Octubre 2019**. In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 53 | Segunda época Noviembre 2019.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 54 | Segunda época Diciembre 2019.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY). ISSN 1688-7786. 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 55 | Segunda época Enero 2020 .** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2020

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 56 | Segunda época Febrero 2020.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2020

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 57 | Segunda época Marzo 2020.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2020

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 58 | Segunda época Abril 2020.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2020

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 63 | Segunda época Septiembre 2020 .** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2020

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 64 | Segunda época Octubre 2020.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2020

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 65 | Segunda época Noviembre 2020.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2020

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 67 | Segunda época Enero 2021 .** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2021

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 70 | Segunda época Abril 2021.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2021

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 72 | Segunda época Junio 2021** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2021

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 73 | Segunda época Julio 2021** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2021

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 75 | Segunda época Setiembre 2021** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2021

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 76 | Segunda época Octubre 2021** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2021

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 78 | Segunda época Diciembre 2021** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2021

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 80 | Segunda época Febrero 2022.** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2022

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 81 | Segunda época Marzo 2022** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2022

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 83 | Segunda época Mayo 2022** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2022

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA URUGUAYA. **Informe Mensual de Política Exterior Uruguay – N° 85 | Segunda época Julio 2022 .** In: Unidad Multidisciplinaria: Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS), Universidad de la República (UDELAR-UY), . ISSN 1688-7786 . 2022

PAUTASSO, D. et. al. **A iniciativa do cinturão e rota e os dilemas da América Latina**. revista tempo do mundo | rtm | n. 24 | dez. 2020

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. Rev. Sociol. Polít., v. 18, n. 36, jun. 2010

PAÍSES DO MERCOSUL. Disponível em: <[<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercotel/>](https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercotel/)> Acesso em: Junho de 2023

SANTOS, Rogério. O Mercosul e a Integração na América do Sul. In: CEPIK, Marco. **América do Sul: Economia & Política da Integração Regional**. 2008. UFRGS Editora.

PARLAMENTO URUGUAY. CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Disponível em: <[<https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/documentos/11/HTML>](https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/documentos/11/HTML)> Acesso em: Junho de 2023

PAUTASSO, Diego et al. A iniciativa do cinturão e rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 77-106, 2020.

Presidentes Tabaré Vázquez y Xi Jinping acordaron avanzar rápidamente en un tratado de libre comercio Uruguay-China. Disponível em:

<<https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/presidentes-tabare-vazquez-xi-jinping-acordaron-avanzar-rapidamente-tratado>>. Acesso em: setembro de 2023.

Propuesta uruguaya de apertura comercial tensa una nueva cumbre del Mercosur. Disponível em:

<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/propuesta-uruguaya-de-apertura-comercial-tensa-una-nueva-cumbre-del-mercotel/>>

Propuesta uruguaya de apertura comercial tensa una nueva cumbre del Mercosur. Disponível em:

<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/propuesta-uruguaya-de-apertura-comercial-tensa-una-nueva-cumbre-del-mercotel/>>

Peña asumió la Presidencia de Paraguay y dijo que uno de sus principales objetivos será mejorar el Mercosur. Disponível em:

<<https://www.elpais.com.uy/mundo/pena-asumio-la-presidencia-de-paraguay-y-dijo-que-uno-de-sus-principales-objetivos-sera-mejorar-el-mercotel/>>

Peña anima al Mercosur a negociar con China y asegura que la relación con Taiwán no será un obstáculo. Disponível em: <[<https://news.euro.com/trends/2429648.html>](https://news.euro.com/trends/2429648.html)>

Presidente de la Cámara de Comercio Uruguay China ve “señales favorables” para un TLC. Disponível em:

<[<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/presidente-de-la-camara-de-comercio-uruguay-china-ve-senales-favorables-para-un-tlc>](https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/presidente-de-la-camara-de-comercio-uruguay-china-ve-senales-favorables-para-un-tlc)>

QUIJANO, José Manuel. **Exportación de servicios, cadenas de valor y nuevos acuerdos internacionales.** p. 73-112 in CAETANO, Gerardo. América Latina ante los nuevos desafíos de la globalización. **Montevideo, Planeta-CEFIR, 2017.**

Quem é Sergio Massa, ministro da Economia que disputa o 2º turno na Argentina. Disponível em:<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/23/quem-e-sergio-massa-ministro-da-economia-que-disputa-o-2o-turno-na-argentina.ghtml>>

¿Qué es el Mercosur? by Ignacio Bartesaghi via X (Twitter) Disponível em:<https://twitter.com/i_bartesaghi/status/1705328290217492878?s=46&t=il_9FXO3B_HW_eCk JrZ4U4g>

RAY, Rebecca; ALBRIGHT, Zara C.; WANG, Kehan. China-Latin American economic bulletin, 2020 edition. **Boston: Global Development Policy Center, 2021.**

RAGGIO, Andrés. Las relaciones sino-latinoamericanas del 2015: Más comercio, más inversión, ¿mayor dependencia?. **Lincoln Bizzozero Revelez-Wilson Fernández Luzuriaga (Eds.),** p. 68, 2016.

RAGGIO, Andrés. Algunos apuntes sobre el establecimiento de las relaciones diplomáticas entre Uruguay y la República Popular China en 1988. **Revista Diplomática,** p. 189.2018

RAFFO, Laura. La economía al alcance de todos. 2016. 2da Ed 2020

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais.** 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Arthur Rezende. **O tratado de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia: perspectivas para o comércio brasileiro.** 2021.

STAFF, L. A. D. B. Uruguay Speeds Up Free-trade Negotiations. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/287149275.pdf>

Se reabre debate: ¿qué pasa si Uruguay deja de ser Estado miembro del Mercosur?.

Disponível em:

<<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/se-reabre-debate-que-pasa-si-uruguay-deja-de-ser-estado-miembro-del-mercosur>>

THRASHER, Rachel Denae. **Preferential trade agreements: free trade at what cost?.** 2009.

Uruguay y China culminaram estudio de factibilidad por tratado de libre comercio. Disponível em:

<<https://www.elobservador.com.uy/nota/uruguay-y-china-culminaron-estudio-de-factibilidad-por-tratado-de-libre-comercio-202271319055>>

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (URUGUAY). FACULTAD DE CIÊNCIAS SOCIALES. JORNADAS DE INVESTIGACIÓN. **La política internacional de Brasil: de la región al mundo.** Ediciones Cruz del Sur, 2014.

URUGUAY Y BRASIL ACORDARON CONCRETAR OBRAS DE INFRAESTRUCTURA. Disponible em: <<https://rurales.elpais.com.uy/mercosur/uruguay-y-brasil-acordaron-concretar-obras-de-infraestructura>>. Acceso em: Abril 2023.

Un acuerdo entre Uruguay y China destruiría el Mercosur, dice ministro de Relaciones Exteriores de Brasil. Disponible em: <<https://www.elpais.com.uy/mundo/un-acuerdo-entre-uruguay-y-china-destruiria-el-mercosur-dice-ministro-de-relaciones-exteriores-de-brasil>>

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil, o MERCOSUL e a Integração da América do Sul In: WIESENBRON, Marianne; GRIFFITHS, Richard T. **Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989**. UFRGS Editora, 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2002.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 131-141, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O caótico século XXI. **Rio de Janeiro, RJ: Alta**, 2015.

VIII Festival di Limes: La Grande Incognita. La potenza che non vediamo, ma sarà. Disponible em: <<https://www.limesonline.com/viii-limes-festival-la-grande-incognita-la-potenza-che-non-vediamo-ma-sara/125604>>

Viceministro dijo que cierre de estudio de factibilidad con China para un futuro TLC es un “hecho histórico”. Disponible em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/viceministro-dijo-que-cierre-de-estudio-de-factibilidad-con-china-para-un-futuro-tlc-es-un-hecho-historico>>

WIMER, Fernando Gabriel Romero; TORVISO, Pablo Senra. Relaciones diplomáticas entre la República Popular China y la República Oriental del Uruguay (1988-2020). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales**, n. 20, p. 53-87, 2020.

WILKINSON, John; JUNIOR, VJ Wesz; LOPANE, Anna Rosa Maria. Brazil, the Southern Cone, and China: the agribusiness connection. **BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS) Working Paper**, n. 16, 2015.

35 años de relaciones diplomáticas Uruguay-China. Disponible em: <<http://uy.china-embassy.gov.cn/esp/xwdts/202303/P020230306808111148876.pdf>>